

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Políticas de Educação para o Turismo: o caso de Portugal

Paulo Fernando Nobre da Costa Vargas Revés

Orientadores: Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino  
Prof. Doutor José Manuel Henriques Simões

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Turismo especialidade de  
Planeamento dos Espaços Turísticos

2017



Políticas de Educação para o Turismo: o caso de Portugal

Paulo Fernando Nobre da Costa Vargas Revés

Orientadores: Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino  
Prof. Doutor José Manuel Henriques Simões

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Turismo especialidade de  
Planeamento dos Espaços Turísticos

Júri:

Presidente:

- Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca, Professora Catedrática e Presidente  
do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Júlio da Costa Mendes, Professor Auxiliar  
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;
- Doutor Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento, Professor Associado  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias;
- Doutora Éricka Maria Costa de Amorim Almeida, Professora Adjunta Convidada  
Instituto Politécnico de Tomar;
- Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino, Professor Coordenador Principal  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, orientador;
- Doutor Herculano Alberto Pinto Cachinho, Professor Associado  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Doutor Carlos Manuel Baptista Cardoso Ferreira, Professor Auxiliar Convidado  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Ao meu pai.



## **Agradecimentos**

Escrever um trabalho com estas características, embora sendo um caminho longo, não foi necessariamente um caminho solitário. Este foi, antes, o resultado de encontros e de conversas, tantos que lhes perdi a conta, tal o número de pessoas com quem dialoguei, as histórias que ouvi e os acontecimentos que revivi.

Sendo certo que sem a ajuda destas pessoas não teria sido possível desenvolver esta investigação, a elas ficarei eternamente grato, mas não conseguirei, agora, pela sua vastidão, enumerá-los a todas, até porque fazer uma lista é sempre tarefa ingrata, tal o risco que se corre de esquecer alguém... Existem, no entanto, algumas que não posso deixar de personalizar e agradecer publicamente.

Em primeiro lugar, aos orientadores desta Tese, ao Professor Doutor Jorge Umbelino, pela paciência, conhecimento, profundidade de pensamento, apoio e partilha do seu enorme saber e da sua vasta experiência, não só pelos ensinamentos e reflexões ímpares mas pela sempre disponibilidade, incansável na orientação e no estímulo, para que o trabalho fosse pautado pelo rigor e para que a motivação se fosse mantendo. Ao Professor Doutor José Manuel Simões, pela flexibilidade com que me permitiu seguir o meu caminho, por desde a primeira hora ter acolhido as características particulares deste trabalho, pela perspicácia das suas interrogações e reflexões e pelo seu contante incentivo para que o mesmo fosse terminado.

Ao conjunto de professores do curso de Doutoramento em Turismo, que personifico na pessoa do Professor Doutor Eduardo Brito-Henriques, pelas produtivas sugestões, nas aulas e, muito especialmente, nos seminários de acompanhamento, que foram motivadores e indispensáveis à realização deste trabalho.

Ainda no plano académico, gostaria de deixar uma palavra reconhecida ao Professor Licínio Cunha e ao Professor Doutor Eduardo Morais Sarmento, a quem devo o incentivo e a motivação que me transmitiram, após ter concluído o Mestrado, para prosseguir e aprofundar o trabalho então iniciado.

Aos meus colegas de curso e aos meus colegas de trabalho, pelas produtivas discussões, sugestões e cumplicidade, que foram motivadoras e indispensáveis, sobretudo em períodos de maior dificuldade.

Porque estes trabalhos beneficiam da experiência acumulada, no meu caso específico, enquanto docente e enquanto técnico de formação, agradeço às instituições que me acolheram profissionalmente, designadamente a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, a Escola Profissional da Região Alentejo, o Instituto de Formação Turística e o Instituto do Turismo de Portugal, só para citar algumas...

A todos os que participaram nas entrevistas e no questionário, despendendo do seu tempo, partilhando conhecimento e disponibilizando informação privilegiada, sem as quais a parte empírica deste trabalho não teria sido possível.

Aos meus familiares, e em particular aos meus pais, pelo apoio incondicional.

À minha mulher, Alzira, pelo permanente incentivo, paciência e companheirismo, todos os dias e a cada minuto.

À minha filha, Mafalda, pelo tempo que me cedeu, pela crítica certa e pelo constante desafio que serviu de incentivo para nunca desistir.

A todos, o meu profundo agradecimento.

## **Resumo**

O ensino técnico e profissional, em contexto formal, remonta entre nós a meados do século XIX. No entanto, só após a República viu serem introduzidas no seu sistema algumas medidas de verdadeiro alcance. No campo específico do ensino para o turismo e hospitalidade, é muito difícil estabelecer exatamente a sua origem, até porque diferentes investigadores identificam a sua conceção de forma bastante distinta. No entanto, certo é que Portugal continua a ser genericamente apontado por ter sido, depois da Suíça, o segundo País a iniciar-se no ensino para o turismo.

Esta investigação centra-se na identificação e análise crítica dos diferentes paradigmas da construção do sistema de educação para o turismo em Portugal, em particular as razões políticas que terão contribuído para essa construção.

Para concretizar esta investigação, para além de uma revisão específica de literatura e da recolha de informação institucional relevante, optámos por adotar uma metodologia essencialmente qualitativa, apoiada em trabalho de campo no qual se destacaram entrevistas semiestruturadas a uma amostra ilustrativa de dirigentes e políticos com ação na educação e no turismo, a par da aplicação de inquéritos por questionário a entidades e empresas e, ainda, na observação direta por parte do investigador da implementação destas políticas, em razão do seu próprio exercício profissional.

Os resultados da investigação evidenciam um conjunto de fragilidades neste ensino especializado que merecem uma dedicada reflexão, bem como sugerem um conjunto de medidas e ações no sentido de se melhorar a qualidade das políticas de formação em turismo.

**Palavras-chave:** Turismo, Educação, Escolas, Políticas Públicas.

## **Abstract**

Technical and professional education started in our country in the middle of the nineteenth century. However, only after the Republic have been introduced some far-reaching measures into its system. In the specific field of tourism education, it is very difficult to define its exact origin, also because different researchers identify that origin quite differently. Yet Portugal continues to be noted for having been right after Switzerland, the second country to start tourism education.

This research focuses on the identification and critical analysis of the different paradigms concerning the construction of the Portuguese education system for tourism. It seeks to answer these questions through the development of several policies whose different actors have outlined and built over the years for tourism education.

In order to carry out this research, we have chosen to adopt an essentially qualitative methodology, supported by fieldwork where semi-structured interviews were conducted with a sample of qualified managers and politicians with a professional activity in education and tourism. It also included the presentation of questionnaires to entities as well as direct observation of the implementation of these policies by the author of this thesis, according to his professional experience

As a result, this research shows a set of weaknesses in tourism education which deserve a dedicated reflection, as well as a set of measures and actions to improve the quality of tourism training policies.

**Key-words:** Tourism, Education, Schools, Public Policies.



## ÍNDICE

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	6
Índice	7
Índice de figuras	10
Índice de quadros	11
Lista de abreviaturas	12

## INTRODUÇÃO

1. A importância da educação para o turismo	15
2. Objetivos da investigação	16
3. Síntese e reflexão de trabalhos realizados	19
4. A investigação e o investigador	20
5. Estrutura do trabalho	22

## PARTE I – POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

### Capítulo 1. Políticas públicas

1.1. Introdução	25
1.2. O conceito de Estado	26
1.3. O conceito de política	29
1.4. O conceito de política pública	31
1.5. Tipos de políticas públicas	33
1.6. Ciclo de política pública	36
1.7. Nota final	43

## **Capítulo 2. Educação**

2.1. Introdução	45
2.2. Definições e conceitos	46
2.3. Ideologia e modelos educativos	51
2.3.1. Modelo <i>Estado-social</i>	53
2.3.2. Modelo <i>Neoliberal</i>	56
2.4. Os sistemas educativos	58
2.5. Nota final	62

## **PARTE II – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O TURISMO**

### **Capítulo 3. A educação e formação para o turismo em termos internacionais**

3.1. Introdução	64
3.2. A educação e formação para o turismo, para a hotelaria e para a hospitalidade	66
3.3. A educação e formação para o turismo na Europa – um longo percurso	69
3.4. Nota final	74

### **Capítulo 4. A educação e formação para o turismo em Portugal: de um “cluster” setorial à abrangência conceptual**

4.1. Introdução	76
4.2. Da “ <i>Regeneração</i> ” ao fim da Primeira República	77
4.3. Da “ <i>Ditadura</i> ” à primeira Escola Hoteleira	99
4.4. Da primeira Escola Hoteleira ao “ <i>25 de abril de 1974</i> ”	119
4.5. Da “ <i>Revolução</i> ” à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo	137
4.6. Da Lei de Bases do Sistema Educativo ao XII Governo Constitucional	154
4.7. Do XIII Governo Constitucional à extinção do Instituto de Formação Turística	163
4.8. Da criação do Turismo de Portugal, I.P. ao XX Governo Constitucional	182
4.9. Nota final	196

## **PARTE III – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO**

### **Capítulo 5. Conceptualização e metodologia da investigação**

5.1. Introdução	205
5.2. Conceptualização e processos metodológicos	206
5.3. Procedimentos técnicos	209
5.3.1. Entrevistas	211
5.3.2. Questionários	217
5.3.3. Observação participante	219
5.4. Questões, objetivos e hipóteses	220
5.5. Nota final	222

## **PARTE IV – RESULTADOS**

### **Capítulo 6. Análise de dados de investigação**

6.1. Introdução	223
6.2. Entrevistas	223
6.3. Questionários	246
6.4. Nota final	250

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

1. Análise crítica	251
2. Dificuldades e limitações	257
3. Linhas para futuras investigações	258

<b>REFERÊNCIAS</b>	259
--------------------	-----

<b>ANEXOS</b>	299
---------------	-----

## Índice de figuras

<b>Figura 1:</b> Estruturação do trabalho.	23
<b>Figura 2:</b> Modelo simplificado de ciclo.	36
<b>Figura 3:</b> O ciclo político.	36
<b>Figura 4:</b> Educação formal e informal.	48
<b>Figura 5:</b> Escola hoteleira de Lausanne (Avenue de Cour, 1904).	70
<b>Figura 6:</b> Alunos da escola hoteleira de Toulouse, França (1923).	71
<b>Figura 7:</b> Edifício sede da Sociedade Propaganda de Portugal.	82
<b>Figura 8:</b> Sala de aula na Casa Pia de Lisboa.	90
<b>Figura 9:</b> Cartaz de propaganda.	103
<b>Figura 10:</b> Capa da “Cartilha da Hospedagem Portuguesa”.	107
<b>Figura 11:</b> Sessão inaugural da Escola Profissional da Industria Hoteleira de Lisboa.	117
<b>Figura 12:</b> Aspeto da cozinha da Escola Hoteleira de Lisboa.	118
<b>Figura 13:</b> Aspeto do restaurante da Escola Hoteleira de Lisboa, 1958.	119
<b>Figura 14:</b> Capa de sebenta da Escola Portuguesa de Turismo.	122
<b>Figura 15:</b> Palacete Doglioni, instalações da Escola Hoteleira do Algarve.	128
<b>Figura 16:</b> Primeiras instalações da Escola Hoteleira Basto Machado, no Funchal.	129
<b>Figura 17:</b> Primeiras instalações do polo de formação de Portimão.	132
<b>Figura 18:</b> Primeiras instalações da Escola Hoteleira do Porto.	132
<b>Figura 19:</b> Visita do Presidente da República à EHTA.	134
<b>Figura 20:</b> Dia 25 de abril de 1974, a queda do regime.	137
<b>Figura 21:</b> Vista do Hotel-Escola “Nova Avenida” - Funchal	139
<b>Figura 22:</b> Logotipo do congresso da EUHOFA, realizado em Portugal em 1979.	143
<b>Figura 23:</b> Propaganda do INFT, 1983.	149
<b>Figura 24:</b> Visita ao início da construção da escola de Vilamoura.	155
<b>Figura 25:</b> Inauguração da nova escola de Lisboa, nas Olaias (1989).	158
<b>Figura 26:</b> Visita do Primeiro-Ministro ao CETHE.	161
<b>Figura 27:</b> Logotipos uniformizados das Escolas de Hotelaria e Turismo (1997).	165
<b>Figura 28:</b> A rede escolar setorial pública existente no início do século XXI.	170

<b>Figura 29:</b> Visita do Primeiro-Ministro à EHTA.	171
<b>Figura 30:</b> Instalações do Núcleo Escolar de Setúbal no Parque do Bonfim.	174
<b>Figura 31:</b> Aspeto da construção da Escola de Lamego.	176
<b>Figura 32:</b> Logotipos uniformizados dos organismos do turismo.	179
<b>Figura 33:</b> O Primeiro-Ministro com alunos de hotelaria e turismo.	179
<b>Figura 34:</b> Assinatura do Protocolo de cedência das instalações da Escola de Vila Real de Santo António.	180
<b>Figura 35:</b> Cerimónia da “primeira pedra” na escola de Portalegre.	183
<b>Figura 36:</b> Cerimónia de lançamento da obra de reabilitação do Quartel do 11.	189
<b>Figura 37:</b> Estrutura de Porcedimentos	209
<b>Figura 38:</b> Esquema da triangulação de métodos e instrumentos de investigação desenvolvidos neste trabalho.	222
<b>Figura 39:</b> Questionário, pergunta 1	246
<b>Figura 40:</b> Questionário, pergunta 2	247
<b>Figura 41:</b> Questionário, pergunta 3	247
<b>Figura 42:</b> Questionário, pergunta 4	248
<b>Figura 43:</b> Questionário, pergunta 5	248
<b>Figura 44:</b> Questionário, pergunta 6	249

## Índice de quadros

<b>Quadro 1:</b> Hotéis existentes em Lisboa e Porto em 1865.	84
<b>Quadro 2:</b> Hotéis inaugurados em Lisboa entre 1865 e 1894.	85
<b>Quadro 3:</b> Hotéis classificados em Portugal (1932).	102
<b>Quadro 4:</b> Alunos matriculados e aprovados na escola hoteleira de Lisboa no primeiro ano de funcionamento.	118
<b>Quadro 5:</b> Alunos matriculados e admitidos na escola hoteleira Basto Machado (1967-1968).	130
<b>Quadro 6:</b> Número de alunos nos cursos de turismo (1981/1982).	145
<b>Quadro 7:</b> Evolução do número de alunos e docentes em Portugal por nível de ensino (1960-1980).	152
<b>Quadro 8:</b> Promotores de Escolas Profissionais entre 1989 e 1993.	159
<b>Quadro 9:</b> Nomeação de diretores por escolas de hotelaria e turismo.	189
<b>Quadro 10:</b> Resumo da estrutura metodológica da presente investigação	207
<b>Quadro 11:</b> Especialista e cargo desempenhado	216

## **Lista de abreviaturas**

AIHSA – Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve  
AHETA – Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve  
AMFORHT – Association Mondiale pour la Formation Touristique  
ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais  
ANQEP – Agência Nacional de Qualificações  
APAVT – Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo  
APRM – Arquivo do Palácio Real de Madrid  
AERST – Associação Empresarial da Região de Setúbal  
CCES – Conselho Consultivo do Ensino Superior  
CDS – Centro Democrático e Social  
CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CERIA – Centre d’Enseignement et de Recherche des Industries Alimentaires  
CET – Curso de Especialização Tecnológica  
CFPSA – Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar  
CNFTH – Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira  
CNO – Centro Novas Oportunidades  
CNT – Conselho Nacional de Turismo  
CODEPA – Cooperativa de Ensino Particular  
CRVCC – Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências  
CTP – Confederação do Turismo Português  
DGT – Direção-Geral do Turismo  
ECTS – European Credit Transfer System  
EFTA – European Free Trade Association  
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo  
ESHTE – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril  
FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra  
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional  
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais  
ICE – Instituto Comércio Externo

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IFPA – Instituto de Formação Profissional Acelerada  
INFT – Instituto Nacional de Formação Turística  
INFTUR – Instituto de Formação Turística  
INOFOR – Instituto Nacional de Formação  
INP – Instituto (Superior) de Novas Profissões  
IPJ - Instituto Português da Juventude  
ISAI – Instituto Superior de Assistentes e Interpretes  
ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa  
ISPG – Instituto Superior Politécnico Gaya  
ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração  
ISPI – Instituto Superior Politécnico Internacional  
ITP – Instituto de Turismo de Portugal  
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo  
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
OIDEL – Organisation Internationale pour le Droit à l'Éducation et la Liberté  
d'Enseignement  
O.I.T. – Organização Internacional do Trabalho  
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico  
PAN – Pessoas, Animais, Natureza  
PAP – Prova de Aptidão Profissional  
PCP – Partido Comunista Português  
PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo  
PEV – Partido Ecologista os Verdes  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN – Projeto de Interesse Nacional  
PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado  
PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central  
PS – Partido Socialista  
PSD – Partido Social Democrata  
SET – Secretaria de Estado do Turismo  
SETAAFOC - Instituto Sindical Agrário para a Formação, Estudos, Cooperação e  
Desenvolvimento do Mundo Rural.

SIPEC – Sociedade Internacional de Promoção de Ensino e Cultura, S.A.

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

SPP – Sociedade Propaganda de Portugal

UIOOT – União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VET – Vocational Education and Training



## **INTRODUÇÃO**

### **1. A importância da educação para o turismo**

As aceleradas mudanças económicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas, que atualmente caracterizam o mundo, colocam a educação perante o grande desafio de identificar com clareza o que ensinar, como ensinar e onde ensinar. Este assunto ganhou especial relevo nas últimas décadas, muito por causa da muito visível ineficácia do nosso sistema educativo e por este servir de bandeira política, ora colocado no topo das prioridades, ora esquecido, ao mesmo tempo que os diversos governos vão tentando sistematicamente reestruturá-lo ou redefini-lo.

As políticas educativas têm execução prática através de um conjunto de organizações condicionadas, à partida, por normas, estatutos, papéis e modelos de financiamento que as hierarquizam, espalham ou libertam. Para certos autores, a burocracia e a rigidez daí decorrentes tornam as organizações incapazes de responder adequadamente às necessidades de uma sociedade em rápida evolução (Quivy e Campenhoudt, 1995, p.93).

Esta problemática está, por sua vez, ligada a contextos socio-históricos e ideológicos específicos, onde o modelo de Estado social se digladiava com o modelo de sociedade liberal e capitalista. Ou onde a visão da escola concebida como uma organização supostamente não direcionada para atingir objetivos economicistas alterna com períodos de aparente racionalização económica, nos quais se questiona o papel da intervenção graciosa do Estado.

A escola, tantas vezes apontada como ponto de interseção do aparelho repressivo e ideológico do Estado, preenche a função básica de reprodução das relações materiais e sociais da produção (Althusser, 1980, p.68). Ela assegura que se reproduza a força de trabalho, as qualificações e o saber-fazer necessários para o mundo do trabalho, e faz com que, ao mesmo tempo, os indivíduos se sujeitem à estrutura de classe (Freitag, 1986). Vista desta maneira, a escola, e, por consequência, as políticas públicas a ela destinadas, têm como função a manutenção e perpetuação das relações de poder e dominação existentes (Quivy e Campenhoudt, 1995, p.94).

O conceito de poder, por sua vez, surge cada vez mais ligado à política. Giddens (2013, p.1127) define política como os “meios pelos quais o poder é usado para influenciar as intenções e o conteúdo das atividades governativas”, e inclui na esfera do político não

apenas as atividades dos titulares dos órgãos políticos de governo, mas igualmente as ações de grupos e indivíduos exteriores ao seu aparelho, mas que tentam influir nas suas decisões (Giddens, 2013, p.1127). Ball (1990) enfatiza um outro aspeto: numa política está sempre presente um complexo e heterogéneo conjunto de elementos, pelo que, no seu estudo, importa tanto conhecer as prescrições e orientações como os compromissos, descontinuidades e omissões. Procuraremos explorar esta dicotomia proposta por Ball ao longo da investigação.

A importância da educação para o turismo tem crescido em todo o Mundo, à medida que o reconhecimento político pelo seu retorno económico foi aumentando, levando os Governos a admitir que a educação e formação dirigida ao setor seria fundamental para o seu desenvolvimento, diferenciação e qualificação.

Sendo o turismo um setor caracterizado por uma elevada complexidade, das quais destacamos a grande fragmentação de atividades e o elevado número de empresas de reduzida dimensão, a qualificação dos seus recursos humanos revela-se, por um lado, de difícil resposta e, por outro, fundamental para o seu sucesso.

Portugal necessita que os seus recursos humanos detenham níveis de educação, especialização e qualificação adequados ao seu desenvolvimento turístico; no entanto, as questões que caracterizam a problemática da educação/formação no setor ainda possuem alguns estrangulamentos que afetam o seu desempenho.

## **2. Objetivos da investigação**

Em termos gerais, o objetivo da presente investigação centra-se na identificação e análise crítica dos diferentes paradigmas das políticas públicas de educação para o turismo, no nosso País, contribuindo para a criação de um modelo que aumente a sua eficácia. Em Portugal, a organização do sistema educativo para o turismo de há muito tem, conforme as épocas, uma tutela dispersa por até quatro ministérios – da Educação, da Economia, da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (nestas ou nas suas designações antecedentes) e Ciência e Ensino Superior – o que, desde logo, potencia as dificuldades de articulação e o estabelecimento de políticas estratégicas e integradoras que suportem a desejada qualificação dos recursos humanos.

Neste quadro, a que não é indiferente a mutação do papel do Estado, a internacionalização crescente do capitalismo e o papel das organizações internacionais e supranacionais (Afonso, 1999), o debate acerca do sistema educativo tem feito despertar o interesse de vários investigadores, possibilitando a afirmação de um campo de investigação ligado, sobretudo, à História da Educação (Carvalho, 2011; Gomes, 1955), à relação desta com a ideologia (Mónica, 1978) ou com a memória histórica (Torgal, Mendes e Catroga, 1998) mas que extrapolou o campo destas, chegando também à Sociologia e à Ciência Política (Giddens, 2013).

A investigação em educação para o turismo, enquanto fenómeno, tem já alguma expressão em Portugal, sem, no entanto, atingir ainda os níveis de desenvolvimento de outros países e centrando-se, normalmente, na análise de diferentes segmentos do ensino superior (Salgado, 2007; Costa, Umbelino e Amorim, 2012).

A educação para o turismo iniciou-se, em Portugal, pouco tempo antes da implantação da República, com a criação de um curso profissional de empregados de hotéis, facto que colocou o nosso País na vanguarda mundial das preocupações educativas setoriais. Contudo, apenas no final de 1958 seria inaugurada a primeira escola exclusivamente dedicada à formação dos profissionais do setor, a Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa. Desde então, o número de instituições e de cursos tem crescido consideravelmente, assistindo-se a uma notável expansão da oferta educativa para o turismo, em todos os níveis do sistema educativo, muito associada à perceção positiva do contributo do turismo para a economia nacional e ao reconhecimento do potencial da atividade enquanto geradora de emprego.

O estudo das políticas públicas constitui um processo de investigação que pode proporcionar tanto uma base de informação sobre a qual elas são construídas, como uma apreciação crítica sobre as políticas existentes; no primeiro caso, os objetivos situam-se ao nível da recolha de informação que apoie o processo de elaboração e que produza recomendações para a sua implementação prática; no segundo caso, os objetivos centram-se na análise dos processos que influenciam ou determinam a construção das políticas e os seus efeitos, bem como os valores, os pressupostos e as ideologias que estão na base da sua construção (Codd, 1988). É neste segundo caso que nos propomos centrar a investigação, delimitando-a ao sistema educativo para o turismo, com particular destaque para a forma como este foi sendo construído. Formulou-se o trabalho com base na seguinte questão:

**“Que razões políticas contribuíram para a construção do atual sistema educativo dedicado ao turismo em Portugal?”**

Formulada a questão inicial, e sem prejuízo de o nosso modelo de investigação não pressupor uma validação sistemática de objetivos e hipóteses, como melhor se explicará no Capítulo III, estabelecemos como objetivo geral a identificação das políticas de educação para o turismo e a análise crítica de como estas se têm refletido no trabalho de articulação, ajustamento ou adequação das estruturas e dos meios às evoluções sociais, demográficas ou económicas do país.

Este objetivo geral foi orientado através de três objetivos específicos:

- Elencar a matéria legislativa e avaliar se esta tem respondido a uma visão e estratégia global de educação do país ou a uma visão e estratégia setorial de resposta imediata às necessidades das empresas;
- Avaliar se a existência de um sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo português;
- Diagnosticar as políticas estruturais implementadas no sistema educativo para o turismo e saber se estas têm sido coerentes com a evolução do mercado de trabalho e os fornecedores de educação.

Para melhor responder a estes objetivos, formularam-se algumas hipóteses, a validar pelo processo de investigação, a saber:

H1 – Em Portugal, existe uma, ou mais do que uma visão e estratégia a sustentar a educação para o turismo;

H2 – As políticas estruturais implementadas foram coerentes com a evolução do mercado.

H3 – Em Portugal, as políticas de educação para o turismo são diretamente ou indiretamente influenciadas pelos ciclos políticos;

H4 – Em Portugal, a existência do sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo.

A análise implica a organização de conhecimentos correspondentes aos princípios de um modelo educativo que a investigação visa conhecer. O sucesso do turismo nacional, nos últimos anos, o crescente número de empresas nos seus diferentes setores de atividade e a consequente necessidade de recursos humanos qualificados, conjugada com a diversidade e dispersão da oferta formativa, justificam uma investigação sobre qual tem sido o papel do

Estado nesta dinâmica, bem como sobre as políticas públicas de educação e formação para o setor que têm sido implementadas.

### **3. Síntese e reflexão de trabalhos realizados**

Apesar de ser recente na Europa, e particularmente em Portugal, o estudo das políticas públicas não é novo no panorama da investigação nacional. No entanto, em relação ao estudo particular das políticas de educação para o turismo, estamos perante uma nova realidade, conforme evidencia o universo de estudos e trabalhos realizados, neste domínio, pela CTP<sup>1</sup>.

Se, por um lado, o domínio da educação e o próprio turismo atravessam uma clara fase de reinvenção e de rejuvenescimento, reflexo dos tempos que vivemos, por outro, o campo de estudo que cruza estes fenómenos continua, ainda, eminentemente associado e circunscrito a um conjunto de práticas empíricas. Esta ilação está, desde logo, patente nos títulos de alguns dos principais trabalhos de investigação neste domínio (ver exemplos abaixo), os quais refletem, em certa medida, o estado atual da arte em Portugal.

Uma visão alargada e holística da educação para o turismo, dos novos protagonistas e dos novos modelos educativos surge apenas de forma pontual, em alguns trabalhos de investigação, através de abordagens de natureza eminentemente quantitativa e comparativa. O tema central de investigação continua a ser, quase sempre, o ensino superior, surgindo apenas algumas referências a determinadas particularidades do ensino profissional

Enunciamos, de seguida, por ordem cronológica, algumas das principais investigações que identificámos, no panorama nacional, no domínio da educação para o turismo:

- A Tese de Doutoramento de Manuel Brites Salgado, apresentada à Universidade de Aveiro - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, em 2007, com o título “Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português”;
- A Dissertação de Mestrado de Paulo Vargas Revés, apresentada à Universidade Lusófona – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 2011, com título

---

<sup>1</sup> Turismo no século XXI, um novo quadro para a formação profissional

“Evolução e perspectivas das necessidades de formação turística e hoteleira na região do Alentejo”;

- A Tese de Doutoramento de Éricka Maria Costa de Amorim, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 2013, com o título “Planeamento Turístico em Portugal: Abordagem relacional entre a Formação Superior em Turismo e o Planeamento ao nível Local”;
- A Dissertação de Mestrado de Dora Catarina Garrucho Caetano, apresentada à Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em 2013, com o título “As mais-valias da contratação de Técnicos de Cozinha/Pastelaria e de Técnicos de Serviço de Restauração e Bebidas formados nas Escolas do Turismo de Portugal, na perspetiva dos hoteleiros portugueses”;
- A Tese de Doutoramento de Raul José de Sousa, apresentada à Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, em 2014, com o título “A Formação Tecnológica em Turismo no Brasil: potencialidades e fragilidades das atividades experienciais nos cursos de Gestão de Turismo”.

As abordagens materializadas em algumas das obras representativas deste universo de investigação são o reflexo e o reconhecimento desta nova realidade e do seu crescente significado social no cômputo particular do turismo, refletindo o carácter emergente do tema em Portugal.

Por outro lado, outra forma de validação da relevância desta matéria é a inclusão da qualificação dos recursos humanos no PENT (2007). No que à formação concerne, este documento e os estudos preliminares associados validam e reforçam as abordagens que contemplam as novas e atuais conceções holísticas da formação à luz do caso português.

#### **4. A investigação e o investigador**

Todos os processos de investigação têm um contexto, e em nenhum caso esse contexto deixa de integrar e considerar as características do investigador.

A oportunidade de estudar e conhecer melhor as políticas e as ações concretas no domínio da educação e formação para o turismo já foi apresentada em anteriores tópicos desta introdução. Cremos, aliás, que a força do tema quase que se autojustifica, na forma de uma evidência que não carece de especial fundamentação.

Contudo, para além do quadro geral desta temática, o foco da presente investigação centra-se na compreensão e análise do racional destas políticas e nos processos da sua concretização. Significa isto que há um percurso histórico que se tem de convocar para o efeito, uma boa parte dele pouco conhecido. Constatamos que as fontes de informação nesta matéria são muito diversas e dispersas, poucas vezes acedidas e ainda menos interpretadas; o reconhecimento da “opacidade” deste conhecimento levou-nos à decisão de trazer para o corpo da Tese traços de informação descritiva que, noutras circunstâncias, talvez nós próprios optássemos por dispensar ou remeter para anexo; não pretendemos fazer história, no sentido formal da palavra, mas pareceu-nos útil deixar um registo, visível e suficientemente detalhado, do percurso histórico da educação e formação para o turismo que nos trouxe até à situação atual do país nesta matéria.

Neste ponto da reflexão, cabe juntar o «ponto de vista» do investigador. O autor deste trabalho entregou a totalidade da sua formação académica especializada e do seu exercício profissional à causa da educação e formação para o turismo. Teve a oportunidade (e a sorte!) de conhecer pessoalmente muitos dos protagonistas recentes que esta história identifica, e de «quase conhecer» todos os outros, na força viva de relatos e circunstâncias que os identificam e valorizam. Esta empatia do autor com o tema, e com os seus protagonistas, no respeito que lhes é devido, é outra razão para o (talvez pouco habitual) detalhe dos conteúdos que compõem esta história.

O “perfil” do autor, um profissional da hotelaria, com formação técnica especializada e formador com habilitação neste domínio, justifica um comentário adicional. Tendo percorrido, desde jovem, todo o percurso da formação profissional, o autor procurou, depois, complementar o seu percurso pessoal através de um processo educativo mais amplo, que passou, primeiro, por um bacharelato em Gestão Hoteleira, depois uma licenciatura em Turismo e, mais tarde, por um mestrado em Gestão Estratégica de Empresas Turísticas. Toda esta vida académica foi sendo prosseguida em paralelo com o desempenho profissional na autoridade nacional com responsabilidade na formação profissional para o turismo e hotelaria: primeiro, o Instituto Nacional de Formação Turística [INFT], depois Instituto de Formação Turística [INFTUR] e, finalmente, o Instituto do Turismo de Portugal [Turismo de Portugal, I.P.].

Se detalhamos, em texto e nesta fase do trabalho, o percurso pessoal, académico e profissional do autor é para dar evidência tanto do que ele foi, como daquilo que ele não foi.

Acreditamos ter aditado valor a este processo em resultado do nosso percurso de vida. Procurámos afastar-nos da realidade vivida, na maior parte dos casos apenas efémera, e focámo-nos nas consequências práticas das reflexões e decisões de que trata a nossa pesquisa.

## **5. Estrutura do trabalho**

Sucintamente, apresentamos a estrutura do trabalho, que se encontra dividido em quatro partes, para além da introdução, que agora se fecha, das conclusões e das recomendações.

A primeira parte é constituída pelo quadro teórico dos temas norteadores do trabalho – as políticas públicas, e a educação, estudando os seus conceitos e evolução, a partir do suporte fornecido pela revisão bibliográfica.

Na segunda parte, apresenta-se o quadro teórico da educação para o turismo e faz-se uma perspetiva histórica da sua construção em Portugal, desde os seus primórdios até ao XX Governo Constitucional, usando como principais recursos a pesquisa bibliográfica e o levantamento da legislação específica da atividade educativa para o turismo.

A terceira parte aborda os procedimentos metodológicos que conduziram o desenvolvimento deste trabalho, desde a sua fundamentação teórica até à pesquisa de campo, com o objetivo de obter subsídios práticos para o enquadramento das políticas públicas de formação no setor do turismo.

A pesquisa aplicada serviu para a recolha e posterior tratamento de informação não-existente em fontes escritas, tendo sido realizada por meio de dois instrumentos: a entrevista semiestruturada e o questionário estruturado.

A entrevista semiestruturada foi aplicada a uma amostra não probabilística do tipo “intencional”, pois considerou-se fundamental a opinião de determinados protagonistas como, por exemplo, aqueles que desempenharam funções político-administrativas relevantes ou ocuparam cargos na hierarquia governamental que, de algum modo, conduziram a política educativa do setor nos últimos anos, ou têm ou tiveram a possibilidade de influenciar a opinião dos demais sobre o objeto da investigação, procurando-se obter a perceção de cada um sobre a política pública de educação para o turismo, no sentido de melhor compreendermos o seu processo evolutivo.

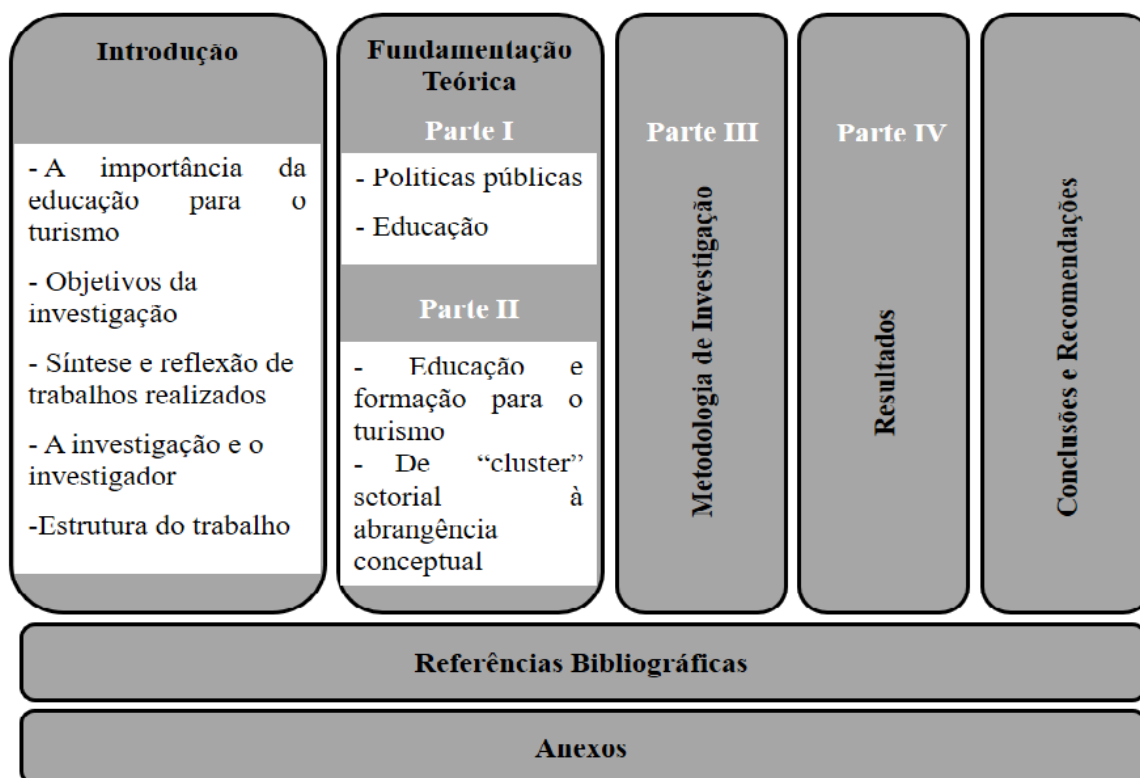


O questionário estruturado foi aplicado junto das maiores empresas nacionais do setor do turismo, associações profissionais, sindicatos e associações empresariais. O instrumento de recolha de dados foi construído por uma série ordenada de perguntas, que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Na quarta e última parte são apresentados os dados e os diagnósticos relativos à construção e evolução das políticas públicas da educação para o turismo em Portugal, com o propósito de contribuir para um modelo mais eficaz nesta matéria.

Termina-se com a apresentação das conclusões, descrevendo as limitações do trabalho e tecendo recomendações para futuros trabalhos na base do que nele consta, tendo por objetivo a sua continuidade.

**Figura 1:** Estruturação do trabalho



## **PARTE I – POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO**

Justifica-se incluir aqui uma reflexão introdutória e propedêutica sobre a decisão de, numa investigação sobre educação para o turismo, a iniciarmos com uma revisão de literatura sobre políticas públicas e sobre educação. Procurámos, contudo, reduzi-la aos seus conceitos mais elementares.

Ao partilhar aqui a nossa leitura dos principais conceitos e definições produzidos sobre políticas públicas, pretendemos que elas viessem ajudar a compreender e enquadrar, mais adiante, as ações políticas desenvolvidas pelos diversos Governos, e em particular as ações que tenham envolvido as políticas educativas para o turismo.

Devido à complexidade da atividade turística e à sua constante evolução, a estratégia e o planeamento da ação política é indispensável para a sua organização e para a promoção do seu crescimento. Todavia, com frequência, e de maneira paradoxal, as políticas de turismo, no que à educação concerne, são muitas vezes marginalizadas ou vistas como questões de pormenor, dentro de um outro universo considerado como mais relevante.

Um dos motivos para tal deficiência deve-se, em parte, à descontinuidade político-governativa, uma consequência natural dos ciclos políticos que conduza um planeamento tendencialmente de curto prazo, em detrimento de um planeamento de longo prazo, cujos moldes seriam muito mais condizentes com o planeamento em educação. Então, em curtos espaços de tempo, as políticas e diretrizes são interrompidas, alteradas, substituídas, a maior parte das vezes sem a necessária reflexão, o que afeta a sua normal consolidação e avaliação.

Por sua vez, a educação é determinada por paradigmas pedagógicos e ideológicos, que se refletem, com invulgar significado, no moderno modelo de educação escolar. Modelo esse que se desenvolveu ao longo dos últimos duzentos anos e que resulta do entrelaçar de tempos históricos, económicos, políticos, sociais e culturais não isoláveis (Azevedo, 2007, p.28).

Em Portugal, o Estado é a principal fonte de financiamento para a educação. Contudo, o investimento, em todos os níveis de ensino, é de 5,5% do PIB, abaixo da média da OCDE, que é de 6,1% (OECD, 2014, p.16). É de notar, também, que nos últimos anos o sistema educativo tem vindo a ser organizado de modo a reduzir os seus custos e a de nele fazer

diminuir o peso da administração central, racionalizando serviços e encerrando escolas. No que respeita ao turismo, não se chegou a consolidar uma política coerente de educação/formação, mas não passou incólume esta tendência global do sistema educativo.

A educação é um dos aportes fundamentais de estímulo para o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade. Compreender este fenómeno, e as suas diferentes correntes, foi o que pretendemos rever, de forma a melhor enquadrarmos as especificidades da educação para o turismo.

## **Capítulo 1 – Políticas públicas**

### **1.1. Introdução**

Para melhor compreender e avaliar as políticas públicas, é fundamental compreender o papel do Estado na sua construção assim como “pensar políticas públicas significa pensar a ação do Estado sobre a população” (Ferreira, 2012, p.194). Em democracia, o estudo das políticas públicas, aquilo que os Governos fazem ou deixam de fazer, sustenta-se em diferentes perspetivas passíveis de serem analisadas cientificamente: a filosófica, a jurídica, a sociológica, a administrativa, a política, para apenas referir as mais relevantes. Cada uma delas afirmou-se em algum momento da história (Saravia e Ferrarezi, 2007, p.21).

Este capítulo procurará refletir sobre o papel do Estado, como este evolui e se desenvolve, elabora e executa políticas públicas, bem como na complexa relação entre os elementos que detêm o poder e os restantes cidadãos.

## 1.2. O conceito de Estado

*“L'État c'est moi”*  
Luís XIV, Rei de França

*“Estado é a Nação socialmente organizada”*  
Salazar

O termo “Estado”, escrito com inicial maiúscula, a cujo significado se atribui normalmente uma natureza política, designa, segundo o dicionário Morais Silva, uma “sociedade civil constituída em corpo de Nação, regendo-se por leis próprias emanadas de si mesmo e gozando por direito de soberania”; pode designar, ainda, “País, Nação” e “o governo, a administração de um País, de uma sociedade política” (Silva, 1980, p.487).

De uma outra forma, muitas vezes apresentada como a mais consensual, o Estado existe como “uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupa um território definido e, na maioria das vezes, a sua lei maior é uma Constituição escrita. É dirigido por um governo soberano reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controlo social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção” (De Cicco e Gonzaga, 2007, p.43).

Considerando-se que o Estado representa a forma máxima de organização humana, o que ele é, e qual o seu papel, tem sido alvo de reflexão e enquadramento ao longo dos anos. Um dos principais alvos do debate em seu redor, muito para além dos campos convencionais da Filosofia, da História, da Sociologia e da Administração é o da Ciência Política, entendendo-se aqui esta como a disciplina que estuda os fenómenos ligados às estruturas políticas de forma sistemática, apoiada na observação empírica fundamentada em argumentos racionais, e na relação entre o Governo e os governados.

O conceito de Estado terá surgido nas antigas cidades-Estado que se desenvolveram na antiguidade, sendo atribuída a sua primeira utilização, com o sentido contemporâneo da palavra, ao livro “A Arte da Guerra, Sun Tzu Ping Fa” (Wu, 2006). A própria palavra Estado, segundo Norberto Bobbio, ter-se-á imposto através da difusão da obra “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, não significando, contudo, que a palavra tenha sido introduzida por ele (Bobbio, 2007, p.65).

O sociólogo Anthony Giddens defende que “um Estado existe quando há um aparelho político de governo que governa um dado território e cuja autoridade é apoiada por

um sistema legal e pela capacidade de usar a força militar para implementar as suas políticas” (Giddens, 2013, p.1127).

Não se pode, contudo, entender o “Estado” como uma máquina alheia à sociedade, ele é a materialização das contradições e das tensões presentes na sociedade (Giddens, 2013, p.123). António Gramsci alargou a noção de Estado, ao referir que nele “entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil” (Gramsci, 1968, p.149). No entanto, Michel Foucault diverge dessa posição ao defender que “os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado, nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidas a uma forma ou manifestação do aparelho central” (Foucault citado por Machado, 2006, p.169).

Pierre Bourdieu debruçou-se sobre o controlo do Estado sobre a sociedade, afirmando que “o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social” (Bourdieu, 1996, p.116), quando atua sobre as formas de pensar e agir da sociedade; para Max Weber, “o Estado é uma comunidade humana que pretende com êxito o monopólio legítimo da força física dentro de um determinado território” (Weber, 2007, p.56).

Para Weber, a força é um meio específico ao Estado. Já Louis Althusser, mais radical, definiu Estado como «uma máquina» de repressão que permite às classes dominantes (...) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia” (Althusser, 1980, p.31).

Sustentou, ainda, que as organizações civis, como a Igreja, escolas, partidos políticos e mesmo sindicatos são parte de um “aparelho ideológico do Estado” (Althusser, 1980, p.43-44).

Fernand Braudel, citando François Fourquet, refere que “o aparelho de poder, (...) é bem mais do que o Estado. É um conjunto de hierarquias, políticas, económicas, sociais e culturais, um amontoado de meios de coerção com que o Estado pode sempre fazer sentir a sua presença, em que é muitas vezes o próprio Estado a pedra de fecho da construção e quase nunca o seu dono” (Braudel, 1992, p.494).

Óscar Oszlak sintetiza e define de uma forma muito simples que o “Estado é aquilo que se faz” (Oszlak, 1997, p.4). Mas o Estado, enquanto poder público e suprema autoridade política, dentro de um território definido, está associado ao gradual desenvolvimento institucional que começa no século XVI, com a ascensão da burguesia e do capitalismo (Pernoud, 1969; Sweezy, Dobb, Takahashi, Hilton e Hill, 1978; Beaud, 1992).

O Estado absolutista assinala o seu apogeu na França do século XVII. O rei concentrava nas suas mãos todo o poder, e encarnava na sua figura o Estado. A centralização administrativa estendeu-se a toda a França. Favoreceu os negócios da burguesia, intervindo fortemente na vida da sociedade. Quando esta intervenção chegou a quase todos os campos, e o aparelho administrativo se tornou dispendioso, começou a ser considerado um problema; o Estado absolutista cedeu e o Estado liberal surgiu, constituindo-se como um Estado mínimo e pouco interventor na economia (Mourre, 1998, p.492-495).

Quando, já no século XX, e terminada a 2ª Guerra Mundial, poucos países tinham democracias e a leste da Europa se consolidavam os regimes comunistas, as condições que tinham gerado os Estados liberais estavam esgotadas, levando os países capitalistas a romperem com o centenário modelo e a tentarem reconstruir a economia, apoiando-a num Estado social caracterizado, novamente, pela intervenção estatal na atividade económica (Piana, 2009, p.31-32; Santos, 2012, p.87). Nacionalizaram-se, então, setores-chave da economia, tributaram-se progressivamente e redistribuíram-se rendimentos, visando o bem-estar da maioria da sociedade, naquilo a que se entendeu chamar de capitalismo democrático (Santos, 2013, p.30). Com base nesse conceito, garantia-se habitação condigna para todos, educação pública, assistência na doença e no desemprego, em suma, um mínimo de “bem-estar social” para todos (Giddens, 2013; Torgal, 2013).

Com esta transformação, as teorias exclusivamente jurídicas do Estado foram abandonadas pelos próprios juristas e os estudos de Sociologia Política que têm por objeto o Estado como forma complexa de organização social ganharam relevância (Bobbio, 2007, p.57). Max Weber sustentou mesmo a necessidade de diferenciar o ponto de vista jurídico do sociológico, dada a conceção natural do Estado como órgão de produção jurídica (Weber, 2012).

Após a crise económica da década de 1970, provocada pela subida do preço do petróleo, houve necessidade de grandes mudanças nas organizações (Mateus, 2005, p.168). O desemprego cresceu, aumentou o endividamento externo da generalidade dos países e, do ponto de vista político, os movimentos revolucionários intensificaram-se em quase todo o mundo, levando à queda das últimas ditaduras europeias e latino-americanas (Cunha, 2006, p.47-48). Nos últimos anos, os argumentos que atribuem o perpetuar da crise aos gastos dos Estados com as políticas sociais acumularam-se, os déficits orçamentais gerados levaram ao agravar dos impostos e, conseqüentemente, ao aumento da inflação. As políticas sociais

estariam a comprometer o livre mercado e até mesmo a liberdade individual, valores básicos do capitalismo (Tomazi, 2010).

Estavam criadas as condições para o crescimento do neoliberalismo. Os seus apoiantes defendiam uma extensa liberalização económica e uma redução da despesa pública como forma de reforçar o papel do setor privado na economia (Santos, 2012, p.87). Em resultado, dispararam as desigualdades sociais e tornou-se cada vez mais difícil delimitar o Estado. As privatizações e a criação de novos órgãos de regulamentação contribuíram para a alteração das suas fronteiras. Muitas vezes, a natureza das organizações quase autónomas não é clara, levando ao debate sobre se são parte do aparelho do Estado ou da sociedade civil.

No relato tradicional de governação, o Estado tem um papel central e tem uma abordagem *top-down* no controlo da atividade social e económica. Contudo, alguns cientistas políticos preferem, em contrapartida, propor uma nova governação, preservando o papel das instituições do Estado, mas colocando mais ênfase no modo como o Estado interage com a sociedade (Kjaer, 2004, p.11). Segundo Anne Mette Kjaer, os conceitos fundamentais da nova governação devem ser a legitimidade, a eficácia, a democracia, a responsabilidade e o escrutínio (Kjaer 2004, p.11).

Vejamos, agora, o conceito de política.

### **1.3. O conceito de política**

Sendo difícil estabelecer com precisão o que é ou não é política, um dos objetivos será o de apresentar os conceitos que permitam identificar o momento preciso da política, ou seja, como reconhecer um fenómeno como sendo político.

Carl Schmitt afirma que, “em geral, «político» é, de alguma maneira, equiparado ao «estatal», ou, pelo menos, referido ao Estado. O Estado aparece, então, como algo político, e o político como algo estatal – manifestamente, um círculo insatisfatório.” (Schmitt, 2015, p.42-43)

David Easton considera “política uma teia de decisões que alocam valor” (Easton, 1953, p.130). William Jenkins, por seu turno, considera política como um “conjunto de decisões interrelacionadas, tidas por atores políticos ou grupos de atores, relativas à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação específica em que essas decisões devem, em princípio, estar dentro do poder desses atores” (Jenkins, 1978, p.15).

Para Aaron Wildavsky, o termo política é utilizado para referir o processo de tomada de decisão, mas também o produto desse processo (Wildavsky, 1997, p.387).

Para Anthony Giddens, a “política é o meio pelo qual o poder é usado e disputado para afetar o alcance e o conteúdo de atividades governamentais (Giddens, 2013, p.1171).

Não existirá um conceito único de política, variando este em função da visão do observador, mas aderimos à síntese que entendemos como mais abrangente: “política é uma teia de decisões e ações que alocam valor, cujo desenvolvimento ocorre no tempo; envolve mais do que uma ação isolada e localizada, que uma vez articuladas vão formatando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras será tomada (GAPI, 2002, p.3).

A política pode também ser abordada de outras formas, tais como: para designar o campo de atividade ou o envolvimento governamental (social, económico), o objetivo ou situação desejada (estabilidade económica); um propósito específico (taxa de inflação); as decisões do Governo; o programa (pacote de medidas envolvendo legislação, recursos e meios); os resultados (os que são realmente obtidos ou os propósitos anunciados), o impacto; e a teoria ou modelo (que procura a relação entre ação e resultado esperado). (GAPI, 2002, p.3).

Para entender cabalmente o conceito de política é necessário ter presente a distinção entre política e decisão, bem como entre política e administração. E que a política envolve tanto de intenções quanto de comportamentos, tanto de ação como de não-ação, que pode determinar impactos não esperados, que é um processo que se desenvolve ao longo do tempo e que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve muitos outros intervenientes e, como tal, definida subjetivamente segundo as visões conceptuais adotadas (GAPI, 2002, p.3).



#### 1.4. O conceito de política pública

Importa agora referir que, quando falamos de “política”, não nos referimos necessariamente ao mesmo de quando falamos de “política pública”, isto apesar de a língua portuguesa utilizar a mesma palavra para se referir às duas distintas coisas: a política e a política publica (Rua, 2012, p.16). Quando recorremos à língua inglesa fica mais fácil perceber as diferenças. Segundo Klaus Frey:

A literatura sobre “*policy analysis*” diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado, na ciência política, o emprego dos conceitos em inglês de “*polity*” para denominar as instituições políticas, “*politics*” para os processos políticos e, por fim, “*policy*” para os conteúdos da política.

A dimensão material “*policy*” refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas; no quadro da dimensão processual “*politics*” tem em vista o processo político, frequentemente de carácter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão institucional “*polity*” refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo (Frey, 2000, p.216).

Os estudos pioneiros sobre políticas públicas terão sido realizados por Woodrow Wilson, professor de Ciência Política da Universidade de Princeton e, posteriormente, presidente dos Estados Unidos da América (Oszlak, 1982, p.18), com a publicação, em 1887, do seu ensaio “The study of administration”, na revista “Political Science Quarterly” (Saravia e Ferrarezi, 2007, p.22). A sua preocupação foi, na altura, “a criação de uma classe administrativa apartidária, seleccionada com base no mérito, de forma a neutralizar o nepotismo e o favoritismo que então dominava a administração pública norte-americana” (Saravia e Ferrarezi, 2007, p.22).

Assim, não é de estranhar que a política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina académica, tenha precisamente nascido nos Estados Unidos da América, na década de 1930, procurando analisar a ação dos governos e compreendê-la de forma científica. Harold D. Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton são considerados os fundadores da política pública enquanto área autónoma da ciência política (Souza, 2006, p.23). Lawrence Mead define-a, contudo, como “um campo dentro do estudo

da Ciência Política, que analisa o Governo à luz de grandes questões públicas” (Mead, 1995, p.1).

Na década de 1950, o estudo da política pública consolidou-se como área do conhecimento, a que não foi alheia a publicação dos livros “The governmental process”, de David B. Truman, e “The policy sciences”, de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell (Frey, 2000, p.214).

Thomas Dye definiu que “política pública é tudo aquilo que o Governo escolhe fazer ou não fazer” (Dye, 1984, p.4). Guy Peters reforça esta linha de pensamento, ao afirmar que “política pública é a soma da atividade do Governo, agindo diretamente ou por delegação, de forma a influenciar a vida dos cidadãos” (Peters, 1986, p.4). Mais amplo, Robert Eyestone define política pública como o “relacionamento entre o Governo e o seu ambiente envolvente” (Eyestone, 1971, p.18), não atribuindo ao Governo toda a responsabilidade na condução política. Kevin Smith e Christopher Larimer defendem mesmo que as políticas públicas são formalmente produzidas pelos Governos, mas envolvem um conjunto alargado de agentes governamentais e não-governamentais (Smith e Larimer, 2009, p.2). William Jenkis defende, na mesma linha, que “política pública é um conjunto de decisões tomadas por agentes políticos ou grupos de agentes em relação a metas e recursos para se atingir um determinado objetivo” (Jenkins, 1978, p.15). Harold Lasswell refere que “o estudo das políticas públicas é o estudo das influências e dos influentes” (Laswell, 1958, p.295).

James Anderson acrescenta que não apenas os problemas públicos ou sociais se tornam objeto de decisões governamentais, já que “a tendência é cada vez mais converter problemas privados em problemas sociais pela ação governativa” (Anderson, 2003, p.9). Herbert Simon, citado por Souza (2006, p.23), introduz o conceito da racionalidade limitada dos decisores públicos, pois, entre outros fatores, estes encontram-se sempre limitados por possuírem informação incompleta ou imperfeita, por terem pouco tempo para tomarem decisões ou o seu próprio interesse ser reduzido.

Para Vincent Lemieux, as políticas públicas “podem ser definidas como tentativas de regular situações que se apresentem como problemas públicos, numa comunidade ou entre comunidades” (Lemieux, 1989, p.41), definindo política como a regulação do que é público, isto é, o que os reguladores consideram como público ou, ainda, o que um público interpretado acredita dever ser regulamentado. Os sistemas de relações de poder são problemas para os reguladores e para o público, regulados por um outro sistema de relações de poder, o sistema de governo. Por outras palavras, o sistema político, quando é governado,

inclui dois subsistemas articulados entre si, o sistema de governo e o sistema público (Lemieux, 1989, p.41). Ernesto Cohen e Rolando Franco (1993) definem política como um composto de ações que se inserem entre uma situação existente e uma situação desejada, transformando a situação problemática numa situação desejável pelo “Estado”.

David Easton (1965) define política pública como um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultados e ambiente, e Celina Souza resume o conceito da seguinte forma:

“A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (Souza, 2006, p.26).

A política pública não emerge, pois, do vazio, mas sim da interação de um grande número de forças com os desejos e decisões daqueles que fazem a política. As diferentes definições apontam para o cerne principal da questão – os Governos –, tendo a maioria dos autores uma visão holística do tema, “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes, e que indivíduos, instituições, ideologias e interesses realmente contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores” (Souza, 2003, p.13).

### **1.5. Tipos de políticas públicas**

Uma vez que as políticas públicas possuem diferentes características, formatos institucionais e perseguem objetivos diversos, é comum serem segmentadas.

Theodore Lowi classificou-as em função do seu efeito sobre a sociedade e das relações entre os atores implicados na sua formação, criando quatro grupos que denominou como políticas distributivas, redistributivas, regulatórias e constituintes (Lowi, 1964, p.178; Lowi, 1972, p.300).

Lowi entendeu por políticas distributivas aquelas que, de forma pontual ou setorial, respondem à exigência social ou à pressão de grupos de interesse. Grande parte das medidas aplicadas diariamente pelos Governos inserem-se neste grupo, acabando, em muitos casos, por ter conotação clientelar, pois circunscrevem-se, normalmente, à disponibilização de equipamentos e serviços públicos financiados pela sociedade, através dos orçamentos públicos. São disso exemplos o equipar de uma escola, as reparações num infantário ou a implementação de um projeto de educação ambiental.

Por políticas redistributivas, Lowi designou aquelas que consistem na atribuição direta de recursos ou de financiamentos, sendo disso exemplo os programas de bolsas de estudo, o pagamento de livros ou a alimentação escolar.

Nas políticas regulatórias, o mesmo autor colocou aquelas que consistem na elaboração de normas que regulem determinado setor, permitindo aos serviços públicos a aplicação de determinada política distributiva ou redistributivas. São exemplo destas políticas a implementação dos Planos Diretores Municipais, ou dos Planos de Ordenamento. Estas políticas, sem benefícios imediatos, apenas produzem efeitos a longo prazo, uma vez que precisam de tempo para serem implementadas (Azevedo, 2003, p.4).

Por fim, as políticas constituintes ou institucionais. Embora Theodore Lowi quase não as aborde, elas estabelecem regras de distribuição de poderes e referem-se a alterações que incidem nas regras do “jogo político”, como são as reformas constitucionais ou as reformas institucionais. São delas exemplo a separação de poderes num Estado, ou a relação entre os diferentes níveis de governo.

Além desta classificação, as políticas públicas podem ainda ser classificadas em função de uma multitude de critérios que foram já alvo de algum estudo teórico, das quais se apresentam as mais comuns.

As políticas substantivas serão as que têm a ver com o que os Governos vão fazer, ou seja, trata-se de políticas que proporcionam diretamente vantagens ou desvantagens em relação a algo. Políticas procedimentais serão as que se relacionam com a maneira como se vai fazer algo e com quem vai empreender a ação; incluem-se, aqui, as que se referem aos assuntos de organização da administração pública; são também designadas por políticas setoriais, pois baseiam-se nas divisões oriundas do direito e da administração, sendo normalmente agrupadas por setor económico e de acordo com as divisões ministeriais do Estado (Muller e Surel, 2002).

Heinz Eulau e Robert Eyestone (1968) introduziram uma nova diferenciação, entre políticas adaptativas e de controlo, pretendendo analisar resultados políticos ao longo do tempo, em que as primeiras seriam medidas através de um percentual do total dos gastos do Governo num determinado setor, enquanto que nas segundas, de controlo, o indicador seria o percentual de todos os gastos governamentais, incluindo, principalmente, os gastos administrativos e em salários.

Com James Wilson (1974) passou-se a referir a classificação de políticas reguladoras, sendo que, nestas, o importante é enquadrar os padrões da regulação e observar os custos e benefícios dessa regulação, podendo ser aqui enquadradas as políticas reguladoras de preços.

Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2006) atribuem à política social o papel de amortecimento do impacto das crises capitalistas; neste sentido, a classificação das políticas sociais agrupa as políticas que procuram defender condições dignas de existência à força de trabalho. Estas assumem, muitas vezes, outras designações, como seja a de políticas promotoras, por exemplo, a promoção do combate ao abandono escolar.

Claus Offe distingue dois tipos de racionalidade política, que moldam as políticas “conjunturais” em oposição às “estruturais”, em que as primeiras maximizam a resposta política ligada à forma como aparecem na ordem do dia e as segundas extrapolam o âmbito das primeiras (Offe, 1989, p.228), funcionando como estratégia, sobretudo nos países de capitalismo avançado.

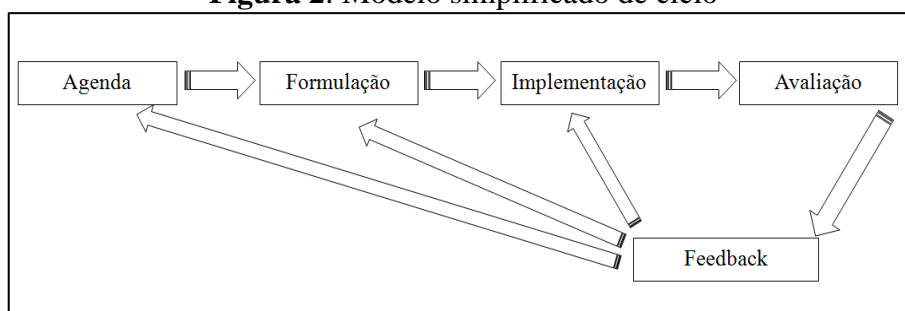
Ives Meny e Jean Claude Thoning reuniram as políticas em três grupos. O primeiro privilegia “o indivíduo e o pluralismo social e só concebem o Estado numa perspetiva funcional (...), para atender a procura social”. Um segundo grupo “insiste em atribuir ao Estado a condição de instrumento ao serviço de uma classe ou de um grupo específico”.

Segundo esta ótica, “o Estado dispõe só de uma autonomia marginal, e representa os interesses do capital (teorias neomarxistas) ou o dos burocratas ou especialistas que o controlam desde o seu interior (teorias neoweberianas)”. Finalmente, um terceiro grupo “procura encontrar um caminho intermedio, dedicando-se a interpretar os equilíbrios e desequilíbrios que se estabelecem entre o Estado e a sociedade e que as políticas públicas permitem traduzir” (Meny e Thoning 1992, p.45-46).

## 1.6. Ciclo de política pública

No complexo processo de estudo das políticas públicas, Harold Lasswell apresentou um modelo suportado num conceito de ciclo, dividido em sete estágios (Lasswell, 1958). Contudo, o seu modelo original foi largamente criticado, tendo Jack Barkenbus (1998, p.1) apresentado um modelo simplificado em que apresenta apenas quatro estágios: agenda, formulação, implementação e avaliação.

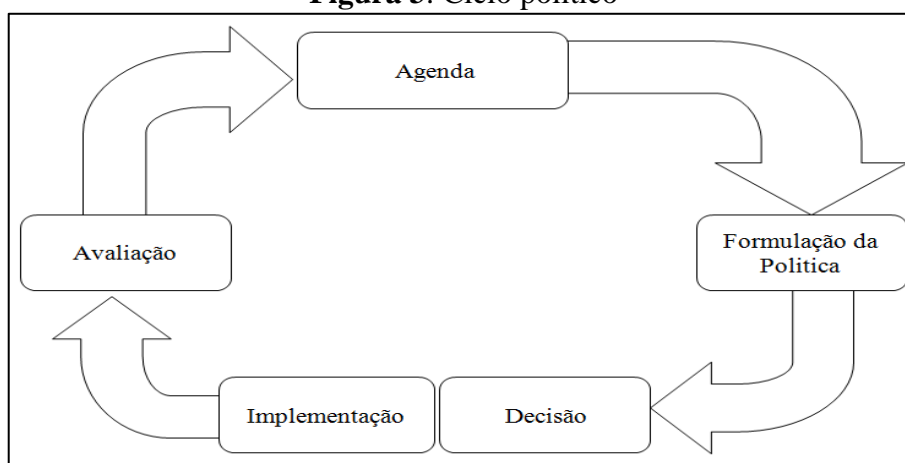
**Figura 2: Modelo simplificado de ciclo**



Fonte: Barkenbus (1998)

Howlett, Ramesh e Perl apresentam o que designam por “Improved model”, onde defendem cinco etapas nas fases de construção da política pública (Howlett, Ramesh e Perl, 2009, p.13). Hoje, este é provavelmente o modelo mais consensual entre os investigadores, sendo constituído por: agenda, formulação da política, decisão, implementação e avaliação.

**Figura 3: Ciclo político**



Fonte: Adaptado de Howlett, Ramesh e Perl (2009)

Jean-François Savard considera três destas fases essenciais para se entender o conceito de ciclo de política pública: agenda, formulação e implementação (Savard, 2012, p.1). A agenda, a primeira etapa do ciclo, cuja noção podemos definir como “l’ensemble des problèmes faisant l’objet d’un traitement, sous quelque forme que ce soit, de la part des

autorités publiques et donc susceptibles de faire l’objet d’une ou plusieurs décisions” (Garraud, 1990, p. 27), é a fase em que um assunto sai de uma esfera restrita e se torna tema de debate e de controvérsia mediática e política (Garraud, 2014). Normalmente, trata-se de um facto social que é reconhecido e considerado como “problema público”. É fundamental, nesta fase, a participação dos diversos atores da sociedade civil, pois são eles que determinam os assuntos ou elencam os problemas que requerem ação por parte dos Governos.

Depois de reconhecida a existência de um problema e da necessidade de o ultrapassar, a etapa seguinte é a formulação da política, que servirá para definir opções, analisar vantagens e inconvenientes e, por fim, aceitá-los ou rejeitá-los (Howlett, Ramesh e Perl, 2009). Nesta perspetiva, a relação entre o Governo e os atores sociais é um elemento fundamental de influência na formulação das políticas públicas (Megie, 2004, p.283-289).

A terceira etapa é a implementação, ou o processo de colocar uma política pública em vigor. Isto é, quando uma decisão é realizada através da aplicação de diretrizes do governo e é confrontada com a realidade. Geralmente, há uma discrepância entre a intenção de uma política e o seu resultado. Tradicionalmente, o estudo da implementação permite trabalhar sobre o confronto entre as decisões nacionais e a sua implicação local (Megie, 2004).

As discrepâncias decorrem do papel desempenhado pelos seus atores, em particular os funcionários públicos encarregados da sua execução, cujas tendências pessoais (ideologias, interesses, pensamentos, etc.) podem influenciar as suas perceções e até mesmo as suas intenções quando se trata de implementar uma política (Savard, 2012, p.2). No entanto, parece que o principal fator a influenciar o comportamento dos funcionários públicos é a sua pertença a uma organização (Brooks, 1998, apud, Savard, 2012, p.2). A este respeito, a cultura organizacional tem uma influência decisiva, uma vez que transmite normas ideológicas e profissionais, bem como técnicas específicas que podem influenciar o processo de implementação (Brooks, 1998, apud, Savard, 2012, p.2).

Os atores externos podem, igualmente, contribuir para superar o desfasamento entre as intenções governamentais e os resultados observáveis. Por exemplo, grupos de pressão ou parceiros externos com interesses precisos na operacionalização de uma política podem influenciar a forma como os funcionários podem vir a assegurar a operacionalização de uma política, operacionalização essa que pode levar a que algumas políticas resultem e outras não.

Cumprе reconhecer que o modelo de ciclo político não é imune a críticas; a criação de uma falsa impressão de linearidade é, desde logo, a crítica apresentada com maior

frequência, muito por causa de cada etapa do ciclo ser aplicada numa ordem pré-determinada, o que está longe da prática.

Os estudos da implementação de políticas públicas estão normalmente associados a duas correntes de pensamento, que desenvolveram diferentes métodos de análise: o modelo “top-down” e o modelo “bottom-up” (Matland, 1995, p.146). Foi Paul Sabatier quem, nos anos 80, desenvolveu os primeiros estudos na perspectiva destas duas abordagens (Sabatier, 1986, p.22), tornando-se mesmo um reconhecido especialista no modelo “top-down”. A característica principal do modelo “top-down” é que ele estabelece uma separação rígida entre a fase de tomada de decisão e de implementação, entendendo os decisores políticos como atores centrais e a implementação como um esforço administrativo banal (Raeder, 2014, p.134). O modelo começa com uma análise da decisão política por parte do Governo e depois examina o grau em que os seus objetivos foram alcançados, o tempo que a ação levou e quem a executou (Vaquero, 2007, p.145). Esta análise compreende: (1) objetivos claros e consistentes; (2) teoria causa-efeito adequada; (3) processo de implementação legalmente estruturado, de forma a reforçar o cumprimento através dos decisores e grupos-alvo; (4) decisores políticos comprometidos e hábeis; (5) apoio de grupos de interesse e sociedade; e (6) mudanças nas condições socioeconómicas que não enfraqueçam o apoio político ou a teoria causa efeito (Matland, 1995, p.147-148).

Este enfoque foi criticado, pois contém limitações em relação à ideia da existência de um controlo hierárquico da programação; no entanto, diversos estudos documentaram as possíveis desvinculações causadas pelos burocratas de primeiro nível (Vaquero, 2007, p.145).

Paul Sabatier refere que:

“ [...] a falha fundamental em modelos “top-down” é que eles se começam a formar numa perspetiva (central) de fazedores de decisão e, portanto, tendem a negligenciar outros atores. [...] Uma segunda, e relacionada com a crítica dos modelos “top-down”, é que eles são difíceis de utilizar em situações onde não há política dominante (estatuto) ou agência, mas sim uma multiplicidade de diretivas governamentais e atores, nenhum deles proeminentes. [...] Uma terceira crítica do modelo “top-down” é que ele tende a ignorar, ou pelo menos a subestimar, as estratégias utilizadas pelos burocratas locais e grupos-alvo para mexer a política (central) e/ou para desviá-la para seus próprios fins” (Sabatier, 1986, p. 30).



Perante as fraquezas metodológicas da abordagem “top-down”, e também como séria crítica à sua abordagem, surge o modelo “bottom-up”. Assim, este modelo “bottom-up” começa com outros atores ou grupos-alvo, num nível bastante mais baixo do processo de implementação. Aqui, o enfoque é na análise que ocorre na relação entre os burocratas administrativos e aqueles que recebem a política que, percecionando problemas, desenvolvem os ajustes necessários para alcançarem as metas delineadas (Raeder, 2014, p.134).

Benny Hjern e Chris Hull (1982) apresentaram um modelo de análise com forte rigor metodológico, considerando três aspetos: o primeiro, é a conceptualização da unidade de análise, a qual deve ser considerada sujeita a falsificações; o segundo, tenta construir a unidade dissecando os atores que nela participam, assim como os seus objetivos, estratégias e recursos; finalmente, numa perspetiva avaliativa, cumpre decidir se se deve construir uma rede analítica que permita provar as hipóteses acerca de como funciona o sistema político.

Por fim, Paul Sabatier destaca que os “top-downers” e os “bottom-uppers” movem-se por diferentes preocupações e, como tal, naturalmente desenvolveram abordagens diversas (Sabatier, 1986, p.39).

Não se restringindo a avaliação nem aos resultados da política, nem à etapa final do processo, torna-se importante compreender algumas características das avaliações respeitantes aos seus diferentes instrumentos, recursos e tempos de operação.

A avaliação, como fase específica do ciclo da política, tem sido utilizada desde o pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente nos EUA e no Reino Unido, dentro dos modelos que adotam esta perspetiva, como um instrumento destinado a reduzir riscos e ampliar certezas e apoiar a tomada de decisão nos mais variados momentos que ocorrem ao longo das diversas fases do ciclo (Baptista e Rezende, 2011, p.139). O momento do ciclo da política ao qual a avaliação se remete é um elemento determinante dos diferentes tipos de avaliação.

Tatiana Baptista e Mónica Rezende diferenciam a avaliação normativa da pesquisa avaliativa. Por avaliação normativa consideram aquela que resulta da aplicação de critérios e normas bem definidos, e por pesquisa avaliativa a que é elaborada a partir de um procedimento científico (Baptista e Rezende, 2011, p.153), caracterizando-se como uma pesquisa e analisando-se também a pertinência, os fundamentos teóricos e as relações existentes entre a intervenção e o contexto no qual ela se situa.

Outra diferenciação encontrada é a que se faz entre avaliação sumativa e formativa, a qual está relacionada com as funções que a avaliação deve cumprir: a avaliação sumativa,

aplicada com frequência a programas e projetos de longa duração para estudar a efetividade e ponderar os benefícios, trabalha com dados relativos aos resultados, procurando a análise de informações que tenham por interesse apoiar decisões relativas à continuidade dos programas, ao seu encerramento, à sua ampliação e mesmo à sua adoção por outros, fundamentando-se na especificação de até que ponto os objetivos propostos foram cumpridos. A objetividade e a credibilidade da avaliação sumativa são mais importantes do que a aplicabilidade direta dos resultados (Silva e Costa, 2002, p.20).

Por outro lado, a avaliação formativa, promovida durante o período de implementação dos programas e projetos, visa fornecer informação para adequar e corrigir aspectos da política durante a fase de implementação; é particularmente útil se o objetivo for apoiar e fortalecer o desenvolvimento e a gestão de programas e projetos; os principais contributos dessa opção, ao monitorizar os acontecimentos, são a identificação de questões operacionais e a compreensão dos possíveis resultados associados.

A necessidade de cruzar os dois modelos avaliativos é apontada por diversos autores (Vaquero, 2007, p.148). As avaliações sumativas necessitam de informações sobre a formação e o processo de implementação e, neste sentido, dependem de informações de natureza formativa. Por outro lado, quando se opta pela continuidade de uma política após um estudo de avaliação sumativa, os resultados deste estudo podem ser utilizados, mais adiante, para uma avaliação formativa. Além disso, em políticas amplas, a avaliação sumativa de um componente da política pode desempenhar função formativa no processo de implementação da política como um todo.

Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick, é fundamental que a avaliação seja "estruturada, formal e pública, em que as opções se baseiam em esforços sistemáticos para definir critérios explícitos e obter informações acuradas sobre as alternativas" (Worthen, Sanders, e Fitzpatrick, 2004, p.38).

Maria José Aguilar e Ezequiel Ander-Egg tentam agregar definindo:

A avaliação é uma forma de investigação social aplicada, sistemática, planeada e dirigida; encaminhada para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e fiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo acerca do mérito e o valor das diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, tenham realizado ou realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que os ditos resultados se

tenham dado, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso dos seus resultados (Aguilar e Ander-Egg, 1992, p.18).

Outra distinção utilizada é entre a avaliação “ex-ante” e “ex-post”. As avaliações “ex-ante”, também designadas por avaliações-diagnóstico, consistem no levantamento das necessidades e estudos que irão orientar a formulação e a tomada de decisão para uma política; pretendem produzir parâmetros e indicadores que se incorporem no projeto, melhorando as suas estratégias metodológicas e fixando pontos que permitam futuras comparações.

Por outro lado, as “avaliações ex-post” são aquelas que ocorrem concomitantemente ou após a implementação da política e se distinguem, quanto à natureza, em avaliação de processo e avaliação de resultados, sendo esta última subdividida em três tipos: resultados antecipados, aqueles que se esperam atingir com a sua implementação; resultados não-antecipados, os que efetivamente se alcançaram, e, por último, a avaliação do impacto, que permite aferir se a ação produziu realmente os benefícios que se esperava, e em que período de tempo (Baptista e Rezende, 2011, p.154).

Sónia Draibe (2001) alerta para o uso pouco preciso da noção de resultados e diferencia neles várias tipologias, que podem ser avaliadas simultaneamente:

- a) desempenho – refere-se aos pontos do programa, previstos nas suas metas e derivados do seu processo particular de “produção”;
- b) impactos – são as mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele são provocadas;
- c) efeitos – contabilizam outros impactos do programa, esperados ou não, que afetam o meio social e institucional no qual foi realizado.

Marta Arretche, por seu lado, distingue a avaliação de uma dada política pública de outras modalidades de avaliação: avaliação política e análise de políticas públicas (Arretche, 1998, p.1).

A avaliação política é entendida como “a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (Figueiredo e Figueiredo, 1986, citado por, Arretche, 1998, p.1-2).

Segundo Marta Arretche, pode ressaltar tanto o caráter político do processo decisório que implicou a adoção de uma determinada política como os valores e critérios políticos

nelas identificáveis; examina os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública, independentemente da sua engenharia institucional e dos seus prováveis resultados (Arretche, 1998, p.2).

A análise de políticas públicas visa examinar a engenharia institucional e os traços constitutivos dos programas que podem ser formulados e implementados de diversos modos; busca reconstituir as suas características, de forma a apreendê-las num todo coerente e compreensível, dando sentido e entendimento às ambiguidades, incoerências e incertezas presentes em todos os momentos e estágios da ação pública; ainda que possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, não ambiciona atribuir uma relação de causalidade entre o programa e um resultado.

Por último, a avaliação de políticas públicas atribui à relação de causalidade o seu objetivo; a sua particularidade consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer tal relação, ou ainda que, na ausência de um determinado programa, não haveria o resultado mencionado.

Na relação entre processos e resultados surge uma outra classificação para os estudos avaliativos das políticas públicas: a avaliação da eficácia, da eficiência e da efetividade (Draibe, 2001).

A avaliação da eficácia baseia-se em aferir se os processos e sistemas de implementação são adequados para produzir os seus resultados no menor tempo e com a maior qualidade. Este tipo de avaliação pode ser feito entre as metas propostas e as metas alcançadas, ou entre os instrumentos previstos para a sua implementação e aqueles efetivamente utilizados. A maior dificuldade para este tipo de avaliação é a sua obtenção e o grau de confiança da informação recolhida (Arretche, 1998, p.5).

A avaliação da eficiência baseia-se na relação entre o esforço empregue na implementação e os resultados alcançados. Esta avaliação questiona se as atividades ou os processos se organizam tecnicamente da maneira mais apropriada, se se realizam com os menores custos e se produzem os resultados esperados no menor tempo (Arretche, 1998, p.7).

A avaliação da efetividade aplica-se entre objetivos e metas e entre impactos e efeitos, sendo que o grau de efetividade se mede pela quantidade e nível de qualidade com que se realizam as alterações introduzidas na realidade sobre a qual se pretende incidir (Arretche, 1998, p.3).

Importa, contudo, destacar que o tipo de avaliação mais adequado é sempre determinado pelos objetivos e questões colocadas em relação às políticas.

### **1.7. Nota final**

Durante séculos, as principais funções do Estado foram a segurança interna e a defesa em caso de conflito externo. De então para cá, muitas mudanças se concretizaram em relação às responsabilidades do Estado perante a sociedade. Apesar de atualmente se discutir bastante qual o papel do Estado, pode dizer-se, sem grande risco, que a sua principal função é a de proporcionar bem-estar à sociedade. Para tal, o Estado cresce ou diminui segundo a corrente ideológica dos seus governantes.

Para atingirem os seus objetivos, os governantes fazem uso das políticas públicas. Nestas, desde o questionar do problema, até à execução de uma ação, identificam-se dois tipos de atores: os públicos, aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções, ou seja, os políticos eleitos para um determinado mandato e os funcionários que atuam na administração; e os privados, aqueles que não estão vinculados à administração do Estado, pertencem à sociedade civil, são o cidadão comum e as organizações, quer sejam sindicatos, associações empresariais, imprensa, entre outras entidades.

Contudo, uma das características mais marcantes nas políticas públicas continua a ser a descontinuidade administrativa, que faz com que a cada mudança de ciclo político se alterem as políticas. Os próprios organismos responsáveis por uma determinada ação pensam-na ou reformulam-na muitas vezes de acordo com o interesse dos seus responsáveis políticos do momento. Um outro aspeto da alternância de ciclos políticos é o posicionamento entre a política económica e a política social, sendo as políticas sociais ciclicamente subalternizadas pelas económicas, e vice-versa.

Por princípio, a administração deveria pautar-se pela neutralidade, mas, porque é feita por pessoas, sofre em função dos seus interesses e inclinações políticas, sejam eles pessoais ou organizacionais, o que faz com que interfiram na cooperação ou no impedimento da ação governativa.

No entanto, assiste-se, hoje em dia, a que a atuação dos políticos é marcada, cada vez mais, por ações capitalisadoras de simpatias e cada vez menos por ações estruturantes que

alterem o *status quo* da sociedade, optando pelo caminho mais fácil e imediato de intervenção. A predominância de regimes democráticos, suportados em ciclos eleitorais de curta duração, tem uma forte relação estrutural com essa tendência.

As políticas públicas para o setor do turismo não são alheias a esta conjuntura, muito embora o relacionamento institucional entre os atores políticos, os eleitos para um mandato, os funcionários que atuam na administração e aqueles que pertencem à sociedade civil, sejam os seus organismos, sindicatos ou associações empresariais, sempre se tenha pautado por uma postura dialogante, que tem resultado em tomadas de decisão mais ou menos consensuais.

Na educação para o setor do turismo também não têm acontecido grandes rupturas entre ciclos políticos, muitas das vezes porque as atuações são pautadas por um certo laxismo, confinando-se a ação política à consequência de uma forte ação “bottom-up”, na qual os burocratas administrativos, percebendo ou antecipando problemas, desenvolvem os ajustes necessários e propõem a intervenção política julgada como oportuna.

## Capítulo 2. Educação

### 2.1. Introdução

*“The central task of education is to implant a will and a facility for learning; it should produce not learned but learning people. The truly human society is a learning society, where grandparents, parents, and children are students together. In a time of drastic change it is the learners who inherit the future. The learned usually find themselves equipped to live in a world that no longer exists.”*

Hoffer (1973, p.22)

Segundo Anthony Giddens (2013, p.944), a educação é considerada um bem inquestionável a cujo acesso todos devem ter direito. Com efeito, numa sociedade cada vez mais materialista e economicista e num mundo cada vez mais global, a educação é vista como mecanismo privilegiado para favorecer e concretizar os imperativos de adaptação à mudança.

Sendo um bem a que todos devem ter acesso, a educação não deve, como tal, ser encarada com um bem ou serviço mercantilizável. No entanto, é precisamente neste domínio que se centra hoje o verdadeiro combate ideológico em seu torno. A educação deverá ser uma função social prioritária do Estado ou, pelo contrário, ser uma atividade aberta ao mercado concorrencial?

Alguns investigadores questionam mesmo se a educação deve estar “(...) ao serviço de uma política global destinada a reforçar a coesão social, a promover uma mobilidade social, a formar os futuros cidadãos de uma sociedade democrática e a reduzir parte das desigualdades preexistentes, não devendo ser determinada apenas por critérios de eficácia financeira” (Guinote, 2014, p.97-98) ou, pelo contrário, deve ser tida como “ (...) uma missão que pode ser assegurada por qualquer tipo de operadores, numa lógica de mercado concorrencial, em que a promoção da excelência de alguns à custa da penalização dos menos aptos é um custo suportável, perante as vantagens financeiras de um modelo menos oneroso” (Guinote, 2014, p.97-98).

Apesar desta dicotomia fraturante, o papel da educação é visto, independentemente do modelo, como crucial, enquanto mecanismo infraestrutural e instrumental para o processo de modernização, capaz de contribuir para regular quantitativamente e qualitativamente a oferta de mão-de-obra (Antunes, 1996, p.160).

## 2.2. Definições e conceitos

*“The only purpose of education is to teach a student how to live his life-by developing his mind and equipping him to deal with reality. The training he needs is theoretical, i.e., conceptual. He has to be taught to think, to understand, to integrate, to prove. He has to be taught the essentials of the knowledge discovered in the past-and he has to be equipped to acquire further knowledge by his own effort.”*

Rand (1999)

Podemos definir “educação” como a instituição social que possibilita e promove, em diversos contextos sociais, a aquisição de competências e conhecimentos, bem como o alargamento dos horizontes pessoais (Giddens, 2013, p.944). De uma forma geral, a educação é um “processo abrangente que ocorre desde o nascimento até à morte” e que se centra “na modificação comportamental, reforçando o ideal humanístico do indivíduo e promovendo a aquisição de saberes relativos ao comportamento social”, pelo que é “um processo gerador de benefícios a longo prazo difíceis de avaliar” (Salgado e Costa, 2009, p.4).

Procurando um enquadramento histórico, recuámos à antiga Esparta, onde a educação não era um assunto do indivíduo, mas sim da sociedade. O homem não nascia para si, mas para o Estado. O Estado era a escola. Sendo o seu objetivo produzir soldados corajosos, controlava o sistema educativo e, assim, treinava os jovens longe de casa, formando a sua mente e o seu corpo, anulando qualquer liberdade individual (Petit, 1976, p.87).

Os Sophistas pretendiam dar aos seus alunos os conhecimentos e as competências necessários para obter vantagens nas cidades-estado. O próprio conceito de aluno, do latim *alumno*, menino, discípulo, é associado à ideia de alguém que é colocado na condição de ser conduzido por outro, de um lugar de “não saber” para outro de “saber” (Fisher e Franzoi, 2009, p.43).

No ideal clássico grego, a educação do indivíduo tinha como fim a descoberta da liberdade e da verdade, e não favorecer o trabalho. Sócrates, o grande orador, defendeu em praça pública que educar era moldar aquilo que já havia dentro de cada um. Platão, o seu melhor aluno, em “A República”, atribuiu aos pais a responsabilidade da educação dos seus filhos na infância. Depois dessa fase, a educação deveria ser da responsabilidade do Estado,



mas não libertava os pais de responsabilidades, pois continuavam a sê-lo, pela dimensão moral da educação (Platão, 1975, p.154).

Aristóteles, em “*Nichomachean Ethics*”, considera a educação essencial para a completa autorrealização do homem. Para ele, o homem feliz não é o homem no seu estado normal, nem o nobre selvagem, mas sim o homem educado (Hummel, 1993, p.2). Em sequência, note-se que o vocábulo educação deriva do verbo latim *educo-as-are-avi-atum*, que significa criar, do qual deriva “educator”, “educare”, “educatus”, aos quais, na evolução etimológica dos termos, podemos admitir o significado de conduzir, instruir, orientar, formar (Tarrio, s/d, p.50).

A educação em Roma visava inculcar no cidadão a coragem, a prudência, a honestidade e a seriedade, sendo a família um fator preponderante para que tais virtudes fossem alcançadas. Vislumbrava o *vir bonus* (o bom cidadão), que deveria adquirir as virtudes necessárias para cumprir bem os seus deveres (Martins, 2004, p.31).

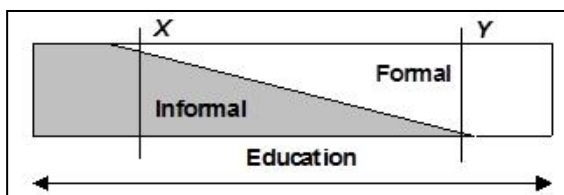
A lista de filósofos com reflexões sobre educação sobrepõe-se mesmo à dos pedagogos, sendo disso exemplo os trabalhos “De Magistro”, de Santo Agostinho, “*Émile*, ou de l’*éducation*”, de Rousseau, “*Die Erziehung des Menschengeschlechts*” (A educação do género humano), de Lessing, “*Pädagogische Schriften* (Escritos pedagógicos)” de Friedrich Schleiermacher, “*Vorlesungen über die Methode des akademischen Studiums*” (Lições sobre o método dos estudos académicos), de Friedrich Schelling (Novelli, 2001, p.66-67).

O pedagogo Imídio Nérici considera a educação como o processo de amadurecimento do homem, com vista a torná-lo capaz de ver a realidade de maneira consciente e de sobre ela agir como cidadão participante e responsável: “Educação é o processo que visa capacitar o indivíduo para agir conscientemente diante de situações novas de vida, com aproveitamento da experiência anterior, tendo em vista a integração, a continuidade e o progresso sociais, segundo a realidade de cada um, para serem atendidas as necessidades individuais e coletivas (Nérici, 1985, p.7).

Há, também nesta matéria, interpretações ideológicas de índole conservadora e de índole liberal: o conservador opõe-se a tudo o que possa ameaçar a ordem estabelecida e o liberal coloca a ênfase na indução, na iniciação a ideias não estabelecidas (Tavares, 2003, p.14), pese embora John Dewey (1998) e Gary Thomas (2013) terem argumentado que estas distinções são problemáticas.

John Ellis (2000, p.94) desenvolveu o argumento de que toda a educação envolve uma mistura de formal e informal. À aprendizagem formal, centrada no sistema de educação e formação, soma-se a aprendizagem informal, adquirida ao longo da vida, o conhecido “saber de tarimba” (ou seja, entre os pontos X e Y).

**Figura 4:** Educação formal e informal.



Fonte: Ellis (2000)

Estar em X ou Y e ver o outro lado pode ser esclarecedor. Os docentes do ponto Y, comprometidos com a educação formal obrigatória e altamente estruturada, estão cientes de que esta abordagem é inadequada e, em alguns casos, prejudica objetivamente os alunos, enquanto que aqueles que se descrevem como educadores informais, ou animadores, e se posicionam no ponto X, tendem a trabalhar no sentido de Y (Ellis, 2000, p.94).

Verifica-se, muitas vezes, o equívoco entre educação e ensino. Maurice Reuchlin classifica a educação institucionalizada como uma “representação alegórica em que a sociedade está em cena, num teatro fechado” (Reuchlin, 1974, p.141). De facto, os acontecimentos que ocorrem nesse palco (a escola) necessitam de ser constantemente repensados, adequados à evolução social e, sobretudo, à rápida mutação técnica e tecnológica.

Os objetivos da escola de promoção social, cultural e cívica são cada vez mais substituídos pelo aumento da produtividade e pela criação de emprego. Assiste-se à subordinação da educação à lógica mercantilista e à racionalidade económica. A emergência do mercado é complementada por uma visão predominantemente empresarial da prática educativa (Canário, 2000).

A intenção de atingir uma educação de qualidade transforma-se numa referência constante nas políticas, acompanhando as alterações de atitudes perante o sistema formativo e as suas tradicionais funções (Canário, 2000).

No âmbito da União Europeia, foi desde o Conselho Europeu extraordinário realizado em março de 2000, em Lisboa, que se marcou a vontade de dar um novo impulso às políticas comunitárias no domínio da educação. Pode mesmo dizer-se que a designada “Estratégia de Lisboa”, nome pelo qual ficou conhecida, trouxe o tema da educação e da

formação de volta à agenda política da União, com verdadeiro sentido de urgência (Estratégia de Lisboa, 2000). Contudo, há ainda alguma visível ambiguidade, traduzida em significativas flutuações nos conceitos de educação e formação.

Para Althusser (1980, p.160), o capitalismo separou os indivíduos de acordo com a função que ocupam na divisão social do trabalho; esta separação, contudo, teve diferentes contornos conforme os modelos societários adotados. No entanto, o lugar subalterno do trabalho na sociedade nunca se dissipou, facto que hoje se reflete na dimensão ocupada pela formação profissional no sistema educativo.

As transformações verificadas nos últimos anos na economia e na sociedade afetaram fortemente as concepções e práticas da educação e da formação. Não se pretendendo realizar uma comparação crítica entre elas, naquele que é um tema gerador de intenso debate entre correntes de pensamento diametralmente opostas, julgamos, no entanto, pertinente aflorar, ainda que sucintamente, a problemática.

O uso conjunto dos dois termos generalizou-se até ao ponto de a educação e a formação facilmente se confundirem, passando uma ideia de complementaridade e reforço mútuo. No entanto, Silva (2007, p.214) refere que uma “leitura de todos os documentos oficiais, nacionais e comunitários, que versam sobre o campo educativo, permite evidenciar de um modo claro que, neles, não é efetuada qualquer tentativa de definição conceptual dos tópicos *educação* e *formação*, sendo apenas possível inferir-se que os autores são coletivos anónimos que se apropriam dos diversos contributos emergentes no campo sem se dar ao incómodo de os referenciar! ”.

De um modo geral, entende-se por formação algo mais dependente do contexto profissional e organizacional, mais específico e mais próximo do processo produtivo (Kelly, 1995), e por educação algo que assume um significado mais global, incluindo todas as dimensões do agir humano.

Émile Durkheim entende que a educação desempenha, para além da função de socialização nas sociedades industriais, a transmissão das competências necessárias ao desempenho de papéis em ocupações cada vez mais especializadas (Giddens, 2013, p.945), sendo que na sociedade atual cada vez se raciocina mais em termos de produção do que de educação (Carreira, 1999, p.39).

Imídio Nérici (1971, p.11) refere mesmo a existência de uma educação orientada para a produção, designadamente a formação científica, técnica e profissional, sendo que o investimento na educação pode ser adequado às verdadeiras necessidades laborais e ao

processo de produção de cada país. Rui Canário (1998) valoriza a formação profissional enquanto vantagem competitiva individual na obtenção de emprego. Michael Milano e Diane Ullius entendem que “a educação está orientada para o aprender sobre; a formação está orientada para o saber como” (Milano e Ullius, 1998, p.4), considerando, uma vez mais, que a educação possui uma finalidade mais abrangente do que a formação.

Stephen Wanhill (1992), por seu lado, considera que a formação visa o uso imediato dos conhecimentos num emprego específico, enquanto a educação consiste na aprendizagem de competências para a vida. Já John Wilson defende que a formação ajuda o indivíduo a ter um melhor desempenho, desenvolvendo competências que são normalmente associadas a uma tarefa específica, admitindo-a como o “processo planeado e estruturado que visa modificar atitudes, conhecimentos e competências através de uma experiência de aprendizagem cuja finalidade é contribuir para a maior eficácia no desempenho de uma atividade ou conjunto de atividades” (Wilson, 2005, p.4).

Para Jorge Cruz, “enquanto que nos programas educativos se pretende assegurar que as aprendizagens realizadas – de conteúdos generalistas – possam ser facilmente transferíveis para outros contextos, nos programas profissionais coloca-se muito menos ênfase na transferibilidade, podendo, no limite, adotar medidas para a minimizar” (Cruz, 1998, p.22).

Já para Leslie Kelly (1995), os objetivos da formação devem ser claros e precisos, específicos e delimitados e, sempre que possível, mensuráveis. Na educação, os objetivos são mais difusos e amplos, por isso, o determinar se foram ou não atingidos torna-se não só um desafio difícil de concretizar, mas sobretudo algo pouco relevante, dado o caráter extensível e mutável do processo educativo.

Esta dualidade, mais ou menos marcada, estabelece-se quando a educação é associada àqueles que farão o seu percurso até ao ensino superior, enquanto a formação é entendida como ajustada àqueles cuja entrada no mercado de trabalho se fará mais precocemente (Fisher e Franzoi, 2009, p.37). Embora não se reduza a ele, é no ensino secundário que a dualidade ganha contornos mais nítidos no confronto entre o ensino formal (educação) e o ensino profissional (formação). Poder-se-á falar de uma clivagem que se estabelece entre aqueles que fazem a sua “profissionalização”, depois de concluída a educação secundária, em cursos superiores, e os que optam pelo ensino profissional, considerado por muitos como uma via para os menos favorecidos, de forma a mais

rapidamente poderem ingressar no mundo do trabalho, ainda que, muitas vezes, precocemente e em abandono escolar.

A expressão inglesa “Vocational Education and Training” [VET] compreende a seguinte definição: “VET comprises all more or less organized or structured activities that aim to provide people with the knowledge, skills and competences necessary to perform a job or (...) VET may be job-specific or directed at a broad range of occupations. It may also include elements of general Education.” (Tessaring e Wannan, 2004, p.13).

A definição acima, apresentada pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP, 2007), enfatiza a formação como tendo por objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e as competências necessários para o bom desempenho profissional.

A noção de desenvolvimento profissional, tal como foi retida pelo neoliberalismo, emergiu como tema forte, tal como emergiu a importância da relação entre a educação e a economia. Martins (1999) aborda esta relação, descrevendo a sua importância como determinante na estrutura e no rumo seguido pela economia, procurando adequar a mão-de-obra ao sistema de emprego e à tecnologia.

Norton Grubb e Paul Ryan destacam o crescente interesse de muitos países em formas mais abrangentes de educação vocacional, que incorporem um maior número de competências de natureza académica, o que tem conduzido alguns programas de educação e formação a uma maior aproximação à educação generalista ou académica, acelerando, dessa forma, a convergência entre educação e formação (Grubb e Ryan, 1999, p.11).

### **2.3 Ideologia e modelos educativos**

Manuel Tavares admite que “não há educação sem princípios sólidos que a fundamentem, nem sem objetivos norteadores, nem tão-pouco sem um sistema normativo a que todos se devam submeter. E, nesse aspeto, do ponto de vista formal, não há distinção entre pensamento de direita e de esquerda” (Tavares, 2003, p.15).

A consciência do que somos, do que queremos e para onde vamos, está inevitavelmente ligada a princípios ideológicos que, na maior parte das vezes, escapa aos atores sociais intervenientes no processo educativo (Tavares, 2003, p.15).

A ideologia é descrita como uma escola filosófica associada a representações e ideias que um determinado grupo social, que na perspectiva marxista é “um conjunto de ideias com uma vida independente e única, submetido às suas próprias leis” (Engels, citado por Jerphagnon, 1973, p.164-165).

As questões ideológicas podem constituir fundamentos teóricos imprescindíveis para uma compreensão das relações de poder e contrapoder, da resistência à mudança e da mudança que atravessam vertical e horizontalmente o sistema educativo.

Para Manuel Tavares:

(...) o sistema ideológico de uma determinada sociedade é um campo de âmbito privilegiado de confronto, mediação e conciliação, no qual os atores sociais enunciam os seus desejos, projetos e aspirações tendo em vista a transformação social. Com efeito, o sistema ideológico nunca é uma tradução fiel das relações sociais, mas, frequentemente, é uma deformação das relações sociais existente no sentido da legitimação e preservação de uma determinada ordem social (...). Partindo do pressuposto de que as questões ideológicas são essenciais ao sistema educativo, este tem vivido num conflito permanente entre a ideologia conservadora, na medida em que se opõe a tudo o que pode ameaçar a ordem estabelecida, e a utopia libertadora. Da mesma forma que se encontra entre duas orientações antagónicas: por um lado, a exigência de educar/formar para a excelência, tendo em vista a eficácia que a sociedade capitalista lhe exige, e, por outro, a democratização, que supõe uma nova orgânica e novas regras de relacionamento da comunidade educativa” (Tavares, 2003, p.14).

Paulo Guinote sustenta:

(...) que os tempos mudaram a vários níveis e tem sido muito visível a confluência de estratégias entre um sector ideológico inspirado por conceitos apresentados como liberais e originários dos EUA, com base muito particular na obra de Milton Friedman e no seu argumento de que o Estado não é o melhor ou mais eficaz providenciador de serviços assumidos como públicos, como é o caso da Educação, e um sector mais ligado a grupos económicos com interesses no alargamento da parcela privada no mercado da Educação, em especial do que recebe apoios (in)diretos do Estado (Guinote, 2014, p.62).

Já Robéria Lopes refere que “a escola passou a reproduzir os interesses das classes dominantes, com o discurso de que todos têm de adquirir os mesmos saberes a fim de

melhorar a inserção social e a participação no processo produtivo.” (Lopes, 2005, p.208). Ainda no plano ideológico, para Frigotto, citado igualmente por Robéria Lopes (2005, p.206), os indivíduos ficam com a responsabilidade de buscar requalificação e reconversão profissional, adquirir competências no campo cognitivo, técnico, da gestão e das atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis. Gentili (1998) corrobora tal afirmação e acrescenta que a escola transfere o seu papel integrador, passando a assumir como sua tarefa a preparação para a empregabilidade.

A orientação antes descrita rege-se por princípios ideológicos relacionados com o pressuposto de que o único paradigma de escola que lhe corresponde é aquele que existiu antes da massificação do ensino. Só esse, elitista na sua essência e nos seus propósitos, corresponde à economia competitiva do mercado. Mercado esse que provocou transformações profundas no tecido empresarial, que apontam para a sua especialização, levando a que o trabalhador seja treinado no próprio posto de trabalho, ou seja, o mérito do trabalho não está no direito social ao emprego, mas sim, para cada um, no facto de ter conseguido colocar-se num mercado competitivo. Isto, ao mesmo tempo que as políticas de educação acenam com a possibilidade de integração apenas para aqueles que adquirirem competências reconhecidas pelo mercado (Lopes, 2005, p. 206).

### **2.3.1. Modelo *Estado-social***

No virar do século XIX para o século XX, Estado-social foi a designação usada pelos socialistas para marcar a forma política como o Estado faria a transição para o socialismo. Curiosamente, foi também com esta designação que Marcelo Caetano tentou rebatizar o “Estado Novo”, e é esta também a designação que consta da Constituição portuguesa de 1976 (Santos, 2012, p.87). Nas ciências sociais, e consoante as filiações teóricas, as designações mais comuns têm sido a de Estado-providência, ou a designação anglo-saxónica “welfare state” (Estado de bem-estar).

O Estado-social ganhou expressão, após o colapso europeu, em 1918, e no período entre guerras, consolidando-se de modo particular como o modelo de regulação social dominante nos países europeus mais desenvolvidos, logo depois da Segunda Guerra Mundial (Barata, 2014, p.38).

Para Boaventura de Sousa Santos, o Estado-social é o resultado de um compromisso histórico entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital, originado por uma dolorosa memória recente de guerras, lutas sociais violentas e crises económicas graves. Nele, a classe trabalhadora viu reconhecidos os seus direitos sociais, culminando, assim, um largo processo de autonomia e de emancipação (Santos, 2012).

O Estado tutela a negociação entre o capital e o trabalho e transforma os recursos financeiros, que lhe advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais, em “capital social”, ou seja, num vasto conjunto de políticas sociais. Essas políticas traduzem-se num forte intervencionismo estatal na produção de bens e serviços que aumentam, a médio prazo, a produtividade do trabalho e a rentabilidade do capital (formação profissional, investigação científica, etc.) (Santos, 2012).

Os desequilíbrios financeiros dos Estados, provocados pela redução da atividade económica surgida nos anos 1980, fizeram diminuir as receitas destinadas às contribuições sociais e provocaram a crise do Estado-social (Santos, 2012); em consequência, agravaram-se as desigualdades e a exclusão social, o que provocou um conflito entre política económica e política social, ameaçando o “círculo virtuoso do pós-guerra”.

Para Robéria Lopes (2005, p.149), as políticas sociais são as políticas públicas que decorrem dos direitos económicos e sociais dos cidadãos. Traduzem-se em despesa em bens e serviços consumidos por estes gratuitamente ou a preços subsidiados: educação, saúde, habitação, etc., e possuem como característica a universalidade dos direitos, conduzindo a uma estatização da sociedade e, simultaneamente, a uma socialização do Estado.

Boaventura Sousa Santos (2012) atribui a estas políticas uma tripla função:

Primeiro, criam condições para o aumento da produtividade (de atividades) que pela sua natureza ou volume, não podem ser realizadas pelas empresas individuais, abrindo assim caminho para a socialização dos custos da acumulação capitalista, razão por que a redução dos lucros a curto prazo redundará, no médio prazo, em expansão dos lucros. Segundo, aumentam a procura interna de bens e serviços através de investimentos e consumos coletivos e individuais. Terceiro, garantem uma expectativa de harmonia social porque assentam na institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho e porque proporcionam uma redistribuição de rendimentos a favor das classes trabalhadoras e da população carenciada, fomentando o crescimento das classes médias, em todos criando um interesse na manutenção do sistema de relações, políticas, sociais e económicas que torna possível essa redistribuição. (Santos, 2012, p.87).



Richard Titmuss (1974), o acadêmico fundador da disciplina hoje conhecida por “Política Social”, propõe também três modelos de Estadosocial, neste caso tipificados a partir dos mecanismos de atendimento da procura social:

- Modelo Residual ou Liberal, que se caracteriza por atendimentos *ex-post* e temporários, no qual a política social intervém quando o indivíduo, a família, o mercado ou as redes comunitárias se mostram insuficientes para satisfazer as suas necessidades básicas. A intervenção é seletiva e de tempo limitado, focando-se apenas sobre os grupos ou indivíduos vulneráveis, cessando quando a situação de emergência for superada;
- Modelo Meritocrático-Particularista ou Conservador, que parte do princípio de que é o indivíduo quem deve resolver as suas necessidades, com base no seu mérito, capacidade e trabalho. A intervenção da política social ocorre para corrigir distorções geradas pelo mercado ou por desigualdade de oportunidades;
- Modelo Institucional-Redistributivo ou Social-democrata, que tem por base a cidadania como direito. Para ser exequível, o Estado deve produzir e distribuir gratuitamente os bens e serviços sociais necessários para uma vida digna do cidadão.

Esta segmentação identifica o Estado-social como uma tendência de modernização das relações entre Estado, sociedade e economia, própria do capitalismo do pós-guerra.

Gosta Esping-Andersen (1993, p.26-27) analisa o Estado-social avaliando as estruturas estatais de execução das políticas sociais, os seus efeitos na sociedade e na dinâmica das suas lutas. Estratifica o Estado-social em três concepções básicas da relação entre o mercado, as famílias e o próprio Estado, são elas:

- a liberal, que traduz uma política de estratificação social, na medida em que as políticas sociais funcionam como agentes de pressão do mercado, de segregação e estigmatização social. Os benefícios são tipicamente modestos, com o Estado a encorajar o mercado através do subsídio atribuído a privados para fins de mecanismos de apoio social;
- a corporativista conservadora, onde os direitos estão associados à classe e ao *status*. Predomina a preservação das diferenças de classe e *status* e os direitos a eles associados. O Estado substitui-se aos privados na atribuição de apoios sociais;
- a social-democrata, que desenvolve políticas voltadas para a emancipação dos trabalhadores por meio de uma crescente “desmercantilização” dos cidadãos,

com a execução de políticas sociais cada vez mais universais, mas onde o Estado permite uma saudável convivência entre benefícios públicos e privados.

No entanto, considera, ainda o mesmo autor, que nenhum Estado, mesmo aqueles que tiveram idêntico desenvolvimento económico e social, aplicou na essência apenas um dos modelos, mas sim sempre uma mistura de vários. Mesmos os que aplicaram um modelo social-democrata não estão isentos de elementos liberais (Esping-Andersen, 1993, p.28).

O risco do colapso do Estado-social não depende do seu custo, mas sim das características da estratificação social. Da classe média nos estados sociais-democratas (como os escandinavos) aos corporativistas (como o alemão) assente em lealdades. Em contraste com o liberal (como o norte-americano, canadiano e britânico), que depende de lealdades de um estrato social e político numericamente fraco. Assim, as coligações nos sistemas não justificam apenas o seu passado, mas poderão garantir o seu futuro (Esping-Andersen, 1993, p.33).

### **2.3.2. Modelo *Neoliberal***

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a criação de um modelo alternativo, que a partir do final dos anos 1970, numa primeira fase, e dos anos 1980, numa segunda, fruto da crise no Estado-providência levou à sua substituição por um novo modelo, designado por neoliberal, que se baseou na substituição do Estado pelo mercado na regulação das prestações sociais. Este modelo atinge o seu auge nos anos 1990 (Sampaio, Santos e Mesquida, 2002, p.6-7). O neoliberalismo não foi, contudo, prosseguido da mesma forma em todo o mundo (Jessop, 2013, p.65). Na Europa, a maior parte dos países da União já têm condições para se ajustar e responder às mudanças, mas, nos países em desenvolvimento, responder às exigências significou cortes nos gastos com as áreas sociais (Sampaio, Santos e Mesquida, 2002, p.7).

Este modelo resultou, na prática, em mais tecnologia nas empresas com o consequente desemprego, desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, na desmontagem do setor produtivo estatal, na transferência da educação e da saúde para o setor privado, em suma, o percurso para a redução do tamanho do Estado.

Boaventura Sousa Santos (2012, p.87) admite mesmo que são muitas as razões para este ataque, mas todas elas têm em comum o facto de favorecerem a transformação da

ideologia em pretensa racionalidade. Para Sônia Draibe (1993), o neoliberalismo reinventou o liberalismo clássico, introduzindo propostas com características de conservadorismo político e pela afirmação da primazia do mercado sobre o Estado e do indivíduo sobre o coletivo.

Francisco Teixeira (1996, p.195) preconiza que, para os neoliberais, o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente todos os problemas sociais, sejam eles de natureza econômica ou política. E, para o mercado cumprir a sua função, o Estado deve intervir o menos possível, cabendo-lhe apenas proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover a competição do mercado.

As prioridades neoliberais transformaram o Estado num aparelho administrativo alheio à sociedade, indiferente às tendências das classes e grupos sociais que compõem a maioria do povo, e “levam a sociedade a redefinir e a rearticular as suas ações, criando instituições e organizações e reivindicando novas condições de expressar diferentes possibilidades de entendimento e emancipação, uma vez que os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, os meios de comunicação de massa e a Igreja, que articulam a sociedade civil, necessitam dialogar com um aparelho estatal comprometido com o capital” (Lopes, 2005, p.162).

A vertigem neoliberal que assaltou os governantes nas últimas décadas, e que se agudizou com a crise econômico-financeira dos anos recentes, usa vários argumentos, um dos quais é que o Estado-providência é um luxo e que apenas os países ricos se podem dar a esse luxo. Mas o que está hoje verdadeiramente em discussão, mais do que a contenção sustentada da despesa pública, é o futuro e a missão do próprio Estado (Hespanha, Ferreira e Pacheco, 2013, p.161).

Vale a pena assinalar que, um pouco por toda a parte, a liberalização dos serviços está no horizonte e muitos serviços públicos com potencial comercial poderão vir a ser privatizados ou colocados sob o quadro da livre concorrência, como se verifica no debate europeu sobre os serviços sociais de interesse geral (Penna e O’Brien, 2006, p.227). E para que isso aconteça basta que cortes seletivos no seu financiamento comprometam a sua qualidade aos olhos dos cidadãos e, assim, se desmoralize a ideia de serviço público com a acusação populista do “esbanjamento do dinheiro dos contribuintes” (Santos, 2002, p.29).

## 2.4. Os sistemas educativos

Importa agora perceber porque é que diferentes países com culturas distintas, níveis de desenvolvimento socioeconómico diferenciados e diferente posicionamento na sociedade e nas questões laborais se aproximaram tanto na forma como organizaram e organizam os seus sistemas educativos. Para Joaquim Azevedo, “são perfeitamente visíveis não só as diferenças, mas também as semelhanças entre os sistemas educativos dos diferentes países da Europa e de todo o mundo. As suas características são aliás bastante idênticas em qualquer parte.” (Azevedo, 2007, p.26)

A similitude da retórica utilizada, a simultaneidade da sua enunciação, a exposição dos motivos, a contextualização social e os objetivos, cujos traços principais são cópias de País para País, são fatores que evidenciam, desde logo, não só um relativo consenso ideológico entre políticas educativas de diferentes países, mas também um progressivo grau de padronização de estruturas organizativas (Azevedo, 2007, p.13).

Nos últimos dois séculos, desenvolveu-se um modelo de escola moderna de relevância mundial, um subsistema adotado por qualquer país em processo de modernização, um modelo transnacional e universalmente aplicável (Hufner, Meyer e Naumann, 1992).

As estruturas comuns aos vários sistemas de educação escolar, pelo mundo fora, fazem parte do sistema mundial moderno e seguem basicamente um modelo transnacional global de tipo moderno de educação (Adick, 1993; Hufner, Meyer e Naumann, 1992). Assim, todas as sociedades que se modernizam adotam subsistemas de educação escolar de contornos semelhantes. Adick (1993) verifica a existência de uma tendência, historicamente prolongada, para o desenvolvimento de sistemas escolares nacionais com características estruturais semelhantes, unificados e sistematizados.

Inkeles e Sirowy (1983), citados por Joaquim Azevedo (2007, p.28), sustentam a sua análise nas tendências de convergência e de divergência entre sistemas educativos, na observação dos padrões de mudança, ao longo do tempo, nas suas várias dimensões, verificando que ora a mudança é lenta, ora é rápida, ora ela é convergente, ora divergente.

Jurgen Schriewer, da Universidade de Berlim, citando John Boli e Francisco O. Ramirez, apresenta as características estruturais tendentes à globalização dos processos de ensino, a saber:

- um referencial administrativo geral, comumente criado, controlado e financiado pelo Estado;

- um sistema escolar internamente diferenciado de acordo com os sucessivos níveis, diversos cursos e exames;
- a organização de processos de ensino e aprendizagem na sala de aula de acordo com a idade e unidades de tempo uniformizadas;
- a regulamentação governamental ou pública de tais processos de ensino aprendizagem, mediante requisitos mais ou menos detalhados na forma de ementas, diretrizes e provas;
- o estabelecimento de papéis distintos para professores e alunos e, até certo ponto, a profissionalização dos professores e dos métodos de ensino;
- por fim, o uso de certificados, diplomas e históricos para vincular carreiras escolares às ocupacionais, ligando a seleção escolar à estratificação social (Schriewer, 1995, p.256).

A estas características, Joaquim Azevedo (2007, p.31) junta a disciplinarização dos saberes, a dispersão dos espaços e tempos letivos e a divisão de alunos por turmas.

A convergência, aplicada às relações educacionais internacionais, defende que quanto mais numerosos forem os contactos internacionais entre os vários países, maiores serão as perspectivas de estes virem a cooperar e a consentir abandonar a sua autonomia cultural. Os acordos de cooperação bilateral e multilateral, os tratados e os acordos para o reconhecimento mútuo de diplomas são alguns dos exemplos que ilustram a convergência de interesses e o seu contributo para uma crescente harmonização entre os sistemas educativos dos vários países (Azevedo, 2007, p.33). Esta convergência é favorecida, ainda, para além da imitação e da aprendizagem mútua, pela pressão de outros elementos do sistema social, nomeadamente, pelo desenvolvimento da economia de mercado (Bauman, 1998, p.45).

Apesar da tendência globalizante, Dale e Robertson (2002, p.12) defendem que se mantêm as diferenças nacionais e recusam a ideia de “convergência entre países”.

Boaventura Sousa Santos alerta que:

(...) a inclusão de uma dada sociedade numa categoria transnacional deve acautelar a especificidade do processo histórico de cada sociedade. Pese embora o impacte globalizante da lógica do sistema mundial, as diferentes sociedades evoluem segundo processos históricos diferentes, obedecendo a ritmos e direcções também diferentes (Santos, 1985, p.873).

É disto exemplo a formação profissional de base escolar, em França, e da formação profissional dual, na Alemanha.

Apesar das inúmeras diferenças que subsistem de um país para o outro no respeitante à organização dos sistemas educativos, diferenças que tem a ver com a história e as tradições de cada Estado, a tendência geral é para a convergência.

Alex Inkeles e Larry Sirowy (1983) realizaram um estudo sistemático para perceberem até que ponto os sistemas educacionais das nações se estão a tornar cada vez mais parecidos. Os sistemas educacionais podem ser agrupados nos domínios do desenvolvimento económico, ideológico, jurídico, sociocultural, estrutural, demográfico, administrativo e financeiro e, para cada uma destas vertentes, serem avaliados uma série de dimensões, como a relação professor-aluno, a expansão da escola abrangente ou o nível de gastos com a educação, comparando dados históricos com dados atuais para avaliar o padrão de mudança transnacional.

O esmagador peso das evidências, tanto quantitativas como qualitativas, indica que a tendência dos sistemas educacionais nacionais é para fazer convergir para estruturas e práticas comuns, abrangentes, profundas e muitas vezes aceleradas. Essa convergência manifesta-se em todos os níveis dos sistemas educacionais e afeta praticamente todos os aspetos importantes desses sistemas (Inkeles e Sirowy, 1983, p.303).

A introdução de políticas neoliberais na educação refletiu-se numa redução de recursos públicos, numa modernização tendente à privatização, à descentralização, assim como à modificação curricular ao serviço de um mercado escassamente regulado (Alfaro, 2009).

O racional das políticas de índole neoliberal aplicadas aos sistemas educativos foi buscar inspiração nas ideias básicas do fordismo: eficiência, eficácia e qualidade. Estas ideias, logo absorvidas pela pedagogia norte-americana da eficiência industrial, fizeram refletir no campo pedagógico os conceitos industriais. Assim, a educação passou a ser considerada como uma entidade produtora de capital humano, a qual deve ser rentável em termos económicos (Alfaro, 2009).

Foi Theodore Schultz, economista da Universidade de Chicago, mais tarde prémio Nobel da Economia, quem concebeu a educação como um investimento, dado que a educação não proporciona apenas benefícios e satisfação individual, mas proporciona o incremento da qualidade produtiva:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado; essas capacidades têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema económico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento no capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (Schultz, 1973, p.31)

Conclui-se, assim, que o processo educativo favorece a produtividade e, como tal, o crescimento económico. São as pessoas que devem ter a capacidade e oportunidade de investir em si mesmas, de forma a irem formando o seu próprio capital humano.

Alfaro (2009) conjectura que, de acordo com este pressuposto, o desemprego é um problema de oferta mais do que da procura, podendo-se afirmar que, de acordo com esta teoria, existe um mercado de educação.

Neste sentido, cresce uma ideia de escolha – a teoria do capital humano na sua verdadeira força ideológica, em que o trabalhador é um detentor de capital incorporado na sua competência e nos seus conhecimentos e com capacidade para investir em si mesmo. A educação assim adquirida possibilita a melhoria do preço relativo da sua força de trabalho no mercado, pois permitirá maximizar o seu rendimento devido ao investimento realizado na sua educação (Alfaro, 2009).

Para Karabel e Halsey (1986, p.27), o atrativo da teoria do capital humano para as instituições capitalistas encontra-se essencialmente no reconfortante carácter ideológico da sua mensagem. As nações são pobres não por causa da sua estrutura e das relações económicas internacionais, mas sim por razões internas, especialmente a sua carência de capital humano, desviando, assim, a atenção das variáveis estruturais para as individuais.

A tendência atual de convergência na orientação da educação levam-na a sujeitar-se aos jogos e mecanismos de mercado e, com base nesse pressuposto, a ir-se modificando a intervenção do Estado na área educativa, de acordo com as necessidades do sistema económico (primeiro nacional, e agora já global), dos interesses das empresas e dos modelos de acumulação de capital que vigoram. (Alfaro, 2009).

Em pleno século XXI, “a doutrina dominante em educação encontra o seu centro da gravidade nas teorias do capital humano. Estas últimas, por muito ideologicamente marcadas que sejam, revelam uma tendência muito real do capitalismo contemporâneo para utilizar saberes cada vez mais numerosos, debaixo do seu duplo aspeto de fatores de produção e de mercadorias” (Laval, 2004, p.60).

## **2.5. Nota final**

Qual o modelo de educação que queremos? A errância pedagógica que estamos hoje a viver colocou uma cobertura ideológica no verdadeiro problema educacional. A escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, repassa ideologia em programas educativos. O grande problema da educação, hoje, prende-se com o facto de as grandes linhas estratégicas, quando existem, serem da responsabilidade de pessoas que não têm compromisso com a cultura da formação, em si própria, livre e neutra, mas sim com a cultura ideológica, suportada na ignorância e no partidarismo.

Todos os modelos educativos possuem uma ligação com o Governo, pois quem controla o Estado é que tem condições de agir, fazendo aplicar medidas dominadas pelos aparelhos ideológicos.

O risco é que a escola se torne num campo de discussão ideológica, que deixe de dar resposta à sociedade para apenas responder a grupos de interesse que condicionam o sistema e o Estado, e este continue financiando a baixo custo uma educação classista, ideológica, arcaica e não raro deformadora.

Em jeito de passagem para a próxima Parte deste trabalho, diga-se que as insuficiências do sistema de educação para o turismo são conhecidas e públicas, numa realidade que é bastante coerente em toda a Europa, a começar pelo nível de escolarização da mão-de-obra neste setor, que é inequivocamente baixo: 40% dos trabalhadores são muito pouco qualificados e apenas 1 em cada 10 trabalhadores possui um diploma do ensino superior (Agência Europeia para a Segurança no Trabalho, 2008). Em Portugal, a percentagem de trabalhadores pouco qualificados a trabalhar nesta área é ainda superior à da média europeia, com a agravante de, na última década, não se terem observado melhorias, nem se ter conseguido consolidar uma política pública coerente de educação para o setor.



Como já referimos, a articulação vertical entre os diversos níveis de ensino não existe e o fracionamento horizontal do sistema cria problemas de concentração e continuidade. Com o incentivo ao crescimento do ensino profissional, originou-se uma oferta pouco preparada, pouco focada nas necessidades de instalações ou na capacitação dos recursos humanos a envolver nesta vertente educativa, comprometendo a sua qualidade ou confiando apenas ao tecido empresarial essa missão.

A agravar toda esta problemática, a educação para as áreas técnicas da hotelaria é particularmente dispendiosa, os cortes orçamentais acontecem e a qualidade formativa é abalada, a que se associa um certo silêncio dos empresários que, não estando satisfeitos com os recursos humanos que lhes chegam, não ousam questionar ou confrontar os atores políticos.

A qualificação dos recursos humanos é crucial para o futuro desta atividade, uma vez que é a única em que a relevância do relacionamento interpessoal, a imagem e a cultura dos seus profissionais mais contribui para aumentar o seu valor acrescentado.

## **PARTE II – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O TURISMO**

### **Capítulo 3. A educação e formação para o turismo em termos internacionais**

#### **3.1. Introdução**

A educação e a formação para o turismo é das áreas educacionais que mais tem crescido em todo o mundo, nos últimos anos. Tal crescimento tem acompanhado as solicitações do próprio mercado turístico, numa realidade que incorpora inúmeras atividades e profissões, do lazer ao património, da animação aos eventos, dos guias-intérpretes às agências de viagens, dos transportes à hotelaria e à restauração.

Para a OMT (1985, p.9), a verdadeira educação é mais do que a transmissão de informação técnica, é a transmissão do carácter e o “desenvolvimento de um verdadeiro Homem”.

Segundo David Airey (1988), é muito difícil estabelecer exatamente quando começou a educação para o turismo, sugerindo que diferentes grupos de interesse identificam a conceção da formação em turismo de forma bastante diversa:

- Alguns podem traçar as suas origens por volta do início dos anos 1900, quando a formação para cozinheiros e empregados de mesa foi desenvolvida e introduzida;
- Outros podem sugerir que a educação em turismo possa ter nascido na década de 1950, quando o treino para a emissão de bilhetes evoluiu entre o pessoal das agências de viagens;
- Há os que argumentam que o estudo do turismo teve origem em meados dos anos 1960, quando o tema começou a emergir como domínio separado dos cursos de gestão hoteleira;
- Geógrafos e economistas podem reclamar, talvez com razão, que nas suas matérias sempre incluíram o estudo do turismo e foi por isso que o turismo começou a emergir como matéria digna do esforço académico (Cooper, Schepherd e Westlake, 1996, p.29-30).

Para Goeldner (1988, citado por Cooper, Schepherd e Westlake, 1996, p.29), a formação dos recursos humanos do turismo desenvolveu-se em muitos países de forma não planeada, embora tenha tido um crescimento incrível nos últimos 50 anos.

Mesmo nos países com maior tradição turística, os cursos de turismo não existiam até os anos 90 do século passado (Cunha, 2006, p.25-26). Alguns destes cursos surgiram em departamentos de Geografia, ou de Desporto e Lazer, ou tiveram as suas origens em Psicologia, Economia e Gestão. Resultou, assim, uma gama ampla e variada de ofertas, prestação que não tinha consistência em termos de coordenação e qualidade. Esta situação levou a que alguns países intervissem no setor público, por forma a padronizar e controlar a oferta (Cooper, Schepherd e Westlake, 1996, p.30).

Mais recentemente, como a temática amadureceu, a autorregulação pelas instituições e organismos profissionais tornou-se mais comum. Dito isto, é possível discernir três formas distintas segundo as quais o estudo do turismo se desenvolveu como disciplina académica:

- Baseado em cursos de formação profissional desenvolvidos para agentes de viagens, que tiveram forte influência sobre os dirigentes de educação e formação em turismo;
- Desenvolvido como forma de enriquecimento dos cursos de Economia e Gestão, dando-lhes uma orientação profissional; neste contexto, o turismo tem sido tratado como um interessante campo para aplicação;
- Promovido a partir de disciplinas mais tradicionais, como a Geografia, a Sociologia e os idiomas, que tem muitas vezes oferecido o turismo como tema opcional; os geógrafos argumentam que têm considerado o turismo, em cursos e pesquisas, desde 1920 (Cooper, Schepherd e Westlake, 1996, p.30-31).

O legado dessas influências históricas no desenvolvimento dos cursos de turismo, como os conhecemos hoje, pode ser ilustrado através da identificação de três abordagens principais:

- “Os tipos mais comuns de cursos relacionados com o turismo ainda são os puramente profissionais, onde o aluno é preparado diretamente para um posto de trabalho; esta abordagem é realmente formação em turismo, ao invés de educação em turismo;
- Numa segunda abordagem, os cursos foram desenvolvidos pelos que veem o turismo como um campo digno de estudo, por direito próprio;
- Finalmente, aquela cujos cursos usam o turismo como uma ilustração para enriquecer disciplinas tradicionais; o turismo, neste contexto, é visto como um meio para atingir

um fim e os alunos não esperam necessariamente virem a trabalhar em turismo” (Cooper, Schepherd e Westlake, 1996, p.31).

Assim, o desenvolvimento da educação e formação em turismo, ao longo das últimas décadas, tem evidenciado uma transição do foco de importância. O que anteriormente se considerava uma simples adição a disciplinas reconhecidas, passa cada vez mais a principal área de estudo.

A formação em turismo passou por um crescimento internacional maciço e sem precedentes, que inclui cursos de todos os níveis, sendo que a abordagem científica da sua problemática tem ocorrido, sobretudo, nos países com maior tradição turística (Cunha, 2006, p.26).

Enquanto área de estudo, pode não ter a credibilidade e o reconhecimento de campos mais estáveis do conhecimento, mas, no entanto, a infraestrutura intelectual do turismo está rapidamente a crescer e já conta com uma grande comunidade académica para seu crédito (Rejowsky, 1996).

### **3.2. A educação e formação para o turismo, para a hotelaria e para a hospitalidade**

Quando se fala de educação e formação para o turismo, continua a ser comum interpretar mal os termos hotelaria e hospitalidade, como se estes abordassem áreas completamente distintas.

Na verdade, sem prejuízo de especificidades, que a seguir abordaremos, o termo hotelaria, adotado pelos povos latinos, e o termo hospitalidade, adotado pelos anglo-saxões, mostram similitudes nos significados e na sua contextualização, como se demonstra numa simples consulta cruzada de dicionários de português, espanhol, francês ou inglês.

No pensamento grego, a hospitalidade figurava já como um dever, tendo, por isso, sido objeto de delicadas reflexões. Na Idade Média, foi o princípio estrutural de um grande número de ordens religiosas (Camargo, 2002, p.10).

Aceitemos que, para lá do esclarecimento do discurso, estas questões de denominação são também sempre oportunidades não apenas para a definição do objeto de estudo, mas também para uma discussão sobre a sua epistemologia.

Na sua origem, a hospitalidade é a relação entre um convidado e o seu anfitrião, que efetua um recorte no real difícil de ser delimitado. Recentemente, a visibilidade adquirida

pelo termo hospitalidade levou-o a extravasar as empresas ligadas ao campo do turismo, como o alojamento e a restauração. Isto equivale a dizer que o conceito de hospitalidade alarga, enquanto o de hotelaria limita o campo de estudo (Camargo, 2002, p.10).

Segundo Luiz Camargo (2008, p.10), o termo hospitalidade, recém-chegado ao campo aplicado da ciência, já conta, contudo, com uma certa tradição no pensamento filosófico.

Bueno e Dencker (2003) dividem o conceito de hospitalidade em quatro categorias – doméstica, pública, comercial e virtual –, colocando a hotelaria na categoria comercial, pois envolve a troca pecuniária pelo serviço prestado.

Assim sendo, a hotelaria preocupa-se com a prestação de conforto fisiológico e psicológico dentro de níveis definidos de serviço (Nailon, 1981). Burgess (1982, p.49-57) enfatiza a importância do desenvolvimento de relações sociais e o papel destas na promoção de percepções nos clientes de conforto e segurança:

“O principal elemento interativo exterior é a relação social fomentada pelo comportamento caloroso, simpático, cortês, aberto e generoso do hospedeiro, criando um acolhedor ambiente social. Isto promove um sentimento positivo de segurança e conforto criado pela estrutura física, design, decoração e localização das instalações. Finalmente, a oferta de alojamento, alimento, relaxe e higiene, juntamente com o fornecimento de serviços de bebidas, e animação” (Burgess, 1982, pp.49-57).

Com uma orientação para o marketing, Francis Buttle (1986) introduziu ideias de satisfação e insatisfação que um cliente recebe a partir de uma experiência hoteleira. Berger (apud Cooper, Schepherd e Westlake, 1996) argumenta que a hotelaria é o negócio de fornecer a segurança física e o conforto psicológico mediante uma recompensa. Grinover (2003, p.26) define-a como sendo o “ato de acolher e prestar serviços a alguém que por algum motivo esteja fora do seu local de domicílio”.

Completando a definição anterior, Lashley (2008, p.7-8) defende um entendimento mais amplo, sugerindo, em primeiro lugar, o relacionamento construído entre anfitrião e o hóspede.

Embora a abordagem à definição de hotelaria/hospitalidade se possa alterar segundo o seu autor, há uma série de elementos integrantes que lhe são próprios:

- É uma complexa combinação de características e benefícios tangíveis e intangíveis;
- Envolve uma interação satisfatória entre o serviço fornecido e o cliente;

- Oferece aos clientes segurança, conforto psicológico e fisiológico.

Apesar de ainda prevalecerem preconceitos que dificultam o enquadramento do turismo e da hotelaria como «disciplinas de pleno direito», estes precisam de ser superados para que o tema evolua. O turismo possui inúmeros desafios na identificação e na incorporação de todos os seus aspetos. “Para uns, é um assunto muito sério, porque lhes proporciona emprego e rendimento e dele depende as suas vidas; para outros, é sinónimo de diversão para ricos e ociosos” (Cunha, 2006, p.15).

Muito do que hoje se ensina é destinado a quebrar velhos preconceitos – como o de a hospitalidade e a hotelaria serem ainda confundidas com servilismo –, tentando colocar o turismo e a hotelaria como áreas válidas e relevantes do estudo académico.

Alister Mathieson e Geoffrey Wall (1982, p.14) conceptualizam a atividade turística como “um multi-facetado fenómeno que envolve movimento e estadia para um destino fora do local normal de residência”, dissecando-a em três elementos básicos:

- “- Um elemento dinâmico que envolve a viagem para um destino ou destinos;
- Um elemento estático que envolve a permanência no destino (incluindo as atividades lá desenvolvidas);
- Um elemento consequente, resultante dos dois elementos precedentes, o qual está preocupado com os efeitos sobre os subsistemas económico, físico e social com que os turistas contactam direta ou indiretamente” (Mathieson e Wall, 1982, p.14).

A Organização Mundial do Turismo, na sua conferência internacional realizada em 1991, em Ottawa, apresentou uma nova definição de turismo essencialmente com objetivos estatísticos, considerando que “o turismo compreende as atividades desenvolvidas por indivíduos no decurso das suas viagens e estadas para e em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros” (United Nations Economic and Social Council, 1991, p.5).

As recomendações desta conferência foram aprovadas pelas Nações Unidas em 1993, transformando-se nas definições internacionalmente aceites para estudos sobre o turismo (United Nations, 1994).

Apesar das muitas tentativas para se encontrar a melhor definição de turismo, o consenso é difícil. Contudo, independentemente do debate académico, uma definição válida e comumente aceite de turismo é vital para o desenvolvimento do seu corpo conceptual, para que este se possa impor a par de outros campos científicos já estabelecidos. A afirmação

do turismo como nova área científica só se alcançará com o delimitar claro das suas fronteiras (Cunha, 2006, p.31).

### **3.3. A educação e a formação para o turismo na Europa – um longo percurso**

Foi com o surgir dos grandes «hotéis-palace», com César Ritz e August Escoffier, que a necessidade de formar o pessoal hoteleiro se afirmou, ainda no decorrer do último quartel do século XIX (Menu, Macdonald, Marchal, Muller, Perrot e Sebban, 2001, p.15). Estavam criadas as condições para o aparecimento de escolas dedicadas à formação dos futuros profissionais.

A Áustria foi o primeiro país a criar o conceito de Hotel-Escola, utilizando para tal os hotéis estivais, no Inverno (Menu *et al.*, 2001, p.15). Em 1883, em Paris, por iniciativa de Charles Driessens, célebre cozinheiro na época, é inaugurada a “Ecole Professionnelle de Cuisine et des Sciences Alimentaires”, mais tarde subvencionada pelo Estado por decreto ministerial de 19 de fevereiro de 1891 (Stengel, 2012, p.1). Nela ensinaram Auguste Escoffier, Gustave Garlin, Vitor Morin e outros nomes grandes da gastronomia francesa (Stengel, 2012, p.1). Não se tratando de uma escola hoteleira, pois destinava-se a um grupo profissional específico, não deixou de marcar a preocupação já então existente com a educação dos profissionais. Fechou 14 meses após a sua criação, pois a escola não era economicamente rentável sem a subvenção estatal, que não foi renovada (Stengel, 2012, p.1).

Dois anos mais tarde, em 1893, Jacques Tschumi, da Sociedade Suíça de Hoteleiros (Société Suisse des Hôteliers - S.S.H.), criou a primeira verdadeira escola hoteleira, inicialmente no Hotel d'Angleterre, nas margens do lago Léman, e mais tarde, em 1904, já com edifício dedicado, na Avenue de Cour, na cidade de Lausanne (École Hôtelière de Lausanne [EHL], 2016).

**Figura 5:** Escola Hoteleira de Lausanne (Avenue de Cour, 1904).



Fonte: Histoire de l'EHL<sup>2</sup>(2017)

Em 1912, a França abriu a sua primeira escola em Thonon-les-Bains (École Hôtelière Internationale Savoie-Leman, [EHIS] s/d), cidade termal e turística nas margens do lago Léman. A fim de oferecer uma melhor qualidade aos seus hotéis, o Senador e Presidente da Câmara, Jules Mercier<sup>3</sup>, com o apoio do conselho municipal, do deputado local Fernand David e do Ministério do Comércio (EHIS, s/d) cria, por Decreto de abril de 1912, um estabelecimento público de cooperação intercomunal que abre as suas portas em outubro do mesmo ano.

Segue-se, em 1914, a “École Pratique de Commerce et d’Industrie Hôtelière de Nice”, (Académie de Nice, 2014); em 1916, a “École Hôtelière des Pyrénées”, em Toulouse, (Association du Centenaire du Lycée Hôtelier de Toulouse, 2016), e em 1917 a “École Pratique d’Industrie Hôtelière”, em Grenoble, (Lycée des Métiers de l’Hôtellerie et du Tourisme de Grenoble, 2006).

O período entre as duas Guerras é caracterizado pelo aparecimento de escolas hoteleiras em diversos países europeus. Na Bélgica, em 1924, a École Hôtelière de Bruxelles acolhe os seus primeiros 75 alunos, servindo de exemplo às outras cidades que se seguem: Liège, em 1927, e depois Namur e Ostende (Jourdain, 2012, p.197). A Alemanha, cria a sua primeira escola em Heidelberg, em 1925; e a Checoslováquia, em 1927 (Menu *et al.*, 2001, p.16). Também em Espanha, ainda em 1927, nasceu em Sevilla a primeira escola que, contudo, veio a encerrar em 1932/33. Nos Países Baixos, em Den Haag, em 1929, e em Itália, por proposta do Organismo italiano de turismo, abre a primeira escola em Bolzano, em 1930 (Jourdain, 2012, p.195), seguindo-se a de Stresa, em 1938, ano em que o Reino Unido cria a “Institutional Management Association” que, conjuntamente com o “Hotel and Catering Institute”, criado anos depois, já no pós-Segunda Guerra, em 1949, deu origem ao organismo

---

<sup>2</sup> <http://www.ehl.edu/fr/a-propos/organisation/histoire-ehl>

<sup>3</sup> [http://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/mercier\\_jules1308r3.html](http://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/mercier_jules1308r3.html)



profissional britânico responsável pela formação hoteleira, o HCIMA, hoje “Institute of Hospitality” (Menu *et al.*, 2001, p.16).

**Figura 6:** Alunos da escola hoteleira de Toulouse, França (1923).



Fonte: 100 ans École hôtelière Toulouse<sup>4</sup>(2017)

O crescimento e disseminação das escolas hoteleiras, em França, deu-se com a criação do ensino técnico nacional, ditado pela Lei Astier, de 1919, e pela carta da aprendizagem, surgida em 1929, que estabeleceu os deveres dos mestres de aprendizagem (Stengel, 2012, p.2). A Lei Astier permitiu o financiamento dos estabelecimentos técnicos privados, tanto em matéria de investimento como de funcionamento. O diploma criou os cursos profissionais obrigatórios e obrigou todos os aprendizes a terem, gratuitamente, 150 horas de aulas de ensino teórico geral, por ano. O certificado de capacidade profissional também passou a certificado de aptidão profissional (CAP), ainda hoje em utilização. (Ministère de l’Education Nationale de l’Enseignement Supérieur et de la Recherche, 2016).

Nos Estados Unidos da América, a Universidade de Cornell, em Ithaca, no estado de New York, lança em 1922 um departamento de administração hoteleira, a “Cornell School of Hotel Administration”, que oferece aos seus alunos, depois de quatro anos de formação, um diploma ao nível da licenciatura. Esta instituição, que formará a elite da administração hoteleira americana, cresce graças ao patrocínio do magnata da hotelaria de então, E.M. Statler, que visita a instituição em 1927 e que, a partir de então, através da sua “Statler Fondation”, irá oferecer milhões de dólares durante decénios à Universidade (Jourdain, 2012, p.195).

Após a Segunda Guerra Mundial, o direito a “férias pagas periódicas” é inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 24º), adotada a 10 de dezembro de 1948, pelas Nações Unidas (Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal (s/d, p.4). Vários países resolvem, então, inscrever esta prática no seu direito do trabalho (Corbin, 2001,

---

<sup>4</sup> <http://100ansecolehotelieretoulouse.fr/2016/02/02/la-premiere-ecole-de-1916-a-1960/>

p.467). Com o crescimento do tempo disponível para o lazer e o aproveitamento das tecnologias desenvolvidas durante a guerra para fins pacíficos, no caso a aviação e as viagens marítimas, o turismo massificou-se. O individualismo e o retirar o prazer da vida deixam de ser considerados negativos e pecaminosos (Trigo, 1995, p.14). Na perspetiva de acompanhar este crescimento, a criação de escolas de hotelaria multiplicou-se (Menu *et al.*, 2001, p.70).

A U.I.O.O.T., desde a sua criação, em 1947, possui entre as suas preocupações a formação e as crescentes necessidades de pessoal especializado. Ela recomenda não só a criação da OMT mas também de um organismo especialmente consagrado ao estudo e promoção da formação turística, orientação que originou a “Association Mondiale pour la Formation Touristique”, hoje AMFORHT (AMFORHT, 2014).

Outros países europeus procuraram dotar-se das suas escolas. A 15 de janeiro de 1945 é criada a Escuela Provincial de Hostelería, de Madrid, na Calle Cervantes. Começa a atividade com 32 alunos (ESHTM, s/d). O Ministério de Educação Nacional do Luxemburgo criou, em 1949, uma estrutura idêntica na cidade berço do turismo luxemburguês, Diekirch (LTHAH, s/d). A Irlanda, em 1951, fundou o Shannon College of Hotel Management, com instalações no Aeroporto de Shannon e com considerável empenho do Dr. Brendan O'Regan e da Aer Rianta, empresa de exploração comercial de terminais de transportes (Menu *et al.*, 2001; Foynes Flying Boat e Maritime Museum, 2016).

Em França, os Collèges Techniques Hôtelières, surgidos no pós-II Guerra, transformaram-se em “Lycées Hôtelières” no início dos anos de 1950 (Stengel, 2012, p.2). No outro lado do canal, no Reino Unido, em meados da década de 50 eram já mais de 100 os Institutos Técnicos que ofereciam níveis operacionais de formação em hotelaria.

No final da década de 1950 e no decorrer da década de 1960, numa tentativa de normalização da prestação das qualificações em hotelaria, a oferta foi racionalizada para níveis pós-obrigatórios e intermédios. A 4 de Março de 1959, a Espanha criou a sua “Escuela Nacional Superior de Hostelería”, nas instalações ainda hoje existentes (ESHTM, s/d).

Em França, com o maio de 1968, as turmas finalistas dos liceus hoteleiros exigiram, junto do Ministério da Educação, a criação de um curso técnico superior, exigência rapidamente aplicada nos liceus que já formavam para o nível técnico. Primeiro, em Paris, ainda em 1968, a que se seguiram Strasbourg, Nice, Thonon-les-Bains e Toulouse (Menu *et al.*, 2001, p.18).

Também no final da década de 60, as Universidades de Surrey e Strathclyde, no Reino Unido, introduziram programas de gestão hoteleira de nível superior (Cooper, Shepherd e Westlake, 1996, p.34).

A partir dos anos 1970, com a industrialização do turismo, a vocação do ensino europeu, nascida da necessidade de formar técnicos operacionais, modificou-se estruturalmente. A chegada das cadeias hoteleiras americanas (Hilton, Intercontinental, Sheraton, Marriott) e a criação de cadeias em diversos países europeus (Trust House Forte, Grand Metropolitan, Novotel, Steigenberg, Kempinski, ...) tornaram urgente a formação de uma nova geração de hoteleiros (Menu *et al.*, 2001, p.17).

A Alemanha contava, no final de 1980, com 400 centros de formação em aprendizagem, uma vintena de escolas de hotelaria, cinco das quais especializadas em gestão, e quatro “Fachhochschulen” (universidades de ciências aplicadas especializadas em determinadas áreas do conhecimento) para o turismo. Este modelo foi mais tarde adotado pela Áustria, Liechtenstein, Suíça e Grécia, onde foram designadas por “Technological Educational Institutes – TEI”.

A França, em igual período, possuía mais de 220 estabelecimentos públicos, e isto sem contar com as escolas hoteleiras privadas e com os Centros de Formação em Aprendizagem (CFA) (Menu *et al.*, 2001), que podemos comparar com os apenas 30 estabelecimentos públicos existentes em 1960.

No Reino Unido, país de “criação” do turismo, só após três décadas de desenvolvimento este passou a ser objeto de estudo desde a escola, às universidades (Airey e Johnson, 1999). A formação base foi entregue ao “City and Guilds”, e o Ministério da Educação criou departamentos nos seus politécnicos para formação superior em hotelaria, restauração e alimentação. Em 1991, apenas existiam dez programas de pós-graduação em turismo que, porém, subiram para 33, em 1997 (Cunha, 2006, p.26). Os cursos universitários de turismo continuaram a expandir-se e, no Reino Unido, o “University and College Admission System” listou, em 2003, 993 cursos em turismo, dos quais mais de 379 cursos em hospitalidade (Page, 2003, *apud*, Cunha, 2006, p.26).

Em Itália, todos os 14 cursos de turismo ao nível universitário foram criados em 1992 (Cunha, 2006, p.26).

Em Espanha, só em 1996 foi estruturada a incorporação do ensino turístico na universidade e, mesmo assim, regulando apenas o primeiro ciclo (Cunha, 2006, p.26). No entanto, possui hoje mais de 100 escolas. A Bélgica possui 70 escolas para técnicos e 8

escolas de gestão, a que se juntam diversos centros de aprendizagem. Os números de crescimento nos restantes países são igualmente assinaláveis (Menu *et al.*, 2001, p.17).

Hoje, existem dezenas de universidades e escolas politécnicas em toda a Europa que oferecem formação em turismo, e a crescente evolução dos cursos tem sido notória, gerando novas abordagens e, por consequência, criando novas oportunidades de desenvolvimento e investigação.

Gradualmente, as universidades e outras escolas que se iniciaram no ensino do turismo vão-se interessando também pelo ensino da hotelaria, quer fazendo parcerias com escolas hoteleiras, quer criando ramificações na sua oferta, aproximando as duas orientações tão próximas e tão distantes.

A Alemanha continuou fiel ao seu sistema: três anos numa escola em regime de aprendizagem, seguidos de dois anos de trabalho numa empresa, com a possibilidade de os melhores alunos poderem aceder, durante dois anos, a uma das cinco escolas hoteleiras: Heidelberg, Hanover, Hambourg, Dortmund, Berlin (Menu *et al.*, 2001, p.18). Nestas escolas, a formação está orientada para as ciências aplicadas e para a gestão nas suas formas mais modernas e sofisticadas, mas o conhecimento operacional, aliado a uma sólida experiência profissional e a relação com o cliente continuam a ser os valores fundamentais da formação.

### **3.4. Nota final**

O que se esperava nos primórdios da educação e da formação para o turismo era que ela desse resposta às necessidades de recursos humanos qualificados nos quatro pilares básicos e operacionais da hotelaria: cozinha, serviço, receção e andares, aos quais se juntaram, progressivamente, os idiomas, as ciências exatas e a contabilidade.

Os seus objetivos foram uma mera resposta à procura, definidos pelas premissas do saber técnico: o saber cozinhar, o saber servir, o saber receber.

Os geógrafos e os economistas reivindicam a inclusão do turismo nos seus estudos desde longa data. Vukonic (1995) defende a existência de programas de turismo na Faculdade de Economia da Universidade de Zagreb desde 1920.

Em Portugal, o Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes (SNATTI) foi pioneiro, decorria ainda a década de 1950, ao promover cursos de curta

duração para acesso ao exame de ingresso na profissão (Oliveira e Cybron, 1994, p.46), e foi ainda durante a mesma década que se formaram os primeiros agentes de viagens (Salgado, 2007, p.143), muito fruto do crescimento do transporte aéreo.

Gradualmente, outros objetivos, métodos pedagógicos e filosofias de formação começaram a surgir. O seu desenvolvimento, contudo, ilustra duas correntes distintas:

- a primeira corrente, a um nível mais operacional, de treino, em vez de educação, onde os formadores são muitas vezes chamados devido à sua experiência prática na indústria; nesta corrente, os programas são orientados e concebidos para proporcionar aos alunos competências específicas, a maioria delas práticas;
- a segunda corrente concentra-se em fornecer ao aluno um conjunto de ferramentas que lhe permita desenvolver capacidades analíticas e avaliativas; geralmente, com uma duração de até quatro anos e com um período parcial de tempo passado em contexto de trabalho (Menu *et al.* 2011, p.16-17).

Em matéria de emprego, o mercado passou a exigir uma nova tipologia de qualificações estratificada: profissional qualificado, técnico especializado e técnico superior, e os valores do ensino evoluíram, dando prioridade ao gestor.

As escolas europeias adaptaram-se à mudança: primeiro, as escolas privadas suíças e austríacas, com grande autonomia, caso de Lausanne, Glion, Salzburg, depois as escolas escandinavas e as da esfera de influência linguística e cultural americana, caso de Helsinky, Stavanger, Den Haag, Maastricht e Glasgow (Menu *et al.*, 2001, p.18). Neste período, os cursos de gestão hoteleira tiveram um grande desenvolvimento.

Os sistemas mais dependentes de decisões governamentais foram os mais lentos na adaptação ou mantiveram a continuidade de qualificar profissionais e técnicos especializados.

## **Capítulo 4. A educação e formação para o turismo em Portugal: de “cluster” setorial à abrangência conceptual: um processo histórico**

“As instituições humanas conservam-se e caem segundo o cuidado que temos pela conservação delas. Sustentam-se, florescem, e vigoram quando uma mão poderosa e enérgica as ampara, quando um engenho esclarecido lhes abre o caminho e lhes aponta a meta. Caem quando se dá lugar à existência de um anacronismo fatal, o de não seguirem as instituições a civilização, porque as instituições nascem com a civilização, e com ela devem caminhar.”

Escritos de D. Pedro V (Vol. 3, p.9).

### **4.1. Introdução.**

Portugal foi o primeiro país católico onde o Estado assumiu a responsabilidade e o controlo do sistema de ensino, com as reformas educacionais do Marquês de Pombal, em 1759 e 1772 (Teodoro, 2003, p.130). Foi, muito provavelmente, o quarto país no mundo a publicar, em 1835, uma lei estabelecendo o princípio da escolaridade obrigatória (Teodoro, 2003, p.130), e foi, depois da Suíça, em 1893, o segundo país a fazer formação profissional para o turismo (Menu et al., 2001, p.15).

No entanto, a precocidade em matéria de intenções e em matéria legislativa não acompanhou a realidade educacional, verificando-se que os índices de sucesso eram dos mais baixos da Europa.

A educação para o turismo em Portugal sofreu, ao longo dos anos, em função das atribuições e competências que lhe foram cometidas pelos Governos, diversas orientações que, através de estruturas orgânicas próprias, definiram as características específicas das respetivas ofertas e as condições necessárias para a sua disponibilização, designadamente, os tipos de entidades que as podiam ou podem promover.

Como abordámos anteriormente, nas últimas décadas, o relacionamento entre a sociedade, a escola, e o Estado tem vindo a sofrer profundas alterações, que se deveram, essencialmente: à massificação do ensino; às dificuldades de financiamento público; ao surgimento de teorias neoliberais na educação; e à substituição do Estado pelo setor privado como o maior empregador (Salgado, 2007, p.33).

O sistema educativo para o turismo adaptou-se e sofreu um conjunto de reformas, orientadas por um conjunto de linhas políticas, programas e planos nacionais e setoriais, que procuraremos adiante dissecar.

É certo reconhecer que os próximos capítulos que compõem esta parte II têm conteúdos sobretudo factuais, num modelo que se poderá entender como o de uma cronologia comentada. Uma vez que não conhecemos nenhuma iniciativa prévia neste sentido, dedicada ao tema da educação e formação para o turismo, em Portugal, e apesar de ser um exercício menos habitual no contexto de uma Tese, entendemo-lo não só como útil mas mesmo como indispensável, porque dele depende a reflexão sobre as políticas de educação setorial que queremos empreender. Mais ainda, entende o autor ter uma especial responsabilidade na partilha desta cronologia, uma vez que, atento o seu percurso pessoal e profissional, viveu, direta ou indiretamente, uma boa parte dos factos relatados, bem como conheceu pessoalmente uma boa parte das personalidades elencadas, ou delas lhe foi dado testemunho direto por parte de quem as conheceu.

Na Nota Final que encerra este capítulo damos nota do nosso sentido interpretativo em relação a este longo, diversificado e rico percurso histórico.

#### **4.2. Da “*Regeneração*” ao fim da Primeira República**

Não se pode fazer a história da educação para o turismo sem abordar, ainda que sinteticamente, como a utilização dos termos educação e instrução, os ritmos do trabalho e o próprio turismo foram evoluindo, sendo compreendidos e se cruzaram em Portugal, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

O termo “educação” e “instrução” foram, na altura, sendo empregues indistintamente, apesar de os dois conceitos terem sido caracterizados logo em 1839 (Torgal, 1993, p.609), num artigo do “Jornal Litterario e Instructivo, O Panorama” (1839, agosto 31, p.278), fundado por Alexandre Herculano<sup>5</sup>, que dizia: “De ordinário confundimos estas duas palavras - educação - instrucção; mas cada uma tem a sua accepção diversa. A educação é mais ampla que a instrucção, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, segundo os fins para que as recebemos da natureza; a instrucção,

---

<sup>5</sup> Ver nota em Anexo 1.

porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intellectuaes”.

Sendo que a noção de “instrução pública” e os princípios da sua institucionalização terão começado com as reformas pombalinas, é certo que o conceito ganhou toda a sua força e significado somente na segunda metade de Oitocentos (Torgal, 1993, p.609). Os liberais pensaram, sobretudo, o processo de desenvolvimento intelectual do homem, daí o termo “instrução” (Torgal, 1993, p.609).

A partir de 1851, na sequência da formação do Governo presidido pelo Duque de Saldanha, Portugal passa por um período de alguma estabilidade social (Ribeiro, 1993, p.121). Fontes Pereira de Melo ocupa, em agosto de 1852, o recém-criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Ribeiro, 1993, p.125), o país propõe-se a acompanhar o que pela Europa se ia fazendo, numa época em que as finanças estavam muito condicionadas. Perante as dificuldades, recorre a empréstimos externos e inicia um ambicioso projeto, que nos permitiu usufruir de alguns benefícios da civilização moderna. Os melhoramentos conseguidos colocaram a descoberto a nossa impreparação; perante a ausência de estruturas escolares, a prioridade é, então, a preparação dos recursos humanos, procurando-se intervir onde as carências eram consideradas mais penalizadoras, isto é, a ausência de um ensino dirigido à formação de técnicos (Carvalho, 2011, p.587).

Os relatórios constantes em vários Decretos publicados em dezembro de 1852 são bem explícitos dos atrasos que teríamos de superar para nos aproximarmos das nações mais desenvolvidas, apontando para a necessidade de uma nova dinâmica nos ensinamentos agrícola, comercial e industrial. Criam-se, então (Decreto-Real de 1852 de 16 de dezembro), três distintos graus no ensino agrícola, “a instrução do primeiro grau é recebido em quintas de ensino cultivadas por particulares”, que funcionariam como estabelecimentos de cultura espalhados em cada uma das antigas províncias; para um segundo grau, seriam criadas “três escolas regionais – uma em Lisboa, outra em Viseu e outra em Évora” (Decreto-Real de 1852 de 16 de dezembro, art.º 9º), prevendo-se, ainda, nestas escolas uma escola de veterinária e uma coudelaria; o terceiro grau seria “recebido no Instituto Agrícola de Lisboa, que servirá ao mesmo tempo de escola regional” (Decreto-Real de 16 de dezembro de 1852).

No ensino industrial, procurava-se que este fosse “genérico para todas as artes e ofícios; sendo os métodos essencialmente de aplicação, e divide-se em elementar, secundário e complementar” (Decreto-Real de 30 de dezembro de 1852). Apenas professado em Lisboa



e no Porto, este ensino procurava sobretudo fornecer uma formação geral capaz de habilitar pessoas para múltiplas funções.

O ensino comercial, fora do âmbito do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, continuou na dependência do ensino liceal e, por essa via, no Ministério do Reino.

José Maria Eugénio de Almeida<sup>6</sup>, então provedor da Real Casa Pia de Lisboa, opera, em 1861, uma profunda reforma dos currículos, procurando a sua adequação às necessidades do mercado de trabalho. Entendia ele que, a par de uma rigorosa e “tão extensa e perfeita quanto possível” instrução primária, fossem os alunos devidamente encaminhados através da educação técnica e fabril para o ofício que melhor lhe aprouvesse à rentabilidade das suas aptidões intelectuais e morais. E que, uma vez ao serviço, “todas as carreiras laboriosas e modestas, que possam aceitar sem desdém, logo que d’aqui saírem, desde a do operário até à do caixeiro e escrevente” (Almeida, 1861, p.75).

Os políticos e pensadores do liberalismo português iam gradualmente adquirindo consciência do interesse e importância do ensino profissional, sendo disso prova não só a série de medidas administrativas tendentes a dotar o país com um ensino eficaz, como os diversos estudos e reflexões realizados, alertando para as carências desta modalidade de ensino e para a inexistência de uma instrução adequada às necessidades.

A “instrução pública” ficará marcada para sempre pelo dia 22 de junho de 1870, data em que conhece o seu primeiro, embora que efémero, Ministério, o qual apenas durou 69 dias (Carvalho, 2011, p.599); foi seu ministro o homem que mais vinha lutando pela sua criação, António da Costa<sup>7</sup>. Defendia este que “a instrução popular cria um grande capital financeiro no desenvolvimento dos espíritos. Quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos, e por isso mais rendosos, serão os produtos industriais e agrícolas. O salário dos operários, o lucro dos capitalistas e a prosperidade do país crescem na proporção em que se aumenta a cultura das intelligencias e a melhoria do trabalho individual. Universalisar a instrução é multiplicar a riqueza nacional” (Costa, 1870, p.12).

Contudo, estes esforços, não tiveram, até ao final da década, qualquer impacto relevante, nem terão merecido grande adesão por parte da população (Torgal, 1993, p.609).

---

<sup>6</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>7</sup> Idem, Ibidem

António Augusto de Aguiar<sup>8</sup>, em 1884, e Emídio Júlio Navarro<sup>9</sup>, em 1888, serão responsáveis por alterações sobretudo no ensino profissional agrícola e industrial (Martinho, 2006, p.68), com a implementação séria e consistente das primeiras escolas que formassem efetivamente e próximo das regiões os quadros de que o país tanto carecia (Alves, 2001, p.95). Mais tarde, no Governo presidido por António Serpa Pimentel<sup>10</sup>, pelo Decreto-Real de 5 de abril de 1890 é criado o Ministério de Instrução Pública e Belas-Artes, sendo nomeado seu titular João Marcellino Arroyo<sup>11</sup>. No entanto, durante o curto Governo presidido por José Dias Ferreira, a 3 de março de 1892 é extinto a Ministério, que passa a ser uma simples Direção-Geral, integrada no Ministério do Reino (Ferreira, 1992).

Trata-se, portanto, de um Ministério que não se afirmou em 1870, por causa de mais uma crise política, e voltou a não se afirmar em 1890, devido ao agravamento da crise económica e à necessidade de redução na despesa provocada pelo “*ultimatum*” inglês (Ferreira, 1992). Esta é uma demonstração clara de como uma área estratégica para o desenvolvimento do país foi sendo gerida pelos poderes políticos, sem critério claro e ao sabor de circunstâncias do momento.

O Estado continuava, contudo, a assumir a obrigação de “iniciar a instrução de aprendizes, nos diferentes ofícios”, mas com o pressuposto claro de que isso prepare “o estabelecimento do ensino corporativo livre, que compete moralmente às associações de classe” (Decreto-Real de 8 de outubro de 1891). A reforma de João Franco<sup>12</sup>, nesta matéria, de 1891, é ambiciosa mas incompleta e sem realismo, tendo sofrido forte contestação. O seu maior mérito consistiu no importante passo dado em direção a uma especialização de cursos, na definição dos planos curriculares para as escolas industriais e na publicação dos programas das respetivas disciplinas (Martinho, 2006, p.74-75).

Em 1898, o Ministro Elvino de Sousa e Brito<sup>13</sup> remodelou o ensino industrial e comercial. No preâmbulo do inquérito de enquadramento a um Decreto Real nesta matéria, afirma que “o ensino industrial e comercial, nos nossos estabelecimentos oficiais, não corresponde, a despeito das sucessivas reformas porque tem passado, às necessidades do país”, por não obedecer “a um critério seguro e uniforme, não entrou ainda em um regime definitivo e útil à economia nacional” (Decreto-Real de 24 de novembro de 1898).

---

<sup>8</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>9</sup> Idem, Ibidem

<sup>10</sup> Idem, Ibidem

<sup>11</sup> Idem, Ibidem

<sup>12</sup> Idem, Ibidem

<sup>13</sup> Idem, Ibidem

No entanto, no início da década de 90 do século XIX, o país entrou em crise profunda, com a suspensão da amortização da dívida pública, o colapso da balança de pagamentos e a falência de bancos, que levou os credores externos a exigirem ao Governo o respeito dos seus compromissos (Cunha, 2010a, p.130). É perante esta conjuntura que o Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho<sup>14</sup>, deu conta, no Plano Financeiro de 1893, de que o país “lucraria enormemente pela afluência de passageiros e viajantes que poderiam vir se fosse Lisboa uma estação de inverno com todos os jogos e recreios próprios das cidades desta ordem” (Pina, 1988, p.11) e apresentou as suas contas: “se aqui viessem 10 mil estrangeiros e por aqui “jordaneassem” 30 a 40 mil passageiros, poder-se-ia obter uma receita de 500 mil libras em cada ano” (Cunha, 2010b, p.130). Mas, concluía, é “coisa de que não cuidamos”. Nada de atrativos para estrangeiros, nada de chamar os passageiros, antes afugentá-los”, declarava num manifesto de impotência. (Pina,1991, citado por Cunha, 2010b, p.130).

Começava, então, a impor-se uma nova distribuição dos tempos sociais que despertava uma «classe de lazer» e impunha uma nova prática do espaço, a que o caminho-de-ferro e o vapor, num primeiro momento, e a bicicleta e o automóvel, num segundo, vieram facilitar a democratização (Corbain, 2001, p.7).

Pela Europa, é estabelecido, nesta altura, o English Cyclist Touring Club (1875), o Touring Club de France (1890) e o Touring Club Suisse (1896), tornando-se estas as primeiras sociedades de promoção da atividade turística (Matos e Santos, 2004). Em Portugal, Leonildo de Mendonça e Costa<sup>15</sup>, jornalista e Inspetor-chefe da Repartição de tráfego da Companhia Real dos Caminhos-de-ferro, influenciado pelo que via noutros países, decidiu chamar a si a iniciativa de dotar Portugal de uma sociedade congénere (Cunha, 2010b, p. 131). Com esse objetivo, escreveu a 8 de maio de 1899 uma carta a Alfredo da Cunha<sup>16</sup>, Diretor do jornal “Diário de Notícias”, onde explica a sua ideia e lhe pede para ser promotor da iniciativa. Nela defendia a urgência em congregar patriotas:

(...) A nossa sociedade, ‘nossa’ porque será portuguesa, deveria intitular-se ‘Associação Promotora do Bem do País’ e seria formada pela cooperação em dinheiro, em trabalho, em influência, em ideias, em serviço, em simpatias, mesmo, de todos que se interessam pelo bem da Pátria (...)

---

<sup>14</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>15</sup> Idem, Ididem

<sup>16</sup> Idem, Ibidem

Os fins com que a Associação promoveria o bem do País seriam todos que fossem lícitos: publicar-se-iam livros largamente distribuídos no estrangeiro promovendo a visita ao nosso País; defender-se-ia este, em jornais e folhetos, contra agressões que tantas vezes nos são feitas lá fora; facilitar-se-ia a criação de escolas; encaminhar-se-ia o espírito público para o que fosse necessário para os nossos progressos morais e materiais; ajudar-se-iam iniciativas estranhas para criações de interesse, etc.

O norte da Europa exporta anualmente milhões de indivíduos em busca dos países quentes. E nós temos o nosso clima delicioso, bem melhor que o da Argélia, com a vantagem de não termos árabes e muito poucos camelos. (...)

Abstraindo mesmo de relações internacionais, não há ‘dentro do País’ muito que fazer em bem de todos nós?

É novidade para alguém que muitos portugueses, ignorando belezas que por cá temos, vão veranejar ao estrangeiro, gastando lá o ouro que tanta falta nos faz? (Pina, 1982, p. 136-141).

Procurava Mendonça e Costa utilizar o turismo para ajudar o país a sair da profunda crise social e económica que atravessava. Contudo, a carta só teve repercussão sete anos mais tarde, com a sua publicação na primeira página daquele jornal, a 23 de janeiro de 1906. A grande adesão à ideia levou-o a promover uma reunião, no dia 28 de fevereiro de 1906, onde compareceram, além dos promotores,” Manuel Emygdio da Silva, Magalhães Lima, Fernando de Souza, Henrique Lopes de Mendonça, Brito Camacho, Eduardo Burnay, Conde de Figueiró, que sob a presidência honorífica do príncipe Luís Filipe, decidiram criar a Sociedade Propaganda de Portugal [SPP] sem qualquer fim lucrativo” (Cunha, 2010, p.130).

**Figura 7:** Edifício sede da Sociedade Propaganda de Portugal.



Fonte: Benoliel, J. (1907). Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Em conformidade com os seus estatutos, a SPP desenvolvia uma vastíssima ação interna e externa, não se centrando apenas na “*propaganda*” do país (Cunha, 2008, p.189-208).

À época, uma preocupação latente era a da implantação de uma hotelaria capaz de satisfazer as exigências de uma clientela cada vez mais conhecedora. Para além das questões de melhoria estrutural, havia que dar solução ao problema da qualidade do serviço prestado, objetivo este que implicava medidas no campo da formação profissional (Pina, 1988, p.15)

A hotelaria era incipiente, e fora dos grandes centros urbanos praticamente inexistente. O “Roteiro do Viajante” (Abreu, 1865, p.72) apresentava uma pequena lista de hotéis e hospedarias em Lisboa e no Porto, referindo, fora destas duas cidades, apenas o Hotel Mondego e o Hotel dos Caminhos-de-ferro, em Coimbra, o Hotel Thomareense, em Tomar, e o Elvense, em Elvas.

**Quadro 1:** Hotéis existentes em Lisboa e Porto, em 1865.

<b>Lisboa</b>	<b>Localização</b>
Alliança	Travessa do Secretariado da Guerra
Bella Aurora	Travessa d'Assunção,53
Braganza	Ferragial de cima
Central	Caes do Sodré, 25
Columna d'ouro	Travessa da Assumpção, 103
Duas Irmãs	Rua do Arsenal, 146
Durand	Largo do Quintella,71
English Hotel	Travessa do Corpo Santo
Estrella	Rua da Prata, 199
Estrella do Norte	S. Paulo, 3
Europa	Rua Nova do Carmo, 16
Gratidão	Rua do Ouro, 25
Herminio	Travessa dos Romulares, 23
Italiano	Travessa do Corpo Sancto, 8
Irmãos Unidos	Rocio,113
Luzitania	Arsenal, 54, 2º
Luzo-Brasileiro	Travessa dos Romulares,11
Pedro Alexandrino	Caes do Sodré, 4
Peninsular	Rua do Almada, 11, 2º
Portugal	Corpo Sancto, 23 1º
Reino	Rua Augusta, 75
Setubalense	Bacalhoeiros, 32
Streets	Rua do Alecrim
Três nações	Travessa da Victoria,94
Universal	Chiado, 1
Victoria	Rua da Prata, 156

<b>Porto</b>	<b>Localização</b>
Agua d'Ouro	Batalha, 32
Aurora do Lima	Entre Paredes
Boa Esperança	Praça de Carlos Alberto, 116
Boa União	S. Lázaro, 278
Clarense	Praça Carlos Alberto, 84
Commercio	Praça Carlos Alberto, 92
Cysne	Sá da Bandeira, 17
Estanislau	Batalha, 122
Estrella	Cimo de Villa, 173
Estrella do Norte	Cimo da Villa, 94
Europa	Batalha,133
Francfort	Rua D. Pedro, 7
Garibaldi	Cimo de Villa, 159
Inglez	Reboleira,55
Leão d'ouro	Praça Carlos Alberto, 124
Lisbonense	Sá da Bandeira
Luzo Brasileira	Calvário, 72
Luzitania	Travessa de D. Pedro,8
Nova Italia	Batalha, 88
Nova Lisbonense	Praça dos Voluntários da Rainha

Fonte: Abreu (1865, pp.73, 123)

A falta de qualidade e respeitabilidade destas casas levava a mesma publicação a aconselhar “aos indivíduos, que quiserem passar algum tempo na capital com as suas famílias, que não vão para hotéis ou hospedarias. Em nossa humilde opinião, um chefe de família só em última necessidade deve ir com ela para um hotel, e este caso não se dá em Lisboa, onde se alugam centenas de casas mobiladas, e cujos preços regulam de 3 até 20 libras por mês” (Abreu, 1865, p.74).

Esta situação ir-se-ia manter até ao início do século XX, sendo apenas minimizada pela criação de alguns hotéis de qualidade em Lisboa.

**Quadro 2:** Hotéis inaugurados em Lisboa, entre 1865-1894.

Nome	Localização	Inauguração
Hotel Francfort – Santa Justa	Rua de Santa Justa, nº70 a 72	1867
Hotel Matta	Largo do Chiado, nº 6	1873
Hotel Duas Nações	Rua da Vitória, nº 41	1875
Hotel Borges	Rua Garret, nº 108	1884
Grande Hotel de Lisboa	Av. da Liberdade, nº55	1886
Hotel Avenida Palace	Rua 1º de dezembro, nº123	1892
Hotel Francfort - Rossio	Praça D. Pedro IV, nº 105 a 113	1894

Fonte: Ferreira (2014, p.357)

Preocupada com esta situação, a Direção da SPP iniciou uma campanha de sensibilização e incremento da qualidade destes estabelecimentos, tanto ao nível da sua dispersão pelo território, como das suas estruturas, decoração e, sobretudo, qualidade do serviço, que a levou a enviar, em 1909, ao Conselheiro Antonio Duarte Ramada Curto<sup>17</sup>, então Provedor da Real Casa Pia de Lisboa, um ofício<sup>18</sup> onde propõe a criação de um curso profissional para empregados de hotel (Sociedade Propaganda de Portugal [SPP], 1909, p.64-65) e que transcrevemos:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. – A Sociedade Propaganda de Portugal no constante empenho de melhorar as condições de hygiene e de conforto dos nossos hotéis, tem procurado por todas as formas ao seu alcance levar os hoteleiros portugueses a introduzir nas suas casas as modificações que ellas necessitam para corresponder às exigências dos modernos viajantes, já que se não tem podido obter dos governos do nosso paiz as providências que facilitem a construção de novos hotéis, que rivalisem com os do estrangeiro.

<sup>17</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>18</sup> Apesar da extensão deste ofício, a riqueza do seu conteúdo sugere-nos a oportunidade da sua divulgação integral

Os concursos ultimamente realizados por esta Sociedade e as excursões empreendidas por alguns dos nossos consócios com o fim de organizar o cadastro dos hotéis portugueses, trouxeram-nos o convencimento de que a principal causa do atraso em que se acha entre nós a indústria hoteleira provém, não tanto da má vontade e falta de recursos dos proprietários dos hotéis, mas da absoluta ignorância do pessoal desses estabelecimentos. Depois de termos distribuído profusamente pelos interessados o Guia prático dos proprietários de hotéis e os Conselhos práticos aos proprietários de hotéis para educação do seu pessoal os concursos de 1908 e 1909 vieram provar que a nossa constante propaganda, embora não fosse coroada por um êxito triumphal não tinha todavia sido improfíqua. Alguns hotéis – poucos, dizemo-lo com mágua – seguiram completamente as nossas indicações e dotaram-se com instalações sanitárias (W. C., casas de banho e utensílios de acceio) que merecerem prémios pecuniários e menções honrosas; outros mostraram boa vontade, mas pouca compreensão do fim que se tinha em vista; e finalmente grande numero dos mais refractários aos melhoramentos que se lhes pedem demonstraram a mais absoluta ignorância do que seja a industria hoteleira, mesmo a rudimentar.

Convém, portanto, ensinar-lha. Prepare-se-lhe pelo menos o pessoal. E quando este, devidamente instruído e educado se espalhar pelas hospedarias portuguezas, realizar-se-há automaticamente a transformação que dellas se espera para que o viajante estrangeiro possa visitar as regiões mais pitorescas do nosso paiz e demorar-se n'ellas.

Se a Suissa multiplica hotéis por todos os cantos e consegue, apesar da crise de abundancia, que as suas camas sejam ocupadas, nos mezes de verão, numa média variando entre 32 e 75%, não é certamente só pela fama dos seus montes e dos seus lagos. A Suissa compreendeu inteligentemente a necessidade de seguir um plano racional na educação do pessoal hoteleiro, para assim assegurar convenientemente a exploração desse ramo da indústria. O plano obedeceu fundamentalmente aos seguintes traços: 1.º a criação de cursos obrigatórios para adultos, ligados quanto possível aos cursos commerciaes para todos os empregados da indústria dos hotéis e restaurantes; 2.º escolas médias de hoteleiros com character facultativo para todos os que se distinguissem no precedente curso e quisessem ser directores de hotel, chefes de recepção e contabilidade etc; 3.º escolas superiores de commercio para os empregados de reconhecidas aptidões, destinados a formar futuros donos de grandes hotéis e possuindo já a educação necessária (bacharelatos, certificados do serviço militar e



comercial, etc.). Estes são os cursos mais ou menos seguidos em Lausanne, e cujo pensamento a escola profissional de hoteleiros francezes imitou em Garches. As disciplinas professadas adquirem grande extensão, compreendendo minuciosos estudos de hygiene, geografia comparada, culinária, legislação especial, línguas, contabilidade, installações e machanismos.etc – num plano que abrange o hotel em todos os seus aspectos e em todas as suas exigências.

Não nos parece que chegasse já a oportunidade de crear entre nós a personalidade complexa a que olharam outros paizes Grande e assignalado serviço se presta já com a ideia de um curso profissional para empregados de hotel, mais adequado às condições actuaes do nosso meio e de mais fácil realização económica.

Para levar a efeito este patriótico empenho faltam á Propaganda de Portugal os recursos financeiros, pois que todas as receitas por enquanto limitadas são poucas para fazer face ás grandes despesas de publicidade a que ella tem de accudir para a propaganda directa propriamente dita. N'estas condições o curso, cujo projecto elaborámos, tem de ser professado fóra d'esta Sociedade, e lembrou-nos que mais facilmente o veríamos funcionar se elle fizesse parte de algum instituto de ensino já organizado.

N'esta ordem de idéas a Direção d'esta Sociedade, juntamente com a sua Comissão de Hotéis, teve a honra de procurar a V. Ex.<sup>a</sup> a quem suggestionou que fosse a Real Casa Pia, da muito digna Provedoria de V.Ex.<sup>a</sup> quem tomasse a seu cargo a installação e regência do referido curso. O acolhimento favorável que V. Ex.<sup>a</sup> fez ao nosso pensamento, traz-nos hoje de novo á presença de V. Ex.<sup>a</sup> com o Plano do Curso Profissional de Empregados de Hotéis, que temos a honra de lhe entregar, chamando para elle toda a sua attenção

Muito esperamos d'este projeto. Elle é chamado a formar uma geração experimentada ao serviço do hotel que a seu turno servirá de hábil educadora e que estará em proveitoso contacto com os viajantes e estrangeiros pelo conhecimento summario das línguas e das implicações que estes moralmente têm o direito de lhes exigir.

Não procurámos formar um curso com um plano que não pudesse ser seguido. Antes procurámos a possibilidade de um efficaz aproveitamento com uma orientação decididamente pratica... (SPP, 1909, p.64).

As motivações que terão levado a SPP a dirigir à Real Casa Pia de Lisboa tal convite não terão sido alheias às mudanças que esta vinha empreendendo desde a segunda metade do século XIX, procurando antecipar-se ao ritmo dos tempos, respondendo à chamada da nova sociedade industrial e procurando acompanhar o passo das outras nações europeias, canalizando todos os esforços no sentido de começar pela instrução mais elementar das camadas operárias. Esta mudança, que contemplou os planos de estudos, permitiu suprimir alguns conteúdos e ofícios que menos garantias de integração social proporcionavam aos alunos, acrescentando outras matérias ao currículo e novas oficinas que se adequassem ao perfil da realidade laboral do mundo exterior (Silva, 2011).

Em 1904 foi publicado o regulamento dos serviços da Real Casa Pia de Lisboa (Decreto-Real de 6 de maio de 1904), onde esta é autorizada a ministrar o ensino em internato e fora do estabelecimento no país e no estrangeiro, compreendendo a educação intelectual, a educação moral, religiosa e cívica, a educação física, a educação artística e a educação profissional.

Em janeiro de 1910, no seu Boletim, a SPP divulga como estando eminente o início do curso:

“Como em tempo oportuno referimos n’este boletim, a nossa Sociedade tomou a iniciativa de promover, em Lisboa, a criação de um curso de industria hoteleira, reconhecidas, como o foram, a utilidade de tal instituição e as vantagens que d’ella hão-de resultar para aquella industria, tão estreitamente ligada ao desenvolvimento do excursionismo entre nós.

O bom acolhimento que esta ideia mereceu ao saudoso provedor da Casa Pia, Jayme Arthur da Costa Pinto, encontrou no seu ilustre sucessor, o conselheiro Ramada Curto, uma fervorosa adesão, que se traduziu n’uma collaboração tão dedicada e effectiva que, a pouco trecho, o zeloso funcionário apresentava, o programma do curso e o orçamento da pequeníssima despesa que ele acarreta, por ser leccionado, na quase totalidade das cadeiras, por professores da Casa Pia, e por não precisar esta de adquirir o material escolar indispensável.

A escola portuguesa propõe-se a formar os mais modestos empregados de um hotel: os chefes e os criados de mesa, os porteiros e os intérpretes. O respetivo curso consta apenas de seis meses de teoria, seguidos de outros seis de prática, em hotéis que, para esse fim, se oferecerem a receber os alunos que dessem provas de aplicação e inteligência.

Aos estudantes, que se matricularem no curso de hoteleiros, exige-se apenas o exame da instrução primária e o bom comportamento da moral. No curso adquirirão os conhecimentos do francês e do inglês indispensáveis ao serviço do hotel, elementos de contabilidade hoteleira e, muito especialmente, as noções mais completas quanto possível de Serviço de informações do Serviço de hotel.

A primeira d'estas duas disciplinas chamadas lá fora – geografia hoteleira – e é n'esta aula que serão ministrados todos os conhecimentos que permitam ao empregado do hotel elucidar o hóspede acerca dos itinerários, horários e preços de viagens e excursões; dos diversos meios de transporte, dos recursos locais referentes ao turismo; das curiosidades a visitar, etc.

A aula de Serviço de hotel, compreende desde a organização do menu das refeições até ao serviço de mesa e desde a higiene até ao acceio e maneiras dos empregados.

A cadeira de Informações será confiada a um funcionário superior da Casa Pia, antigo e distinto professor de instrução secundária, que já esteve no estrangeiro em missão de estudo.

A de Serviço de hotel será regida por um profissional competentíssimo, diretor de um dos nossos primeiros hotéis e colaborador assíduo da “comissão de hotéis” da nossa Sociedade.

O Curso de empregados de hotéis, como fica sendo chamado, deverá a sua realização ao sr. dr. Ramada Curto e a sua iniciativa à Propaganda de Portugal” (SPP, 1910a, p.11).

O programa do curso<sup>19</sup> ficou a dever-se a Luís Fernandes<sup>20</sup>, diretor da Secção de Hotéis da Sociedade Propaganda, autor do “Guia dos Proprietários de Hotéis” (Pina, 1988, p.63).

Em julho de 1910, o Boletim da SPP noticiava já o início das aulas:

A comissão de Hotéis da Propaganda, visitou há dias a Escola da Industria Hoteleira, instalada, como é do conhecimento dos nossos leitores, no edifício da Real Casa Pia de Lisboa. A comissão assistiu à aula de culinária e de serviços de hotel, regida pelo Sr. Wissman, gerente do Grande Hotel Central, que tem sido de uma dedicação sem limites em tudo quanto respeita aquela importantíssima escola que se fundou devido

---

<sup>19</sup> Ver programa do curso em Anexo II

<sup>20</sup> Ver nota em Anexo I

aos esforços da Sociedade Propaganda de Portugal e que supomos destinada ao mais belo êxito.

O Snr. Wissman dita as lições, fazendo depois as perguntas por um questionário que elaborou, sistema que tem dado os melhores resultados.

Também o Snr. Wissman se ofereceu para reger a cadeira de informações, que é muito curiosa e importante.

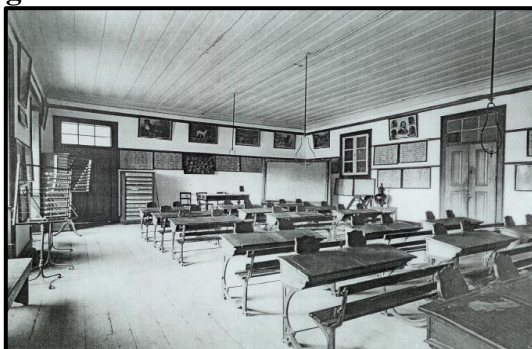
Os alunos, por enquanto são apenas seis, mas é de crer que o número aumente no próximo ano.

Os respetivos exames devem realizar-se em outubro, sendo conferidos prémios aos alunos que maiores provas derem do seu aproveitamento.

A Comissão de Hotéis da Propaganda ficou muito bem impressionada com a visita feita à escola (SPP, 1910b, p.56).

A escolha de Conrad Wissman<sup>21</sup>, um alemão radicado em Portugal, com créditos firmados na profissão, não se pode dissociar da corrente reinante de as escolas poderem recorrer a professores estrangeiros. Com efeito, pela cobertura dada pelo Decreto-Real de 1884, de 3 de janeiro, o Governo podia contratar no estrangeiro, caso não se encontrassem no País, “indivíduos que possuíssem as habilitações para o bom desempenho dos respetivos cargos”. O Plano de Organização do Ensino Industrial e Comercial (Decreto-Real de 14 de fevereiro de 1887), gizado por Emídio Navarro, continuava a prever essa prática. E nos anos de 1888 e 1889 tinham vindo da Itália, Alemanha, Áustria e Suíça muitos professores para as nossas escolas (Martinho, 1997, p.180; Martinho, 2006, p. 70).

**Figura 8:** Sala de aula na Casa Pia de Lisboa.



Fonte: Bobone, A. (s/d). Sala de aula na Casa Pia de Lisboa (finais do século XIX/inícios século XX). Arquivo do Palácio Real de Madrid.

---

<sup>21</sup> Ver nota em Anexo 1

Em outubro de 1910 foi proclamada a República e o país entra em grande instabilidade social, com mudanças de protagonistas e alterações organizativas nas estruturas do Estado.

A SPP, através do seu Boletim de Fevereiro de 1911, noticiava a realização de uma sessão de homenagem a Conrad Wissmann, realizada no dia 10 desse mês, antecipando a sua saída: “(...) Foi o sr. Wissman quem, durante todo o anno lectivo passado, regeu com a maior proficiência e assiduidade a aula para a educação de criados de hotéis que foi estabelecida na Casa Pia de Lisboa (...)” (SPP, 1911, p.10).

Com efeito, a 8 de março de 1911, um Decreto do Ministério do Interior, assinado pelo então Ministro António José de Almeida, exonera o provedor Antonio Duarte Ramada Curto e nomeia Antonio Aurélio da Costa Ferreira<sup>22</sup> para seu substituto, agora com a designação Republicana de Diretor. O mesmo diploma autoriza, ainda, o agora novo Diretor da Casa Pia “a extinguir o curso de hoteleiros e dispensar os professores respectivos” (Decreto-Lei de 8 de março de 1911).

A primeira tentativa de criação de uma escola de formação hoteleira terminava, assim, em consequência da implantação da República.

Apesar deste revés para as intenções de desenvolvimento do turismo, ainda em 1911 é publicado um Decreto (Decreto-Lei de 18 de maio de 1911) que cria, no Ministério do Fomento, então liderado por Brito Camacho, uma Repartição de Turismo, superiormente orientada por um Conselho de Turismo, composto por sete membros. Portugal tornava-se, assim, a seguir à Áustria (1909) e à França (1910), no terceiro País a criar um órgão oficial de Turismo (Barreto e Mónica, 2000, p.6 e p.536). Para dirigir a repartição é nomeado José d’Athayde<sup>23</sup>. No entanto, de entre os seus fins, não se encontra qualquer referência para a necessidade de formação do pessoal.

A Primeira Guerra Mundial e a participação de Portugal no esforço de guerra dos aliados, a partir de 1916, viria a separar duas épocas, tal como aconteceu no resto da Europa (Ramos, Monteiro e Sousa, 2009a, p.6).

Apesar da Guerra, entre 28 e 29 de abril de 1917 reúne, na Sociedade de Geografia, em Lisboa, o primeiro Congresso Hoteleiro, promovido pelo Conselho de Turismo. Aí se volta a insistir na necessidade urgente da implementação de uma Escola de Hotelaria.

---

<sup>22</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>23</sup> Idem, Ibidem

Manuel Roldan y Pego <sup>24</sup>, então secretário da SPP, apresentou uma tese da qual transcrevemos o seguinte trecho:

(...) Para ter êxito (...), é indispensável que o pessoal hoteleiro seja educado. A profissão de hoteleiro aprende-se em escola especial porque ela obriga a instrução especial.

Na Suíça a arte hoteleira é uma verdadeira ciência, com inúmeras escolas. A Áustria tem 23 escolas hoteleiras, onde 72 professores educam 3000 alunos. Há escolas semelhantes em Berlim, Dresden, Frankfurt, Munich, etc.

O hoteleiro precisa adaptar-se às modernas necessidades do turismo; o seu papel económico modificou-se por tal forma, que carece, além das qualidades pessoais, que foram sempre o sucesso do hoteleiro, duma educação, duma instrução especial que lhe permita compreender bem a sua indústria e adaptar as suas múltiplas engrenagens às actuais necessidades. A sua profissão é hoje mais complicada do que outrora. Os seus conhecimentos técnicos não se podem limitar á escolha dos alimentos, precisa conhecer quanto se cria de novo sobre higiene e mobiliário, tem de saber línguas, historia, geografia, arquitetura, arte, ornamental, jardinagem, botânica, silvicultura e conhecimentos completo das belezas naturais, arquitetónicas, história e geografia da região onde exerce a sua indústria.

O curso de hoteleiro, de que já a Sociedade de Propaganda de Portugal, pela sua comissão de hotéis, tomou iniciativa, conseguindo que fosse criado na Casa Pia, e que foi conscienciosa e desinteressadamente regido, durante dois anos, pelo nosso benemérito colega o Sr. Wissmann, e que foi suprimido por uma má compreensão da sua utilidade, contribuíra a dar colocação a muito português, pois entre nós a maioria dos hoteleiros e empregados de hotéis são estrangeiros, e faria criar interesse e amor pelo seu país a muito português, cujo valor melhor conheceria (Pego, 1917, p.6-7).

Os comentários de Roldan y Pego não são alheios ao facto de, na primeira década do século, cerca de 50% dos “criados” e dos “cozinheiros” de Lisboa e do Porto serem galegos imigrados, que trabalhavam a troco de comida e dormida, sendo o horário de trabalho de muitos deles de 18 e mesmo 20 horas por dia (Nunes, 2011).

José d’Athayde <sup>25</sup>, diretor da Repartição de Turismo, reconhece, na tese que apresentou ao Congresso:

---

<sup>24</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>25</sup> Idem, Ibidem

(...) o que é o nosso criado de hotel e de restaurante em geral?

Um antigo moço de cozinha, importado de Pontevedra ou de Vigo, improvisado em criado, sem formar a mais ligeira ideia das responsabilidades e deveres do seu cargo. Daí, essas criaturas grosseiras, ordinárias, mal-criadas, o cabelo cheio de caspa, as unhas negras, o fato sebento, com que tam a miúde deparamos nos nossos hotéis e restaurantes.

É culpa deles? Não, certamente; porque na maioria dos casos não fazem mais do que copiar o que vêem, os mais novos limitando-se a imitar os mais velhos.

Culpa dos patrões? Também não. Se os patrões quási sempre, também não compreendem a posição que desempenham na sociedade.

Se atentarmos nos cozinheiros, nos grooms, nos porteiros, em todos os outros cargos do hotel ou do restaurante, vamos na mesma encontrar indivíduos imperfeitamente dotados para o exercício da profissão. (...)

Lá fora, onde estas cousas são objeto de larga controvérsia e estudo, reconheceu-se a necessidade de criar escolas com o fim especial de educar o pessoal hoteleiro.

Há escolas na Áustria, na Alemanha, na Suíça e na França.

Graças à iniciativa da Commizzone Miglioramento Alberghi do Touring Club Italiano, também a Itália tem desde há pouco uma escola onde os indivíduos que queiram seguir profissões hoteleiras podem obter a necessária educação (Athayde, 1917, p.5).

Descreve, depois, o programa ministrado em algumas escolas hoteleiras em funcionamento na Europa, como Lucerna, Viena, Bolzano, Lines, Reichenberg, Brünn, Karlsbad, Graz, Lubiana, Paris, Aix e Thonon-les-Bains. Prosseguiu José de Athayde, a citar o relatório de António Arroio sobre o ensino Industrial e Comercial, que transcrevemos:

No consciencioso e inteligente relatório (...) contêm-se frequentes referências aos cursos profissionais dos empregados de hotéis, propondo, por fim o ilustre professor, à comissão de reforma do referido ensino a fim de desenvolver a indústria do turismo, o estudo de “ a melhor forma de educar o hospedeiro ou hoteleiro, o cozinheiro do hotel, o criado do hotel e restaurante e a criada de hotel”

O Sr. António Arroio preconiza, com esse fim, além do curso de chauffeur e de canalizador, o curso de criados de hotel e o curso de criadas de hotel. É de opinião o Sr. Arroio que os três primeiros cursos da indústria hoteleira devem ser professados numa só escola que os compreenda e relacione entre si, afigurando-se-lhe que se

devem estabelecer primeiramente em Lisboa, não dizendo em que condições esses cursos deverão funcionar, o que evidentemente, seria determinado pela comissão de reforma à qual o Sr. António Arroio submetia o seu valioso trabalho.

Esta comissão, se porventura chegou a ser criada e se a alguns resultados chegou sobre os cursos a que acabávamos de referir não tomou resolução alguma.

Concordamos absolutamente com a opinião do Sr. Antonio Arroio. É necessário criar estes cursos. Como, porém? Cursos desta natureza importam o estabelecimento duma sede, a nomeação de professores, despesas de material e expediente.

Se estivéssemos num país com uma situação económica desafogada e não tivéssemos que nos preocupar com a questão do dinheiro, o problema seria fácil de resolver. Aplicávamos o sistema das escolas estrangeiras que melhor se adaptam com as condições do país, correndo as despesas de tal escola por conta do Estado. Sobrecarregado como está o tesouro público, não nos parece assizado que lhe atribuamos totalmente a despesa proveniente do estabelecimento da escola destinada a educar pessoal hoteleiro, por mais necessário que se torne a criação desta escola. (Athayde, 1917, p.7).

Terminando, José de Athayde alvitra sobre como suportar as despesas de uma tal escola:

(...) Para se ocorrer às despesas duma escola de pessoal hoteleiro, que reputamos absolutamente indispensável, lembra-nos que certamente ofereceriam subsídios, além do Estado, com o edifício, material e expediente, o Conselho do Turismo, a Sociedade Propaganda de Portugal, as Associações Comerciais de Lisboa e Porto, as Associações de Classe dos Proprietários dos Hotéis e Restaurantes e quaisquer outras colectividades interessadas no desenvolvimentos do turismo.

Outra receita, além destes subsídios, seria constituída pelas mensalidades dos alunos, pela emissão de certificados, etc. (Athayde, 1917, p.8)

A “Revista de Turismo”, a mais antiga publicação periódica sobre a temática, divulga, na sua edição de 5 de maio de 1917, o Congresso Hoteleiro sob o título “As Theses Apresentadas. – Interesse Absoluto da Assistência - A Federação Hoteleira - Escolas de Criados - Resultados Práticos”.



(...) Manuel Roldan, lendo (...) uma interessante memória do sr. José Oliveira Basto, proprietário do Grande Hotel do Porto, sobre a federação de hotéis e a necessidade de educar os criados de mesa e cozinheiros.

(...) a these da Sociedade Propaganda de Portugal relatada pelo sr. Vasconcelos Correia, em que se defende a criação de uma escola para criados de hotéis, e anuncia que a Sociedade de Propaganda, vae abrir, dentro em pouco, um curso para criados que já exercem essa profissão. (...) Fausto Figueiredo incitando os hoteleiros a dar preferência para o seu serviço aos criados com o curso da Propaganda. O sr. Guerra Maio, propõe que os criados diplomados, usem um emblema na lapela, para incitar os outros a frequentar a escola, e que nos principais azylos do Estado se crie um curso de criados, pois lhe será essa profissão mais rendosa que outras que lá se ensinam, e ainda que sendo esses educandos, em regra, órfãos e com mãe e irmãs, seria a já rendosa profissão de criados, uma boa fonte de receita para o bem-estar das suas famílias.

Mais propõe, que a Repartição de Turismo represente as direções dos Azylos para que os seus professores, desfaçam perante os alunos a ideia humilhante que versa, injustamente, contra os criados de mesa.

É aprovado, bem como a tese da Sociedade de Propaganda (Revista de Turismo, 5 de maio de 1917, p.163).

A mesma revista, na edição de 20 de outubro de 1917, volta ao assunto no artigo intitulado “O Turismo e as Escolas Hoteleiras”, escrevendo:

Sob esta epigraphe publicou, há dias, o Diário de Noticias uma carta d’um seu correspondente, que se encontra atualmente numa estância termal da França, a qual a seguir transcrevemos com a devida vénia, para sobre o assunto bordarmos algumas considerações. Diz essa carta:

O turismo vai em toda a parte tomando uma tal importância que já aqui, no conselho geral de Puy-de Dôme, foi resolvido pedir ao governo que estude a criação de um ministério ou, pelo menos, de um secretariado do turismo e águas minerais.

E, talvez, um pouco exagerado para um país que já tem ministério do comércio.

Como sabe, há aqui uma escola de estudos superiores com uma secção especial para os alunos que se dedicam à indústria hoteleira. Visitei-as e levo á comissão de hotéis o programa dos estudos que muito amavelmente me foi dado pelo sr. Delos, diretor da escola.

Não podemos, por enquanto, nem por sonhos, aspirar a ter uma escola hoteleira como a de Paris, nem mesmo como a de Aix, porque não temos alunos preparados para ela; mas ainda o meu ideal continua sendo que as diferentes secções do Instituto de Comércio de Lisboa se anexasse mais uma – a hoteleira – onde se preparassem os futuros diretores de hotéis.

Se bem que todos os subsídios sobre a matéria de turismo sejam sempre bem-vindos – quanto mais não seja senão para um confronto – não podemos, todavia, deixar de pôr ante os olhos do autor da referida carta (se ele for leitos da Revista de Turismo, o que a tal respeito já se tem feito em Portugal. Para isso basta-nos simplesmente transladar para estas colunas alguns períodos da tese apresentada no ultimo Congresso Hoteleiro pela Comissão de hotéis da Sociedade Propaganda de Portugal.

Ei-los:

A ideia de criar escolas de empregados de hotéis é uma novidade, apenas para aqueles que ignoram o que se pratica em toda a parte, onde a indústria hoteleira deixou de ser uma coisa imprecisa, para que todos se julgam habilitados, sem preparo algum de qualquer natureza que seja. No estrangeiro, porem, existem, há já muitos anos, numerosas escolas profissionais, mantidas todas não pelo Estado, ainda que subsidiadas por ele ou pelas camaras municipais, mas pelos próprios interessados, o que é a melhor prova da sua utilidade e valor práctico.

E assim que existe, entre outras, a escola profissional da Sociedade de Hoteleiros de Lausanne, e a escola instalada pelo Sindicato Geral da Industria Hoteleira e dos Grandes Hotéis de Paris, para não citar senão duas das mais notáveis dessas instituições.

O plano e o programa destas escolas variam, necessariamente, de país para país, para corresponderem às necessidades especiais que a pratica e a experiencia indicam.

A Propaganda de Portugal teve também a sua escola profissional para empregados de hotéis, na Casa Pia de Lisboa, que funcionou regularmente durante um ano, tendo saído dela alguns alunos, que se acham empregados hoje em hotéis de Lisboa; porem, com a mudança de regime, o Governo Provisório, parece que por medida económica, mandou fechar a escola hoteleira, em que nós tínhamos posto o melhor da nossa boa vontade e em que fundávamos as nossas mais entusiásticas esperanças. O subsídio concedido pelo Governo para esta escola era de 200\$00 anuais. Não desanimando, nem abandonando a nossa ideia, e parecendo-nos urgente a criação em Portugal de

escolas, que preparem o pessoal indispensável aos hotéis, resolvemos reabrir a nossa escola hoteleira na sede da Sociedade, para o que já estão elaborados o plano e o programa de estudos.

E não só nessa tese mas, também, na submetida ao mesmo Congresso pelo sr. Dr. Jose d'Athayde, insigne Diretor da Repartição de Turismo, são feitas referências à necessidade de uma escola para a instrução do pessoal hoteleiro, conforme se acha disposto nas conclusões que passamos a transcrever.

a) Tendo em vista o progresso da indústria hoteleira, de que depende, uma grande parte, o desenvolvimento da indústria do turismo, é indispensável estabelecer-se entre nós uma escola destinada a educar o pessoal de hotéis e restaurantes;

b) Criada uma escola nestas condições só devem ser admitidos aos lugares vagos nos nossos principais hotéis e restaurantes, qualquer que seja a sua categoria, os indivíduos diplomados nesta escola;

c) Os cidadãos portugueses devem ser preferidos, nos lugares de hotéis e restaurantes, aos cidadãos estrangeiros.

Expomos, assim, pois, ao nosso compatriota (e era essa a nossa intenção) o conhecimento que, do assunto, já de há muito há em Portugal, e do que a tal respeito se tem procurado fazer.

Infelizmente neste País, só uma vontade de ferro e uma persistência sem limites conseguem, algumas vezes, colher frutos, embora se trate do interesse geral da Nação. E quando qualquer ideia vinga é porque pode contar com o patrocínio político, sem o que, em Portugal coisa alguma se efetiva.

Como o correspondente do “Diário de Notícias”, promete, na mesma carta, trazer para a Sociedade Propaganda um programa de ensino hoteleiro em Puy-de-Dome, o que será muito para agradecer, permitindo-nos, todavia, a liberdade de lhe dizer que traga antes uma boa influencia politica que faça efetivar os programas já traçados sobre o ensino hoteleiro em Portugal, o que certamente, não lhe será muito difícil no presente momento, visto andarem lá por fora os gros-bonets da situação atual (Revista de Turismo, 20 de outubro de 1917, p.61)

A “Revista de Turismo” voltou ainda uma vez mais ao assunto, na sua edição de 20 dezembro de 1918, com o artigo “Escola de Creados de Meza”.

Um dos mais remunerados empregos para as classes menos abastadas, é, sem dúvida alguma, o de criado de mesa; pois quer seja em hotel ou em restaurante, a mensalidade

é sempre superior aos dos melhores e mais profícuos empregos, de que se gosa tanto na vida comercial como na burocrática, excluindo – é claro – os guarda livros e os directores geraes.

É vulgar, vulgaríssimo, n'um restaurante de Lisboa ou Porto, um criado tirar um ordenado de mais de 100 mil reis por mês, e nos hotéis, desde o porteiro ao simples criado de quartos, os seus honorários são muitas vezes superiores aos do gerente do hotel.

Nos hotéis de província acontece o mesmo, tirando a criadagem uma feria mensal, raras vezes inferior a 30 mil reis, o que equivale a dizer, que todos estes, mercê da exportula voluptuaria do hospede, ganham mais que o dono do hotel.

Mas se formos a ver bem – e isso sem mesmo ter que profundar a estatística, 90% em Lisboa e 50% na província, esses servos são estrangeiros, e peor é que a sua educação e competência profissional é uma perfeita negação. E porquê? Por falta de compreensão de muita gente, e pela união das pessoas oriundas da Galiza, que só querem ao seu serviço compatriotas seus, e ainda pela dificuldade de se encontrar um criado de nacionalidade portugueza.

Não nos alongaremos em classificar os defeitos dos criados de hotel, porque estão á vista de toda a gente; mas queremos significar o alcance económico para as classes menos abastadas em se dedicarem a esse mister.

(...) Como resolver isto – perguntará o leitor? De uma maneira muito simples: creando-se nos azilos e nas casas de caridade uns cursos de criado de mesa; e os directores e professores, em vez de ensinarem direitos cívicos, que indiquem o caminho do trabalho honrado e remunerador (...)

Houve em tempos uma d'essas escolas na Casa Pia de Lisboa; e quando já estava sortindo os seus efeitos, o governo, n'um excesso de economia, suprimiu a pequena verba de 200\$00 para o professor, e tudo ficou como d'antes...

Não levamos as nossas ideias ao governo; isso seria passar a vida inteira a pregar n'um deserto. Levamo-las aos directores dos azylos e das casas de caridade para estudem o assumpto (...) (Revista de Turismo, 20 de dezembro de 1918, p.91).

Apesar da intenção da SPP em reabrir a escola na sua sede, para a qual chegou a elaborar o plano e o programa de estudos, tal nunca se chegou a concretizar.

Em 1919, a confrontação social ultrapassava os estreitos limites das reformas legais. As primeiras greves desse ano foram vitoriosas, servindo de incentivo ao surgimento de

novas lutas e à reorganização sindical. O país era, no princípio da década de 20, uma sociedade atormentada. É a herança recebida pelo caos político e financeiro que tinha caracterizado a década anterior (Vieira, 1998, p.31). A modesta procura do turismo português é afetada pelas perturbações internas (Brito, 2003, p.451). Com efeito, Portugal, entre 1910 e 1926, conheceu quarenta e cinco governos. É este contexto de sucessivas derrotas políticas e de crescimento dos défices fiscais que leva o país a uma super-inflação (Ramos, 1994, p.597) (o custo de vida, em 1926, era trinta vezes o de 1914) e ao pedido de uma moratória no pagamento da dívida externa. Esta foi a principal razão que conduziu ao pronunciamento militar de cariz nacionalista e antiparlamentar que se iniciou em Braga, em maio de 1926.

#### **4.3. Da “Ditadura” à primeira Escola Hoteleira**

A Revolução de 28 de maio de 1926 levou à implantação da autodenominada “Ditadura Militar”, mais tarde transformada em Estado Novo, pondo termo à Primeira República (Saraiva, 1979; Marques, 1995; Rosas e Brito, 1996a).

A Ditadura Militar revelou um aglomerado heterogéneo de personalidades que, por falta de preparação e incapazes de apresentar um projeto político coerente e apoiado, mergulharam o país num impasse, alienando o capital de confiança que possuíam por parte da população e das forças políticas (Saraiva, 1979; Marques, 1995, Rosas e Brito, 1996a). A título de exemplo, entre 1926 e 1933, a pasta da Instrução Pública conheceu nove ministros (Braga, 2009, p.98) e um conjunto de políticas que denotam um certo desnorte, com um único horizonte: o dismantelar da obra educativa e cívica da escola Republicana (Rosas e Brito, 1996b, p.287).

Estando a estabilidade política e social dependente da orçamental, e esgotada a política financeira, no dia 27 de abril de 1928, António de Oliveira Salazar é chamado pelo Presidente Óscar Carmona para Ministro das Finanças, no Governo do Coronel Vicente de Freitas (Marques, 1995, p.625). O sucesso da sua política financeira granjeou-lhe imenso prestígio e converteu-o em “salvador” da Nação (Marques, 1995, p.626). Com efeito, o orçamento de 1928-29 previa um saldo positivo que pôde ser efetivado, o que aconteceu pela primeira vez em quinze anos. Paulatinamente, Salazar ia afirmando o seu controlo no seio do Governo.

No final da década, a importância atribuída às questões da instrução da população continuava a ser mínima. O analfabetismo em Portugal ultrapassava, nesta altura, os 67 % da população (Carvalho, 2011, p.771), levando Brito Camacho<sup>26</sup>, em tom de balanço, a escrever: “(...) Vivemos em República há muitos anos; e a percentagem de analfabetos que nos legou a monarquia, se não aumentou, também não diminuiu. Mais de setenta por cento dos cidadãos portugueses, antes de cinco de Outubro, não eram capazes de ler a Carta; outros tantos, senão mais, na hora que passa, são incapazes de ler a Constituição da República...” (Camacho, 1937, p.61).

No campo do turismo, o seu desenvolvimento é, com a Ditadura, sujeito a uma desqualificação institucional, ficando hierarquicamente dependente, a partir de 1927, do Ministério do Interior, onde funcionariam, sucessivamente, a Repartição de Jogos e Turismo e, a partir de 1929, o Conselho Nacional de Turismo (Brito, 2011, p.30).

No início da década de 30, Portugal vive uma insólita estabilidade que contrastava com a ebulição para lá das fronteiras. Salazar ascendeu a Presidente do Conselho de Ministros da Ditadura e tornou-se no mentor ideológico de um regime: o Estado Novo (Vieira, 1998b, p.23). Para o suportar, o Governo fundou a União Nacional, organização política que procurava preparar a constitucionalização da Ditadura, tornando-se, pela sua atuação, partido único (Rosas e Brito, 1996c, p.989). Toda a década decorreu sob o signo do poder absoluto na política, que também se infiltrava no dia-a-dia, impondo uma moral e um conceito de vida.

O Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos<sup>27</sup>, organizou, em junho de 1930, o ensino técnico-profissional (Decreto nº 18.420/30, de 4 de junho), transferindo-o do Ministério do Comércio e Comunicações para o seu próprio Ministério e criando, pela primeira vez, a Direção-Geral do Ensino Técnico. No entanto, nenhum ofício hoteleiro foi contemplado na vasta lista de cursos então criados.

Acabou por ser o Ministério do Interior a autorizar, em 1931, o Conselho Nacional de Turismo a criar, mais uma vez na Casa Pia de Lisboa, um curso de gerentes de hotéis e restaurantes. No preâmbulo do Decreto da sua criação, pode ler-se: “Por mais apurada que seja a construção de um hotel, por mais requintes de conforto e de higiene que possuam as suas instalações e dependências, se o pessoal respetivo não for devidamente educado, esse estabelecimento terá sempre deficiências (...)” (Decreto-Lei nº 19.317/31, de 7 de fevereiro).

---

<sup>26</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>27</sup> Idem, Ibidem

No mesmo preâmbulo, lamenta o legislador que, passados 13 anos sobre o Congresso Hoteleiro realizado em Lisboa, em 1917, onde foi emitido um voto aplaudindo a ideia de se instalar uma escola profissional de empregados de hotéis, ainda não tivesse sido possível atingir tão justa aspiração. Aspiração essa a que o citado diploma legal pretendia dar resposta. Destacamos ainda, do seu art.º 3º, a manutenção da preocupação e interesse na salvaguarda do recurso a técnicos estrangeiros para ministrar cursos profissionais: “A Casa Pia de Lisboa, mediante autorização superior, poderá contratar indivíduo estrangeiro especializado para orientar e dirigir este curso.”

O curso teria a duração de três anos e nele só poderiam ser admitidos indivíduos habilitados com o curso comercial da Casa Pia de Lisboa ou o 5º ano dos liceus, prevendo-se, também, um estágio de três meses em um, ou mais hotéis ou restaurantes do País.

Em agosto do mesmo ano, o Ministério do Interior produz um novo Decreto, desta vez com o intuito de autorizar a Associação de Classe dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas a abrir, em local que reunisse as devidas condições de higiene, asseio e conforto, dois cursos destinados a preparar o pessoal competente para o desempenho dos vários serviços da indústria hoteleira, com exceção dos serviços de carácter administrativo, sendo que os cursos autorizados a criar foram: um curso de cozinheiros e um curso de criados de hotel e restaurantes.

Este diploma retirava a exclusividade da formação nesta área até ali atribuída à Casa Pia de Lisboa, atribuindo essa responsabilidade a uma Associação de Classe, ou seja, demitindo-se o Estado de todas as despesas com o curso e assumindo para si apenas o papel de entidade fiscalizadora (Decreto n.º 20.164/31, de 6 de agosto).

O legislador foi ainda mais longe nesta ideia de dinamizar a formação hoteleira, ao obrigar que, a partir de janeiro de 1932, todo o pessoal que trabalhasse em hotéis, restaurantes e bares de primeira classe devesse possuir carteira profissional, não sendo permitido aos proprietários, gerentes e diretores destes estabelecimentos, a partir da data do Decreto, admitir ao seu serviço qualquer novo empregado sem essa carteira (Decreto n.º 20.164/31, de 6 de agosto).

No entanto, mais uma vez os cursos não passaram de um conjunto de boas intenções.

Em 1932, o Diário do Governo de 16 de junho publicou a lista do Ministério do Interior relativa aos estabelecimentos já classificados pelo Conselho Nacional de Turismo para o efeito de poderem usar a designação de hotel. Esta lista permite ter uma real perceção da quantidade, ainda muito reduzida, das unidades hoteleiras que reuniam as condições para serem assim classificadas.

**Quadro 3: Hotéis classificados em Portugal (1932)**

<b>Distrito</b>	<b>Localidade</b>	<b>Nome do hotel</b>
Aveiro	Águeda	Hotel Candeeiro Hotel Comercial
Beja	Beja	Hotel Rocha
Braga	Terras do Bouro-Gerez	Hotel do Parque
Coimbra	Figueira da Foz	Grande Hotel Portugal Hotel Martinho Grande Hotel Aliança Hotel Reis
	Góis	Hotel Góis
Évora	Estremoz	Palace Hotel
Faro	Vila Real Santo António	Hotel Guadiana
	Monchique	Hotel Encarnação Grande Hotel
	Portimão	Hotel Central Grande Hotel da Praia da Rocha
Leiria	Alcobaca	Hotel Parque Hotel Alcobacense
Lisboa	Lisboa	Avenida Palace Hotel Hotel de Inglaterra Hotel Central Hotel Europa Hotel Bristol Hotel Americano Hotel Francfort Hotel Duas Nações Grande Hotel Portugal Hotel Leiriense Hotel Universo Park Hotel Hotel Estação Central Hotel Peninsular Hotel Internacional Suisse Atlantic Hotel Francfort Hotel Hotel Metrópole Grande Hotel Borges Hotel Alliance
	Cascais – Monte Estoril	Hotel Miramar Hotel de Itália Hotel Estrade
	Estoril	Estoril Palace Hotel Paris Hotel Parque
Portalegre	Castelo de Vide	Rossio Hotel
Pôrto	Pôrto	Grande Hotel do Porto
	Matozinhos	Central Hotel
	Vila do Conde	Palace Hotel
	Marco de Canaveses	Hotel Caldas de Canaveses
	Santo Tirso	Hotel Cidnay
Santarém	Tomar	Hotel União Comercial
Setúbal	Setúbal	Hotel Esperança
V. do Castelo	Monção	Hotel Internacional
	Melgaço	Hotel Quinta do Pêso
Vila Real	Chaves - Vidago	Palace Hotel Hotel Avenida Hotel Salus Grande Hotel
	Vila Pouca de Aguiar (Pedras Salgadas)	Hotel Avelames
Viseu	Tondela	Grande Hotel Sanatório
	Santa Comba Dão	Hotel Ambrósia

Fonte: Diário do Govêrno, n.º138/32-II Série, Ministério do Interior. Lisboa.



O ano de 1933 ficou marcado pelo plebiscito do projeto único de Constituição, após intensa campanha propagandística, e também pela criação, junto da Presidência do Conselho, do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) (Decreto 23.054/33, de 25 de setembro). António Ferro<sup>28</sup> é nomeado diretor e toma posse a 26 de outubro do mesmo ano.

**Figura 9:** Cartaz de Propaganda.



Fonte: Barradas, J. (1933) BNL

António Ferro aproveitou o descontentamento reinante no setor do turismo, desde a sua passagem para o Ministério do Interior, e apropriou-se dele com a conivência tácita do Presidente do Conselho (Pina, 1988, p.79).

Em 1934, entre 26 e 28 de maio, a União Nacional efetuou em Lisboa o seu primeiro congresso. Sete das comunicações apresentadas versaram, de algum modo, o tema do turismo, sendo que todas elas abordaram a necessidade de uma formação mais adequada para os profissionais do setor (Cadavez, 2012, p.107-108):

- “Bases do desenvolvimento e organização do turismo nacional”, Eng.º Manitto Torres;
- “O porto de Lisboa e a Nação”, Eng.º Salvador Sá Nogueira;
- “Caminhos-de-ferro”, Eng.º Joaquim Abranches;
- “Monumentos Nacionais – Orientação técnica a seguir no seu restauro”, Eng.º Henrique G. da Silva;
- “A Indústria de Turismo”, Eng.º Jose Duarte Ferreira;
- “Turismo”, Eng.º Carlos do Santos;

---

<sup>28</sup> Ver nota em Anexo 1

- “Necessidade de criação de cursos hoteleiros”, António Maria de Oliveira Belo<sup>29</sup>.

Da comunicação apresentada pelo Eng. José Duarte Ferreira (Ferreira, 1935), transcrevemos:

Em Portugal, pelo Decreto nº. 19 317/31, de 7 de fevereiro, foi autorizada a criação de um curso de gerentes de hotéis e restaurantes na Casa Pia de Lisboa. Os alunos deveriam cursar três anos devendo ter um estágio de três meses antes de receber o diploma. O Conselho Nacional de Turismo foi também, pelo referido diploma, autorizado a subsidiar com 50 000\$00 anuais, a organização de escolas destinadas a criar pessoal competente. Estas escolas, porém, não funcionam.

Até agora, em Portugal, o pessoal dos hotéis tem-se instruído por si, à falta de existência de escolas profissionais. Aqueles que já desempenham as suas funções com competência devem-no quase exclusivamente ao contacto com o pessoal estrangeiro. (...)

Torna-se absolutamente necessária a instalação imediata de algumas escolas profissionais, de preferência nos locais onde se exerce a indústria de turismo e onde, portanto, se encontram os grandes hotéis. Foi este o critério adotado na instalação de escolas técnicas, em França.

Desta forma, os cursos poderão ser frequentados pelo próprio pessoal dos hotéis, que pouco a pouco se irá aperfeiçoando. Para já seria interessante a criação de duas escolas, uma na Madeira e outra nos Estoris, sendo permitido contratar mestres estrangeiros para o ensino de determinadas especialidades, o que aliás já foi previsto no diploma publicado. As grandes empresas hoteleiras poderiam colaborar nesta obra, reduzindo os encargos do Estado.

Oliveira Belo apresentou a sua tese denominada “Necessidade de criação de cursos hoteleiros”, onde propôs a criação de “um curso de hoteleiros e outro de empregados superiores, subalternos e auxiliares de hotéis” (Brito, 2003, p.607).

Dois anos após a realização do Congresso da União Nacional e decorridos que estavam 25 anos sobre a realização do histórico Congresso Internacional de Turismo, de 1911, que proporcionou a institucionalização do setor, impunha-se a realização de novo debate, agora ao nível interno (Pina, 1988, p.81). O Conselho Nacional de Turismo convocava, assim, o Iº

---

<sup>29</sup> Ver nota em Anexo 1

Congresso Nacional de Turismo para a Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 12 e 16 de janeiro de 1936 (Pina, 1988, p.81).

Das 86 comunicações então apresentadas, o Secretário da Direção do Sindicato Nacional dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa apresentou uma designada de “Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira”, onde não foge à crítica:

(...) Estão já publicados dois diplomas que se referem ao assunto: um criando uma escola para empregados e outra para gerentes ou diretores de hotéis. Embora guiadas por fins de grande utilidade, as duas publicações enfermam de defeitos que as inutilizaram praticamente.

A primeira porque entre outros motivos tinha o inconveniente de ser entregue a uma única associação de classe, em prejuízo de sete organismos similares que existiam na data da publicação, os quais nem consultados foram, e outro ainda porque se tornava impraticável o deslocamento do pessoal unicamente a Lisboa, quer para cursar as respectivas aulas e mesmo para a obtenção das carteiras profissionais.

No segundo, o curso de gerentes ou diretores, tinha como principal obstáculo a falta de equilíbrio entre os recursos da indústria portuguesa e as exigências requeridas para a sua frequência. Neste curso não se procurava o aperfeiçoamento dos atuais profissionais, criando-se pessoal novo que por fim não teria condições de colocação devidamente remunerada.(...)” (Júnior, 1936, p.3-4).

Mais propõe o autor a criação de escolas profissionais da indústria hoteleira e serviços correlativos, junto dos sindicatos nacionais representativos da classe da mesma indústria, com o fim principal de aperfeiçoar o pessoal existente. Propõe ainda, em crítica ao que até então vinha a ser defendido, que os diretores, chefes de cozinha, chefes de mesa, porteiros e corretores de 1ª classe que pretendessem ser professores das escolas hoteleiras deveriam ter nacionalidade portuguesa, possuir um curso de escola hoteleira e um estágio efetuado no estrangeiro em casas e escolas da especialidade, sendo admitidos por concurso (Júnior, 1936, p.4-5).

O Eng. José Duarte Ferreira apresentou outra comunicação, denominada “Projecto da Organização do Turismo em Portugal”, na qual, no seu oitavo ponto, “Ensino Técnico”, defende que:

Deverá ser criado na Escola Industrial (x) um curso complementar de gerente de hotéis e restaurantes com a duração de dois anos.

A duração de cada período de ensino deverá ser de 6 meses, intercalada pelo estágio dum período igual num hotel de luxo de 1ª classe (...).

A matrícula neste curso deverá ser condicionada à apresentação da carta de qualquer dos cursos das escolas comerciais, ou do 5.º ano dos liceus. Excepcionalmente poderá admitir-se a matrícula sem estas habilitações, desde que o candidato seja aprovado num exame de admissão e prove conhecer as línguas francesas e inglesa ou alemã.

Deverão ser criados imediatamente dois cursos de ensino para criados e cozinheiros, um na Madeira, outro no Estoril.

As empresas hoteleiras do País poderão auxiliar a formação destas escolas, franqueando os hotéis para aprendizagem.

Àqueles que mostrarem excepcionais aptidões para o exercício da profissão deveriam ser concedidas bolsas de estudo para a realização de um estágio no estrangeiro (Ferreira, 1936, p.12).

Numa outra tese sobre “Organização do Turismo em Portugal”, Diogo J. de Mattos propõe a criação de um curso de hoteleiros nas escolas industriais elementares para o efeito designadas pelo Ministério da Instrução Pública (Mattos, 1936, p.7).

Com a publicação da Lei de Bases do Turismo, de 11 de Abril de 1936, o ministro Antonio Faria Carneiro Pacheco<sup>30</sup> introduziu grandes reformas, remodelando o Ministério da Instrução Pública, que alterou o nome para Ministério da Educação Nacional, procurando acentuar o carácter “formativo” do ensino (supondo, naturalmente, a “formação” de acordo com os cânones ideológicos do Estado Novo) (Torgal, Mendes e Catroga, 1998, p.94).

Em novembro de 1937, o jornal “Diário de Lisboa” (Diário de Lisboa, 12 de novembro de 1937, p.15) noticiava que entre as resoluções tomadas na última sessão do Conselho Nacional de Turismo figurava a de decidir instalar no Aviz Hotel uma escola prática de Hotelaria. O Aviz Hotel, classificado como de Luxo, era considerado um dos melhores da Europa, mas a intenção nunca passou disso.

Nesta época, a procura pelas praias começava a sobrepor-se à procura por termas, sobretudo entre os mais jovens. Os espanhóis procuravam o Estoril e a Figueira da Foz, movimento apenas interrompido pela guerra civil (Vieira, 1998, p.108-109).

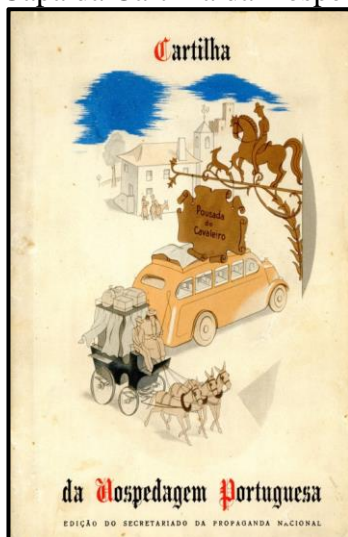
---

<sup>30</sup> Ver nota em Anexo 1

Em 1939 foi publicada, por José d'Athayde, a obra “Noções de Hotelaria”, livro onde o autor expõe, em pormenor, a problemática da hotelaria nacional e sugere medidas a serem adotadas pelos seus profissionais

No início de 1940, o SPN assumiu a tutela do Turismo (Decreto n.º 30.289/40, de 3 de fevereiro). Esta integração entre a propaganda e o turismo surgiu, naturalmente, da necessidade de atrair turistas e divulgar a obra produzida pelo Estado Novo. Mais tarde, em 1944, esta relação sairia reforçada com a extinção do SPN e a criação do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) (Brito, 2011, p.52), Secretariado esse que edita, em 1941, a “Cartilha da Hospedagem Portuguesa: adágios novos para servirem a toda a hospedaria que não quisesse perder a freguesia”, com textos de Augusto Pinto e gravuras de Emmérico Nunes, o qual podemos considerar como o primeiro manual prático de formação, para além dos livros de cozinha até aí editados.

**Figura 10:** Capa da Cartilha da Hospedagem Portuguesa.



Fonte: ESHT. Biblioteca Celestino Domingues.

Ainda no início dos anos quarenta, num documento sobre a Campanha da Lusitanidade, António Ferro propõe a criação de uma escola de hotelaria (Brito, 2003, p.683). Por seu turno, o Decreto que regulamenta os serviços do Secretariado Nacional da Informação (Decreto n.º 34.134/44, de 24 de novembro) estabelece, como suas obrigações, em dois pontos constantes do seu artigo 23º:

- 16.º Orientar a formação técnica do pessoal especializado que se destine à indústria hoteleira, ao serviço de guias, intérpretes e guias-intérpretes e à venda de artigos regionais e recordações de viagem;
- 17.º Promover a criação de escolas hoteleiras.

Em matéria de educação, o regime tinha obra de que se podia orgulhar: em 1940, pela primeira vez, a maioria dos portugueses (51%) foi recenseada como sabendo ler e escrever (Ramos, Monteiro, e Sousa, 2009, p.67). Com efeito, entre 1930 e 1940, o analfabetismo tinha baixado 8,4%, enquanto que, entre 1911 e 1930, quase o dobro do tempo, baixara apenas 7,3% (Carvalho, 2011, p.771).

Com o final da Guerra, a «placa giratória» em que se tinha transformado Lisboa começou a abrandar o seu ritmo, com as inevitáveis repercussões na economia e na sociedade.

A 19 de junho de 1947, a Assembleia Nacional decreta, e o Presidente da República promulga, o novo estatuto do ensino profissional, industrial e comercial. Embora, uma vez mais, não haja referência a escolas de hotelaria, deixa, no entanto, uma abertura para a sua eventual criação, ao referir, na Base XXVI:

Às autarquias locais, aos organismos de coordenação económica e corporativos, às empresas industriais e comerciais e aos proprietários rurais cumpre colaborar activa e permanentemente na obra da educação e formação profissional dos agentes de trabalhos dos ramos de atividade que representam e dirigem.

Essa colaboração poderá consistir:

(...)

b) Na criação, a expensas daquelas entidades, em escolas do Estado, de disciplinas ou cursos especializados que constituam útil complemento dos planos de estudos dessas escolas e assegurem o seu mais eficiente ajustamento às exigências de preparação técnica de qualquer ramo da produção económica; (...)

As escolas e cursos criados e sustentados pelas entidades a que se refere esta base serão sempre que as suas condições de funcionamento o justifiquem, oficializadas e poderão ser subsidiadas pelo Estado nos termos que vieram a ser definidos (Lei nº 2.025/47 de 19 de junho).

No início da década de 50, reativaram-se os mecanismos da política do turismo, com um duplo objetivo: a recolha do maior número de divisas e tornar o País mais conhecido e amado pelos estrangeiros (Serrão, 2007, p.294-295). Essa viria a ser a década decisiva para o arranque da tão desejada escola de hotelaria. O palco para a sua criação faz-se, agora também, na Assembleia Nacional. Logo no início do ano de 1950, o deputado Paulo Cancela de Abreu<sup>31</sup> apresentou um aviso prévio na Assembleia Nacional sobre a crise do turismo em

---

<sup>31</sup> Ver nota em Anexo 1

Portugal, propondo ocupar-se, entre outros, do seguinte aspeto: “(...) Crédito hoteleiro, desenvolvimento, aperfeiçoamento e fiscalização rigorosa da indústria hoteleira e criação de escolas de hotelaria, com frequência obrigatória (...)” (Diário das Sessões, 27 janeiro de 1950, p. 299).

A 8 de março, o aviso prévio foi efetivado e nele Paulo Cancela de Abreu demonstrou a crise porque passava o turismo nacional, apresentando a causa: “Não podemos, é evidente, considerar a numerosa população flutuante que a guerra nos trouxe. Não foi o turismo que a atraiu; foi a necessidade de refúgio num oásis de paz contra a tormenta do Mundo. Abrimos-lhe o coração e vieram. Mas depois de 1945 até hoje tem declinado progressivamente o movimento de turistas estrangeiros, não se levando em conta – e não devemos levar – a simples paragem dos passageiros que aos milhares se limitam a transitar nos portos e aeroportos” (Diário das Sessões, 1950 de 8 de março, p. 415).

Depois de apresentar números, questiona como se justifica tão alarmante decréscimo, quase até ao ponto de tender para extinguir-se esta valiosa fonte de recuperação nacional. Ao argumentar, explica a difícil conjuntura internacional, mas atribui também responsabilidades internas, colocando, em primeiro lugar, a falta de organização dos serviços de turismo e propaganda, percorrendo e apresentando detalhadamente cada um dos problemas. Sobre a necessidade de formar os recursos humanos, refere: “fariam o resto as indispensáveis escolas de hotelagem e de guias e cicerones. Foi iniciativa única e meramente teórica a criação do curso de gerentes pelo Decreto n.º 19.317/31, de 17 de fevereiro” (Diário das Sessões, 1950 de 8 de março, p. 418).

No decorrer do ano de 1951, a Câmara Corporativa prossegue o estudo do projeto do Estatuto do Turismo (Diário das Sessões, 18 de junho de 1951, p.1017.) A 1 de fevereiro de 1952, a mesma câmara fazia entrega na Presidência do Conselho de Ministros de um parecer emitido pelas suas secções de Transportes e Turismo, Política e Administração e Finanças e Economia Geral, acerca do projeto de Estatuto do Turismo, de que foi relator o Procurador Luis Supico Pinto<sup>32</sup>. O Parecer 25/V, a propósito da formação profissional, refere:

É evidente que sem técnicos competentes não é possível assegurar-se bom funcionamento à indústria turística. A exploração da indústria nomeadamente a hoteleira, exige pessoal habilitado, para quem não constituam segredo os pormenores da sua profissão.

---

<sup>32</sup> Idem, Ibidem

Um hotel por melhor que seja, não pode prescindir de um serviço capaz. Para que o turista se retire agradado, vá fazer lá fora a propaganda do País e queira voltar, não basta, no que se refere à hotelaria, que o tenha satisfeito o gosto da cozinha ou a qualidade dos vinhos, mas é também necessário que leve boas impressões da competência, da amabilidade e da educação do pessoal com quem tenha estado em contacto.

Deste modo, será de resultados práticos reduzidos ou contraproducentes todo o esforço que se faça no sentido de reforçar a capacidade hoteleira e de melhorar a qualidade dos hotéis, desde que simultaneamente se não atenda à preparação profissional dos técnicos da indústria” (Câmara Corporativa, 1954 de 15 de março, p.163).

Em dezembro de 1952, a Assembleia Nacional discute na generalidade a proposta de lei do orçamento para 1953. O Deputado Galiano Tavares<sup>33</sup> alude à pouca representatividade do turismo, a que chama indústria do maravilhoso, no Plano de Fomento a executar, e compara a prestação nacional com a de outros países. Ao abordar o problema hoteleiro, refere os 180 hotéis até então registados (4 de luxo, 28 de 1ª classe, 49 de 2ª classe e os restantes de 3ª, além de 10 pousadas, das quais apenas 2 foram construídas pelo Ministério das Obras Públicas), afirmando que o quadro geral daquelas instalações é confrangedor: “Pode dizer-se que os hotéis carecem absolutamente de modernização e reequipamento. (...) Lisboa tem no estrangeiro a consabida fama de não ter hotéis. Os bons hotéis exigem adequada e conveniente preparação dos servidores, e daí, paralelamente, a indispensabilidade de cursos de profissionais de hotelaria” (Diário das Sessões, 1952 de 12 de dezembro, p.326-327).

Em fevereiro de 1954, no início da VI Legislatura, Paulo Cancela de Abreu fala na Assembleia Nacional, no período antes da ordem do dia, mais uma vez sobre turismo. Referindo-se ao aviso prévio apresentado na Assembleia há quatro anos, relembra o trabalho que o País ainda teria que fazer para se igualar às demais nações em matéria de turismo e o quanto poderia lucrar com a sua correta exploração, elencando, entre as necessidades para atrair o turista, os cursos de hoteleiros. Lamentava, ainda, a não publicação do Estatuto do Turismo, que tanto trabalho teria dado ao seu relator, Dr. Luis Supico Pinto (Diário das Sessões, 4 de fevereiro de 1954, pp.362-363).

---

<sup>33</sup> Ver nota em Anexo 1



Em março de 1954, a Câmara Corporativa discutia a proposta de lei sobre a indústria hoteleira: esta proposta mantinha, no seu art.º 17.º, a competência dos serviços de turismo para promover a criação de escolas hoteleiras destinadas à formação profissional do pessoal da indústria hoteleira e similares (Câmara Corporativa, 15 de março de 1954, p.163)

O parecer, no entanto, refere que o artigo em apreciação mais não é do que o desenvolvimento do n.º17 do artigo 23.º do Decreto n.º 34.134/44, de 24 de novembro, que já cometia aos serviços do turismo o encargo de promover a criação de escolas hoteleiras. Questionou, também, a forma como este se encontrava redigido, o que levava a que não ficasse claramente exposto em que sentido se iria caminhar: funcionariam as escolas no próprio Secretariado? Em que moldes e qual a feição que se pensava dar ao ensino? Aproveitavam-se para o efeito as escolas técnicas? Limitavam-se os serviços de turismo a promover a criação das escolas e a intervir nos programas e nos exames, como parecia ser a intenção do legislador, vistos os termos em que se encontra redigida a disposição? (Câmara Corporativa, 1954 de 15 de março, p.163)

Concluiu a Câmara que, tal como em 1952, se continuava a pensar ser útil que brigadas móveis de ensino atuassem junto dos principais hotéis de cada região e que às uniões dos grémios da indústria hoteleira e similares, e aos sindicatos de profissionais a ele ligados, se cometesse o encargo da preparação e aperfeiçoamento do pessoal hoteleiro, através de cursos regulares de hotelaria, embora sob a orientação e vigilância dos serviços oficiais. Por isso, propõe a alteração do artigo, de modo a ficar expressa uma colaboração desse tipo entre os serviços oficiais e a organização corporativa da especialidade. (Câmara Corporativa, 15 de março de 1954, p.163)

A Lei 2073/54, de 23 de dezembro, promulga as disposições relativas ao exercício da indústria hoteleira e similares, incluindo um artigo sobre as escolas hoteleiras, com a seguinte redação:

Artigo 18.º - Compete aos serviços de turismo promover, em colaboração com os organismos corporativos da indústria hoteleira e similares, a criação de escolas hoteleiras, destinadas à formação profissional do pessoal daquela indústria, e pronunciar-se sobre os programas dos cursos professados nas mesmas escolas.

Único – Do júri dos exames profissionais da indústria hoteleira e similares fará parte, com direito a voto, um delegado dos serviços do turismo.

A 3 de dezembro de 1955, a Presidência do Conselho faz o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo publicar em Diário do Governo uma Portaria, onde dispõe:

(...) compete aos serviços de turismo promover, em colaboração com os organismos da indústria hoteleira e similares, a criação de escolas hoteleiras, destinadas à formação profissional do pessoal daquela indústria: manda o Governo da República Portuguesa, pela Presidência do Conselho, que seja constituída uma Comissão para proceder ao estudo da criação de escolas hoteleiras. A comissão terá a composição seguinte:

Licenciado Jorge Felner da Costa<sup>34</sup>, representante do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, que presidirá.

Alexandre de Almeida<sup>35</sup>, representante da União dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Sul.

Álvaro Pinheiro Guimarães, representante do Grémio Nacional das Agências de Viagens e Turismo.

Comandante Jerónimo Henriques Jorge<sup>36</sup>, representante da Junta Nacional da Marinha Mercante.

Manuel José Dias Coelho da Silva<sup>37</sup>, representante do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito do Porto.

Manuel Mendes Leite Júnior<sup>38</sup>, representante do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa.

Alberto da Silva Viana, representante da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Gil de Almeida<sup>39</sup>, diplomado pela Escola Superior de Hotelaria de Lausana.” (Portaria s/n, 1955 de 3 de dezembro).

Esta Comissão reuniu pela primeira vez a 16 de janeiro de 1956, escolhendo um grupo de trabalho composto por quatro membros – Maria Laura Larcher de Brito<sup>40</sup>, delegada do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo; Frederico de Barahona e Silva Pinto, delegado da Junta Nacional da Marinha Mercante; Manuel Mendes Leite

---

<sup>34</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>35</sup> Idem, Ibidem

<sup>36</sup> Idem, Ibidem

<sup>37</sup> Idem, Ibidem

<sup>38</sup> Idem, Ibidem

<sup>39</sup> Idem, Ibidem

<sup>40</sup> Ver nota em Anexo 1

Júnior, delegado dos Sindicatos dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares; e Gil de Almeida, delegado das Uniões dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Norte e do Sul – que, sob chefia do representante dos Serviços de Turismo do SNI visitaram, durante 22 dias, as seguintes escolas hoteleiras: “École Professionnelle Suisse Pour Restaurateurs et Hoteliers Vieux-Bois”, em Genève; “École Hôtelière Thonon-les-Bains”; “École Hôtelière de Lausanne”; “Centre d’Enseignement et de Recherche des Industries Alimentaires (C.E.R.I.A.) Émile Gryson, em Brussels”; “École Hôtelière Jean Drouant”, em Paris, e a “Escuela de Hosteleria de Madrid” (Almeida, 1956).

O relatório da visita (Almeida, 1956), produzido pelo grupo de trabalho em 6 de abril de 1956, descreve pormenorizadamente as visitas feitas, a forma de organização e os cursos ministrados em cada escola, terminando com dois capítulos: (i) Criação de Escolas Hoteleiras (Considerações); (ii) Escolas Hoteleiras (Cursos).

Do capítulo «Criação de Escolas Hoteleiras», transcrevemos, pela sua relevância:

(...) - Reconhece-se que no nosso País, há falta de pessoal devidamente habilitado, seja qual fôr a sua categoria. O facto deve-se, exclusivamente, à falta de preparação técnica e de conhecimentos gerais da maioria dos empregados;

- Impõe-se a criação urgente de Escolas Hoteleiras, dado o carácter específico de profissão, que não deverá continuar a ser exercida por pessoas sem os indispensáveis conhecimentos técnicos e sem um mínimo de cultura geral.

(...) Certamente, a criação de Escolas Hoteleiras não acabará, dum momento para o outro, com todas as dificuldades de carácter profissional que presentemente se refletem na Indústria, nem de longe se devendo julgar que todos os alunos após a saída das Escolas Hoteleiras ascenderão, num repente, aos mais altos cargos, antes de se observar uma linha de selecção e promoção que impõe a própria indústria.

(...) A criação das Escolas Hoteleiras em Portugal deve ter em vista as condições do próprio meio, ou melhor, as suas possibilidades no que diz respeito aos recursos financeiros, ao mínimo de condições de admissão a exigir aos alunos e a sua limitação.

(...) Não se deverá esquecer que, apesar da patriótica campanha contra o analfabetismo, numerosos são os profissionais cuja idade os liberta da obrigatoriedade da instrução primária. Também grande número deles possuem ligeiras habilitações literárias e fraca cultura geral.

Prevendo estes e outros casos não só os programas dos cursos terão de ser elaborados cuidadosamente como os professores e técnicos das disciplinas deverão ser dadas

indicações por forma a que os alunos, dentro das suas possibilidades, obtenham os melhores resultados. É possível que venha a haver necessidade de dividir os cursos em turmas, conforme as habilitações, sobretudo literárias, dos alunos.

A criação das Escolas Hoteleiras não deverá seguir uma linha de conduta, de orientação e funcionamento que atenda apenas às necessidades da indústria hoteleira. Com efeito, outras actividades, em determinados aspectos semelhantes à indústria hoteleira, mas com características e especializações algo diferentes, também poderão beneficiar com a aprendizagem do seu pessoal nas escolas hoteleiras. É o caso dos restaurantes do caminho-de-ferro, dos empregados das companhias de navegação e aéreas.

(...) – Como entre nós há falta de técnicos com suficiente preparação profissional para poderem leccionar, julga-se que será conveniente prevêr a hipótese de contratar, pelo menos, provisoriamente, alguns técnicos estrangeiros de reconhecida competência para professores de determinadas especializações (Almeida, 1956, p.33-34).”

No capítulo Escolas Hoteleiras (Cursos), a comissão estabelece os objetivos imediatos para a escola:

(...) a) Conseguir dentro do mais breve espaço de tempo aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais já existentes.

b) Preparar pessoal novo, com cultura geral e conhecimentos básicos, para ingressarem na carreira profissional com possibilidades de ascenderem a lugares de chefia, após mais ou menos anos de prática.

c) Formar pessoal dirigente e administrativo.

Consequentemente, enquanto não estiverem a funcionar em edifício próprio e devidamente apetrechado as Escolas Hoteleiras, sugere-se a criação imediata em Lisboa e no Porto, com carácter provisório, e em local que reúna as indispensáveis condições os seguintes cursos: Curso de Aperfeiçoamento profissional; (...) Curso de especialização (Almeida, 1956, p.36).

O relatório tece ainda indicações sobre as características das instalações, dos órgãos de gestão e do financiamento das escolas.

Sobre as instalações definitivas das escolas, estas deveriam ter edifícios construídos especialmente para esse fim, em Lisboa e Porto, que reunissem as características de hotel, prevendo a admissão para alunos internos e semi-internos, com origem no continente,

ultramar e, possivelmente, do Brasil, e com um pequeno restaurante aberto ao público. Sobre os órgãos de gestão, prevê um conselho administrativo para o qual aponta catorze membros, com a possibilidade de vir a crescer, e um conselho escolar com 12 membros, para além do Diretor de Escola, que deverá ter suficiente autonomia (Almeida, 1956, p.40).

Sobre o financiamento, o relatório aponta quatro fontes de receita: (i) do Estado; (ii) das contribuições das Uniões dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Sul e do Norte; da Junta Nacional da Marinha Mercante, do Grémio dos Armadores da Marinha Mercante, da Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses, dos Transportes Aéreos Portugueses, do Grémio das Agências de Viagens, dos Sindicatos Nacionais dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares dos Distritos de Lisboa e do Porto, do Sindicato Nacional dos Empregados de Câmara da Marinha Mercante e de outros organismos que tenham interesse na criação das escolas; (iii) das matrículas e propinas; (iv) de qualquer receita extraordinária (Almeida, 1956, p.41).

O relatório do grupo de trabalho é analisado pela Comissão que conclui: “Só a criação de escolas hoteleiras em Portugal poderá resolver satisfatoriamente o problema de falta de preparação técnica dos empregados (...) (Brito, 2003, p.731).

Em setembro de 1957 é instituída a Corporação dos Transportes e Turismo, que se constitui como a organização integral das atividades particulares dos transportes e do turismo. Do Decreto da sua criação retiramos que tem por fim coordenar, representar e defender os interesses dessas atividades para a realização do bem comum (Decreto-Lei n.º 41.288/57, de 23 de setembro). Entre as suas atribuições encontramos a de fomentar e realizar o estudo dos problemas técnicos, económicos e sociais das atividades dos transportes e do turismo e indústria hoteleira, bem como impulsionar e desenvolver a cultura e a preparação profissional.

A 12 de outubro de 1957 é aprovado o Estatuto das Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira (Estatuto das Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira, 1957). E em dezembro do mesmo ano, por despacho do Ministro da Presidência (Despacho s/n, 1957 de 31 de dezembro), é nomeado o diretor da Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa, Gil de Almeida. Outro despacho (Despacho s/n, 1957 de 31 de dezembro) constitui o Conselho Diretor da escola, composto pelos seguintes membros: Presidente, Alexandre de Almeida, presidente da União dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Sul; Vogais: Jorge Felner da Costa, representante do Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo, Luis Manuel Rodrigues Tomé, representante do Ministério das Corporações e

Previdência Social, e Manuel Mendes Leite Júnior, representante do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa.

O relatório anual da Repartição de Turismo (1957, p.57) refere a entrega de um subsídio de 1.530.000\$00 à União dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Sul, destinado à instalação e funcionamento da Escola, que se contava viesse a ser inaugurada até ao final desse ano. A escola acabou por ser instalada, provisoriamente, num apartamento alugado no 1º andar do nº 21 da Av. António Augusto de Aguiar, em Lisboa.

No início de 1958, Eduardo Brazão<sup>41</sup>, até aí diretor do Secretariado, solicita dispensa do cargo, para regressar à carreira diplomática. O ministro Marcelo Caetano louva-o e nomeia César Henrique Moreira Baptista<sup>42</sup>, desde 1955 presidente da Câmara Municipal de Sintra, para lhe suceder no cargo (Serrão, 2007, p. 294; Pina, 1988, p.165).

A Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa foi inaugurada a 10 de dezembro de 1958, constituindo acontecimento de relevo e projeção nacional. O significado e importância do ato ficou sublinhado pela presença de dois Ministros, o da Presidência e o das Corporações e Previdência Social, bem como do novo Secretário Nacional de Informação além de outras individualidades (Diário de Lisboa, 10 de dezembro de 1958, p.7-11).

São, então, criados dois tipos de cursos, os elementares e os de aperfeiçoamento, que funcionam ministrados por 17 professores e 6 mestres, sendo necessário recorrer a mestres estrangeiros: na Cozinha, Henry Muller; na Pastelaria, Carlo Gianoli; e na Mesa, Raoul Hurault (Rodrigues, 1994, p.1).

Os cursos elementares compõem-se de Cozinha, Mesa, Escritório e Econmato. São constituídos por um ciclo preparatório comum a todas as secções, de oito semanas, e um ciclo profissional de especialização na secção escolhida, de vinte semanas. Após o curso, os alunos eram obrigados a estagiar em estabelecimento hoteleiro ou em similar indicado pela Escola, com a duração mínima de 4 meses (Escola Hoteleira, 1958, p.2).

---

<sup>41</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>42</sup> Idem, Ibidem

**Figura 11:** Sessão inaugural da Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa.



Fonte: Guimarães, L., in Umbelino, Rodrigues e Duarte (2006, p.44<sup>43</sup>)

Os cursos de aperfeiçoamento profissional são constituídos por várias secções: Cozinha, Mesa Escritório, Económico, e ainda para Administração, destinando-se aos profissionais que desejavam melhorar a sua preparação técnica mencionada na respetiva carteira profissional. Estes cursos funcionavam 2 vezes por ano: de 1 de outubro até 30 de janeiro e de 1 de fevereiro até 30 de maio. Para Administração foi previsto apenas um curso anual, de 1 de novembro a 30 de março (Escola Hoteleira, 1958, p.4).

O regime adotado em todos os cursos é o de externato, mas nos dias em que se realizavam trabalhos práticos na cozinha os alunos do curso elementar almoçavam obrigatoriamente na Escola. As condições de admissão foram estabelecidas para indivíduos com mais de 16 e menos de 35 anos, possuidores da 4ª classe de instrução primária ou equivalente, e, no caso do Escritório, com o curso elementar de comércio ou o 2º ciclo liceal (Escola Hoteleira, 1958, p.8).

Para os cursos de aperfeiçoamento, a admissão estava sujeita a um exame e à posse de carteira profissional ou à frequência do curso elementar e dois anos de prática. No curso de Administração, os candidatos teriam que ter a idade mínima de 21 anos e possuírem o curso elementar da Escola.

No primeiro ano letivo, 1958/59, a procura foi diminuta e o aproveitamento escolar foi visivelmente negativo, como se pode verificar pelo seguinte quadro:

---

<sup>43</sup> Da esquerda para a direita: Gil de Almeida, Diretor da Escola; Alexandre de Almeida, Presidente do Conselho Diretor; Henrique Veiga Macedo, Ministro das Corporações e Previdência Social; Pedro Teotónio Pereira, Ministro da Presidência; e César Moreira Baptista, Secretário do SNI.

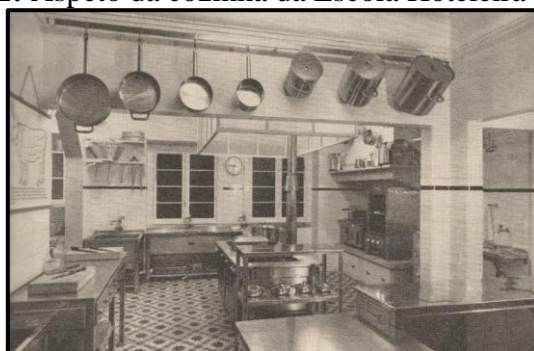
**Quadro 4:** Alunos matriculados e aprovados na Escola Hoteleira de Lisboa, no primeiro ano de funcionamento

Curso	Matriculados	Aprovados
Elementar		
Receção	11	10
Mesa	10	5
Cozinha	12	4
Economato	3	3
Andares	7	5
Totais	43	27
Aperfeiçoamento		
Receção	6	4
Portaria	7	5
Mesa	25	14
Balção-Bar	-	-
Cozinha	3	3
Pastelaria	3	2
Economato	-	-
Andares	5	1
Totais	49	29
Administração	9	8
Totais Gerais	101	64

Fonte: Escola Hoteleira de Lisboa, Relatório de Atividades 1958/59

Maria Emília Cancellata de Abreu<sup>44</sup>, diretora da Banquete, revista portuguesa de culinária, refere num seu artigo: “A Escola Hoteleira de Lisboa está, contra todos os princípios da lógica, instalada num andar. Se ali não reinasse uma perfeita organização seria impossível o seu funcionamento em local tão pouco espaçoso.” Referiu, ainda, que de entre todas as Escolas Hoteleiras europeias esta seria de todas a mais modesta e a mais pequena, fazendo votos para que, dentro em breve, Portugal pudesse contar com uma Escola digna das necessidades cada vez maiores do turismo (Abreu, 1961, pp.8-9).

**Figura 12:** Aspeto da cozinha da Escola Hoteleira de Lisboa.



Fonte: Abreu (1961, p.8).

<sup>44</sup> Ver nota em Anexo 1



**Figura 13:** Aspeto do restaurante da Escola Hoteleira de Lisboa, 1958.



Fonte: Novais, H., in Escola de Hotelaria e Turismo (2009, p.10)

A década prestes a terminar iria, contudo, terminar em alta para o setor: a 9 de junho de 1959 tinham aberto, ainda que informalmente, dois pisos do hotel Ritz de Lisboa, funcionando na íntegra apenas pela inauguração de dois dias que aconteceu a 24 e 25 de novembro (Carita, 1999, p.116). O tão ambicionado hotel de reconhecida categoria internacional, de que o País tanto precisava e vinha de há décadas lutando para a sua concretização, estava finalmente a funcionar.

O mandato de Pedro Theotónio Pereira<sup>45</sup> à frente dos assuntos do turismo vai, assim, decorrendo com normalidade, remetido a uma quase gestão corrente dos assuntos que César Moreira Baptista, o novo diretor do SNI, lhe vai submetendo a despacho (Pina, 1988, p.167).

#### **4.4. Da primeira Escola Hoteleira ao “25 de abril de 1974”**

Com o início da década de 60, várias transformações sociais e alterações no mercado de emprego, influenciadas pela emergência de uma maior procura de mão-de-obra por parte da indústria, levaram ao aumento do êxodo rural e a um aumento generalizado do crescimento da procura de ensino (Grácio, 1998, p.191).

A atividade turística começava, também, a dar sinais positivos, mas os valores eram ainda modestos e os mais destacados economistas da época não lhe atribuem relevância (Cunha, 2012, p.200). No entanto, a 6 de setembro de 1960, alegando precisamente que o “volume de trabalho não tem cessado de crescer e de se tornar mais complexo”, o Governo

---

<sup>45</sup> Ver nota em Anexo 1

eleva os Serviços de Turismo a Direção de Serviços de Turismo, dentro do Secretariado Nacional da Informação (Decreto-Lei 43.150/60, de 6 de setembro).

Em janeiro de 1961, é inaugurada a exposição “Política de Turismo – Seis Anos de Ação” e realizado o 1º Colóquio Nacional de Turismo, promovidos pelo SNI. Neste Colóquio, o diretor da Escola Hoteleira de Lisboa, Gil de Almeida, apresenta uma comunicação (Diário das Sessões, 28 fevereiro de 1964, p.3426) cujas conclusões foram:

- 1.<sup>a</sup> Intensificação, por todos os meios, da preparação dos profissionais da indústria hoteleira e similares. A planificação desses meios deve ser feita através de escolas hoteleiras entregues a técnicos de reconhecida competência;
- 2.<sup>a</sup> A cozinha, a doçaria, os queijos e os vinhos regionais devem ser considerados elementos de propaganda turística, promovendo-se a sua divulgação;
- 3.<sup>a</sup> Adaptação, dentro do possível, ao idioma português das designações da culinária estrangeira;
- 4.<sup>a</sup> Promoção da adesão de Portugal ao movimento de intercâmbio internacional de estagiários da indústria hoteleira.

Também o Presidente da União de Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Norte, Antonio Abrantes Jorge, apresenta uma comunicação onde sublinha a carência de uma escola hoteleira na cidade do Porto (Roquette, 1962, p.47).

Em junho do mesmo ano, José Correia de Oliveira<sup>46</sup> sucede a Pedro Theotónio Pereira como Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho e, como tal, com a tutela do Turismo (Rosas e Brito, 1996d, p.685).

A década começava a revelar-se profícua no que diz respeito ao turismo e ao ensino. Gonçalves Rodrigues<sup>47</sup> fundou, em 1962, o ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração, a primeira instituição de ensino superior privado em Portugal, iniciando a atividade no dia 6 de novembro desse ano, na Estrada de Benfica, 358, com autorização concedida pelo Ministério da Educação Nacional (Alvará n.º 1701) (ISLA, 2016).

Para a admissão, era exigido o curso complementar dos liceus ou equivalente, sendo os cursos ministrados integrados em Escolas: (i) Escola de tradutores e intérpretes; (ii) Escola de secretariado; (iii) Escola de organização científica do trabalho e de relações humanas na empresa. Para os alunos que não tinham as habilitações necessárias, mas que possuíam, no mínimo, o curso geral dos liceus ou equivalente, foi aberto um outro curso,

---

<sup>46</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>47</sup> Idem, Ibidem

designado “curso preparatório”, com a duração de 2 anos, que conferia acesso aos cursos superiores. Os cursos ministrados pelo ISLA davam resposta às necessidades do país, proporcionando aos seus diplomados os conhecimentos necessários para uma carreira profissional e uma rápida colocação na indústria, no comércio ou na administração pública. (ISLA, 2016).

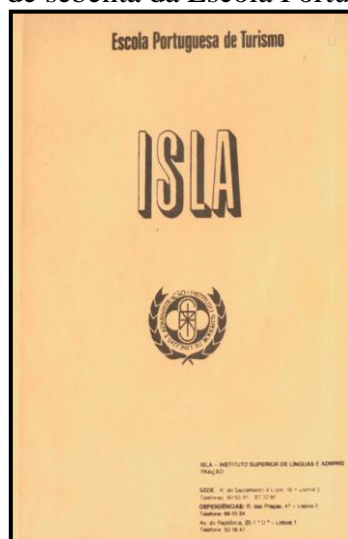
A incapacidade quantitativa da formação profissional gerada no sistema educativo tradicional levou o Ministério das Corporações e Previdência Social a implementar uma formação profissional específica que denominou de “formação profissional acelerada”. Este modelo formativo pretendia formar, em poucos meses, operários especializados (Costa, 2008, p.128). Surgia, assim, também em 1962, o Instituto de Formação Profissional Acelerada, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra (Decreto-Lei 44.538/62, de 23 de agosto), que dispunha de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, interferindo na hegemonia, até então, do Ministério da Educação. As exceções a esta hegemonia eram ainda poucas. E surge, ainda, criado pelo Ministério das Corporações e Previdência Social o Centro Nacional de Formação de Monitores, essencialmente destinado ao estudo dos problemas de ordem técnica da formação profissional extraescolar e de preparação de monitores (Cardim, 2005, p. 679).

Em outubro de 1963, o ISLA transforma-se em sociedade anónima, adotando a denominação social de “Instituto Superior de Línguas e Administração – ISLA, S.A.R.L”, adquirindo um imóvel da rua do Sacramento à Lapa, 16, e, no ano letivo 1964-65, cria a sua quarta escola, a “Escola Portuguesa de Turismo”. A partir de objetivos já incluídos em 1962 no curso de Tradutores Interpretes, é criado o curso Técnico de Línguas e Turismo e um curso destinado aos Correios de Turismo. Dirige a Escola o professor Fernando de Melo Moser<sup>48</sup> (ISLA, 2016).

---

<sup>48</sup> Ver nota em Anexo 1

**Figura 14:** Capa de sebenta da Escola Portuguesa de Turismo



Ainda durante o ano de 1963, Alexandre Santos de Almeida<sup>49</sup>, um economista com experiência em gestão hoteleira, primo de Gil de Almeida, substituiu-o na Direção da Escola Hoteleira de Lisboa (Junior, 1969, p.7).

O País atravessa um período de grande agitação política; a guerra colonial, uma forte contestação e agitação interna e a emigração em massa desfavoreciam a nossa imagem externa. É um quadro nada favorável ao turismo; no entanto, a atividade turística cresceu extraordinariamente em 1964. Entraram em Portugal um milhão de turistas estrangeiros, o dobro do verificado no ano anterior e as receitas aumentam 63% (Cunha, 2012, p.200).

Portugal pertencia, desde 1960, à associação de comércio livre EFTA-European Free Trade Association. Este facto veio abrir as portas à instalação de fábricas estrangeiras, aproveitando a existência de mão-de-obra barata. Em consequência, aumentou o emprego e os contactos internacionais para os quais era exigido um melhor domínio das línguas estrangeiras.

Em fevereiro, a Assembleia Nacional discutiu o aviso prévio sobre o turismo nacional (Diário das Sessões, 1964 de 28 de fevereiro) apresentado pelo Deputado Nunes Barata<sup>50</sup>. Nele refere:

(...) O desenvolvimento futuro do turismo fará grande apelo a profissionais, quer em quantidade, quer em qualidade. Daí a urgência em encarar este importante problema. Já atrás referi as possibilidades da preparação profissional da indústria hoteleira através dos esquemas da assistência técnica da OCDE e da Comissão Mista Luso-

---

<sup>49</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>50</sup> Idem, Ibidem

Suíça, bem como a instituição, em colaboração com o Ministério das Corporações, do sistema da formação profissional acelerada.

Segundo informações oficiais, parece poder-se desde já esperar a assistência suíça relativamente aos seguintes pontos:

- a) Colocação em hotéis suíços, a partir de abril de 1964, de um contingente de 500 a 1000 estagiários remunerados (na base dos salários praticados na Suíça), integrados num sistema didático visando a formação profissional ao nível intermédio;
- b) Assistência técnica para a elaboração de um plano global para a formação profissional a todos os níveis no sector hoteleiro em Portugal;
- c) Concessão de 10 bolsas de estudo para o aperfeiçoamento de profissionais de hotelaria e turismo (Glyon-Leysin, Lausana, etc.);
- d) Colaboração da Associação Hoteleira Suíça para a parte secretarial da organização dos estágios previstos na Suíça, quer de nível superior (10 estagiários), quer a nível intermédio (500 a 1000 estagiários).

Devemos ter presente o interesse do turismo como atividade que absorve quantidades de mão-de-obra relativamente importantes mesmo para lá da indústria hoteleira (...).

A 19 de outubro é inaugurado, pelo Chefe de Estado, o Congresso Nacional de Turismo, que englobou também o 1º Congresso de Estudos Turísticos, uma organização do jornal “Diário de Notícias”, coroada do maior êxito (Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 1 de novembro de 1964, p.319). O País tinha descoberto uma nova atividade económica da qual já não podia prescindir (Cunha, 2012, p.200).

Fruto desta dinâmica, ainda em 1964 é criada, por José Carlos Amado<sup>51</sup>, José Laginha<sup>52</sup>, Calheiros Velozo<sup>53</sup>, e Henrique Barrilaro Ruas<sup>54</sup> a CODEPA, Cooperativa de Ensino Particular, entidade que cria o Instituto de Novas Profissões (INP). Leciona as seguintes áreas: Relações Públicas e Publicidade, Turismo e Assessoria de Direção e Administração, áreas então inovadoras em Portugal, ao mesmo tempo que introduzia no ensino novos estilos pedagógicos, sendo de referir a aproximação às empresas e à administração pública, com dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento económico e social (Oliveira, 2017).

---

<sup>51</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>52</sup> Idem, Ibidem

<sup>53</sup> Idem, Ibidem

<sup>54</sup> Idem, Ibidem

A abertura do ISLA e do INP só foi possível porque os seus dirigentes eram pessoas consideradas idóneas pelo regime. O professor Gonçalves Rodrigues tinha sido Diretor da Faculdade de Letras de Lisboa, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e Vice-Presidente da Assembleia Nacional, satisfazendo os requisitos necessários para dirigir o ISLA. Por outro lado, José Carlos Amado, monárquico e conservador, era membro do Conselho Científico do Instituto Comercial de Lisboa e possuía bons créditos junto do Ministério da Educação Nacional. Foi, assim, possível obter o aval do Governo para a instalação de escolas privadas.

Ambas as escolas inovavam, quer nos planos de estudos quer na duração dos cursos, e ainda pelo facto de conferirem um diploma cujo mérito deveria ser o reconhecimento pelo mercado e não tanto pelo Ministério, que exercia uma função de observação e vigilância, que nos cursos de Turismo viria a ser assumida no ano seguinte, depois da criação do CNFTH (Oliveira, 2017).

Em 1965, logo no início do ano, a então Direção de Serviços de Turismo é transformada em Comissariado do Turismo (Decreto-lei n.º 46.199/65, de 25 de fevereiro). A dirigi-lo mantém-se Álvaro Roquette, assim como no SNI se mantém César Moreira Baptista. E, a 26 de maio, um Decreto, da Presidência do Conselho e Ministérios da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social, cria o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira (CNFTH). No preâmbulo, pode ler-se: “(...) o valor económico e cultural do turismo e a sua crescente relevância na vida internacional (...) e considerando o volume dos investimentos públicos e particulares já efetuados neste sector e ora reforçados pela sua inclusão no Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 e reconhecida a necessidade, em pleno crescimento, de se alargar, intensificar e aperfeiçoar a preparação dos profissionais do turismo e das atividades com ele mais diretamente relacionados, parece chegado o momento de o Estado, dando, aliás, satisfação ao que lhe vem sendo pedido, alargar a sua intervenção neste campo, suprimindo carências, definindo diretrizes e coordenando ações dispersas” (Decreto-lei n.º 46.354/65, de 26 de maio).

O mesmo preâmbulo estima em mais de 7.000 as necessidades mínimas previsíveis de profissionais a formar, até 1970, em especial para a hotelaria, número que evidencia insofismavelmente a necessidade e a urgência de se alargar e intensificar o ensino profissional hoteleiro.

O citado Decreto é regulado por outro Decreto, da mesma data, dotando o CNFTH de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. O organismo então criado

teve por fins promover, orientar e coordenar o ensino profissional turístico e hoteleiro, e cooperar com os demais serviços do Estado no estudo sistemático do fenómeno turístico e na formação de uma consciência geral favorável ao desenvolvimento do turismo (Decreto-Lei nº 46.355/65, de 26 de maio).

Competia ao novo organismo promover a criação de escolas, hotéis-escolas, cursos e centros de aprendizagem ou aperfeiçoamento necessários à preparação dos profissionais exigidos pelas atividades turísticas ou hoteleiras e orientar a realização de estágios complementares, bem como participar na criação ou na manutenção das escolas particulares que preparassem para o exercício das profissões turísticas ou hoteleiras.

O CNFTH contava, como receitas, com as dotações anuais que lhe fossem consignadas nos orçamentos do Fundo de Turismo e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, a contribuição até 10% da receita ordinária dos organismos corporativos patronais e 5% da receita de igual natureza dos organismos sindicais que integravam a secção de turismo e indústria hoteleira da Corporação dos Transportes e Turismo, além do rendimento de bens ou serviços explorados por si (Decreto-Lei nº 46.355/65, de 26 de maio). Para a sua gestão, possuía como órgãos um Conselho Geral, uma Direcção e um Conselho Pedagógico, sendo que o Presidente da Direcção era o mesmo do Conselho Geral. Em 24 de junho de 1965, Manuel Vaz de San Payo<sup>55</sup> assumiu a primeira Presidência do Conselho Geral, em regime de acumulação com o cargo de Comissário-Adjunto do Comissariado do Turismo (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.46).

Em outubro de 1965, Carlos Gaspar escreveu no jornal “Notícias Comércio” o artigo “Escolas Hoteleiras”, no qual critica e apresenta soluções:

“(…) O simples utente dos estabelecimentos hoteleiros, não deixa de observar a desorganização dos serviços de recepção, de reservas e de informações de certos hotéis, o medíocre serviço de cozinha e mesa de tantos outros, a má orientação ou deficiência da propaganda, a falta de conforto resultante da má conservação e da ausência de melhoramentos, a abertura a rápida falência de restaurantes, bares, boîtes, etc.

Parece não existirem dúvidas que a gravidade do problema está na deficiente preparação técnica dos administradores, directores, chefes e de todos os que, de qualquer modo, exercem uma actividade profissional relacionada com as empresas hoteleiras.

---

<sup>55</sup> Ver nota em Anexo 1

Seria, portanto, muito tentador investigar em que medida poderia ser possível, a criação de “Hotéis-Escolas”.

Há seis anos, surgiu em Lisboa a primeira Escola Hoteleira. Situada num andar dum vulgar prédio de rendimento, aquela escola semi-oficial, iniciou a preparação de novos profissionais e o aperfeiçoamento dos antigos. Admitida em princípio com sérias reservas pelos profissionais, são eles hoje os que mais se interessam por ela.

Contudo, as suas deficientes instalações não permitem, na qualidade e na quantidade, dar satisfação às imperiosas necessidades actuais. O estágio realizado em hotéis no final do curso elementar”, não é de modo algum eficiente, porquanto, o estagiário deixa de ser um “aluno” para ser considerado um profissional.

Assim, a construção de um pequeno hotel de 50 quartos devidamente apetrechado para os fins em vista e destinado, por exemplo, a estudantes que se encontrem vivendo fora do seu agregado familiar, tal é o caso dos estudantes ultramarinos, seria a solução do problema. Os estudantes estrangeiros seriam também albergados no Hotel-Escola, com todos os benefícios daí resultantes para ambas as partes.

Dois pequenos hotéis em Lisboa, situados de preferência junto à Cidade Universitária, um hotel no Porto e outro em Coimbra, seria um belo ponto de partida (...) (Gaspar, 10 de outubro de 1965, p.1).

Em novembro do mesmo ano, um Despacho do Gabinete do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, Paulo Rodrigues<sup>56</sup>, determina que a Escola Hoteleira de Lisboa passe a designar-se Escola Hoteleira “Alexandre de Almeida”, considerando o contributo daquele industrial no impulso e criação do ensino profissional hoteleiro em Portugal (cf. Despacho s/n 1965, de 29 de novembro).

Em 1966, a Direção do CNFTH é reestruturada, criando-se o cargo de Secretário-Geral, com as funções de animação, orientação e coordenação técnica e pedagógica, assim como da logística administrativa e financeira ao projeto de desenvolvimento do Centro e à criação de novas Escolas Hoteleiras. É nomeado para a função António Serras Pereira<sup>57</sup> (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.49).

Tendo como objetivo a melhoria dos níveis de qualificação da população do Algarve empregada na hotelaria, restauração e turismo, a Escola Hoteleira do Algarve iniciou provisoriamente a sua atividade, ainda em 1966, em regime de Hotel-Escola nas instalações

---

<sup>56</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>57</sup> Idem, Ibidem



do Hotel Santa Maria, em Faro, onde era ministrada a componente prática dos cursos, sendo que a componente teórica era lecionada no edifício do Gabinete para o Desenvolvimento Turístico do Algarve. Ao mesmo tempo, o CNFTH arrendava aos descendentes de João António Júdice Fialho o designado Palacete Doglioni, na Rua do Letes, nº32, em Faro, construção dos princípios do século XIX e residência do médico italiano Lázaro Doglioni, que possuía 57 divisões (C.M. Faro, 2016), as quais foram remodeladas e adaptadas para as novas funções, segundo o projeto da autoria do Arquiteto Carlos Lameiro (Lameiro, 2000).

Entretanto, o arquiteto Carlos Lameiro<sup>58</sup>, com orientações superiormente traçadas, vai para o Funchal, nesse ano, com a missão de criar a Escola Hoteleira daquela ilha (Lameiro, 2000, p.33). Homem com profundo conhecimento do turismo, e com muita experiência no ensino profissional, cedo promoveu um conjunto de reuniões com o Governador, o Presidente da Junta Geral, Coronel Homem da Costa, o deputado Alberto Araújo, o Presidente da Delegação de Turismo e os hoteleiros mais representativos do Funchal, como fossem Rui Dias, Diretor-Geral e Administrativo do Hotel Savoy, José Dias, Diretor do Hotel Nova Avenida, Alberto Gameiro, Diretor da Wagonlit na Madeira e ainda Paulo Matos, que tinha trabalhado na maior Agência de Viagens da época, a Europeia, em Lisboa, e representava a American Express na Madeira, representação assegurada através da Agência de Viagens Star, fundada para o efeito, em 1961, pelo Grupo Banco Borges & Irmão, com a intenção de seleccionar as diversas hipóteses existentes para a instalação da Escola (Comissariado do Turismo, 1966).

Já na parte final do ano, entre 17 e 24 de outubro, realizou-se em Lourenço Marques o II Congresso Nacional de Turismo. As sessões de trabalho dividiram-se por quatro secções, assim designadas: “Valores turísticos naturais”, “Equipamentos turísticos”, “Mercados turísticos e promoção” e “Formação profissional e ensino do turismo” (Emissora Nacional, 1966a, outubro 23). Sobre a formação profissional, foi acentuada a vantagem de uma adequada colaboração entre as empresas, o grémio, o sindicato e o Estado, com as escolas de formação profissional turístico-hoteleiras, bem como a necessidade da criação de novas escolas, particulares ou oficiais, em Macau, Lourenço Marques, Porto e Coimbra. Foi, ainda, abordada a necessidade imediata de criar hotéis-escolas, tendentes a incrementar o ensino hoteleiro e tornar a preparação mais intensiva e prática, e apresentado um estudo que apontava para a necessidade de criação de cursos superiores de turismo: “(...) a conveniência de pugnar para que os diplomados pelas escolas de turismo seja dada equivalência legal ao

---

<sup>58</sup> Ver nota em Anexo 1

terceiro ciclo liceal, para posterior ingresso no ensino superior, a fim de permitir uma imediata possibilidade de maior classificação até que venham a ser criados e oficializados os cursos superiores de turismo (...) ao nível universitário, dada a complexidade, a extensão e a importância da problemática turística com exigências cada vez maiores do seu estudo e investigação em especial no campo da economia e da sociologia e a consequente carência de técnicos superiores habilitados não só para as grandes organizações turísticas, mas também para os organismos oficiais coordenadores do turismo” (Emissora Nacional, 1966b, outubro 29).

Das conclusões, há ainda a destacar a necessidade da realização anual de cursos destinados à formação de professores e mestres, com o objetivo de se suprirem as necessidades de docentes das novas escolas, bem como a criação de cursos intensivos destinados a preparar os futuros dirigentes, diretores e subdiretores dos estabelecimentos hoteleiros, como também ao aperfeiçoamento dos que já em atividade pretendessem ampliar os seus conhecimentos (Emissora Nacional, 1966b, outubro 29).

No início de 1967, após importantes obras, a Escola Hoteleira do Algarve ocupou o remodelado edifício na Rua do Letes. Foi nomeado seu diretor Joaquim Bentes Aboim<sup>59</sup>. A escola passou a replicar no Algarve os cursos ministrados na Escola Hoteleira Alexandre de Almeida, em Lisboa.

**Figura 15:** Palacete Doglioni, instalações da Escola Hoteleira do Algarve.



Fonte: viajaredescobrir.blogspot (2016)

Em abril de 1967, o arquiteto Carlos Lameiro foi oficialmente substituído no Conselho Diretor da Escola Hoteleira Alexandre de Almeida, como representante do Comissariado do Turismo, por João Strecht Ribeiro <sup>60</sup> (Escola Hoteleira Alexandre d’Almeida, 1967, p.3).

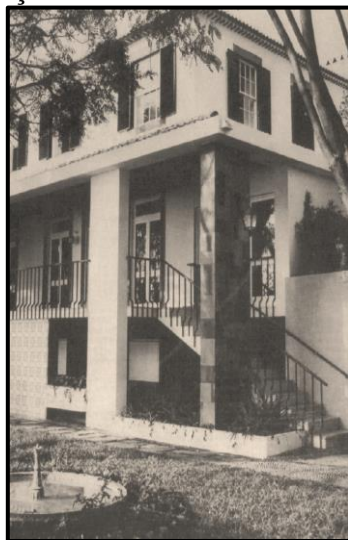
---

<sup>59</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>60</sup> Idem, Ibidem

Por esta época, o crescimento do turismo na ilha da Madeira começava a acentuar-se, com o surgir de novas unidades hoteleiras, sendo já com certo desfasamento que, em julho deste mesmo ano de 1967, a revista quinzenal “Gazeta dos Caminhos-de-Ferro” noticiava: “O CNFTH no seu primeiro ano de atividade pode reivindicar uma obra de notável interesse. Iniciou agora os trabalhos para a criação de escolas de hotelaria no Algarve e no Funchal” (Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 16 de julho de 1967, p. 150).

**Figura 16:** Primeiras instalações da Escola Hoteleira Basto Machado, no Funchal.



Fonte: Umbelino, Rodrigues e Duarte (2006, p. 42)

Na verdade, ainda em junho desse ano, o Secretário-Geral, António Serras Pereira, submeteu à consideração superior o processo do andamento das obras de instalação da Escola, realizado pelo arquiteto Carlos Lameiro, já Presidente da Delegação de Turismo, e Diretor da Escola, e pelo Subdiretor do Hotel Savoy e também Subdiretor da Escola, António Drummond Borges; o relatório indicava já o início da atividade para o mês de outubro e atribuía-lhe nome, Escola Hoteleira Rafael Basto Machado<sup>61</sup> (CNFTH, 1967). A atribuição do nome tratou-se de uma homenagem ao homem que primeiro referiu a necessidade de uma escola do género na ilha, na altura em que presidia à Delegação de Turismo da Madeira, em 1965, entretanto falecido.

A Escola Hoteleira Basto Machado, no Funchal, foi inaugurada a 27 de outubro de 1967, pelo Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, Paulo Rodrigues, tendo iniciado as atividades letivas a 2 de novembro (Decreto Legislativo Regional n.º 8/97/M de 9 de julho).

---

<sup>61</sup> Ver nota em Anexo 1

Instalada numa vivenda cercada de jardim e muito perto do centro da cidade, foi dotada com todos os requisitos indispensáveis ao ensino. Com capacidade para 120 alunos, registou, no seu primeiro ano, a frequência de 75 alunos nos cursos elementares de Cozinha, Andares, Receção, Economato e Mesa. As condições de frequência e o modelo formativo acompanhavam o já estabelecido para a Escola de Lisboa.

**Quadro 5:** Alunos matriculados e admitidos na Escola Hoteleira Basto Machado (1967-1968).

	Inscrições	Exame de Admissão	Reprovados	Admitidos
Andares	35	27	4	23
Receção	20	17	-	17
Economato	11	11	5	6
Mesa	44	22	-	22
Cozinha	12	7	-	7
			Total	75

Fonte: Relatório de Atividade Pedagógica.

Ainda neste ano, 1967, o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra realizou um inquérito junto da estrutura empresarial nacional. Os resultados foram expressivos do seu arcaico posicionamento: empresas que, somadas, empregavam 40% da mão-de-obra metropolitana, consideravam não ser necessário formação profissional para o seu pessoal (Godinho, 1980, p.187-188).

O ano terminou com os números de turistas estrangeiros a ultrapassarem, pela primeira vez, os dois milhões, atingindo mesmo os dois milhões e meio (Godinho, 1980, p.194).

Em 1968, com a aprovação do III Plano de Fomento, o turismo ganha o estatuto de “motor do desenvolvimento económico em virtude da influência que exerce nas transformações estruturais da economia”. Em março, foi criado, no Ministério das Corporações e Previdência Social, o Serviço de Formação Profissional, cabendo-lhe orientar, executar e coordenar a intervenção do Ministério no campo da formação profissional, sendo integrados, no novo organismo, o Centro Nacional de Formação de Monitores, o Instituto de Formação Profissional Acelerada e a Divisão de Formação Profissional (Decreto n.º 48.275/68, de 14 de março).

A 28 de abril inaugurava-se, no pavilhão anexo ao Museu de Arte Popular, em Belém, a exposição “Turismo de Hoje”. A cerimónia inaugural foi presidida pelo Chefe de Estado,

Almirante Américo Tomaz, em reconhecimento da importância do turismo para a economia nacional. No entanto, alguns acontecimentos externos viriam dificultar o crescimento do setor, como as perturbações socioculturais verificadas no mês de maio, em França (Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 16 de junho de 1968, p.58).

Em junho, a “Gazeta dos Caminhos-de-ferro” divulgou que, com o propósito de melhorar a eficiência da atividade hoteleira em Angola, tinha sido criada, na cidade de Luanda, no âmbito do Centro de Informação e Turismo, uma Escola Hoteleira para preparação de novo pessoal e melhoria do pessoal existente. Esta Escola seria administrada por uma Comissão do Fundo de Turismo e Publicidade, sob a orientação técnica do Grémio dos Hoteleiros e Similares, sendo dirigida por um técnico nomeado pelo Governador-geral. (Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 16 de junho de 1968, p.64).

Marcelo Caetano é nomeado a 26 de setembro para suceder a Oliveira Salazar na chefia do Governo, iniciando-se um conjunto de significativas reformas no plano social, educacional e económico (Rosas e Brito, 1996e, p.112). Logo em outubro, o Comissariado do Turismo constitui-se em Direção Geral, sob a tutela da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) (Decreto-Lei n.º 48.619/68, de 10 de outubro); Álvaro Roquette continuava a liderar o organismo, sendo o garante da sua continuidade, acompanhado, desde 1958, por César Moreira Baptista, enquanto Secretário Nacional da Informação e agora Secretário de Estado da Informação e Turismo. No CNFTH, Álvaro Roquete<sup>62</sup> assumiu a presidência do Conselho Geral, enquanto Diretor-Geral do Turismo (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p. 46).

Ainda em 1968 (Santos, 1977, p.22), decorreram em Portimão os trabalhos de adaptação de um edifício, localizado na rua Júdice Fialho, para instalação do polo de formação contínua da Escola Hoteleira do Algarve, para dar resposta às necessidades crescentes de qualificação profissional no barlavento Algarvio, facto a que não era alheia a abertura de importantes estruturas hoteleiras, como o Penina Golf Hotel, no final de 1966, a Urbanização da Torralta, na Praia do Alvor, em 1967, e o Hotel Alvor Praia, em 1968 (Região de Turismo do Algarve, 2005, p.75).

---

<sup>62</sup> Ver nota em Anexo 1

**Figura 17:** Primeiras instalações do polo de formação de Portimão.



Fonte: Moreira (2016)

E já a terminar o ano, a 19 de dezembro de 1968, um despacho do Secretário de Estado da Informação e Turismo criou a Escola de Hotelaria do Porto, em instalações arrendadas a Carlos Lima, na Rua do Bonjardim. O edifício, previsto originalmente para apartamentos, foi convertido em escola profissional, replicando a estrutura de um hotel. Tinha receção no piso de entrada, um restaurante e a respetiva cozinha no primeiro piso, salas de aula e um “quarto-piloto” para os cursos de «andares» no segundo piso e gabinetes de apoio no terceiro. Luís Contente<sup>63</sup> assumiu a direção da escola, coadjuvado pelo subdiretor Azevedo Coutinho e pelo assistente de direção Renato Silva<sup>64</sup>. A escola começou por replicar os cursos existentes em Lisboa, Funchal e Algarve, tendo como mestre de cozinha Artur Alves e mestre de mesa Emílio Coelho (Abreu, junho de 1970, p.25).

**Figura 18:** Primeiras instalações da Escola Hoteleira do Porto



Fonte: “Turismo, Semanário dos tempos livres”(16 de julho de 1981, p.23)

---

<sup>63</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>64</sup> Idem, Ibidem

O turismo nacional sofre neste ano uma diminuição de 0,2%, enquanto em Espanha o fluxo turístico continuava a aumentar (Godinho, 1980, p.194).

Em 1969, as solicitações de formação, particularmente nas localidades do interior e afastadas das poucas escolas existentes, levaram à implementação de uma nova forma de fazer formação – os cursos itinerantes. Assim, arranca em Coimbra o primeiro curso de aperfeiçoamento promovido pelas então criadas “Brigadas Itinerantes de Hotelaria e de Turismo”, geridas e dinamizadas diretamente a partir dos serviços centrais do CNFTH, em Lisboa. Estes cursos tinham uma duração que variava entre os 30 e os 90 dias (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.90).

A nova década arrancou com a publicação, em outubro, da Portaria que aprovou os Estatutos das Escolas Profissionais de Hotelaria e Turismo (Portaria n.º 505/70, de 10 de outubro), estabelecendo, logo no seu primeiro artigo, que a preparação dos profissionais exigidos pelas atividades turísticas e hoteleiras será realizado através de escolas de hotelaria e turismo, hotéis-escolas, centros de aprendizagem e cursos móveis. Os cursos de hotelaria compreendiam: i) os cursos de aprendizagem, destinados a facultar a aprendizes e praticantes a preparação geral e técnica que lhes confira a conveniente aptidão profissional; ii) os cursos de formação, que tinham por fim facultar a preparação geral e técnica necessária ao exercício das respetivas profissões; iii) os cursos de aperfeiçoamento, que se destinavam aos profissionais que pretendessem melhorar a sua preparação ou a promoção à categoria profissional imediata; iv) e os cursos de direção hoteleira, que visavam a preparação do pessoal destinado aos quadros superiores de direção e gerência das empresas hoteleiras. Os cursos de turismo compreendiam: i) cursos de formação; e ii) cursos de aperfeiçoamento, relativos às categorias profissionais de rececionistas de turismo, transferistas, guia regional, guia-intérprete, guia de arte, correio de turismo, técnico de viagens e técnico de turismo.

O corpo docente era constituído por professores e mestres, sendo que os primeiros tinham a seu cargo o ensino teórico e os segundos o ensino prático, estando omissos no diploma o vínculo contratual de cada um. O financiamento das Escolas passaria a ser feito por dotação atribuída pelo CNFTH, pelo produto das propinas cobradas, pela receita obtida de qualquer exploração hoteleira que viesse a ser criada, das dotações e donativos que lhes sejam concedidos, e pelos saldos de anos económicos findos.

Com a publicação do novo Estatuto, o antigo Conselho Diretor deu lugar ao Conselho Administrativo, ampliado no número dos seus membros em virtude de as Escolas alargarem

o seu ensino às atividades turísticas, passando a designarem-se Escolas de Hotelaria e Turismo (Portaria n.º 505/70, de 10 de outubro).

No ano letivo 1970/71, o Curso de Turismo na Escola Portuguesa de Turismo do ISLA atingiu a frequência record de 100 alunos.

Em dezembro de 1970 arrancaram os cursos de aperfeiçoamento de mesa e cozinha do polo provisório do Estoril da Escola de Lisboa, situado no restaurante “Ronda”. Maria Emília Cancellia de Abreu noticia-os na publicação que dirige, em abril de 1971 (Abreu, 1971, p.12). Estes primeiros cursos, ainda promovidos pelo CNFTH, tiveram como Diretor permanente o também Diretor do Restaurante do Hotel Palácio do Estoril, Emílio Albuquerque Coelho, que contou como seus assistentes, nas aulas práticas de cozinha, o Chefe Manuel Afonso, do mesmo hotel, e nas aulas práticas de mesas o Chefe António Pereira Rodrigues, do Hotel Estoril-Sol. Os cursos funcionavam durante as horas de descanso dos profissionais que as frequentaram, quatro dias por semana, durante cerca de três meses. O horário praticado devia-se ao facto de as entidades patronais mostrarem relutância em permitir aos seus empregados a saída nas horas de serviço. O polo provisório utilizaria, ainda, as instalações da Junta de Turismo da Costa do Estoril para as aulas teóricas (Abreu, 1971, p.12).

Em 1971, o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, visitou pela primeira vez uma Escola de Hotelaria e Turismo. Privilegiou a Escola do Algarve em Faro, numa região turística em franco crescimento (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.51).

**Figura 19:** Visita do Presidente da República à EHTA.



Fonte: Umbelino, Rodrigues e Duarte (2006, p.51)



No mesmo ano, João Strecht Ribeiro assumiu a presidência da Direção do CNFTH (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.46). No relatório de atividades pedagógicas desse ano, a Escola de Lisboa lamenta que as suas instalações, por insuficiência de meios e dimensão, já não pudessem corresponder à finalidade para que havia sido criada: a preparação de profissionais em número, qualidade e diversidade que viesse a fazer face à crescente necessidade de criar e ampliar os quadros que servem as indústrias de hotelaria e turismo, deixando transparecer que o problema já tinha sido encarado superiormente, no sentido da construção de uma nova Escola de dimensão conveniente, devidamente apetrechada e voltada para o futuro (Escola Hoteleira Alexandre de Almeida, 1971, p.2).

Ainda em 1971, concluiu-se com êxito o 1.º Curso de Escanções realizado em Portugal, ainda como experiência piloto destinado aos então chefes de vinhos. Para a lecionação colaboraram várias entidades, Junta Nacional do Vinho, Instituto do Vinho do Porto e outros organismos vitivinícolas. Foi mestre da componente prática Fernando Ferramentas, prestigiado profissional com passagem pelo Hotel Aviz (Escola Hoteleira Alexandre d’Almeida, 1973).

Em 1972, Horácio Cavaco<sup>65</sup> sucedeu a Joaquim Manuel Bentes Aboim na direção da Escola do Algarve. No Estoril, o provisório polo de formação contínua passa a ocupar um edifício de habitação adaptado para o efeito na Avenida de Portugal, e o projeto de construção de uma nova Escola em Lisboa encontra-se em fase última de estudo, estando para breve a sua concretização (Escola Hoteleira Alexandre d’Almeida, 1973). Realiza-se, ainda, a reunião de constituição da Associação de Antigos Alunos da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, e teve lugar o primeiro curso de reciclagem para Diretores de Hotel promovido pelo CNFTH (Escola Hoteleira Alexandre d’Almeida, 1973).

Ao nível da frequência, especialmente nos cursos de “Cozinha” e de “Mesa”, que são aqueles em que existia maior dificuldade no recrutamento, a preocupação com a reduzida afluência aos cursos, associada ao elevado número de desistências, levou os responsáveis a denunciar corajosamente a evidência e a alertar para a necessidade de aplicação de medidas que a enfrentassem, caso contrário, ficaria seriamente comprometido o nível de serviço que a hotelaria portuguesa oferecia aos seus turistas. Foram apontados como motivos para tal situação: a emigração; as condições de trabalho; a instabilidade (períodos de sazonalidade); e a prestação do serviço militar coincidente com a idade de frequência escolar (Escola Hoteleira Alexandre d’Almeida, 1973).

---

<sup>65</sup> Ver nota em Anexo 1

A crise energética de 1973 condicionou o turismo mundial. Em Portugal, realizou-se, em Lourenço Marques, o I.º Congresso Nacional das Agências de Viagens e Turismo, presidido por Albino André<sup>66</sup> (Alves, 1973). No mesmo ano, Hélder Amaro Rodrigues<sup>67</sup>, técnico do CNFTH, assume a Direção do polo de formação contínua do Estoril.

A Lei n.º 5/73, de 25 de julho, estabelece a linha educativa com que o Estado se passa a reger, enquadrando a formação profissional como habilitação para o exercício de uma profissão, sendo acompanhada de uma educação de ordem cultural e científica que favoreça o desenvolvimento da personalidade e a adaptação às exigências sociais e profissionais.

Na reforma educativa de Veiga Simão<sup>68</sup>, as duas vias do ensino secundário foram aproximadas pela criação de cursos gerais do ensino técnico (equivalentes ao 5.º ano do liceu). Os cursos gerais davam acesso a cursos complementares da respetiva área profissional, com duração de dois anos, e a sua conclusão permitia o ingresso no ensino superior (Lei n.º 5/73, de 25 de julho).

A mesma Lei estabelece que, além dos cursos de formação profissional integrados no sistema escolar, serão organizados outros com finalidades idênticas, mediante a conjugação de esforços dos setores público e privado, os quais obedecerão a normas e programas a estabelecer pelo Governo ou por ele homologados (Lei n.º 5/73, de 25 de julho).

Antes do termo do III Plano de Fomento, em 1973, iniciou-se a preparação do IV Plano de Fomento, a vigorar entre 1974 e 1979, que não chegou a ser implementado, apesar da atribuição ao turismo de novas dimensões e de um estatuto de participação no processo de desenvolvimento económico (Rosas e Brito, 1996f, p.740). Alguns meses após a entrada em vigor da Lei que o aprovou, o Plano foi suspenso, em consequência da revolução de 25 de abril de 1974. O regime é deposto, 48 anos de ditadura chegam ao fim e inicia-se um período de transição para a democracia.

---

<sup>66</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>67</sup> Idem, Ibidem

<sup>68</sup> Idem, Ibidem

**Figura 20:** Dia 25 de abril de 1974, a queda do regime.



Fonte: Gageiro, E. (1974) <https://fotojornalismo13.wordpress.com/2014/01/16/eduardo-gageiro-revolucao-dos-cravos/>

#### **4.5. Da “Revolução” à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo**

Eduardo Marçal Grilo<sup>69</sup> dividiu o período que se seguiu à “Revolução”, no domínio da educação, em três fases: a primeira, caracterizada por uma situação política extremamente instável e pela inexistência de lei fundamental, correspondendo ao período de vigência dos seis Governos Provisórios formados entre 15 de maio de 1974 e a entrada em funções do I Governo Constitucional, em 23 de julho de 1976; a segunda fase integrou o período entre este Governo e a aprovação, pela Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em outubro de 1986, o qual correspondeu à vigência de dez Governos; a terceira fase constituída pelo período que se segue à aprovação da LBSE (Grilo, 1993, p.406).

A primeira etapa registou um aumento da procura da educação em todos os seus níveis, aumento esse que teve origem, por um lado, na extensão da escolaridade obrigatória e no aumento da oferta educativa e, por outro, na forma como a educação passou a ser considerada por alguns estratos sociais, ou seja, como um fator de valorização, tanto na área profissional como na social (Grilo, 1993, p.410).

Logo em maio de 1974, com o I Governo Provisório é criada, no Ministério da Coordenação Económica, a Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo, tendo

---

<sup>69</sup> Ver nota em Anexo 1

como titular Nélson Rocha Trigo<sup>70</sup>. No entanto, só no III Governo provisório se agregam todos os serviços com atribuições em matéria de turismo (Decreto-Lei n.º 545/74 de 19 de outubro), tendo como secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo José Vera Jardim<sup>71</sup> e subsecretário para o turismo Asdrúbal Calisto<sup>72</sup>. Assim, o CNFTH passa a ser tutelado pela nova estrutura, tendo Asdrúbal Calisto assumido a Presidência do Conselho Geral até 1975, sendo substituído, ainda no mesmo ano, por Cristiano de Freitas<sup>73</sup>, Diretor-Geral do Turismo.

As funções de Presidente da Direção foram inicialmente entregues, nesse ano de 1975, a Armindo António Ribeiro Mendes<sup>74</sup>, substituído pouco depois por Alcides Rodrigues Pereira<sup>75</sup>, entretanto designado Presidente da Comissão Administrativa encarregada de propor a reorganização do CNFTH.

Este período foi marcado por uma forte desaceleração no setor: as entradas de estrangeiros caíram, em 1974 e 1975, para cerca de 50% das observadas em 1973, o mesmo acontecendo com as receitas. Na hotelaria, a crise só não foi mais grave devido ao fluxo de milhares de repatriados de África (Cunha, 2012, p.220).

A relação entre as Escolas e o órgão central de gestão e coordenação (o CNFTH) deteriorou-se, instalando-se nestas um sistema com predominante controlo sindical (Silva, 1994, p.6). Daí, que tenha sido abandonada, neste período, qualquer ideia de formação inicial, concentrando-se a formação, quase em exclusivo, no aperfeiçoamento dos trabalhadores em exercício, com vista à sua promoção nas respetivas carreiras profissionais (Silva, 1994, p.6).

A exceção a este constrangimento aconteceu na Madeira, onde, por escritura de 26 de dezembro de 1974, o “Nova Avenida”, um hotel com grandes tradições na hotelaria da ilha, até então ligado ao Hotel Savoy, passou a integrar a Escola de Hotelaria e Turismo, com a designação de Hotel-Escola. Este edifício, antiga quinta madeirense, tinha já sido utilizado como Casino e Hospital Militar (Vista da Serra blogspot, 2009).

---

<sup>70</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>71</sup> Idem, Ibidem

<sup>72</sup> Idem, Ibidem

<sup>73</sup> Idem, Ibidem

<sup>74</sup> Idem, Ibidem

<sup>75</sup> Idem, Ibidem

**Figura 21:** Vista do Hotel-Escola “Nova Avenida” - Funchal



Fonte: Madeira quase esquecida (2017). <http://www.ilhas.org/madeira-quase-esquecida/hoteis/>

A 5 de março de 1975, o processo revolucionário em curso leva o Governo a produzir uma Portaria assinada pelo Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, José Vera Jardim, no qual se altera o estatuto dos órgãos de gestão da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa (Portaria n.º 159/75 de 5 de março) adaptando, ainda que a título experimental, a orgânica da escola aos moldes democráticos que se pretendiam instaurar em todos os estabelecimentos de ensino. O projeto de reestruturação foi elaborado com a participação dos trabalhadores e dos representantes das associações patronais e sindicais.

A 6 de junho, já com o Comércio Externo num novo Ministério, o recente Secretário de Estado do Turismo, Artur Alves Conde<sup>76</sup>, publica, em nova Portaria, o estatuto dos órgãos de gestão da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve; (Portaria n.º 341/75, de 6 de junho) a avaliação das medidas implementadas em Lisboa estava concluída e replicava-se, assim, a estrutura aplicada na capital. A 25 de junho, o modelo de gestão seria alargado à Escola do Porto (Portaria n.º 459/75 de 25 de julho).

Através da circular n.º 1/75, de 19 de julho, o Ministério da Educação transmitiu as instruções contidas no despacho conjunto dos secretários de Estado da Orientação Pedagógica e da Administração Escolar de 16 de julho, no sentido da unificação dos primeiros anos dos ensinos liceal e técnico, lançando o 7.º ano de escolaridade unificada, tendo como objetivo a combinação de uma formação adequada à inserção profissional e à sequência de estudos (Carreira, 1996, p.34). A intenção de reformar o ensino secundário técnico, aproximando-o dos conteúdos do ensino geral (liceal) conduziu à efetiva perda do ensino técnico tal como este estava estruturado desde a reforma do ministro Pires de Lima, de 1947 (Carreira, 1996, p.34).

---

<sup>76</sup> Ver nota em Anexo 1

A extinção do ensino técnico deveu-se, segundo José Cardim (1999, p.45), a uma carência educativa recorrente: o mau desempenho do ensino secundário profissionalizante, que não formava em número os quadros médios com a preparação adequada às necessidades da economia.

Por outro lado, o sistema tutelado pelo Ministério do Trabalho sofreu também uma redução de atividade, bem como a própria aprendizagem tradicional foi reduzida drasticamente, em resultado das modificações sofridas pela contratação coletiva, criando-se um vazio de respostas formativas (Cardim, 1999, p.45).

Na educação para o turismo, a turbulência própria do período só começou a ser ultrapassada quando Luis Filipe Madeira<sup>77</sup>, Secretário de Estado do Turismo do I Governo Constitucional, nomeou Augusto Severo dos Santos<sup>78</sup> como delegado daquela Secretaria de Estado junto do CNFTH, a 18 de novembro de 1976, com os mesmos poderes constantes nos Decretos n.º 46.354/65 e n.º 46.355/65 de 26 de maio, e dos órgãos de gestão suspensos, tendo, a 1 de março de 1977, assumido a Direção do CNFTH.

O Ministério da Educação fez sair, em 1978, as primeiras orientações que visavam introduzir nos 10º e 11º anos de escolaridade as componentes vocacionais, tendo como objetivo a preparação dos jovens para a vida ativa, sem que a escolha dessas vias de formação, por parte dos alunos, impedisse o prosseguimento de estudos, nomeadamente o acesso ao ensino superior (Grilo, 1993, p.412).

Em abril do mesmo ano, é apresentado o estudo de reorganização e definição de funções setoriais do CNFTH, documento produzido por José Duarte e que viria a servir de base para o trabalho que vinha a ser desenvolvido na reestruturação do organismo (Duarte, 1978). No entanto, a reestruturação também se realizou de forma indireta; com efeito, em setembro, a Escola e o Hotel-Escola do Funchal são transferidos da tutela do CNFTH para a da então criada Região Autónoma da Madeira (Decreto-Lei n.º 281/78 de 8 de setembro).

Em outubro de 1978 a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto inicia o seu 1º curso de Gestão e Técnica Hoteleira, com a duração de 3 anos letivos, em que era exigido o ensino secundário completo (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.73). Este curso iria formar durante mais de uma década os futuros Diretores Hoteleiros do país.

---

<sup>77</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>78</sup> Idem, Ibidem

É já no III Governo Constitucional, tendo João Saraiva Padrão<sup>79</sup> como Secretário de Estado do Turismo, que é publicada a Portaria que coloca a orgânica das Escolas de Hotelaria e Turismo em linha com os seus novos Estatutos, neles se reconhecendo que “O tempo entretanto decorrido permite hoje concluir, com segurança, que uma tal experiência se saldou desfavoravelmente, pois dela procedeu quebra sensível do nível de ensino e formação, mais acentuada, aliás, numas escolas do que noutras, e, além disso, a impossibilidade de manter a indispensável articulação entre as escolas e o seu organismo orientador e tutelar, que é o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira” (Portaria n.º 715/78, de 6 de dezembro).

Apesar do mau período na política de formação, marcado por forte instabilidade e incerteza quanto ao rumo, este não foi, no entanto, totalmente negativo, uma vez que permitiu aos quadros superiores do CNFTH um tempo de reflexão e de reequacionamento do sistema formativo, avaliando-se a sua dimensão, metodologia e formas de desenvolvimento (Silva, 1994, p.6). Para além disso, fizeram-se estudos comparativos com os vários sistemas existentes na Europa, de inspiração francófona ou anglo-saxónica, recebendo-se um contributo de peritos internacionais sobre a matéria, com o apoio da OIT (Silva, 1994, p.6). O perito então designado escreveu, no seu relatório, que é fundamental a construção de um Instituto ou Escola na região de Lisboa.

Continuava-se a persistir na linha das bolsas de estudo para o exterior, iniciada nos anos 60, nomeadamente para o “Centre International de Glion”, na Suíça, e para a “School of Hotel Administration, da Cornell University”, nos Estados Unidos, e na permanente divulgação e dignificação das profissões turísticas e hoteleiras. É de realçar, neste período, o pioneirismo do setor na cooperação com os novos países africanos de expressão portuguesa, através de ações de formação levadas a cabo localmente (Silva, 1994, p.6). Foi ainda durante este período que Portugal começou a participar em grandes encontros internacionais da especialidade (Silva, 1994, p.6).

Em 1979, logo em janeiro, por despacho do Diretor do CNFTH, Hélder Amaro Rodrigues assumiu a direção interina da agora Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, coadjuvado por José Travassos<sup>80</sup>, os quais mantêm a direção da unidade de formação do Estoril (Santos, 1979, 8 de fevereiro).

A 5 de julho de 1979, tomou posse o III Governo de iniciativa presidencial, chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo, tendo ficado conhecido pelo “governo dos cem dias”

---

<sup>79</sup> Idem, Ibidem

<sup>80</sup> Ver nota em Anexo 1

(Almeida, 2011, p. 139). Do Programa de Governo relativo à educação releva-se a proposta de intensificar os esforços para o arranque do ensino superior politécnico e, no âmbito da educação não-formal, o reforço da política de educação de adultos (Almeida, 2011, p.140).

Ao nível do sistema de educação nacional, a fragilidade detetada no ensino secundário profissionalizante motivou uma intervenção orientada para a criação do ensino superior de curta duração, mais tarde transformado em ensino superior politécnico (Decreto-Lei n.º 513-T/79 de 26 de dezembro.). É ainda nesta fase que se dá a primeira grande expansão da rede de ensino superior público (Almeida, 2011, p.141), com a criação da Universidade do Algarve (Lei n.º11/79, de 28 de março), a transformação do Instituto Universitário de Évora em Universidade (Decreto-Lei n.º 482/79, de 14 de dezembro), do Instituto Politécnico da Covilhã em Instituto Universitário (Lei n.º 44/79, de 11 de setembro) e do Instituto Politécnico de Vila Real, em Instituto Universitário (Lei n.º 49/79, de 14 de setembro), bem como a criação de nove Institutos Politécnicos: Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu (Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de dezembro), e a criação da Escola Superior de Gestão e Contabilidade de Aveiro e as Escolas Superiores de Educação da Guarda, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real (Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de dezembro), no entanto, ainda sem cursos na área do turismo.

Contudo, numa outra dimensão, este ano viria igualmente a ser decisivo no desenvolvimento da educação para o turismo, com a promoção do CNFTH a Instituto Nacional de Formação Turística [INFT] (Decreto-Lei n.º 333/79, de 24 de agosto).

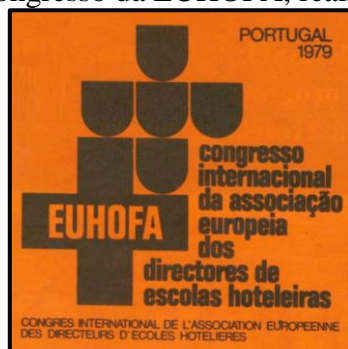
O turismo passava a ter os meios institucionais aptos a poderem dar resposta às necessidades educativas impostas pelo desenvolvimento económico e social do País. Criou-se um modelo educativo uniforme, que procurou um ajustamento ao nível das vias curriculares de acesso, cuja engenharia obedeceria à pirâmide que correspondia aos vários níveis de formação.

O INFT procedeu, então, com a subsequente afirmação na década seguinte, ao lançamento de cursos sistemáticos para a formação de formadores, investindo igualmente na edição de material pedagógico, com especial incidência na publicação de livros técnicos e na produção de diverso material audiovisual, quer em diapositivos, quer, sobretudo, em vídeo, cuja realização constituiu um avanço tecnológico e um instrumento privilegiado de atuação pela sua qualidade pedagógica/didática (Silva, 1994, p.8).



Entre 29 de agosto e 5 de setembro, Portugal recebeu, pela primeira vez, um grande evento internacional na área da formação turística, o Congresso Internacional da Associação Europeia dos Diretores de Escolas Hoteleiras – EUHOFA (Contente, 1979, p.7).

**Figura 22:** Logotipo do Congresso da EUHOFA, realizado em Portugal em 1979.



Fonte: Jornal de Turismo (1979, p.7)

Decorria ainda o ano de 1979 quando o Secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha<sup>81</sup>, autorizou a comissão de obras da Zona de Jogo do Estoril a adquirir um terreno na qual se previa a construção de uma Escola, tendo simultaneamente determinado que se procedesse à elaboração do programa-base a realizar pelo Arquiteto Fernando Casaca. O referido programa-base, datado de 19 de julho, aponta vários terrenos disponíveis para o fim pretendido (Casaca, 1979).

Ainda no âmbito da formação, o Ministério do Trabalho, já no final do ano, a 29 de dezembro, criava o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP (Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de dezembro). Posteriormente regulamentado, o IEFP assumiu as competências até aí atribuídas ao FDMO, à Direção-Geral do Emprego e à Direção-Geral da Promoção do Emprego. Nas atribuições deste novo organismo incluía-se a necessidade de reativação da ação formativa, nomeadamente através da integração das componentes do emprego e da formação e de uma ação mais descentralizada.

A nova década inicia-se com a tomada de posse, a 3 de janeiro, do VI Governo Constitucional, chefiado por Francisco Sá Carneiro, e, logo a 9 de janeiro, são publicadas as normas para a formação dos profissionais de informação turística, estabelecendo que os planos de estudos dos estabelecimentos particulares de ensino serão submetidos, com parecer do INFT, a despacho conjunto dos Ministros do Comércio e Turismo e da Educação, criando, nas Escolas de Hotelaria e Turismo onde viessem a ser ministrados cursos de

---

<sup>81</sup> Ver nota em Anexo 1

formação, ou aperfeiçoamento, comissões pedagógicas sob a orientação do INFT (Portaria n.º 26-O/80 de 9 de janeiro).

Uma primeira iniciativa para o restabelecimento da formação técnica e profissional, por parte do Ministério da Educação, foi realizada em 1980, o que levou a que, em simultâneo com a transformação do ano propedêutico em 12.º ano de escolaridade, se tenha criado uma modalidade de ensino virada essencialmente para a vida ativa e com caráter profissionalizante, o 12º. Ano - Via Profissionalizante, oferecendo 31 cursos, que se articulavam com a formação vocacional oferecida no 11.º ano e permitiam o acesso ao ensino superior politécnico (Ministério da Educação de Portugal e Organização de Estados Iberoamericanos, 2003, p.24).

Em março de 1980, Humberto Ferreira<sup>82</sup> escrevia que após cinco anos sem cursos de formação básica se encontrava já em funcionamento na Escola de Hotelaria de Lisboa o primeiro curso de formação de cozinha e o primeiro curso para transferistas, ao abrigo da legislação recentemente publicada. Refere ainda o autor que a escola se encontrava a atravessar um período de revitalização, apesar das suas muitas carências, incluindo o problema das suas acanhadas instalações (Ferreira, 27 de março de 1980, p 15).

Dada a diminuta capacidade formativa existente na rede nacional, que era de apenas 1.200 alunos por ano em formação inicial e formação contínua, e às exigências resultantes do crescimento do turismo, “foram delineados grandes projetos de infraestruturação escolar a serem cofinanciados pelo Banco Mundial, Fundo de Reinstalação do Conselho da Europa e FEDER, com vista a permitir a ampliação e modernização da rede de Escolas de Hotelaria e Turismo” (Silva, 1994, p.8).

Enquanto tais projetos não arrancavam, o INFT procurava encontrar soluções alternativas para lançar no mercado de trabalho jovens qualificados, avançando para a constituição de núcleos de formação no Palace Hotel, em Vidago, no Hotel Altura, em Tavira, e no Centro de Férias do INATEL, no Luso.

---

<sup>82</sup> Ver nota em Anexo 1

**Quadro 6:** Número de alunos nos cursos de turismo (1981/1982).

<b>Escola</b>	<b>1ºAno</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3ºAno</b>
<b>Instituto Novas Profissões</b>			
Curso Superior de Turismo	75	72	66
<b>Escola Portuguesa de Turismo - ISLA</b>			
Curso Técnico de Línguas e Turismo	122	90	31
<b>Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa</b>			
Curso de Correio de Turismo	27		
Curso de Transferistas	26		
Seminário Técnico de Agência de Viagens	21		
<b>Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve</b>			
Curso Guia-Intérprete Nacional	22	16	15
Curso Transferistas	25	22	
Seminário Direção Técnica de Agências de Viagens	10		

Fonte: Turismo, Semanário dos tempos livres (27 outubro 1981)

O Diário de Notícias (Cordeiro, 28 abril de 1980, p.7) voltava ao tema da nova escola, noticiando, em abril, como estando para breve o arranque da construção de uma Escola Superior de Hotelaria e Turismo, que deveria ficar situada na Costa do Estoril. O estudo prévio da escola, da responsabilidade do arquiteto Fernando Casaca, que teria visitado para a sua elaboração diversas escolas europeias, já teria sido aprovado pelo Secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha. A obra estava apenas dependente da decisão da Câmara Municipal de Cascais, relacionada com a definição do terreno e localização definitiva da escola.

Augusto Severo dos Santos avançava mesmo com uma estimativa de custos: 200 mil contos, sendo que 150 mil seriam para a construção civil e 50 mil para o equipamento, verbas que seriam provenientes da Comissão de Obras da Zona do Estoril, das entidades oficiais e eventualmente da própria CEE, tendo em vista a futura entrada do País no mercado comum (Cordeiro, 28 de abril de 1980, p.7).

Em setembro, um despacho do mesmo Severo dos Santos aprovou a entrada em vigor do Regulamento Interno das Escolas de Hotelaria e Turismo. E no mesmo mês, entre 15 e 17 de setembro, realizou-se, no Instituto de Novas Profissões, em Lisboa, uma reunião de diretores de escolas de turismo de países ibero-americanos, que contou com o patrocínio do Secretário de Estado do Turismo e o apoio da Associação Mundial para a Formação Turística - AMFORT, procedendo-se, então, à realização de um estudo comparativo dos planos e programas dos cursos de turismo da área ibero-americana, de modo a fomentar o intercâmbio de experiências pedagógicas e didáticas. A representação do CNFTH esteve a cargo de Heloísa Preto da Silva (Diário Popular, 16 de setembro de 1980, p.18).

A 3 de outubro de 1980 é finalmente nomeado, em comissão de serviço, o Diretor-geral do novo INFT, tendo a opção política mantido Severo dos Santos à frente dos destinos da educação para o turismo. Ainda nesse ano, o INFT e a Escola de Hotelaria de Lisboa realizam o primeiro curso de aperfeiçoamento em Direção Hoteleira, o qual foi concluído, com aproveitamento, por António Aguiar, Artur Pinto, Carlos Alves, Eduardo Ferreira, Emílio Coelho, Francisco Ferreira, Maurício Barra, Hélder Rodrigues, José Manuel Esteves e Américo Simões (Marques, 1980, outubro, p.4), personalidades que viriam a ter relevantes desempenhos nos destinos da hotelaria nacional nas décadas seguintes.

Em novembro de 1980 é aprovado o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não superior (Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de novembro), que estabelece que o exercício da liberdade de ensino tem como limites, apenas, o bem comum, as finalidades gerais da ação educativa e os acordos celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (n.º 2 do Artº2). Estes estabelecimentos são criados e geridos por pessoas singulares, agindo individual ou coletivamente, e desenvolvem atividades regulares de carácter educativo de acordo com os objetivos do sistema de educação e de formação. A mobilidade de alunos e professores entre o regime público e o particular e cooperativo fica assegurada.

As escolas particulares podiam destinar-se a um ou vários níveis de ensino, constituindo, cada um deles, um ciclo de estudos completo, e podiam ter um projeto educativo próprio, desde que proporcionasse, em cada nível de ensino, uma formação global de valor equivalente à dos correspondentes níveis de ensino a cargo do Estado.

A 9 de janeiro de 1981, Pinto Balsemão toma posse do VII governo Constitucional na sequência da morte trágica de Francisco Sá Carneiro. A ação dos Governos da AD na área da educação, muito em particular do VI e VII governos, elegeu como prioridade: “a revisão global da política educativa, o reajustamento da estrutura orgânica do Ministério, e o lançamento de medidas sectoriais inadiáveis” (Almeida, 2011, p. 144).

A 6 de abril de 1981, o Conselho Nacional de Turismo decidiu incluir na sua agenda um capítulo sobre formação profissional, na sequência do Plano a Médio Prazo que lhe foi apresentado e que incluía a construção de 16 000 camas e previa a necessidade de formação básica de 20 000 trabalhadores de hotelaria, até 1986, daí a concentração global dos esforços oficiais na formação de pessoal de base e de quadro técnicos e de gestão para a hotelaria portuguesa. O interesse na construção de um moderno hotel-escola no Estoril e de uma nova escola hoteleira no Algarve foi renovado e considerado como tarefa prioritária, bem como

anunciada a abertura de uma escola em Coimbra, para satisfazer as necessidades de expansão do parque hoteleiro do Centro. Foi ainda mencionada a necessidade de introduzir meios audiovisuais no ensino das profissões da hotelaria, bem como que os cursos para diretores de hotéis seriam ministrados unicamente na Escola de Hotelaria do Porto. Foi também referida a vantagem de acordos de cooperação no campo da formação profissional com os novos países africanos de expressão portuguesa, com o Brasil e com a Venezuela, entre outros (Ferreira, 1 de dezembro de 1981, p. 14).

O Ministro do Comércio e Turismo, Alexandre Vaz Pinto<sup>83</sup>, efetuou, em maio de 1981, uma visita à Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, na altura o único estabelecimento do país a fazer formação em gestão e técnica hoteleira, destinada a «quadros dirigentes». O governante terá, então, declarado que os cursos ali ministrados seriam descentralizados, passando a funcionar, já no ano letivo seguinte, no Hotel Palace de Vidago, estando prevista a frequência de 100 novos alunos. Anunciava, ainda, a ampliação das instalações da escola, de forma a poder acolher novos cursos (Turismo, Semanário dos Tempos Livres, 2 de junho de 1981, p.25). Assim veio a acontecer após o arrendamento do r/c e cave do edifício, até então uma loja. O novo espaço passou a acolher as salas de formação técnica (restaurante, cozinhas, pastelaria, etc.), sendo o restante espaço da escola reformulado.

Em junho, por iniciativa do então Secretário de Turismo do Governo de Macau, Jorge Rangel, um grupo de profissionais de turismo terminou um curso especial de reciclagem e preparação para a abertura da futura escola de Macau (Turismo, Semanário dos Tempos Livres, 30 de junho de 1981, p.23), processo para o qual também concorreu uma deslocação a esse território de José Fernando Travassos, subdiretor da Escola de Lisboa.

No início de agosto, o jornal “Turismo - Semanário dos tempos livres”, cuja publicação temos vindo a referenciar com frequência, noticiava a instalação de uma escola hoteleira na Figueira da Foz. O magnífico “Palácio Sotomaior”, naquela cidade, poderia vir em breve a ser local de funcionamento da escola. Tratava-se de uma iniciativa da Sociedade Figueira-Praia, que para o efeito já teria entregado o respetivo projeto na Câmara Municipal. O jornal preconizava que, a concretizar-se tal plano, não só a Figueira da Foz, como toda a Região Centro, ficariam mais ricas, já que cada vez mais se fazia sentir ali a necessidade de um estabelecimento do género (Turismo, Semanário dos Tempos Livres, 4 de agosto de 1981, p.25).

---

<sup>83</sup> Ver nota em Anexo 1

A 4 de setembro de 1981, o VIII governo toma posse, mantendo-se na sua chefia Francisco Pinto Balsemão. E no final do ano, é dado como certa a instalação da escola da Região Centro em Coimbra, no Palácio da Quinta da Boavista, na Arregaça, que para o efeito seria cedida ao INFT. Nesse sentido, teria sido entregue pelo Diretor-Geral de Turismo ao presidente do Município o anteprojeto do empreendimento, esperando-se que o mesmo viesse a ser aprovado, após a conclusão dos estudos de que seria alvo pelos serviços municipais (Turismo, Semanário dos Tempos Livres, 1 de dezembro de 1981, p.15).

Mais a sul, em entrevista ao mesmo jornal, João Gageiro<sup>84</sup>, subdiretor da estrutura escolar do Estoril, confirmava que a nova escola já possuía terreno escolhido no Alto da Rola, uma vez que a Comissão de Jogo, liderada por Manuel Teles, já teria disponibilizado o dinheiro necessário para comprar o terreno. Seria a primeira escola a construir de raiz em Portugal, para um universo de 500 alunos, não só portugueses como de países de expressão portuguesa (Turismo, Semanário dos Tempos Livres, 11 de agosto de 1981, p.12).

Em Lisboa, o ano letivo iniciou-se com um aumento da capacidade formativa, aliada a um ambiente de trabalho «mais real», com a oferta de cursos no Hotel D. Carlos, instalações alugadas que quase permitiram duplicar o número de alunos (A Tarde, 3 de julho de 1981, p.18), bem como nas instalações da Manutenção Militar (junto ao Governo Militar de Lisboa) para os cursos de pastelaria (Ferreira, 10 de novembro de 1981). Alunos esses que, através de um acordo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, passaram também a vir das Repúblicas da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, frequentando a escola como alunos bolsheiros.

Em fevereiro de 1982, o Secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho<sup>85</sup>, concorda com a “(...) atribuição da mais elevada prioridade à Escola do Estoril, visto a mesma ser estrategicamente importante na dupla ótica da melhoria de qualidade dos profissionais portugueses e na prestação de apoio a ações de formação no quadro da cooperação com os países de língua portuguesa” (Informação INFT, 1 de janeiro de 1985, p. 14). A 11 de março, o Ministério das Finanças adquirido por escritura pública a Luís Pereira Coutinho um prédio rústico situado na estrada de Bicesse, com limites no Alto do Estoril, freguesia do Estoril (Sousa, 2006, p.20).

No mês seguinte, o INFT recebeu, por cedência do mesmo Ministério, uma parcela do referido terreno. Esta cedência de 166 824 m<sup>2</sup> é a título precário, porque se for dado uso

---

<sup>84</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>85</sup> Idem, Ibidem

diferente ao previsto no contrato de cessão, o terreno regressará à posse do cedente (Sousa, 2006, p.20).

**Figura 23:** Propaganda do INFT, 1983



Fonte: Jornal de Turismo (setembro/outubro 1983, p.12)

Por esta época, o INFT e a Direção Nacional de Turismo e Hotelaria de Angola celebraram um vasto contrato de cooperação, que abrangeria um conjunto de atividades que passavam pela realização de Seminários de Direção, um curso de Gestão de Pequenas e Médias Empresas, um Plano de Formação para as Escolas de Hotelaria de Luanda, Huambo e Huíla e um programa de bolsas e estágios de Direção. Tal programa levou o INFT a nomear António Sá<sup>86</sup> como seu representante na R.P. de Angola (Informação INFT, 1 de janeiro de 1985, p. 8).

Apesar das dificuldades, o plano de cooperação foi sendo prosseguido. A Escola de Luanda foi a única a ser efetivamente concluída e inaugurada, a 28 de junho de 1984. Em Huambo, decorreram ações de formação no Restaurante Ruacaná, e em Lubango no Grande Hotel de Huíla. Estes cursos foram frequentados por 149 alunos, tendo tido aproveitamento 98. Das bolsas de estudo concedidas pelo ICE, em número de 46, as entidades angolanas apenas preencheram 16, e do programa de estágios de Direção, em número de 8, só 1 foi utilizado (Informação INFT, 1 de janeiro de 1985, p. 9).

O INFT lançou, neste período, projetos para estruturas escolares de grande dimensão – o já debatido caso do Estoril e em Vilamoura. Em Vilamoura, celebrou um contrato de promessa de compra e venda com a Lusotur, para aquisição de um terreno com uma área aproximada de 11.750 m<sup>2</sup>, para aí instalar a nova Escola de Hotelaria do Algarve, elemento

---

<sup>86</sup> Ver nota em Anexo 1.

essencial no programa de formação profissional para o setor do turismo que tinha vindo a ser implementado pela tutela governamental. Este terreno foi adquirido pelo valor simbólico de um escudo por metro quadrado, pago integralmente no ato da escritura (Turismo, *Semanário dos Tempos Livres*, 18 de janeiro de 1983, p.18).

A 9 de junho de 1983, toma posse o IX Governo, chefiado por Mário Soares e tendo com Vice-primeiro-Ministro Mota Pinto, o qual ficou conhecido por «Governo do Bloco Central».

O novo Ministro da Educação divulgou que a Universidade do Algarve estaria já a estruturar um curso Superior de Hotelaria e Turismo, com um currículo semelhante ao da Escola de Lausanne, na Suíça. Estes cursos seriam destinados a alunos portugueses e estrangeiros, nomeadamente do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa (Turismo, *Semanário dos Tempos Livres*, 6 de setembro de 1983, p.15).

Seguindo recomendações de organizações internacionais como a OCDE, a UNESCO e o Banco Mundial, conjugando-as com os fatores internos que se faziam sentir, como o desemprego juvenil, o grande número de jovens sem qualquer qualificação profissional que chegava ao mundo do trabalho, a falta de vagas no ensino superior e a pressão das empresas e das famílias (Azevedo, 1991, p.22-23), o Ministro da Educação, José Augusto Seabra, fez relançar o ensino técnico-profissional como um tipo especializado de formação orientado para a inserção no mercado de trabalho.

Com efeito, um despacho (Despacho Normativo n.º 194-A/83, de 21 de outubro) clarifica uma nova tentativa de diversificação estratégica para introdução imediata deste ensino nas escolas secundárias. Popularmente conhecida como «Reforma Seabra», ela estabeleceu que no ensino secundário passassem a existir dois tipos de cursos, tendo como requisito para o seu ingresso o 9.º ano de escolaridade: o unificado e o complementar, sendo este último dividido em: i) cursos via de ensino (10º, 11º e 12º ano); ii) cursos técnico-profissionais (10º, 11º e 12º ano); iii) cursos profissionais (10º ano, seguido de um estágio profissional de seis meses); iv) cursos complementares liceal e técnicos, em regime noturno (10º e 11º ano) (Azevedo, 1991, p.24). Na verdade, os cursos profissionais foram progressivamente sendo extintos, por dificuldades de organização dos estágios mas também por falta de inscrições de alunos.

Esta reforma marcou a recuperação de muito pessoal docente e a reutilização de muitos espaços e equipamentos que estavam disponíveis, sobretudo nas escolas secundárias



resultantes da reconversão das escolas industriais e comerciais, que haviam existido até meados dos anos 70 (Grilo, 1993, p.413).

Contudo, a existência de duas vias de formação profissional com duração, currículos, diplomas e trajetórias diferentes condenou-as ao insucesso, provavelmente por contribuir para que surgisse uma «hierarquia social» entre elas.

O número de alunos a frequentarem cursos de turismo era ainda parco. Em 1983/84, existiam 560 alunos em cursos de formação, 241 em cursos de aperfeiçoamento e 359 em cursos de idiomas. De entre os 560 matriculados em cursos de formação, 17 estavam na formação Básica, 475 na formação Média e 68 na formação Superior, sendo que, destes últimos, 14 seriam Técnicos de Turismo e 54 Guias-Intérpretes Nacionais (Brito, 2003, p.879).

Em 1984, o Ministério do Trabalho e Segurança Social criou a formação profissional em «Regime de Alternância» ou «Sistema de Aprendizagem», tendo a sua implementação sido atribuída ao IEFP, para que a realizasse na sua rede de centros de formação (Grilo, 1993, p.413). Concebida com uma tripla componente de formação - escolar, profissional e em empresa, visava, para além da qualificação profissional, uma certificação escolar. Inicialmente com objetivos muito ambiciosos, veio a revelar dificuldades decorrentes da sua complexa organização.

No mesmo ano, o Governo considera prioritário, “quanto à fonte de financiamento”, o projeto da Escola do Estoril. Com efeito, o Estado Português havia assinado, a 29 de novembro do ano anterior, em Washington, com o Banco Mundial, um “Contrato de Empréstimo para o Projeto de Formação Profissional”; atingia-se, assim, a fase derradeira e irreversível do programa de implementação da futura Escola (Brito, 2003, p.879).

Numa resposta aos imperativos de natureza política que visavam preparar o País para a adesão à Comunidade Económica Europeia, bem como o aparecimento dos fundos Comunitários levaram a uma alteração profunda nas políticas de formação. Mas não foram apenas essas mudanças que abalaram o sistema tradicional: foi o próprio turismo e as suas exigências que mudaram as necessidades e o tipo de formação no setor (Silva, 1994, p.9).

**Quadro 7:** Evolução do número de alunos e de docentes em Portugal, por nível de ensino (1960/1980)

Anos Letivos	1960/61		1970/71		1980/81	
Analfabetos a)	40,3		33,6		26,4	
	Alunos	Docentes	Alunos	Docentes	Alunos	Docentes
<b>Ensino Básico</b>						
1º Ciclo (4 anos escolaridade)	888 235	26 087	992 446	29 554	886 046 b)	41 091
2º Ciclo (5º e 6º anos)		82 053	153 710	9 582	322 382 b)	26 411
3º Ciclo (7º,8º e 9º anos)	106 988	15 832	217 976	23 122	259 289 b)	38 338
<b>Ensino Secundário</b>						
10º, 11º e 12º anos e cursos técnico profissionais	83 60		25 726		134 746 b)	
<b>Ensino Superior</b>						
Público	21 927	1 113	46 172	2 259	75 830	8 658
Particular	2 222	454	3 289	467	8 956	439

a) % da população

b) Continente

Fonte: Adaptado de Barreto e Preto (1996, p.79-80)

No início de 1985, fruto da colaboração entre o INFT, a APAVT e a DGT, realiza-se na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa o 1º curso de Aperfeiçoamento para Diretores e Responsáveis Técnicos das Agências de Viagens e Turismo. Este curso tinha como finalidade a formação prévia dos candidatos que se pretendiam propor ao exame para Diretores de Agência de Viagens (Informação INFT, 1 de janeiro de 1985, p.6). Ao mesmo tempo, decorriam negociações entre a ENATUR e o INFT tendo em vista a afetação do Hotel Santa Luzia, em Viana do Castelo, para Hotel-Escola. Em Coimbra, o projeto de implantação da nova Escola na Quinta da Bela Vista encontrava-se já aprovado e a adjudicação da obra estava para breve (Informação INFT, 1 de janeiro de 1985, p.12).

No 12.º Congresso do PSD, realizado a 19 de maio de 1985, na Figueira da Foz, Cavaco Silva é eleito presidente da Comissão Política. E no dia 4 de junho, o PSD, agora com nova liderança, comunica ao PS, seu parceiro político e parlamentar, e à Assembleia da República, a sua intenção de dissolver o acordo político vigente (Almeida, 2011, p.148).

No dia 12 de junho de 1985, no mesmo dia em que foi assinado, no Mosteiro dos Jerónimos, o tratado de adesão de Portugal à então CEE, o Presidente da República dissolve a Assembleia da República e fixa a data de 6 de outubro para a realização das eleições legislativas antecipadas.

A 6 de novembro do mesmo ano toma posse o X Governo constitucional, chefiado por Aníbal Cavaco Silva, suportado no Parlamento pelo PRD e pelo CDS. Governo esse que,

no seu Programa, considera a educação como setor prioritário, propondo-se realizar a reforma global do sistema de ensino. Para a levar a cabo, cria uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo, e fixa um prazo de dois anos para o programa de reforma estar concluído (Almeida, 2011, p.151).

O caminho da qualificação dos recursos humanos para o setor prossegue, e a 22 de novembro de 1985 foi criada a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Faro, integrada no Politécnico da mesma cidade (Decreto Lei n.º 46/85 de 22 de novembro).

Numa leitura histórica, Cunha (2012, p.395) testemunha que no domínio do turismo o país ainda não interiorizara suficientemente as mudanças que se tinham verificado no mundo, continuando a ser difícil que o setor fosse encarado em função das novas dimensões que já então se lhe reconheciam: económica, social, política, cultural, educacional e ambiental.

Em fevereiro de 1986, uma resolução do Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/86, de 14 de fevereiro) estabelece o turismo como setor-chave do processo de desenvolvimento económico e elenca as bases essenciais do Plano Nacional de Turismo. No capítulo da formação profissional, importa destacar dois pontos: estimular as empresas para o lançamento de programas de formação interna; e atualizar a legislação relativa às carreiras e profissões turísticas.

Foi então decidido avançar com a construção de novas escolas em Lisboa, Estoril, Algarve e Coimbra, tendo como objetivo dispor-se de uma capacidade de 5.000 formandos/ano (Cunha, 2012, p. 358).

No domínio da educação, os Fundos Comunitários vieram alterar profundamente as políticas de formação e abalaram o sistema tradicional de oferta, nomeadamente na área da hotelaria e do turismo (Silva, 1994, p.9). O INP passa a instituição de ensino superior e a lecionar um bacharelato em turismo (Cunha, 2012, p. 363).

Em outubro é definido o sistema educativo português (Lei nº 46/86, de 14 de outubro), e nele são traçados os princípios gerais e os princípios organizativos do sistema, nomeadamente o reconhecimento do direito à educação e à cultura; do direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar; da liberdade de aprender e ensinar, da não confessionalidade do ensino público; do direito à criação de escolas particulares e cooperativas; da descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e ações educativas; da correção das assimetrias e do desenvolvimento regional e

local; da coeducação; da contribuição para o desenvolvimento de espírito e da prática democrática (Carreira, 1996, p.36-37).

#### **4.6. Da Lei de Bases do Sistema Educativo ao XII Governo Constitucional**

A publicação da «Lei de Bases» (Lei 46/86, de 14 de outubro) abriu a possibilidade de novas modalidades de educação escolar, dado que esta contemplava, no artigo 19º, pontos 3 e 5, que a formação profissional se estruturasse “segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciadas”, e “a organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados”.

A 5 de abril, a aprovação de uma moção de censura ao Governo apresentada na Assembleia da República pelo PRD, que lhe retira o apoio, leva à dissolução da Assembleia e a eleições legislativas antecipadas.

Em maio, sob tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, é criado o Centro Protocolar de Formação Profissional do Setor Alimentar (Portaria n.º 446/87, de 25 de maio). Em junho realizam-se as eleições e o PSD obtém maioria absoluta.

A 17 de agosto de 1987, Aníbal Cavaco Silva assume a chefia do novo Governo, o XI, sendo seu Ministro do Comércio e Turismo Joaquim Ferreira do Amaral<sup>87</sup> e Licínio Cunha Secretário de Estado do Turismo; é, então, finalmente tomada a decisão de avançar com os projetos e investimento previstos para a formação turística. No caso da Escola do Estoril (a preços de 1987), o investimento rondava os 1,5 milhões de contos, colocando-se o problema do seu financiamento (Cunha, 2012, p. 360). Recorreu-se, então, como já antes desenhado, a um empréstimo junto do Banco Mundial, complementado com verbas do FEDER e com as contrapartidas do jogo no Estoril (Cunha, 2012, p.360).

Para resolver o problema da escola de Lisboa foi adquirido um edifício em fase de construção, nas Olaias, para aí reinstalar a escola. Como o INFT não dispunha da verba necessária, foi o Ministro do Trabalho e Segurança Social, na altura Mira Amaral, quem interveio, através do IEFP, adquirindo o imóvel e cedendo-o ao INFT, para também nele se

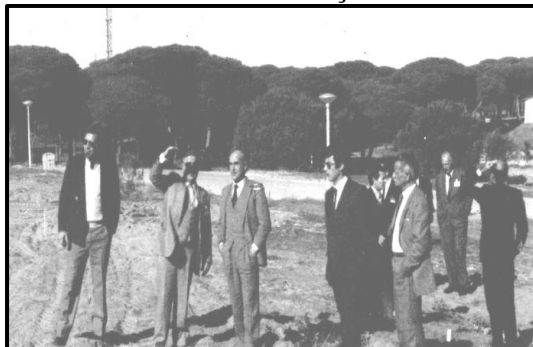
---

<sup>87</sup> Ver nota em Anexo 1

instalar a sua Direção, dada a exiguidade das instalações em uso na rua Duque de Palmela (Cunha, 2012, p.360).

No Algarve, a nova escola, cujo projeto concebido envolvia um hotel de aplicação com capacidade de 136 quartos, um internato para 125 alunos e uma escola com capacidade de 600 alunos, e que tinha um custo previsional de 2,4 milhões de contos (a preços de 1987), avançava em Vilamoura (Cunha, 2012, p. 361).

**Figura 24:** Visita ao início da construção da escola de Vilamoura.



Fonte: Turismohotel (Verão 2006, p.35)

Em Coimbra, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Mendes Silva, disponibiliza a Quinta da Boavista, em estado bastante avançado de degradação, mas com condições de poder ser adaptada a escola, com capacidade para 200 alunos e um internato para 80 alunos. O investimento previsto de 324 mil contos contava com financiamento do FEDER, do Fundo de Reinstalação do Conselho da Europa e da Câmara Municipal de Coimbra (Cunha, 2012, p.362).

Em 1988, a SIPEC – Sociedade Internacional de Promoção de Ensino e Cultura, S.A. – criou o ISPI-Instituto Superior Politécnico Internacional, para aí lecionar cursos especializados com caráter profissionalizante, integrados no ensino politécnico, tendo o curso superior de gestão hoteleira feito parte do lote inicial da oferta formativa (Decreto-Lei n.º 130/88, de 20 de abril). Foi a primeira oferta privada de formação superior em hotelaria, uma vez que em turismo ela já existia.

No mesmo ano, o Diretor geral do INFT, Augusto Severo dos Santos, cessou as suas funções, sendo nomeado para o seu lugar João Borges de Oliveira<sup>88</sup>, até então Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Turismo. No discurso de tomada de posse, o Ministro do Comércio e Turismo, Joaquim Ferreira do Amaral, pediu que o trabalho desenvolvido fosse continuado e que as novas escolas entrassem em funcionamento tão rápido quanto

---

<sup>88</sup> Ver nota em Anexo 1

possível (Diário, 28 de janeiro de 1988, pp.12-13). Estavam em construção novas instalações para as escolas de hotelaria e turismo do Algarve, do Estoril, de Lisboa e de Coimbra.

Dado o vazio formativo existente desde a extinção do ensino técnico, a oferta de formação inicial profissionalizante de nível escolar, disponibilizada aos jovens que terminavam o ensino básico, resumia-se, quase exclusivamente, aos cursos técnico-profissionais existentes nas escolas secundárias desde 1983 (ANESPO, 2003, p.2).

Apostando inicialmente em 6 cursos técnico-profissionais e 7 cursos profissionais, disponibilizados em 42 escolas públicas e 3 não estatais, o número de cursos subiu para 31 técnico-profissionais e 12 profissionais no ano letivo 1989/90, no continente, oferecidos em 183 escolas públicas e 16 não estatais (ANESPO, 2003, p.2).

O ensino técnico-profissional apostou em cursos com a duração de três semestres, o último dos quais em contexto de estágio, mas, com o decorrer dos anos, foram ganhando força os cursos de 3 anos, conducentes à certificação de qualificação profissional de nível III e à certificação académica de nível secundário (ANESPO, 2003, p.2).

No que diz respeito aos cursos profissionais, em 1989/90 praticamente já só tinha alguma relevância o curso de Auxiliar Administrativo. Aliás, os cursos profissionais viriam a terminar no seguimento da reforma do ensino secundário de 1989 (ANESPO, 2003, p.3).

A necessidade de qualificar o tecido social produtivo levou à criação de uma rede de formação inicial diversificada no âmbito do sistema nacional de educação e formação, tendo para tal sido criadas as Escolas Profissionais (Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro), a qual, segundo Roberto Carneiro, “representou uma das mais profundas, vastas, significativas e promissoras inovações no panorama educativo português (...)” (Marques, 1993, p.12). A CGTP-IN, continuava a defender que “urge criar em Portugal um sistema de ensino profissionalizante/formação profissional de duração mínimo de um a dois anos que abranja todos os jovens com mais de 14 anos que vão ingressar no mercado de trabalho apenas com a escolaridade obrigatória ou sem a ter concluído” (CGTP-IN, 1989, p.56).

Em janeiro de 1989, João Borges de Oliveira é exonerado pelo Ministro Ferreira do Amaral, assumindo interinamente o cargo de Diretor Geral do INFT Luís Garcia Contente, ao tempo Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (Expresso, 3 de fevereiro de 1989, p. 9). Nesse ano, é criado o Núcleo Escolar de Setúbal, mediante protocolo de cooperação com a Região de Turismo da Costa Azul, funcionando desde aí em parte do edifício da própria Região de Turismo, no centro histórico da cidade (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.32).

Na abertura do ano letivo de 1989/90, o GETAP colocou em funcionamento 50 escolas profissionais dispersas por todo o país, com cerca de 2.000 alunos. Destinavam-se sobretudo, aos jovens que tinham concluído o 9.º ano de escolaridade e que pretendiam escolher um percurso de formação alternativo ao sistema regular de ensino. Optavam, por isso, por uma formação profissional fortemente vocacionada para uma inserção no mercado de trabalho, proporcionando uma certificação escolar e profissional dada pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, que assim se entrosavam, numa ação conjunta (ANESPO, 13 de julho de 1991, p.4).

Todos os cursos em sistema modular permitiam a progressão nos estudos, quer no ensino profissional quer no ensino regular, nomeadamente no acesso ao ensino superior. Com o aparecimento destas escolas, o leque da oferta de formação de nível III alargou-se a áreas que até então não dispunham de formação no nível secundário. Foi o caso da hotelaria, turismo e outros serviços pessoais (ANESPO, 2003, p.4). A implementação da formação modular em hotelaria e turismo foi acompanhada por António Sá, que então integrava a estrutura do GETAP.

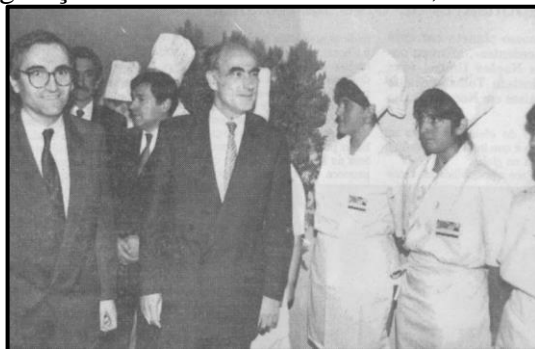
Uma dessas escolas, designada de Escola Profissional de João da Mata, dedicada ao ensino das profissões hoteleiras, foi criada em Lisboa por contrato programa entre o GETAP-Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional e o SINDHAT-Sindicato Democrático da Hotelaria, Alimentação e Bebidas (Portaria n.º 698/90, de 20 de agosto); torna-se, assim, na primeira escola a formar para as profissões turísticas fora do sistema educativo do Ministério da Economia.

A Diretiva Comunitária 89/48/CEE, transposta para a legislação nacional (Decreto-Lei n.º 179/89, de 27 de maio), que versava sobre o reconhecimento geral de qualificações profissionais, veio abrir novas perspetivas de mobilidade no espaço europeu. O INFT, que tinha participado no desenvolvimento da diretiva, passou a figurar como entidade certificadora para os pedidos de reconhecimento de qualificações relativas às profissões de Guia-Intérprete Nacional e Correio de Turismo (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.107).

O Conselho de Ministros aprovou formalmente, a 15 de junho, a criação da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra e da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (Decreto-Lei n.º 256/89, de 12 de agosto), e, a 3 de novembro, é assinado o contrato de cessão de exploração da “Estalagem de Santa Maria”, em Santa Maria da Feira, para aí instalar um Núcleo Escolar da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto.

Quando, a 6 de novembro de 1989, o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, e o Secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, inauguram as novas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, no bairro das Olaias, estavam a dar um bom exemplo de articulação e funcionamento da administração pública, conforme sublinhado nos discursos então proferidos.

**Figura 25:** Inauguração da nova escola de Lisboa, nas Olaias (1989).



Fonte: Diário de Notícias (7 de setembro de 1989, p.23)

Em janeiro de 1990 toma posse um novo Secretário de Estado do Turismo, Miguel Rodrigues Sarmiento<sup>89</sup>, e arranca o programa formativo da nova Escola Hoteleira de Coimbra, tendo como diretor Jorge Costa e subdiretor Teresa São José (Programa de abertura e funcionamento da EHTC, 1989).

Em março, Manuel Coelho da Silva<sup>90</sup> assumiu o cargo de Diretor-Geral do INFT. Na intervenção de investidura, afirmou com clareza que “o Turismo não poderá mais ser encarado como um simples fenómeno empírico” (Silva, 1991, p.3), pois afirma “se a aposta de Portugal é no turismo de qualidade, não há turismo de qualidade sem específica formação de recursos humanos”; seria, pois, necessário encetar uma profunda reforma do sistema formativo (Silva, 1991, p.3).

O Secretário de Estado Miguel Sarmiento manda suspender a obra de construção da nova escola hoteleira em Vilamoura. O terreno onde estava a ser construída possuía uma grande camada de areia, não detetada inicialmente, tendo havido a necessidade de reforçar estruturalmente os alicerces, o que elevou a previsão de custos para 3 milhões de contos (Cunha, 2012, p.361); contudo, a obra seria para avançar. Não são conhecidos os motivos para o seu abandono posterior, além do argumento então falado de que ficaria distante dos centros urbanos (Cunha, 2012, p.361).

---

<sup>89</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>90</sup> Idem, Ibidem



Em abril de 1990, Fernando Faria de Oliveira e Alfredo César Torres assumem as pastas do Ministério do Comércio e Turismo e da Secretaria de Estado do Turismo, respetivamente, e logo em agosto efetuaram uma visita à nova Escola do Estoril, cuja abertura estava prevista para após a conclusão da fase de montagem dos equipamentos então a decorrer (INFT Informação, set/out de 1990, p.2).

No campo das relações internacionais, entre 13 e 18 de novembro, a Associação Europeia das Escolas de Hotelaria e Turismo organiza os seus III Encontros, em Troia, e Lisboa. Estiveram presentes 40 escolas e mais de 250 participantes. As escolas de Lisboa, Porto e Algarve, enquanto fundadoras da associação, foram as anfitriãs deste segundo momento de afirmação europeia da formação realizada nas escolas portuguesas (INFT Informação, set/out de 1990, p.1).

A oferta de formação de nível III de cursos na área da hotelaria, turismo e outros serviços pessoais fora das estruturas escolares do INFT era, no ano letivo 1990/91, proporcionada em 13 escolas, representando 6,2% da oferta educativa das escolas profissionais. Os cursos de nível II sempre tiveram um carácter supletivo nestas escolas, sendo que, neste mesmo ano letivo, os cursos de hotelaria (cozinha/pastelaria e mesa/bar) eram ministrados em apenas 5 escolas, representando 19,2% do total da oferta formativa deste segmento (ANESPO, 2003, p.5).

O facto de a rede de oferta ter sido definida em conjunto por órgãos autárquicos, cooperativas, empresas produtivas, sindicatos e outras forças vivas veio permitir uma melhor distribuição da oferta do nível secundário.

#### **Quadro 8:** Promotores de Escolas Profissionais, entre 1989 e 1993

Associações Culturais e Humanitárias	79	24%
Câmaras Municipais	77	24%
Empresas Privadas	65	20%
Entidades da Administração Pública	34	10%
Associações Empresariais	42	13%
Sindicatos e Associações Sindicais	17	5%
Outros	12	4%
<b>TOTAL</b>	<b>326</b>	<b>100%</b>

Fonte: ANESPO (2003)

O INFT preparou e discutiu, no último trimestre de 1990, e aprovou a 28 de fevereiro de 1991, um “Plano Estratégico 1991/1996” que, para além da análise prospetiva da

formação, permitiu uma escolha estratégica com um horizonte temporal de cinco anos, que assentou em três princípios básicos:

Primeiro – não se limitar à tradicional formação profissional, voltada apenas para uma só profissão, mas avançar decididamente para o que designamos de ensino/formação, ou seja, dar, simultaneamente, aos estudantes não só uma sólida formação profissional, mas também equivalências académicas e preparação para o desempenho de funções;

Segundo – Criar um sistema integrado e vertical que permita aos estudantes, e sempre que para isso tenham condições e capacidades, progredirem nas suas formações, incluindo as académicas, podendo, através desse sistema, atingirem os mais elevados graus académicos;

Terceiro – Face ao carácter horizontal e multidisciplinar dos conhecimentos em turismo, desenvolver condições para que, em sistema modular, os estudantes possam adquirir formações especiais complementares, mesmo para além dos cursos terminados (Silva, 1991, p.11).

Nas novas instalações da Escola do Estoril, ainda não completamente equipada, o Governo, através do então Secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação, Durão Barroso, promove as negociações que conduziram à realização dos Acordos de Bicesse, assinados por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, em maio de 1991, acordo que estipulava a realização de eleições livres e democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas.

Em 28 de julho de 1991, foi inaugurado o Núcleo Escolar de Santa Maria da Feira, com uma capacidade máxima de 150 alunos, que desde o ano letivo de 1990/91 já se encontrava em funcionamento, e em Faro a comissão instaladora do Instituto Politécnico propõe e vê aprovada a criação do curso em Gestão Hoteleira, conferindo o grau de bacharel (Portaria n.º 970/91 de 20 de setembro).

Quando, em outubro de 1991, o INFT, já na execução do seu Plano, criou a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Decreto-Lei n.º 374/91, de 8 de outubro), estabelecimento de ensino superior integrado no sistema educativo nacional ao nível do ensino superior politécnico, esse ato foi uma inovação, pois tratava-se de uma instituição com dupla tutela, a do Ministério do Comércio e Turismo e a do Ministério da Educação, através do, então, Departamento de Ensino Superior. Esta dupla tutela visava “essencialmente, garantir a preparação técnica e cultural específica deste tipo de ensino respondendo ainda às necessidades de formação, de nível superior, dos técnicos nacionais

necessários à adequada exploração da atividade turística em Portugal” (Arroteia, 1995, p.17). Um despacho conjunto nomeou a Comissão Instaladora da Escola, com a seguinte composição: como Presidente, o Professor Doutor Jorge Carvalho Arroteia<sup>91</sup>, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro, e, como vogais, o Professor Doutor Carlos Alberto Silva Melo Santos, Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, e o Professor Manuel Rosado Caldeira Pais<sup>92</sup>.

**Figura 26:** Visita do Primeiro-Ministro ao CETHE.<sup>93</sup>



Fonte: Umbelino (2006). Os amigos de Else. Lisboa: INFTUR p.5.

Em outubro realizam-se as eleições legislativas, o PSD volta a obter maioria absoluta e, ainda no mesmo mês, no dia 31, toma posse o XII Governo o terceiro chefiado por Aníbal Cavaco Silva. Fernando Faria de Oliveira continua como Ministro do Comércio e Turismo e para Secretário de Estado do Turismo chama Alexandre Relvas, que mantém na Direção do INFT Manuel Coelho da Silva.

Em matéria de educação, o programa do Governo propõe-se dar continuidade às políticas em curso (Almeida, 2011, p.151).

No ano letivo 1991/92, o INFT formalizou um convénio com a Universidade Católica (UC), mediante o qual aquele organismo se responsabilizava por lecionar matérias relacionadas com a especialização em Turismo, integrada no currículo de um novo curso promovido pela UC denominado “Comunicação Social e Cultural”. Tratava-se de uma licenciatura de cinco anos, composta por um tronco comum com três anos, dividindo-se depois em várias especializações, uma das quais a do turismo, prologando-se por mais dois anos (Expresso Emprego, 4 de maio de 1991, p.1). Cumpria-se, assim, um desígnio ainda hoje perseguido de integrar conteúdos de turismo em licenciaturas existentes.

---

<sup>91</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>92</sup> Idem, Ibidem

<sup>93</sup> Na figura: Aníbal Cavaco Silva, Faria de Oliveira, e Coelho da Silva cumprimentam o Chefe Else Gabriel e o Chefe Álvaro Cerdeiras.

Foi ainda constituído pelo INFT um observatório permanente sobre o emprego no setor do turismo em Portugal. Este novo instrumento pretendia dotar as instituições públicas e as entidades privadas de informação estruturada e pormenorizada sobre o emprego no setor (Expresso Emprego, 4 de maio de 1991, p.1). E inicia-se, no mesmo ano letivo, o curso de Guias-Intérpretes Nacionais, na ESHTe, conferindo o grau de Bacharel (Portaria n.º 88/92, de 10 de fevereiro).

A Portaria 756/92, de 4 de agosto, aprovou as normas regulamentares de aprendizagem e pré-aprendizagem nas profissões da área da hotelaria, restauração e turismo: auxiliar de padeiro, empregada de andares/quartos; padeiro; pasteleiro; cozinheiro; empregado de mesa; empregado de bar; técnico para agências de viagens; rececionista de turismo; rececionista de hotel; técnico de alimentação de bebidas, vindo este diploma na sequência do Decreto-Lei nº 102/84, de 29 de março, e das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 436/88, de 23 de novembro, que tinham enquadrado a formação inicial de jovens em regime de aprendizagem. O diploma foi assinado pela tutela da Educação e do Emprego e Segurança Social, excluindo a tutela do Turismo.

Apenas no ano letivo 1993/94 o INFT viu os cursos de formação inicial que ministrava enquadrados no esquema oficialmente reconhecido para a formação técnica e profissional, para efeitos de equiparação ao ensino regular (Portaria n.º 810/93, de 7 de setembro). Os diplomas de qualificação profissional conferidos passaram a ter o nível de qualificação III, nos termos da decisão do Conselho das Comunidades, assim como a equivalência escolar ao 12.º ano de escolaridade.

No ano letivo seguinte (1994/1995), a oferta pós-secundária do INFT é revista, passando a ter a duração de dois anos letivos e adotando a designação de Cursos de Especialização Tecnológica. São, então, criados os cursos de Técnicas e Gestão Hoteleira, em substituição dos cursos de Gestão e Técnica Hoteleira e de Técnicos de Empresas e Actividades Turísticas, sendo eliminado o curso de Guia-Intérprete nacional. (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.80). No mesmo ano letivo, a ESHTe, criou os cursos de complemento de formação nas áreas de Gestão e Técnica Hoteleira, Empresas e Actividades Turísticas e Guias-Intérpretes Nacionais. Tais cursos permitiram que os alunos que haviam frequentado esses cursos nas escolas de hotelaria e turismo do Porto e do Algarve pudessem, tendo aproveitamento nesse plano de estudos, obter o grau de bacharel (Portaria n.º 941/93, de 23 de setembro).

Em novembro de 1994 teve lugar no Estoril uma importante conferência subordinada ao tema “Formação de Formadores para a Indústria do Turismo”, organizada pela European Tourism Education Network, com o apoio do Instituto Nacional de Formação Turística. (INFT, 1995, 1.º semestre, p. 49). Como conclusão dos trabalhos, foi elaborada uma declaração, denominada Declaração do Estoril.

Entre os anos de 1994 e 1995, o Instituto Politécnico de Beja aprovou o plano de estudos do curso de Técnico de Turismo (Portaria n.º 943/94, de 24 de outubro) fazendo transitar o seu ensino da Escola Superior de Educação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Portaria n.º 1337/95, de 10 de novembro).

Em 1995, a população universitária era de 270.000 alunos. Comparando-a com os 24.000 existentes em 1960 e os 70.000 existentes em 1975, podemos verificar a expansão deste nível de ensino; no entanto, o País tinha ainda os piores resultados da OCDE e o mais alto nível de abandono de estudos (Ramos, Monteiro e Sousa, 2009b, p.107).

Nas eleições legislativas de 1 de outubro de 1995, a dinâmica de vitória do Partido Socialista voltaria a impor-se, após a vitória alcançada nas eleições autárquicas de 1993 e nas eleições para o Parlamento Europeu de 1994.

#### **4.7. Do XIII Governo Constitucional à extinção do Instituto de Formação Turística**

A 28 de outubro de 1995 toma posse o XIII Governo Constitucional, liderado por António Guterres, tendo Ismael Ribeiro da Cunha como Secretário de Estado do Turismo. A Direção do Instituto Nacional de Formação Turística é entregue ao General João Marçal Teixeira de Jesus<sup>94</sup>.

Do programa do Governo releva-se a inclusão do seguinte ponto da agenda referente ao turismo: “Aumentar o nível da prestação dos serviços através de mais e melhor formação, com especial atenção pelas necessidades das pequenas e médias empresas do sector” (Portugal. Presidência do Conselho de Ministros, s/d).

No que à educação diz respeito, o programa de Governo revela uma vontade para estabelecer consensos nos processos de negociação com os diferentes atores do processo educativo, subordinando as suas políticas aos seguintes princípios: i) educação para todos;

---

<sup>94</sup> Ver nota em Anexo 1

ii) qualidade; iii) responsabilidade; iiiii) participação; iiiii) negociação (Almeida, 2011, p.156).

Ainda em outubro de 1995, o sistema de aprendizagem é reformulado, doze anos passados sobre a sua criação, agora como via alternativa do sistema de formação inicial e já não como dispositivo de emergência para jovens sem alternativas educacionais. Passa a ser um sistema dirigido a jovens que tenham ultrapassado o limite da escolaridade obrigatória e que não tenham ultrapassado o limite etário de 25 anos, conferindo uma certificação profissional e a possibilidade de uma progressão e certificação escolar (Decreto-Lei n.º 205/96 de 25 de outubro).

Em março de 1996, Jaime Andrez<sup>95</sup> substitui Ismael Ribeiro da Cunha na Secretaria de Estado. O Núcleo Escolar de Portimão sofre, na altura, várias vicissitudes resultantes da coabitação com a Pousada da Juventude com que partilhava instalações. Jaime Andrez quis extinguir o núcleo, tendo valido a posição contrária e o empenho da Câmara Municipal e das associações algarvias do setor – AIHSA e AHETA (Martinheira, 25 de outubro 2000, p.14).

O Governo considerando a importância do turismo na economia portuguesa, e a sua relevância na estratégia de desenvolvimento económico e social do País, resolveu lançar o Ano Nacional do Turismo, que viria a decorrer entre 1 de junho de 1996 e 31 de maio de 1997 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/96, de 9 de julho).

Na Madeira, a Escola de Hotelaria e Turismo vê a sua Lei orgânica publicada. Com autonomia administrativa e financeira desde 1989 (Decreto Legislativo Regional n.º 9/89/M, de 13 de abril), a nova legislação consagra agora à escola a existência de um corpo de monitores próprio e um quadro de pessoal que assegure o funcionamento de um hotel de aplicação, cuja qualidade de serviço deve ser equiparada a um hotel de quatro estrelas (Decreto Legislativo Regional n.º 8/97/M, de 9 de julho). Esta medida foi implementada em perfeito contraciclo com o que se passava, então, nas estruturas do Continente.

Em novembro de 1997, o Governo é remodelado, e já com Joaquim Pina Moura como Ministro da Economia e Vítor Cabrita Neto<sup>96</sup> com Secretário de Estado do Turismo, Leonel da Costa assume a direção do INFT.

Uma das suas primeiras medidas foi a uniformização da imagem do INFT com a das suas escolas, criando uma imagem unificada de toda a rede escolar existente, uniformização essa que, apesar das alterações que tem sofrido, se tem mantido como critério (Umbelino,

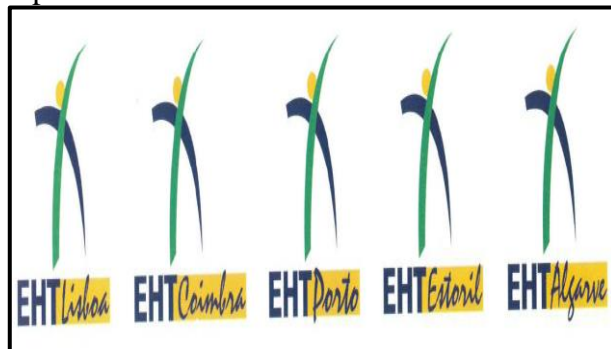
---

<sup>95</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>96</sup> Idem, Ibidem

Rodrigues e Duarte, 2006, p.17). Outra das medidas foi a descentralização das brigadas itinerantes para as escolas; o INFT passava a ter vários pólos de intervenção de formação contínua disseminados pelo país, situação que até ali estava centrada em Lisboa nos serviços centrais deste Instituto.

**Figura 27:** Logotipos uniformizados das Escolas de Hotelaria e Turismo (1997).



Fonte: Umbelino, Rodrigues e Duarte (2006, p. 17)

A rede de ensino superior politécnico é mais uma vez alargada (Decreto-Lei n.º 96/96, de 17 de junho). E nas escolas profissionais a preocupação quanto ao seu futuro aumentava à medida que o II Quadro Comunitário de Apoio se aproximava do fim. A então Diretora da Associação Nacional das Escolas Profissionais, Fernanda Ramos<sup>97</sup>, defendia que competiria ao Estado o financiamento das escolas profissionais à semelhança do que acontecia com os restantes subsistemas, independentemente de vir a existir ou não um III Quadro Comunitário (Tuarea, agosto de 1997, p.5).

Por esta altura, são introduzidas três relevantes alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 115/97 de 19 de setembro). A primeira altera o acesso ao ensino superior, outra alarga aos politécnicos a competência para organizar cursos que confirmem o grau de licenciados, e outra relativa às qualificações para a docência dos educadores de infância, professores do ensino básico do 1º, 2º e 3º ciclo e do ensino secundário.

A partir de janeiro de 1998, passou a ser exigido o certificado de aptidão de formador para o exercício da respetiva atividade, competindo ao IEFP a organização, gestão e divulgação de uma bolsa nacional de formadores. A obtenção do certificado, ou a sua renovação, ficava condicionado à frequência de um curso de formação pedagógica ou à experiência formativa comprovada de pelo menos 180 horas (Decreto Regulamentar n.º 26/97, de 18 de junho); é, ainda, estabelecido o regime de criação, organização e

---

<sup>97</sup> Ver nota em Anexo 1

funcionamento das escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não-superior (Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro).

Em maio de 1998 é criada a Associação dos Monitores de Hotelaria de Portugal, pretendendo abranger todos os indivíduos que prestassem serviço como monitores/formadores nas escolas de hotelaria. Tinha como objetivo a promoção dos direitos e interesses socioprofissionais dos seus associados, num quadro de melhoria e dignificação do ensino das profissões hoteleiras e o incremento da qualificação técnico profissional dos seus associados, assumindo-se como interlocutor com as direções das Escolas, do INFT, e da Secretaria de Estado do Turismo, tendente à criação de quadros de pessoal nas estruturas escolares (Associação dos Monitores de Hotelaria de Portugal, 1998).

Em julho, uma Portaria reorganiza a formação, ao nível de licenciatura no ensino superior politécnico, decorrente da cessação de funcionamento dos cursos de estudos superiores especializados. É, deste modo, atribuído ao ISAI-Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes e ao Instituto Superior Politécnico Gaya a possibilidade de lecionarem um curso bietápico em Turismo, e ao ISPI-Instituto Superior Politécnico Internacional um curso bietápico de Gestão Turística e Hoteleira com permissão de funcionamento no ano letivo 1998/99 (Portaria n.º 457-A/98 de 29 de julho).

Em setembro, o Governo Regional do Açores regulamenta a decisão, tomada no ano anterior, de transformar o Centro de Formação Profissional dos Açores em Escola Profissional. Assim, a Escola Profissional das Capelas (EPC) passa a estar sujeita à tutela científica e pedagógica da Secretaria Regional da Educação (Decreto Regulamentar Regional n.º 25/98/A de 9 de setembro). Esta unidade formativa foi a primeira nos Açores a fazer formação nas profissões hoteleiras com caráter regular.

Com o objetivo de melhorar as condições técnico pedagógicas do Núcleo Escolar de Setúbal, no dia 26 de abril de 1999, com a presença do Secretário de Estado do Turismo, foi assinado um protocolo para a construção de um novo edifício. Neste protocolo estiveram envolvidos seis organismos: o INFT, a Região de Turismo “Costa Azul”, a Associação de Municípios, a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a Câmara Municipal de Setúbal e a AERST que, em regime de parceria, assumiram o compromisso conjunto de, até junho do ano 2000, apresentarem o projeto final de construção (INFT em Notícia, abril de 1999, p. 10).



Em junho são homologados os estatutos da ESHTE, dotando a instituição de autonomia estatutária, científica, pedagógica, bem como administrativa, financeira e patrimonial (Despacho Normativo n.º 33/99 de 30 de junho).

No mês seguinte, o INFT estende a possibilidade já existente de criar hotéis de aplicação à criação de restaurantes de aplicação (Decreto-Lei n.º 258/99 de 7 de julho).

A expansão do ensino superior politécnico previsto no programa de Governo cumpre-se com a criação de diversas Escolas Superiores, entre elas a Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia, integrada no Instituto Politécnico da Guarda. (Decreto-Lei n.º 264/99 de 14 de julho)

A 10 de outubro de 1999 realizaram-se as eleições legislativas, de acordo com a normal calendarização, após os quatro anos da legislatura. O Partido Socialista renova a maioria relativa, ficando a apenas um deputado da maioria absoluta, e a 25 de outubro António Guterres toma posse como Primeiro-Ministro do XIV Governo Constitucional. No Ministério da Economia, na Secretaria de Estado do Turismo e na direção do INFT não há alterações na liderança.

Ainda antes do ano terminar é criado, em Santarém, um polo da Escola de Lisboa. Este polo, sediado na Casa do Campino, teria capacidade para acolher 160 alunos. Apenas um ano depois seria formalizada, mediante protocolo entre a Região de Turismo do Ribatejo e o INFT, a cedência das instalações (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.33). Um outro protocolo entre estas duas instituições e a Câmara Municipal daquela cidade foi assinado na mesma data, tendo em vista a construção das instalações definitivas para instalar um Núcleo Escolar (I. de P., 6 de novembro de 2000, p.14).

A 13 de março de 2000 Joaquim Moura<sup>98</sup> toma posse como Diretor-Geral do INFT, substituindo Leonel da Costa, que regressa ao IAPMEI (INFT em Notícia, março de 2000, p. 12). Inicia-se a reformulação da formação profissional do setor, que resultará no Plano Nacional de Formação, são introduzidos os projetos educativos, é criada a figura de Orientador Educativo de Turma e as Escolas passam a ter apoio de um Psicólogo. Mantém-se o plano de expansão da rede escolar.

A 15 de junho, no decorrer do Seminário Internacional “Douro: novos desafios - O Turismo”, na presença do Secretário de Estado do Turismo, Vitor Neto, é assinado um protocolo que permitirá, a partir de outubro, o funcionamento em Lamego de um polo da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto. O documento tripartido foi assinado pelo INFT,

---

<sup>98</sup> Ver nota em Anexo 1

pela Câmara Municipal de Lamego e pela Região de Turismo do Douro Sul. Comprometia-se, ainda, a Câmara Municipal a ceder, na Quinta de São Carlos, um terreno para a construção de um edifício para a futura escola (Viajar, 1 de junho de 2000, p.12).

Em julho, o Diretor-Geral do INFT, Joaquim Moura, e Gertrudes Jorge, Presidente da Comissão Executiva do IIEFP, assinaram um protocolo de utilização das instalações do Instituto Sindical Agrário para a Formação, Estudos, Cooperação e Desenvolvimento do Mundo Rural – SETAAFOC, situadas em Pedra Mourinha, para aí reinstalar o Núcleo Escolar de Portimão da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve. Na sessão inaugural estiveram presentes o Secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, e o Secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedroso, além do Presidente da Câmara Municipal de Portimão, Manuel da Luz (Portugal à Mesa, julho de 2000, p.41). No entanto, logo em outubro o PSD local já apresentava um role de críticas à qualidade das instalações: apenas três salas com capacidade para 25 alunos, ausência de cozinha adequada, pastelaria, restaurante de aplicação e sala de alunos, isto para além da redução para 100.000 contos da verba inicialmente prevista de 300.000 contos. Críticas estas refutadas pelo Secretário de Estado, por serem injustificadas, pois não só a transferência das Instalações da Pousada da Juventude de Portimão onde a escola estava a funcionar já era, em si mesmo, uma melhoria, e que se iriam desenvolver todos os esforços para efetuar todas as adaptações necessárias (Palma, 30 de outubro de 2000, p.20).

Em outubro, é finalmente apresentado o Plano Nacional de Formação 2000-2006 “Melhor Turismo”. Combater a falta de qualificação e a instabilidade de emprego é o principal objetivo do plano, num setor onde 37% dos trabalhadores são pouco ou nada qualificados, os quadros médios e superiores se restringem a 1,3% do total e, do pessoal ao serviço, 42% concluíram apenas a instrução primária e só 2% possuem formação superior, quando a média nacional era de 38% e 5%, respetivamente. O plano continha três eixos: o primeiro, “qualificar as empresas e as pessoas”, contava com uma dotação de 34 milhões de contos; o segundo, “modernizar a organização do trabalho”, contava com uma dotação de um milhão de contos e o terceiro, “reforçar as estruturas de suporte ao desenvolvimento das qualificações”, contava com uma dotação de dez milhões de contos. Este último eixo pretendia reforçar as estruturas de formação com a criação de cinco novas escolas, entre 2003 e 2005, além da reabilitação das existentes (I.G.S., 30 outubro de 2000, p. 9).

Mais escolas, formação em maior quantidade e mais rápida era uma necessidade há muito identificada pelos agentes do setor (Botelho, 1 de novembro de 2000, p.1).

O Secretário de Estado do Turismo, em entrevista ao Diário de Notícias, avançava que seriam criadas duas novas escolas em Lamego e em Portalegre, no interior do País, e seriam renovadas algumas estruturas escolares, em Portimão, Setúbal, Porto, Lisboa, e Vila Real de Santo Antonio (Matias, 30 de outubro de 2000, p.3).

Apesar de o Plano Nacional de Formação ir de encontro às sugestões apresentadas pela CTP, este organismo apresentou pública discordância com o mesmo, nomeadamente quanto ao seu modelo de gestão, preconizando a participação dos parceiros sociais nas decisões, através da constituição de um órgão de gestão tripartido: entidades públicas, privadas e sindicais (NG, 15 de outubro 2000, p.14).

Em novembro, a Secretaria de Estado do Turismo noticiava que iria comparticipar com 250.000 contos a aquisição do antigo Quartel de Infantaria 11 ao Ministério da Defesa, para aí instalar a futura Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal; a Câmara Municipal comparticiparia com os restantes 100.000 contos e a escritura deveria ser celebrada até ao final do ano (Público, 10 de novembro de 2000, p.16).

Em dezembro de 2000, o INFT procura resolver o regime contratual dos seus formadores que vinha contratando, desde 1991, apresentado contratos de trabalho como se tratassem de profissionais de hotelaria adstritos aos restaurantes de aplicação entretanto criados das escolas. Tal situação resultou em grande instabilidade interna, greves e o recurso à via judicial (Pinto, 16 de dezembro de 2000, p.19).

A 7 de março, na presença do Secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, é assinado o protocolo entre o INFT, a Universidade de Algarve e a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, para a criação do polo de formação daquela cidade, a instalar onde já funciona um polo da Universidade do Algarve (Publituris, 7 de março de 2001).

Entre 29 de março e 1 de abril decorreu, no Estoril, a 1ª Conferencia de Primavera da Associação Mundial para a Formação Hoteleira e Turística (AMFORHT), numa organização da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e subordinada ao tema “e. educação em turismo” (Publituris, 19 de março de 2001).

Em 2001, o sistema setorial de formação viu alterada novamente a sua denominação, agora para Instituto de Formação Turística, perdendo o “nacional” e ganhando uma nova imagem e uma nova abreviatura INFTUR (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.18).

**Figura 28:** A rede escolar setorial pública existente no início do século XXI.



Fonte: Brochura INFTUR (s/d).

Um novo modelo de direção central foi adotado, optando-se por uma liderança colegial, com distribuições de áreas funcionais entre os três elementos do Conselho de Administração. O Instituto reforça as componentes técnicas (departamento de formação e certificação), administrativo-financeiras (departamento de apoio à gestão) e cria a função de investigação e desenvolvimento (gabinete de estudos e planeamento) (Decreto-Lei n.º 277/2001, de 19 de outubro). Joaquim Moura continua, já não como Diretor-Geral, mas agora como Presidente do Conselho de Administração, tendo como vogais Armando Jorge Crespo Duarte Vitorino e Paulo Alexandre Marmeleiro de Sousa (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.61).

Em 2001, concluiu-se o novo processo de desenvolvimento da oferta formativa inicial, com a reestruturação curricular dos cursos de cozinha e pastelaria, de restaurante e bar, de alojamento hoteleiro e de turismo, e o ajustamento curricular dos cursos de especialização tecnológica à legislação em vigor (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p. 81). São também, por iniciativa dos Ministérios do Trabalho e da Educação, criados os CRVCC, junto de entidades acreditadas e que visem proporcionar o reconhecimento de competências escolares a adultos que as tenham desenvolvido através da sua experiência de vida. O INFTUR torna-se entidade acreditada e abre três centros nas suas escolas de Coimbra, Faro e Estoril, mais tarde transferido para Lisboa (Umbelino, Rodrigues e Duarte, 2006, p.111). Em maio, no âmbito de uma iniciativa do IPJ, o Primeiro-Ministro António Guterres visita a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.

**Figura 29:** Visita do Primeiro-Ministro à EHTA.



Fonte: EHTA em Notícia (2001, junho, p.1)

Ainda em 2001, na sequência de um protocolo entre o INFTUR, a Câmara Municipal do Fundão e a Região de Turismo da Serra da Estrela, foi criado o Núcleo Escolar do Fundão da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, sediado no Pavilhão Multiusos da cidade do Fundão, o qual aproveitava instalações existentes que foram alvo de adaptação aos fins para que se propunham.

O Conselho de Administração do INFTUR abandona o Plano Nacional de Formação e elabora um Plano Estratégico para 2002-2006, identificando as linhas de ação para atingir as metas preconizadas. São, então, criados cinco programas de ação. Programa 1 – Estudos e Planeamento; Programa 2 - Formação; Programa 3 - Certificação; Programa 4 - Cooperação; e Programa 5 - Desenvolvimento Organizacional. No âmbito deste último Programa, as metas a atingir seriam a criação de novas instalações para a sede do Instituto, criar e instalar as novas Escolas de Hotelaria e Turismo de Portalegre, Setúbal e Lamego e o Núcleo Escolar de Viana do Castelo, assim como criar novas instalações para a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e para o Núcleo Escolar de Santarém (INFTUR, Plano Estratégico 2002-2006).

A 16 de dezembro de 2001, o Partido Socialista sofre pesada derrota nas eleições autárquicas. António Guterres pede a demissão ao Presidente da República e este convoca eleições legislativas antecipadas (Almeida, 2011, p. 160).

Ainda antes das eleições, uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 24 de janeiro, criou o Plano de Consolidação do Turismo, no âmbito do qual assume relevante importância o Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), novo instrumento de apoio instituído que vai aproveitar os recursos arrecadados

pelo Estado resultantes das contrapartidas com a prorrogação dos prazos de concessão de zonas de jogo (Portaria n.º 384/2002 de 10 de abril). As escolas de hotelaria virão aproveitar este programa na renovação das suas estruturas técnicas. Em março já em véspera de eleições, é aprovada a reformulação da oferta formativa do INFTUR, tendo em vista a sua adequação às alterações observadas no mercado de trabalho do setor (Portaria n.º 257/2002, de 13 de março).

A 17 de março de 2002 realizam-se as eleições. Do resultado eleitoral surge uma coligação entre o PSD e o PP, sendo Durão Barroso indigitado a formar governo.

O XV governo chefiado por Durão Barroso toma posse a 6 de abril de 2002. Do seu programa, retira-se uma crítica do que chama de quase monopólio da escola pública, admitindo-se que esta não tem condições para garantir a liberdade de ensinar e aprender, delineando um maior equilíbrio entre instituições de ensino público e privado, nomeadamente quanto ao financiamento (Almeida, 2011, p. 161).

O Governo colocou, assim, em ação um conjunto de iniciativas das quais destacamos a adoção de exames nacionais como condição de acesso ao nível de ensino imediatamente superior (9.º e 12.º), a suspensão da revisão curricular no ensino secundário e a promoção do ensino tecnológico e do ensino profissional e a dinamização dos CET (pós-secundário). (Almeida, 2011, p. 161-163.)

No ano letivo 2002/2003 as especializações específicas para o turismo, hotelaria, animação e transportes, ao nível de pós-graduações, são as seguintes sete opções oferecidas para valorizar os conhecimentos e as carreiras dos gestores e consultores portugueses:

- Estratégia e Desenvolvimento em Turismo, no Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes, no Porto, coordenado por António Ferreira;
- Gestão de Produtos Turísticos, no Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial, em Lisboa, coordenado por Paulo Rita;
- Gestão Hoteleira e Turística, na Universidade Autónoma de Lisboa, coordenada por José António Figueiredo Almaça;
- Marketing Turístico, no Instituto Superior de Entre Douro e Vouga, coordenado por Teresa Cierco;
- Turismo Desportivo e Recreologia, no Instituto Superior D. Afonso III, em Loulé, coordenado por Ana Faro;
- Gestão e Desenvolvimento em Turismo, na Universidade de Aveiro, coordenado por Carlos Costa;

- Transportes, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, coordenada por José Baptista Viegas (Ferreira, 1 de julho de 2002, p. 27-29).

Para o mesmo ano letivo, o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, incrementa o seu programa de apoio à investigação em turismo através de bolsas de mestrado e doutoramento, programa que vigorava desde 1999, e é aprovado o estatuto do aluno do ensino não-superior, a aplicar a todos os alunos do ensino secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais (Lei 30/2002 de 20 de dezembro).

Pedro de Almeida<sup>99</sup> substitui Vítor Neto na Secretaria de Estado do Turismo por pouco tempo, tendo Luis Correia da Silva<sup>100</sup> assumido a pasta logo a 8 de abril de 2003. Com ele, entra para Presidente do Conselho de Administração do INFTUR Francisco António Dias Vieira<sup>101</sup>, tendo como vogais Luís Alberto Pereira da Veiga e Maria Teresa Leal Ferreira.

Em maio, são criados, na área da hotelaria e restauração, o itinerário de formação, que integra os seguintes cursos: plano de formação complementar em Técnicas Hoteleiras de nível de formação III, e o curso de especialização tecnológica de Técnicas de Gestão Hoteleira, de nível de formação IV (Despacho conjunto n.º 599/2003, de 16 de maio). É, ainda, criado o itinerário de formação para a gestão turística, que integra os seguintes cursos: plano de formação complementar em Técnicas de Turismo de nível de formação III, e o curso de especialização tecnológica de Técnicas e Gestão de Turismo, de nível de formação IV (Despacho conjunto n.º 603/2003 de 19 de maio).

Em agosto, são estabelecidas as bases de financiamento do ensino superior (Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto), e em outubro é estabelecida a estrutura de competências dos serviços desconcentrados do INFTUR (Portaria n.º 1.176/2003, de 6 de outubro), nela se definindo como serviços desconcentrados as escolas, os núcleos escolares bem como os hotéis e restaurantes de aplicação, determinando-se que o âmbito de atuação das escolas de hotelaria é de nível regional.

Respondendo às grandes linhas da reforma do ensino secundário enunciadas no Programa do XV Governo, em março, ficam estabelecidos os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como avaliação das aprendizagens referentes ao nível secundário de educação (Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março).

---

<sup>99</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>100</sup> Idem, Ibidem

<sup>101</sup> Idem, Ibidem

Em maio de 2004, a Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior Maria da Graça Carvalho apresenta o Plano de Ação do Processo de Bolonha ao Conselho Consultivo do Ensino Superior (CCES), com quem reuniu pela primeira vez. Reuniu, ainda, com o grupo coordenador de implementação do Processo de Bolonha ao nível nacional, por áreas do conhecimento, o qual havia sido por si nomeado, com o fim de elaborar parecer sobre a estrutura de cursos *versus* perfis e competências, atendendo aos objetivos da Declaração de Bolonha. Iniciavam-se, assim, os trabalhos de implementação do Processo de Bolonha (Almeida, 2011, p. 165)

Em 2004, o Município de Setúbal cedia gratuitamente, por protocolo, a vigorar por 20 anos, o antigo restaurante e jardim-de-infância sitos no Parque do Bonfim, em Setúbal. O INFTUR inicia, em 2005, a recuperação e adaptação dos imóveis.

**Figura 30:** Instalações do Núcleo Escolar de Setúbal no Parque do Bonfim.



A 6 de julho de 2004, depois do desaire eleitoral no escrutínio para o Parlamento Europeu, Durão Barroso aceita o convite para presidir à Comissão Europeia e apresenta a sua demissão ao Presidente da República (Almeida, 2011, p.163).

Santana Lopes toma posse como Primeiro-Ministro, no dia 17 de julho de 2004, sem ter ido a eleições. O programa do XVI Governo Constitucional, em matéria de educação, propunha-se a dar continuidade e aprofundar a política que vinha a ser desenvolvida pelo anterior Governo. No Ministério da Ciência e Ensino Superior continua Maria da Graça Carvalho, que já sucedera a Pedro Lynce, ainda no Governo de Durão Barroso (Almeida, 2011, p.163), e é criado, pela primeira vez, um Ministério do Turismo, sendo seu titular o dirigente do Partido Popular Telmo Correia<sup>102</sup>; consagrava-se, assim, a relevância do setor, e correspondia-se à reclamação que diferentes entidades institucionais e associativas vinham apresentando (Decreto-Lei n.º 228/2004, de 7 de dezembro). A Secretaria de Estado do

---

<sup>102</sup> Ver nota em Anexo 1



Turismo fica na esfera do PSD e é entregue a Carlos Martins<sup>103</sup>. No âmbito de uma política descentralizadora prometida pelo Primeiro-Ministro, esta Secretaria de Estado fica sediada em Faro, nas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo.

O INFTUR passa a integrar a estrutura do Ministério do Turismo como organismo de administração indireta do Estado, e não sofre alterações na sua estrutura dirigente. Estabelece, então, um plano estratégico para vigorar entre 2004 e 2008, e nele apresenta os principais constrangimentos, quer ao nível das instalações e equipamentos, quer ao nível dos recursos humanos mobilizados, quer ainda ao nível dos recursos pedagógicos disponíveis. Com efeito, a rede escolar que dirige foi crescendo, sobretudo aproveitando instalações que em cada momento foi possível mobilizar. Nesse contexto, o Plano Estratégico propunha-se a reconfigurar a rede, dotando as existentes de melhores condições e criar uma identidade própria, prevendo uma Escola para cada Unidade Territorial de nível III, densificando-a através da instalação de núcleos escolares em regiões de maior oferta turística (INFTUR 2004, p.9-10).

Ao nível dos recursos humanos, a estratégia de modernização pretende fazer publicar regulamentos e quadros de pessoal de forma a ser possível ultrapassar alguns dos constrangimentos relativos à política de contratação de pessoal. Seria, assim, possível proceder ao rejuvenescimento do quadro de formadores internos e dotar os serviços de um corpo técnico (quadros médios e superiores) capaz de assegurar o desenvolvimento de novos projetos (INFTUR, 2004, p.10). O Plano previa ainda, por via da negociação com o Ministério da Educação, a criação de um corpo de docentes estável nas disciplinas das componentes de formação sociocultural e científica.

Em julho de 2004, foram nomeados os seguintes Diretores de Escolas de Hotelaria e Turismo: Maria Madalena Carrito<sup>104</sup>, para a Escola de Coimbra; Maria Clara Freitas<sup>105</sup>, para a Escola de Lisboa; Elisabete Mendes<sup>106</sup>, para a Escola do Estoril; Manuel Faustino<sup>107</sup>, para a Escola do Algarve; e Paulo Vaz<sup>108</sup>, para a Escola do Porto (Deliberação n.º 17.858/2004, de 26 de agosto).

Neste período, o INFTUR estabelece vários protocolos no domínio da cooperação com países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente com São Tomé e Príncipe e

---

<sup>103</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>104</sup> Idem, Ibidem

<sup>105</sup> Idem, Ibidem

<sup>106</sup> Idem, Ibidem

<sup>107</sup> Idem, Ibidem

<sup>108</sup> Idem, Ibidem

Moçambique. Estes permitiram receber alunos de São Tomé em formação na escola de Mirandela e enviar formadores portugueses a Moçambique, para realizarem ações de formação em Inhambane, Pemba, Beira e Maputo (Cunha, 1 de outubro de 2004, p.40).

A abertura oficial do ano letivo 2004/2005 teve cerimónia em Faro, com a presença do Ministro do Turismo, do Secretário de Estado Adjunto e do Presidente do INFTUR (Cunha, 1 de outubro de 2004, p.10). No seu discurso, Francisco Vieira aponta o novo ano como um marco histórico na vida da instituição. Tinha sido ultrapassada a fasquia dos 1000 novos alunos (1050), o Núcleo Escolar de Mirandela iniciava a sua atividade e iriam arrancar as obras da nova estrutura escolar de Lamego e de Vila Relá de Santo António. Em 2005, anunciava ainda o Presidente, teriam início as obras do Núcleo Escolar de Viana do Castelo, e da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. Contava que arrancassem ainda as obras para instalar a Escola do Porto e de um núcleo escolar a instalar no litoral centro do país, pelo que o INFTUR previa um investimento de 26 milhões de euros, a que se somavam mais 4 milhões para investimento em melhorias das condições de funcionamento das escolas existentes, estando previsto investimento idêntico no ano seguinte.

Estavam também a ser desenvolvidas alterações aos conteúdos das componentes técnicas dos cursos de formação inicial, apontando a possível fusão do curso de Turismo com o de Alojamento Hoteleiro. Ao nível dos CET, pretendia-se construir novas ofertas formativas (Cunha, 1 de outubro de 2004, p.10)

Em outubro de 2004 arranca a construção do complexo escolar para instalar o Núcleo Escolar de Lamego. A propriedade onde se instala o complexo é cedida pelo Município em direito de superfície por um período de 50 anos, sendo o INFTUR proprietário dos imóveis.

**Figura 31:** Aspeto da construção da Escola de Lamego.



Fonte: Construções do Cávado

A Portaria n.º 1509/2004, de 31 de dezembro, procede à atualização da lista de profissões regulamentadas por meio de diploma legal próprio regulador do acesso e ou do seu exercício. O INFTUR é a autoridade competente para o setor da hotelaria restauração e turismo, com quinze profissões listadas.

O Conselho de Administração do INFTUR estabelece um Plano de Atividades para o ano de 2005 bastante ambicioso: previa a construção do Núcleo Escolar de Viana do Castelo; a construção da nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e do novo Núcleo Escolar de Lamego, com a criação do centro de formação e aperfeiçoamento para quadros superiores, na área da hotelaria e turismo; a construção da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre; e a criação do Núcleo Escolar de Vila Real de Santo António. Previa ainda o desenvolvimento da rede informática de forma a ligar os serviços centrais e os seus serviços desconcentrados (INFTUR, 2005, p.14).

Depois de um conjunto de vicissitudes políticas, o Presidente da República, Jorge Sampaio, anunciou a intenção de dissolver a Assembleia e marcar eleições legislativas antecipadas.

O Governo entra em gestão corrente até 12 de março de 2005, altura em que foi exonerado (Decreto-Lei 18/2005, de 12 de março). Durante este período, procedeu-se à criação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Fundão, aprovada em Conselho de Ministros, em dezembro de 2004, que o Presidente da República viria a vetar (Almeida, 2011, p.164); iniciaram-se os trabalhos de adaptação do edifício cedido pelo Município de Mirandela, por contrato de comodato por um período de 10 anos, para aí instalar o Núcleo Escolar de Hotelaria e Turismo; e no dia 21 de janeiro de 2005 o INFTUR junta na FIL 2500 alunos e professores, repetindo a ação do ano anterior, em que havia juntado 1700 alunos (Cunha, 15 de janeiro de 2005, p. 133)

A 20 de fevereiro de 2005 realizam-se eleições legislativas antecipadas e o PS obtém maioria absoluta; José Sócrates sucede a Santana Lopes na chefia do Governo.

Manuel Pinho<sup>109</sup> assume a pasta do Ministério da Economia e da Inovação, tendo como Secretário de Estado do Turismo Bernardo Trindade<sup>110</sup>. A administração do INFTUR subsiste durante dois meses sendo que, a 16 de maio de 2005, toma posse um novo Conselho de Administração: Jorge Umbelino<sup>111</sup> assumia o cargo de Presidente e Teresa Leal Ferreira, que transitava do anterior Conselho, ocupa o cargo de vogal; mais tarde seria nomeada Maria Cecília Silveira completando, assim, o coletivo dirigente.

Por coincidência, logo a 25 de maio o INFTUR celebrava o seu 40º aniversário. A cerimónia oficial decorreu no Palácio do Freixo, na cidade do Porto, e foi presidida pelo

---

<sup>109</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>110</sup> Idem, Ibidem

<sup>111</sup> Idem, Ibidem

Secretário de Estado do Turismo e pelo recente Presidente, Jorge Umbelino. A cerimónia decorre sob a tónica de fim de ciclo, uma vez que no ar pairava já a extinção próxima da instituição.

Dentro dos objetivos prioritários da política educativa, o XVII Governo Constitucional consagra no seu programa “a adoção de medidas tendentes ao alargamento da oferta de cursos tecnológicos, artísticos especializados profissionalmente qualificantes, profissionais e de educação/formação, por forma a potenciar a procura de percursos educativos e formativos que proporcionem a dupla certificação, valorizando, em simultâneo, a identidade do ensino secundário” (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto). Em agosto foi realizada a segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e a primeira à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto).

Em setembro, o Secretário de Estado do Turismo lança a primeira pedra da obra de reabilitação do forte de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, para ali se instalar um Núcleo Escolar (Cunha, 15 de setembro de 2005, p.52), e o INFTUR assina protocolos de cooperação com os grupos hoteleiros Porto Bay Hotels & Resorts e Pestana Hotels & Resorts, com o objetivo de promover ações para qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos profissionais nos setores da hotelaria e restauração (Cunha, 1 de setembro de 2005, p.53).

Em outubro, a Universidade Lusíada lança uma licenciatura em turismo, com um tronco comum de três anos e variantes no quarto ano. O curso, orientado por José Assis Lopes, surge no âmbito da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais e contou com o apoio de várias empresas turísticas (Cupido, 1 de setembro de 2005, p.53). Em Lamego, o INFTUR conclui as obras na sua nova escola.

Durante o mês de novembro, o jornal Publituris, na sua rubrica votação *online*, coloca a escrutínio a pergunta: “acha que os profissionais do setor em Portugal recebem uma boa formação em turismo?” Os resultados dos 163 votantes foram os seguintes: 85,3% votaram “não”, 4,8% votaram “sim”, 8,8% votaram “mais ou menos, já foi pior” e 1,2% “não tiveram opinião” (Publituris, 1 de dezembro de 2005, p.56). Quase como uma pretensa «continuação», o Instituto para a Qualidade na Formação, I.P. (IQF) realiza, no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, em Lisboa, um seminário subordinado ao tema “O Turismo em Portugal”; nele, os participantes, representantes da CTP, UGT, CGTP, INFTUR e CFPSA concluem que a “formação continua a ser o parente pobre do turismo” (Rijo, 1 de dezembro de 2005, p.52).

No início de 2006, a Secretaria de Estado do Turismo decide uniformizar a imagem dos quatro organismos sob a sua tutela, adotando uma imagem facilmente identificável como comum, preparando a sua futura fusão.

**Figura 32:** Logotipos uniformizados dos organismos do turismo.



Fonte: Umbelino, Rodrigues e Duarte (2006, p19)

Durante a BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa, em janeiro de 2006, o Primeiro-Ministro José Sócrates, o Ministro da Economia Manuel Pinho e o Secretário de Estado do Turismo são recebidos por mais de 2.000 alunos dos cursos de hotelaria e turismo do INFTUR que se vinham concentrando, desde 2004, num dos dias do certame.

**Figura 33:** O Primeiro-Ministro com alunos de hotelaria e turismo.



Em fevereiro são estabelecidos os princípios orientadores da organização e gestão do currículo e da avaliação das aprendizagens no nível secundário de educação (Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de fevereiro). No mês seguinte é conferida ao INFTUR a prerrogativa de ser entidade certificadora da profissão de profissional de banca nos casinos (Lei n.º 8/2006, de 15 de março).

Em maio, mais um passo é dado no caminho da fusão dos organismos públicos do turismo: Luis Patrão<sup>112</sup>, até então Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro, é nomeado Presidente do Instituto de Turismo de Portugal, tendo como vogais, Jorge Umbelino, até então Presidente do INFTUR e Nuno Manuel Oliveira dos Santos<sup>113</sup> (Governo da República

---

<sup>112</sup> Ver nota em Anexo 1.

<sup>113</sup> Ver nota em Anexo 1.

Portuguesa, 11 de maio de 2006). Frederico Costa e Maria José Catarino, já vogais do Instituto de Turismo de Portugal, mantiveram a plenitude do exercício das suas funções.

Em julho de 2006, Jorge Umbelino assina com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António o auto de cedência das instalações da antiga escola Sousa Coutinho, que iria ser adaptada para receber o polo que, segundo o Município, seria um Centro de Informação e Formação, privilegiando a divulgação e promoção da dieta mediterrânica (Cupido, 7 de julho de 2006, p. 44).

**Figura 34:** Assinatura do Protocolo de cedência das instalações para o núcleo escolar de Vila Real de Santo António.



Fonte: Boletim Municipal de Vila Real de Santo António (2006, agosto, p.34)

O ano letivo 2006/2007 inicia-se na nova Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego e no novo Núcleo Escolar de Vila Real de Santo António, apesar de a cerimónia inaugural nesta última apenas ocorrer no dia 17 de novembro, presidida pelo Secretário de Estado do Turismo, estando presentes o Presidente do Turismo de Portugal, I.P. e o ainda Presidente do INFTUR, numa altura em que se aguardava a publicação da Lei Orgânica do Turismo e a integração do INFTUR no ITP (Valente, 24 de novembro de 2006). Jorge Umbelino declara na altura, em entrevista a um periódico, que “a formação turística não perde dimensão no novo figurino e que o projeto de expansão do INFTUR vai manter-se. Até ao final do ano esperamos inaugurar a nova escola de Lamego, que já está a funcionar, e assim que as instalações definitivas de Óbidos estiverem concluídas faremos também a sua inauguração. O núcleo do Oeste ficará assim com dois polos: Óbidos e Caldas da Rainha”. Na mesma entrevista, Jorge Umbelino refere ainda que a obra da escola de Portalegre já tinha sido adjudicada e que se encontrava também em obra a escola de Viana do Castelo, cuja inauguração se previa para abril/maio de 2007. Foi ainda revelado o projeto especial previsto para a Pousada de São Francisco, em Beja, que deveria arrancar no próximo ano letivo. Projeto esse assente num modelo de gestão alternativo em parceria com o Grupo

Pestana (Valente, 24 de novembro de 2006, p.36), que permitiria a um Núcleo Escolar e a uma Pousada partilharem os mesmos espaços.

A 24 de março, o Governo assinou dois protocolos de colaboração com a “École Supérieure de Cuisine Française-Paris” e com a “École Hôtelière de Lausanne (EHL)”, com vista a adaptar os modelos formativos em vigor nas Escolas de Hotelaria e Turismo aos padrões de qualidade internacionais. Na cerimónia oficial de apresentação desta iniciativa, que foi presidida pelo Ministro da Economia, Manuel Pinho, assinaram os documentos o Diretor-Geral da Escola de Lausanne, Ruud Reuland<sup>114</sup>, e o Presidente do Conselho da Escola Superior de Cozinha, Alain Barilleau<sup>115</sup>. No âmbito da colaboração estabelecida, a escola Suíça iria fazer uma avaliação do sistema de formação ao nível das metodologias de ensino, bem como dos programas curriculares, propondo um conjunto de sugestões de melhoria. No que respeita à escola francesa, o protocolo previa a formação técnica de formadores portugueses, em ações a levar a cabo no nosso País sob a direção de formadores daquela instituição. O Ministro referiu, então, a necessidade de aumentar a qualificação dos recursos humanos do setor, de forma a proporcionar uma oferta mais competitiva e qualificada (Cupido, 31 de março de 2006, p.36).

Em abril de 2007, uma Resolução do Conselho de Ministros aprova os objetivos e as linhas principais de desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional de Turismo, encarregando o Instituto de Turismo de Portugal de o implementar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril). O Plano ou PENT como ficou abreviadamente conhecido, estabelece cinco eixos estratégicos e onze projetos. Nos eixos estratégicos, o terceiro, foi dedicado à “qualificação de recursos – qualificar serviços e destinos, qualificar os recursos humanos, desburocratizar”. No campo dos projetos, o oitavo foi dedicado à “excelência do capital humano”, e consistia: na mobilização de recursos existentes no ensino superior para a promoção de uma escola de gestão turística de nível internacional (licenciatura e mestrado); no desenvolvimento de uma rede de escolas técnicas (uma por região); no estímulo à introdução da temática do turismo nos currículos de licenciaturas; no desenvolvimento de escolas-empresas; e na valorização das profissões do setor e incentivo ao empreendedorismo.

---

<sup>114</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>115</sup> Idem, Ibidem

#### **4.8. Da criação do Turismo de Portugal, I.P. ao XX Governo Constitucional**

Em consequência da Resolução, e no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos do Governo para a modernização administrativa, ao Instituto do Turismo de Portugal, I.P. são atribuídas as competências anteriormente cometidas à Direção Geral de Turismo, ao Instituto de Formação Turística, e à Inspeção Geral de Jogos (Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de abril). Os Estatutos deste novo organismo são publicados três dias depois, neles se estabelecendo a estrutura interna de acordo com as seguintes áreas de atuação: Estudos e Planeamento Estratégico; Operacionais; e Apoio e Suporte. A área operacional organiza-se em cinco diferentes direções, entre elas a de formação, competindo-lhe “definir as prioridades de qualificação dos recursos humanos do setor do turismo, tendo em vista a melhoria do prestígio das profissões turísticas, o reconhecimento de cursos de formação profissional e a certificação da aptidão profissional para o exercício das profissões do setor e, ainda, a gestão ou participação em operações concretas de formação, designadamente a das Escolas de Hotelaria e Turismo” (Portaria n.º 539/2007, de 30 de abril). A Direção de Formação compreendia o Departamento de Planeamento e Certificação e o Departamento de Coordenação e Gestão Escolar.

Esta organização é realizada em linha contrária às orientações delineadas no PRACE, que no seu Relatório de março de 2006 defendia que as atribuições do INFTUR deveriam ser transferidas para o Ministério da Educação e para o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, podendo o Turismo de Portugal, I.P. manter algumas escolas, precisando, ainda, que os cursos de formação inicial seriam integrados na rede de estabelecimentos de ensino público na área geográfica onde as escolas estavam implantadas, sendo que a formação continua passaria para os Centros de Formação (serviços desconcentrados do MTSS, através do IEFP). Previa, ainda, a possibilidade de externalizar algumas unidades da rede escolar, para o setor associativo, cooperativo ou até empresarial (PRACE - Relatório Final, março de 2006, p.131).

Contudo, a estratégia de expansão continuava e, a 9 maio de 2007, era lançada a primeira pedra da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. A cerimónia iniciou-se no Centro de Congressos da Câmara Municipal, com a presença do Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, e do arquiteto responsável pelo projeto, Eduardo Souto Moura, além de várias outras entidades, e terminou com a colocação da “primeira pedra” no terreno



de 7.500m<sup>2</sup> localizado na antiga Fábrica Robinson, onde a escola iria nascer (Lopes, 12 de maio de 2007, p.2).

**Figura 35:** Cerimónia da “primeira pedra” na escola de Portalegre.



Jorge Umbelino escrevia em agosto, na sua mensagem incluída no Plano de Atividades do INFTUR para 2007: “Na altura em que escrevemos estas linhas não é ainda certo se o INFTUR entrará, ou não, em 2007 como instituição autónoma”, isto porque, de acordo com o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, se aguardava já a fusão dos diversos institutos na área do turismo. No entanto, o reforço da rede escolar não foi abandonado, prevendo-se a abertura dos novos núcleos escolares em Viana do Castelo e no Oeste - Caldas da Rainha, e, ao que tudo apontava, em Beja. Isto, decorrendo ainda os processos de obras em Portalegre e os processos burocráticos para as novas estruturas no Porto e em Santa Maria da Feira. A formação procurava ainda um novo modelo organizacional” (INFTUR, 2007, p.2).

As Grandes Opções do Plano para 2008, conhecidas em agosto, corroboravam as suas palavras e previam o aumento da rede escolar de formação turística com a criação de um núcleo escolar nas Caldas da Rainha e uma escola em Portalegre (Lei n.º 31/2007, de 10 de agosto). E, no mesmo mês, a Direção de Formação do novo instituto, o Turismo de Portugal, I.P., inicia o seu funcionamento, tendo como Diretora Coordenadora Ana Sampaio<sup>116</sup>, respondendo hierarquicamente ao Vogal do Conselho de Administração Nuno Santos. É, então, criada uma nova oferta formativa que passa a designar-se por formação “on the job”, formação em regime de alternância escola-empresa. O projeto piloto inicia-se no Algarve, em parceria com um grupo hoteleiro nacional.

O Governo identifica então como indispensável para a construção da sociedade do conhecimento a valorização e modernização da escola, criando condições que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar as tecnologias da informação e da comunicação

---

<sup>116</sup> Ver nota em Anexo 1

enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar, criando um Plano Tecnológico a ser aplicado a toda a rede escolar. Este plano tinha como objetivo a ligação à internet em banda larga de alta velocidade, melhorar o rácio computador-aluno com ligação à internet, e aumentar a percentagem de docentes com certificação TIC (Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18 de setembro). O Turismo de Portugal, I.P. estabelece uma parceria com o Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Educação para inclusão da sua rede escolar neste ambicioso programa.

O ano letivo 2007/2008 inicia-se na ESHTE com esta a oferecer os seus primeiros cursos de mestrado, com um mestrado em Segurança e Qualidade Alimentar e um mestrado em Turismo; tal só foi possível com a adequação do sistema de graus no ensino superior inerente ao processo de Bolonha. Pretendia-se, ainda, criar um mestrado em Gestão Hoteleira - International Hotel Management (Valente, 21 de setembro de 2007, p.36). Nas Escolas de Hotelaria e Turismo, o ano letivo inicia-se com um novo plano curricular para os cursos de cozinha/pastelaria, de restaurante/bar e de hotelaria e turismo (Portaria n.º 846/2007, de 19 de setembro), e são criados os CET em Técnicas e Gestão de Turismo (Despacho n.º 24 619/2007, de 26 de outubro) e em Técnicas de Gestão Hoteleira (Despacho n.º 24 620/2007, de 26 de outubro).

Por esta altura, e após decisão política sobre a localização das futuras instalações para a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, a Direção de Formação do Turismo de Portugal, I.P. inicia os contactos com o Parque Escolar, E.P.E e com o Gabinete de Arquitetura de Teresa Nunes da Ponte para desenvolvimento do programa funcional de adaptação da Escola Machado de Castro para escola hoteleira.

No dia 17 de outubro de 2007 foi inaugurada a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, contando com a presença do Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade. O Forte ou Castelo de Santiago da Barra, património nacional, tinha sofrido obras de reabilitação, desde 2005, no valor de 4.750.000€, que incluíram uma comparticipação FEDER. A autoria do projeto foi do Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Lima. O arranque escolar da nova estrutura contou com 47 alunos repartidos por três turmas dos cursos de cozinha/pastelaria, restaurante/ bar e alojamento, tendo a escola capacidade para vir a albergar 175 alunos. O modelo formativo aplicado estabeleceu o pagamento de uma propina anual de 750€, repartida em dez prestações mensais de 75€. Os uniformes, fardas de trabalho e outros materiais didáticos são igualmente suportados pelos alunos. No entanto, alunos carenciados usufruem de apoio social escolar (Andrade, 2 de novembro de 2007, p.44)

Duas semanas depois, a 30 de outubro, inaugura-se o polo de Óbidos do Núcleo Escolar de Hotelaria e Turismo do Oeste; o Secretário de Estado do Turismo preside à cerimónia. As aulas tinham arrancado no ano letivo anterior em instalações cedidas provisoriamente (Abrunheiro, 1 de novembro de 2007, p.22). A nova estrutura formativa resultou de um protocolo celebrado entre o Turismo de Portugal, I.P., que adquiriu o equipamento operacional e pedagógico, e a Câmara Municipal de Óbidos, que foi responsável pelas obras de adaptação do espaço São Tiago, no centro histórico da Vila. (Valente, 2 de novembro de 2007, p.44). A criação deste polo escolar era uma luta antiga da Região de Turismo do Oeste, para a qual o seu Presidente, António Carneiro<sup>117</sup>, muito contribuiu, o qual, na cerimónia inaugural, se referiu a ela como sendo “um grande dia para o Oeste”. Com efeito, os primeiros contactos para a instalação daquela estrutura escolar remontavam há vinte e três anos, quando a Região de Turismo verificou o sucesso das ações de formação levadas a cabo pelas brigadas móveis do então INFT (Valente, 2 de novembro 2007, p.44). O novo polo tinha uma capacidade para albergar 60 alunos em formação inicial e cerca de 100 em formação contínua (Abrunheiro, 2 de novembro de 2007, p.1), tendo arrancado com um curso de Técnicas e Gestão do Turismo a que se juntou, mais tarde, um CET em Pastelaria avançada (Abrunheiro, 1 de novembro de 2007, p.22).

O Conselho de Ministros faz, em setembro, uma análise fria do panorama educativo nacional:

“Portugal fez, ao longo dos últimos trinta anos, um significativo esforço de qualificação da população, em todos os níveis, no sentido de recuperar o atraso que nos distancia dos países mais desenvolvidos. No entanto, a realidade atual está ainda distante da situação de grande parte dos países da União Europeia e da OCDE. Portugal continua a apresentar baixos níveis de qualificação, quer nas gerações mais avançadas quer entre os jovens. Cerca de 3.500 000 dos atuais ativos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, dos quais 2.600 000 inferior ao 9.º ano. Cerca de 485 000 jovens entre os 18 e os 24 anos (i.e., 45% do total) estão hoje a trabalhar sem terem concluído doze anos de escolaridade, 266 000 dos quais não chegaram a concluir o 9.º ano (Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, de 7 de novembro).

O nível secundário representava já, para os países com melhores índices de desenvolvimento, o nível de habilitação da população com maior expressão, e era

---

<sup>117</sup> Ver nota em Anexo 1

consensualmente tido como condição indispensável de suporte às exigências de desenvolvimento das economias mais evoluídas. Assim, tornava-se premente aumentar e diversificar a oferta de cursos profissionalizantes para jovens que conferissem dupla certificação, e incrementar a qualificação dos adultos com a expansão da oferta de cursos de educação e formação, com o desenvolvimento da formação contínua de ativos, e o alargamento e consolidação do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências obtidas por vias formais e informais. Estes objetivos são então consagrados na Iniciativa Novas Oportunidades (Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, de 7 de novembro), tornando-se numa forte bandeira política do Governo. O Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro) veio definir as estruturas que asseguravam o seu funcionamento, integrando no sistema a Agência Nacional para a Qualificação, I.P., o Conselho Nacional da Formação Profissional, os Conselhos Setoriais para a Qualificação, os Centros Novas Oportunidades, os estabelecimentos de ensino básico e secundário, os centros de formação e reabilitação profissional de gestão direta e protocolares, os polos de excelência que sejam criados a partir de operadores de formação que se distinguem pela qualidade das suas intervenções formativas, e outras entidades com estruturas formativas. Integravam ainda o sistema as empresas que promovessem a formação dos seus trabalhadores, bem como outras entidades que concorressem para o mesmo fim, bem como as instituições de Ensino Superior.

No âmbito do mesmo Decreto, foi também criado o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Caderneta Individual de Competências. E a Secretaria de Estado do Turismo lança, nesta altura, o Conselho Setorial do Turismo, com a intenção de perceber quais as necessidades de formação do País.

No início do ano de 2008 iniciam-se as negociações tendentes à construção das novas instalações para a futura Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal e do seu Hotel de Aplicação, e iniciou-se também o projeto de criação de condições físicas para o exercício da prática desportiva nas escolas da rede do Turismo de Portugal, I.P..

O projeto previa, então, a sua extensão temporal até 2015, de forma a garantir a plena execução dos seus princípios básicos. O processo viria a evoluir para uma certificação da formação pela reputada Escola Suíça.

No âmbito de um outro protocolo estabelecido com a recém-criada Parque Escolar, E.P.E., deu-se início ao ambicioso projeto de requalificação das escolas hoteleiras de Lisboa e do Porto. Para o efeito, em Lisboa avançava-se para a renovação integral do edifício da

antiga Escola Industrial Machado de Castro, desativada desde 31 de agosto de 2005, e no Porto com a renovação da antiga Escola Artística Soares dos Reis.

A iniciativa Novas Oportunidades constituía-se um marco importante para a consolidação e expansão da oferta de Cursos EFA (educação e formação de adultos), aumentando o número de cursos de nível básico e criando uma nova oferta para o nível secundário. Os cursos EFA foram iniciados com uma rede experimental implementada por algumas entidades formadoras selecionadas, e progressivamente alargada. A oferta modular de curta duração teve por base os percursos de educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações, procedendo-se a ajustamentos no regime jurídico dos cursos e à regulamentação das formações modulares, integrando, no mesmo instrumento jurídico, as duas modalidades de formação fundamentais para a qualificação de adultos. Os cursos EFA revelavam-se um instrumento importante das políticas de educação e formação do XVII Governo (Portaria n.º 230/2008, de 7 de março).

Integrado no programa da conferência “Tourism. What’s Next”, realizado no Centro de Congressos do Arade, em setembro, o Turismo de Portugal, I.P. e a “École Hotelière de Lausanne” assinam um protocolo de colaboração tendo por objetivo a Certificação da rede escolar por aquela instituição, processo que viria a ser iniciado precisamente nas escolas do Algarve, sendo progressivamente estendido às restantes estruturas escolares do Ministério da Economia. A conferência marcou também o arranque do HMI - Hospitality Management Institut, um projeto desenvolvido pelo Turismo de Portugal, I.P. em colaboração com a ESHTe, o ISCTE e a Universidade do Algarve, que pretendia criar uma instituição de formação superior e de investigação que tinha a pretensão de se posicionar entre as melhores do mundo no setor do turismo.

O ano letivo 2008/2009 nas Escolas de Hotelaria e Turismo inicia-se com um aumento de turmas em formação inicial, passando de 127 para 140, correspondendo ao aumento do número de alunos de 2.497 para 2.676, e com novos cursos, os CET em Pastelaria Avançada (Despacho n.º 9.755/2008, de 3 de abril) e CET em Técnicas Avançadas de Cozinha (Despacho n.º 27.308/2008, de 27 de outubro).

Em novembro de 2008, o Governo definiu o regime de autonomia da rede de Escolas de Hotelaria e Turismo, enquanto estruturas desconcentradas do Turismo de Portugal, I.P., consagrando o seu modelo formativo, de administração e de gestão. (Decreto-Lei n.º 226-A/2008 de 20, de novembro). Nele se estabelece a possibilidade de concessionar os hotéis e restaurantes de aplicação a entidades privadas do setor.

No mês seguinte, é publicado o Regulamento de Pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I.P., enquadrando os cargos dirigentes das Escolas (Despacho Normativo n.º 64/2008, de 11 de dezembro), e é estabelecida a sua organização interna (Portaria n.º 1.441/2008, de 11 de dezembro), qualificando-as segundo dois tipos: as tipo I, Algarve, Portalegre, Lisboa, Estoril, Coimbra, Porto e Douro-Lamego, que correspondiam às escolas com maior capacidade formativa; e as tipo II, Portimão, Vila Real de Santo António, Setúbal, Santarém, Fundão, Santa Maria da Feira, Viana do Castelo e Mirandela, mais pequenas, correspondendo aos anteriormente designados núcleos escolares. O mesmo diploma legal estabelece os agrupamentos escolares, associando a uma Escola tipo I as escolas tipo II da sua respetiva área territorial.

Ainda em dezembro, foi inaugurado o polo das Caldas da Rainha da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, sediado no designado Edifício 2 onde tinha funcionado o polo local da Universidade Autónoma de Lisboa, entretanto encerrado, cedido por protocolo, cuja adaptação foi suportada por fundos municipais e o equipamento suportado pelo Turismo de Portugal, I.P. No mesmo mês, é ainda inaugurada a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, um investimento de 4.600.000€ que incluiu um financiamento FEDER, e iniciam-se as reuniões com o Gabinete da Arquitetura de Carlos Prata para a instalação da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, na antiga Escola Soares dos Reis.

O ano de 2009 inicia-se com as escolas hoteleiras a verem uma vez mais a sua oferta formativa ser reformulada, desta vez em parceria com a “École Hoteliere de Lausanne”, introduzindo nos cursos a área de desenvolvimento comportamental, a par de outros conteúdos específicos na componente de formação tecnológica e reforço das línguas estrangeiras (Portaria, n.º 57/2009, de 21 de janeiro). E é também no início do ano que são nomeados os seus Diretores (Deliberação do Conselho Diretivo de 7 de janeiro de 2009),

**Quadro 9:** Nomeação de diretores por escolas de hotelaria e turismo (2009)

<b>Agrupamento Formativo</b>	<b>Escola</b>	<b>Dirigente<sup>118</sup></b>
Lisboa	Lisboa	Maria Clara N. Freitas
Lisboa	Setúbal	Maria João B. Carmo
Estoril	Estoril	Rosa Alexandra J. Pereira
Estoril	Santarém	Sónia Fidalgo Pais
Coimbra	Coimbra	Ana Paula Baptista Pais
Coimbra	Oeste	Antonio Carlos S. Gomes da Costa
Coimbra	Fundão	Maria José Canaveira Martins
Porto	Porto	Dora Gonzalez Araújo
Porto	Santa Maria da Feira	Sandra Patricia N. Fernandes
Porto	Viana do Castelo	Cristina Maria Félix A. Lima
Algarve	Faro	Manuel Faustino
Algarve	Portimão	Pedro Jorge M. Moreira
Algarve	Vila Real de Santo António	José Epifânio M. Graça
Portalegre	Portalegre	Maria Teresa Samarra Vintém
Douro Lamego	Lamego	Paulo Miguel M. R. Morais Vaz
Douro Lamego	Mirandela	Dora Catarina Garrucho Caetano

Em março, o Turismo de Portugal assina um protocolo com o Município de Setúbal, e apresenta publicamente a nova Escola de Hotelaria e Turismo, a instalar no antigo quartel de N.ª Sr.ª da Conceição (Quartel do 11), cujas obras de adaptação e reabilitação do edifício iriam começar, destacando que para além da escola o projeto contemplava a construção de um Hotel de aplicação com cerca de 20 quartos. A obra, gestão do projeto de execução e concurso para adjudicação da empreitada seria coordenada pela Parque Escolar, E.P.E. (F.R., 5 de maio de 2009, p.5).

**Figura 36:** Cerimónia de lançamento da obra de reabilitação do Quartel do 11.



<sup>118</sup> Ver nota em Anexo 1 sobre cada um dos dirigentes.

Em maio de 2009, o Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior determina o encerramento compulsivo do Instituto Politécnico Internacional, estabelecimento de ensino superior privado propriedade da SIPEC- Sociedade Internacional de Promoção de Ensino e Cultura, S.A. (DGES, 1 de outubro de 2010, p.1). Terminava, assim, a primeira instituição de ensino superior privada a fazer formação em Gestão Hoteleira.

Manuel Pinho, Ministro da Economia e da Inovação, demite-se do Governo a 2 de julho de 2009, assumindo a sua pasta, por acumulação, Teixeira dos Santos, então Ministro de Estado e das Finanças.

Consciente da crescente importância do turismo na economia nacional, o XVII Governo tinha adotado no seu programa o turismo como área de intervenção prioritária, e paralelamente apontava como áreas prioritárias de incidência das políticas públicas de turismo, os transportes e acessibilidades, a qualificação da oferta, o ensino e formação profissional e a política fiscal (Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto).

O turismo representava cerca de 11% do PIB e empregava mais de 500.000 pessoas, possuindo real capacidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para a progressão da coesão territorial (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto).

A estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações, bem como o modelo de evolução para qualificações baseadas em competências estava estabelecido (Portaria n.º 781/2009, de 23 de julho), assim como definidos os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais (Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho).

A 7 de setembro de 2009, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa muda de instalações, 51 anos depois de ter sido criada, passando a ocupar a antiga Escola Industrial Machado de Castro. O Turismo de Portugal, I.P. assume o papel de arrendatário, sendo a entidade proprietária a Parque Escolar, E.P.E. O investimento total de 14.300.000€ passa a ser mensalmente amortizado através do pagamento de uma renda.

As eleições legislativas decorrem a 27 de setembro de 2009 e o PS vence, apesar de não obter maioria absoluta. José Sócrates toma posse a 26 de outubro de 2009 como Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional. José Vieira da Silva assume a pasta da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, mantendo-se Bernardo Trindade na Secretaria de Estado do Turismo e Luis Patrão no Turismo de Portugal, I.P.

O Programa de Governo assume como prioridades o relançamento da economia, a modernização do País e a promoção do emprego.



O ano letivo inicia-se com turbulência, já que uma má interpretação da mudança dos planos curriculares dos cursos terá estado na origem da greve às aulas e a manifestações dos alunos da Escola de Santa Maria da Feira, que pretendiam ver o novo modelo aplicado apenas em novas instalações da Escola. Preparava-se na altura uma candidatura a apresentar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), para obtenção de financiamento para a construção de um novo edifício escolar projetado pela Arquiteta Felismina Topa, onde se previa serem investidos seis milhões de euros (Baptista, 9 de novembro de 2009, p.24). Com o início do ano letivo, é estendido o funcionamento do CET em Técnicas e Gestão Hoteleira nas Escolas do Turismo de Portugal, I.P. por mais dois ciclos formativos (Despacho n.º 22.016/2009, de 2 de outubro).

O Turismo de Portugal, I.P., procurando dar resposta às necessidades prementes de funcionários administrativos nas suas escolas, abre concurso para o preenchimento de 35 postos de trabalho; tratou-se da maior admissão jamais realizada com este fim para as escolas (Aviso n.º 19.587/2009, de 2 de novembro).

No Ensino Superior, a Universidade de Lisboa, através do IGOT, em colaboração com a ESHTe, no âmbito de um protocolo de cooperação pedagógica, passa a conferir o grau de doutor no ramo do conhecimento em Turismo, nas especialidades de “Planeamento dos Espaços Turísticos” e “Gestão de Destinos e Produtos Turísticos” (Despacho n.º 25.215/2009, de 17 de novembro).

Com o novo ano, o Turismo de Portugal lança um concurso público para concessionar os seus Hotéis de Aplicação das Escolas de Lisboa e do Porto, e adquire à Câmara Municipal da Guarda o edifício do antigo Hotel Turismo, para nele instalar um projeto polivalente de formação para toda a Beira interior. A Escola de Hotelaria e Turismo seria a primeira dedicada em exclusivo ao turismo de saúde e bem-estar (Patrão, 30 de abril de 2015). Em julho, a Direção de Formação passa a ter um novo Diretor Coordenador, José Mendes Silva<sup>119</sup>.

O Governo entende, então, passar a certificar as entidades formadoras, como requisito essencial para efeito do acesso a financiamento público, bem como para certificar a formação que aqueles realizem. Pretende-se um reforço da capacidade das entidades formadoras, cuja certificação passa a depender das mesmas disporem de estruturas com recursos humanos, instalações e equipamentos adequados e terem as competências

---

<sup>119</sup> Ver nota em Anexo 1

necessárias ao desenvolvimento das atividades formativas (Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro).

Em novembro de 2010, Nuno Santos, o Vogal do Conselho de Administração do Turismo de Portugal, I.P. com o pelouro da formação, que assegurou todo o período de fusão da estrutura do INFTUR no novo instituto público, sai. Fica, no entanto, uma importante obra de modernização tecnológica, quer ao nível dos equipamentos, como dos procedimentos, bem como uma importante melhoria na qualidade física e da imagem das escolas de hotelaria. É substituído por Sónia Abreu Sebastian<sup>120</sup>, uma técnica que já vinha a trabalhar com o Instituto e que tinha um conhecimento profundo da sua estrutura. A transição acontece sem sobressaltos.

A nova Escola de Hotelaria e Turismo do Porto é inaugurada a 20 de dezembro de 2010. Tal como em Lisboa, a entidade promotora é a Parque Escolar, EPE e o Turismo de Portugal, I.P. o arrendatário. O investimento total da obra foi de 9.210.000€, que inclui um financiamento FEDER, mensalmente amortizado com uma componente de renda.

No início de 2011, o Governo lança o Programa “e.escola 2.0”, sucedendo ao Programa “e.escola”, com o objetivo de “garantir o acesso às tecnologias de informação e promovendo, assim, a info-inclusão dos alunos do ensino básico e secundário, dos professores e adultos que estejam em programas de formação” (Resolução do Conselho de Ministros n.º12/2011, de 8 de fevereiro). As Escolas de Hotelaria e Turismo aderem uma vez mais ao projeto.

Em linha com o que já se vinha a fazer na maioria dos Estados membros da União Europeia, o Governo revoga a legislação que regulamentava a profissão de diretor de hotel, subdiretor e assistente de direção de hotel (Decreto Lei n.º 49/2011, de 8 de abril), e, na sequência da publicação do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões, procedeu-se à revogação da legislação nacional, incluindo a que estabelecia o regime jurídico das carteiras profissionais, pelo que o exercício das profissões que estavam sujeitas a este título deixa de ser exigido. Vinte profissões do turismo são desregulamentadas (Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho), obrigando a ajustes na oferta de formação.

Na noite de 23 de março de 2011, José Sócrates pede a demissão da liderança do executivo do PS, depois da Assembleia da República rejeitar o seu IV Programa de Estabilidade e Crescimento, para combate à recessão económica.

---

<sup>120</sup> Ver nota em Anexo 1.

A 7 de abril, o Presidente da República dissolve a Assembleia e marca eleições legislativas para o dia 5 de junho de 2011.

Fazendo um balanço da legislatura, era evidente que as instituições precisavam de uma atualização e racionalização, mas as opiniões nem sempre foram unânimes. Um ex-Secretário de Estado do Turismo defende que “o que se fez, na prática, foi sobretudo proceder a fusões e integrações de estruturas para poupar e concentrar centros de decisão noutros organismos do Ministério da Economia, não tendo em conta o objetivo estratégico dessas estruturas, o trabalho de investigação, o conhecimento, estudo e elaboração, o aproveitamento de competências e de experiência de quadros de valor e de uma vasta cultura acumulada” (Neto, 2013, p.99).

O PSD vence as eleições, com maioria relativa e, face aos resultados, na impossibilidade de formação de um Governo com apoio parlamentar maioritário de um só partido, o PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, negociou e estabeleceu um acordo de Governo, assinado a 16 de junho de 2011, com o CDS - PP, liderado por Paulo Portas.

O Governo toma posse a 21 de junho de 2011. Seria o XIX Governo Constitucional, tendo Passos Coelho como Primeiro-Ministro e Paulo Portas como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros; a pasta do novo Ministério da Economia e do Emprego foi atribuída ao independente Álvaro Santos Pereira e, na Secretaria de Estado do Turismo, Cecília Meireles<sup>121</sup>, eleita deputada pelo CDS-PP.

No âmbito do “Compromisso Eficiência”, o Governo determinou as linhas gerais do plano de redução e melhorias da administração central (PREMAC). Neste contexto, foi aprovada a Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, procedendo de seguida à reestruturação do Turismo de Portugal, I.P.. Frederico Costa<sup>122</sup> é nomeado interinamente Presidente do Turismo de Portugal, I.P; como Vice-Presidente, transitando da anterior administração, é nomeada Teresa Monteiro, e entram dois novos vogais: Luís Matoso e Maria de Lurdes Vale<sup>123</sup>, esta última com a responsabilidade da formação turística.

Em 2012 é publicado o Decreto-Lei enquadrador do Turismo de Portugal, I.P. Nele se pode ler, no que à formação é referido, “incentivar e desenvolver a política de formação e qualificação dos recursos humanos do turismo, e a respetiva investigação técnico-pedagógica, bem como coordenar, executar e reconhecer os cursos e as ações de formação

---

<sup>121</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>122</sup> Idem, Ibidem

<sup>123</sup> Idem, Ibidem

profissional para essa área, além de certificar a aptidão profissional para o exercício das profissões turísticas”, remetendo para os Estatutos toda a organização interna, mas continuando a considerar as escolas de hotelaria e turismo como serviços territorialmente desconcentrados a regular em diploma próprio (Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho).

Em junho, é formalizado um novo modelo para o programa Doutoral em Turismo na Universidade de Aveiro (Despacho n.º 8537/2012, de 26 de junho), e, em agosto, o Governo, alegando a necessidade de uma maior racionalização nos recursos, potencialização dos investimentos efetuados e concentração nas escolas mais bem equipadas e dimensionadas, determina o encerramento de quatro Escolas de Hotelaria e Turismo, em Santa Maria da Feira, Santarém, Fundão e Mirandela. Apesar do tratamento dado às escolas ter sido diferenciado, os alunos de Santa Maria da Feira foram maioritariamente transferidos para a Escola do Porto, e os alunos de Santarém maioritariamente transferidos para a Escola do Oeste, os alunos das Escolas do Fundão e de Mirandela mantiveram-se na escola tendo passado a sua gestão para os municípios locais com o apoio, embora que transitório, do Turismo de Portugal, I.P. (Despacho n.º 11.056/2012, de 14 de agosto).

Ainda antes do final do ano, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra vê aprovado o seu programa Doutoral em Turismo, Lazer e Cultura (Despacho n.º 14312/2012, de 5 de novembro) e o Ministério da Economia concluiu a obra da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, procedendo à transferência das antigas instalações. O investimento na obra e equipamento é da responsabilidade do Turismo de Portugal, I.P. e totaliza 7.200.000€, incluindo um cofinanciamento FEDER.

Em fevereiro de 2013, no âmbito do reforço do ensino profissional e da necessidade de articular a oferta formativa oferecida pelas várias entidades, o Governo revê as várias modalidades de ensino profissionalizante, visando anular sobreposições e assegurar a relevância da oferta formativa. É, pelo menos, a argumentação constante no preâmbulo da Portaria que vai estabelecer as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais de ensino público, particular e cooperativo, e em escolas profissionais que ofereçam o nível secundário de educação (Portaria n.º 74/A/2013, de 15 de fevereiro).

De acordo com o programa do Governo, é prioritário atualizar o Plano Estratégico Nacional de Turismo [PENT], procurando incorporar o impacto e a evolução global da economia com interferência na evolução da procura turística. Nesse sentido, o PENT é revisto com um horizonte temporal de 2013-2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º

24/2013, de 16 de abril). O Plano prevê oito programas de desenvolvimento para o alinhamento da estratégia. O programa de qualificação e emprego foi estruturado nos seguintes projetos: organizar a educação e a formação para o setor do turismo; desenvolver as profissões estratégicas para o turismo; proporcionar uma base de formação comum e transversal para os profissionais do turismo; qualificar outros profissionais para o turismo e a interação com o turista, promover o emprego jovem no setor do turismo; disseminar o conhecimento sobre as novas tendências e a inovação no setor.

Em agosto de 2013, Frederico Costa, Presidente do Turismo de Portugal, I.P. sai, em articulação com a tutela, na sequência da necessidade de, até ao final do ano, se iniciar um concurso público para o preenchimento do lugar (Monteiro, 4 de outubro de 2013, p.34).

O ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e a ENSILIS – Educação e Formação, S.A., entidade instituidora da Universidade Europeia, passam a conferir, em regime de associação, o grau de doutor em Gestão do Turismo (Despacho n.º 11.279/2013, de 30 de agosto).

Em novembro, João Cotrim de Figueiredo<sup>124</sup> toma posse como Presidente do Turismo de Portugal, I.P., Teresa Monteiro continua como Vice-Presidente. Os novos vogais só em janeiro de 2014 virão a assumir funções: Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes e Luís José Raminhos Matoso<sup>125</sup>, este último, que transitava da administração anterior, passa a assumir os assuntos da formação turística (Elias, 3 de janeiro de 2014).

Também em novembro é revisto o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não-superior; com ele, pretende-se dar autonomia a estes estabelecimentos de ensino idêntica à das escolas públicas, cabendo ao Ministério da Educação, cada vez mais, o papel de regulador e fiscalizador. O Governo pretende aprofundar e concretizar o princípio de integração da rede de oferta pública, numa lógica de articulação de toda a rede de ensino, otimizando o investimento público e aproveitando a capacidade instalada, não constituindo prioridade do Estado a construção de equipamentos em zonas onde já exista oferta (Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro).

Já a terminar o ano, é criado um novo CET em Turismo de Ar Livre, um curso que visa preparar técnicos especialistas nesta nova e crescente atividade turística (Despacho n.º 15.693/2013, de 2 de dezembro).

---

<sup>124</sup> Ver nota em Anexo 1

<sup>125</sup> Idem, Ibidem

Na sequência das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, em que a coligação Portugal à Frente (entre o PSD e o CDS – PP) obteve uma maioria relativa, que impediu a formação de um Governo com apoio parlamentar maioritário, e goradas as negociações entre a coligação vencedora e os restantes partidos com assento parlamentar com vista à formação de uma maioria, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, indigitou, no dia 22 de outubro, Pedro Passos Coelho como Primeiro-Ministro, após ouvir os sete partidos com representação parlamentar.

A 27 de outubro de 2015, o Primeiro-Ministro indigitado apresentou, ao Presidente da República, uma proposta de constituição do XX Governo Constitucional, tendo a tomada de posse ocorrido no dia 30 de outubro de 2015.

A 6 de novembro de 2015 o Governo entregou no parlamento o seu programa, tendo o debate decorrido nos dias 9 e 10 de novembro. No dia 10 de novembro a primeira de quatro moções de rejeição ao Programa do Governo é aprovada com 123 votos a favor (PS, BE, PCP, PEV e PAN) e 107 votos contra (PSD e CDS-PP). O Governo mantém-se em gestão corrente durante 27 dias, delimitando o mais curto Executivo da democracia constitucional. O XXI Governo Constitucional tomou posse a 26 de novembro de 2015.

#### **4.9. Nota Final**

Como verificámos, o percurso evolutivo da formação setorial para o turismo foi repleto de avanços e recuos, indefinições e incertezas, que se têm mantido até hoje, apesar do seu carácter sistemático e que se pode reconhecer como minimamente organizado.

Perante a extensão da história que antes esboçámos, tentaremos em seguida, para maior comodidade de leitura, fazer uma síntese dos principais momentos e conteúdos deste percurso.

Se tivermos em conta o pioneirismo da realização do primeiro curso de formação profissional para empregados de hotel levado a cabo ainda durante a Monarquia, a que o conturbado período revolucionário da República pôs cobro, assistimos, depois, ao real surgimento do turismo, em Portugal, que justificou a criação do primeiro organismo oficial, o Conselho de Turismo, integrado no Ministério do Fomento, e à produção das primeiras leis de fomento do turismo, já no pós-I Grande Guerra.

A hotelaria encontrava-se, na altura, perto do seu ponto zero de desenvolvimento. O licenciamento sanitário dos estabelecimentos hoteleiros é regulamentado e são estabelecidas regras de higiene para a proteção de alimentos nos restaurantes. Em Lisboa e Porto, 50% da mão-de-obra do setor é galega. A má prestação dos profissionais é preocupante e a necessidade da formação começava a ser apontada em alguma comunicação social mais especializada.

Apenas o aparecimento do Hotel Palácio, no Estoril, em 1930, e do Aviz Hotel, em Lisboa, em 1933, vêm minimizar o paupérrimo panorama nacional. Estes estabelecimentos tornam-se verdadeiras escolas, e por eles passam dezenas de profissionais que, nos anos seguintes, se irão espalhar por outras unidades hoteleiras, levando consigo os conceitos de qualidade ali adquiridos. Ainda nesta década é publicado um Decreto que autoriza a Casa Pia de Lisboa a criar um curso para gerentes de hotéis e restaurantes, apontando, como possíveis lugares para a sua instalação, a Madeira e o Estoril. Não deixa de ser interessante a perspetiva do legislador, ao autorizar a Casa Pia de Lisboa, a instituição que tinha realizado o primeiro curso, em 1909, a retomar essa formação, reconhecendo a sua competência; por outro lado, e não menos relevante, destacamos o facto de o curso ser para gerentes, reconhecendo-se a necessidade de começar a formação pelo topo. Ainda hoje é frequentemente abordada a necessidade de formar os gestores e proprietários, em particular os da restauração.

Perspetivando o que seria a Europa no pós-II Guerra, é criada a rede nacional de Pousadas; António Ferro sente a necessidade de ter pessoal formado e propõe, uma vez mais, a criação de uma escola hoteleira, não apenas para formar o pessoal para a “indústria hoteleira”, mas também os intérpretes e guias-intérpretes.

No início da década de 50, o País atravessava uma profunda crise económica, o parque hoteleiro estava depauperado. A Câmara Corporativa apresenta o estudo do projeto para o “Estatuto do Turismo”, no qual as escolas profissionais aparecem como medida prioritária; a década não terminará sem ver surgir a Escola Profissional da Indústria Hoteleira em Lisboa. O primeiro período da evolução da formação turística estava terminado.

O processo de criação da escola tinha acompanhado a afirmação do setor turístico nacional, com todas as dificuldades e desconfianças que a envolveram. Apesar da influência direta de alguns empresários hoteleiros na sua concretização, ela foi o resultado de décadas de pressão de diversos setores da sociedade, mais atentos e mais atualizados em relação ao que se passava no resto do mundo, cruzada com alguma sensibilidade do regime para a

necessidade de melhorar a qualidade da oferta turística nacional. Não nos podemos esquecer de que a escola hoteleira e o Hotel Ritz, importante obra com o beneplácito do regime, foram criadas na mesma altura e várias pessoas trabalharam num e noutro projeto.

Na segunda fase, que então se iniciava, o turismo continuava a ser, para alguns setores do regime, uma má influência moral e política. No entanto, a década de 60 será marcada por várias transformações sociais e alterações do mercado de emprego. Fruto dessas alterações, o Governo permitiu a criação das duas primeiras escolas privadas de formação de quadros para o turismo e, em 1965, criou o CNFTH, entidade que irá coordenar a pouca formação existente e será responsável, nos anos seguintes, pelo aparecimento de escolas hoteleiras em Faro, Funchal e Porto.

O Estado procurava dar resposta às necessidades de recursos humanos qualificados para as unidades hoteleiras que abriam e se projetavam para estes três destinos turísticos. O Funchal era de há muito apontado como uma necessidade premente, dada a imagem de destino turístico já consolidado, mas sem a necessária estrutura de apoio à formação. O Porto, segunda cidade do País, respondia pelas necessidades de serviços de alojamento de uma vasta área do terrotório e poderia, a partir de ali, potenciar as necessidades de formação para toda uma região, em particular, o Minho e Trás-os-Montes. O Algarve começava a ser um destino que procurava afirmação. A inauguração do aeroporto internacional, em Faro, e a criação de diversas unidades hoteleiras no eixo Praia da Rocha-Alvor-Penina forçaram a criação da Escola naquela região. A política formativa então implementada procurava responder aos princípios da “Formação Profissional Acelerada”, dirigida a adultos com a escolaridade mínima, procurando dotá-los dos conhecimentos de índole prática indispensáveis ao exercício das funções específicas de uma profissão. A formação constituía-se, também, como um importante meio para obter a mobilidade da mão-de-obra do interior para o litoral e do setor primário para o setor terciário.

Dada a urgência de formar profissionais capazes de responder ao crescimento turístico, o CNFTH criou as «brigadas móveis de formação», as quais, nas duas décadas seguintes, irão percorrer o território, em particular o interior, para formar no terreno os quadros necessários às profissões hoteleiras tradicionais: receção, cozinha, pastelaria, mesa, bar, andares e economato. Para além destes, iniciaram-se os cursos de aperfeiçoamento para chefias intermédias e os cursos de especialização para escanções. Nas profissões da informação turística, a tarefa foi repartida entre as instituições privadas já existentes e as ações desenvolvidas referentes à formação de Guias regionais e de Guias de arte.



Em matéria de formação de quadros superiores, aproveitou-se o financiamento de bolsas de estudo proporcionado pela OCDE, que permitiu diplomar alguns elementos, selecionados pelo aparelho político, na Suíça (Glion e Lausanne), nos EUA (Universidade de Cornell), ou em França e Itália (Vichy e Turim), no âmbito da UIOOT.

A preocupação principal da formação então ministrada era a de dotar os futuros profissionais, ou os profissionais reciclados, de conhecimentos técnicos que lhes permitissem corresponder, em termos de qualidade, às exigências de um novo turista que procurava cada vez mais qualidade. A preocupação em formar o cidadão e dotá-lo de competências para um possível prosseguimento de estudos, ou melhoria na carreira, ainda não se colocava.

Com o enquadramento da política de fomento do III e IV Plano (1968-1973 e 1974-1979), o ritmo da década anterior vai manter-se e a educação para o turismo e hotelaria começa a consolidar-se. Esta segunda fase viria a terminar em 1974, com a deposição do regime pelo Movimento das Forças Armadas.

A terceira fase inicia-se com a Revolução. A instabilidade característica das mudanças de regime instala-se. As Escolas de Hotelaria e Turismo resistem, mas não passam incólumes ao período: os números de alunos decrescem, as direções são substituídas por comissões de gestão. Contudo, a situação não é idêntica em todas as escolas e é mais marcante na capital, onde a ação sindical é mais ativa. O período é marcado por forte incerteza, mas aproveitado para refletir e reequacionar o sistema formativo. O CNFTH e as escolas reforçaram a colaboração com as associações profissionais na dignificação das profissões do turismo, muito abaladas durante este período. Apenas em 1978 a situação estabilizou, com a publicação do novo reordenamento orgânico das Escolas de Hotelaria e Turismo.

Antes de a década terminar é criado o ensino superior de curta duração, que resultará, mais tarde, no ensino superior politécnico, e o CNFTH é promovido a Instituto Nacional de Formação Turística (INFT). O turismo passava, assim, a ter os meios institucionais adequados para poder dar resposta às necessidades da formação qualificada de que precisava.

Os anos 80 iniciaram-se ainda com a forte preocupação de construir um turismo de qualidade. As escolas existentes normalizaram a sua formação e são delineados grandes projetos de infraestruturação escolar, a serem cofinanciados pelo Banco Mundial, pelo Fundo de Reinstalação do Conselho da Europa e pelo FEDER. Enquanto os projetos não avançavam, o INFT constituiu núcleos de formação em Vidago, em Tavira, no Luso e, mais

tarde, em Viana do Castelo. Em Lisboa, de forma a alargar a capacidade formativa, aluga novas instalações.

Em 1986 é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, que permite integrar alunos com níveis de formação e características diferenciadas, mais tarde essencial na construção do novo modelo formativo do ensino setorial.

Estava terminada mais uma fase e iniciava-se um novo e decisivo período na evolução da educação para o turismo. A década estava a ser muito marcada por cursos financiados pelo FSE e promovidos pelas mais diversas entidades. No final dos anos 80, o Estado questionava a manutenção das suas escolas hoteleiras, atendendo aos custos que estas representavam para o erário público e à proliferação de cursos financiados. Uma vez mais, a intervenção dos empresários e a qualidade dos recursos humanos formados nas EHT, comparativamente à restante oferta formativa, salvam as Escolas, e o INFT avança com o ambicioso projeto de ampliação e modernização da rede. Estavam já os anos 80 a terminar e o GETAP coloca em funcionamento 50 escolas profissionais dispersas pelo País, algumas dirigidas para o setor do turismo.

Os anos 90 iniciam-se com alguma turbulência política; o turismo, em concreto, em quatro meses conhece dois Secretários de Estado. Em 1991, o INFT dá a conhecer o seu primeiro “Plano Estratégico 1991/1996”, onde estabelece as linhas programáticas da sua atuação para os cinco anos seguintes, propondo-se criar um sistema integrado e vertical que permita aos alunos o prosseguimento de estudos, incluindo os estudos superiores. Na concretização do plano é criada a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, com dupla tutela, a do Ministério do Comércio e Turismo e do Ministério da Educação, e em 1993 a formação técnica inicial ministrada nas escolas de hotelaria passa a ser oficialmente equiparada ao ensino regular, com equivalência escolar ao 12º ano; no ano seguinte, a oferta pós-secundária é igualmente revista, passando a designar-se CET. É uma autêntica revolução, com a educação e a formação a passarem a coexistir e os alunos a serem livres de poderem prosseguir os seus estudos até ao ensino superior. A medida teve muitos opositores, dentro das escolas e por parte de alguns empresários; prevaleceu uma forte convicção política e uma estratégia de qualificação do ensino profissional por parte do Ministério da Educação, que teve capacidade de a impor aos restantes Ministérios.

Em outubro de 1995, com o novo ciclo político liderado pelo Partido Socialista, a formação turística inicia uma nova fase, que só termina em 2015. Na Madeira, a Escola Hoteleira do Funchal vê publicada, pelo Governo Regional, a sua Lei Orgânica, que lhe

consagra autonomia administrativa e financeira e um corpo de formadores e pessoal adequado à sua missão. Tal medida acontece em perfeito contraciclo com o que acontecia, na altura, no Continente. Quando, dois anos depois, Leonel da Costa passa a dirigir o INFT, este unifica a imagem das escolas, passando a atuar, em termos de imagem, como uma mesma instituição, embora que desconcentrada, e transfere as brigadas itinerantes de formação para as escolas, numa tentativa de dinamização da formação contínua, que tinha passado uma longa fase de esquecimento, enquanto duraram as opções políticas pelo crescimento da formação inicial de jovens.

Em 1998, passa a ser exigido o certificado e aptidão de formador, para o exercício da atividade. O IEFP fica responsável pela sua organização e gestão, pelo que o INFT é amputado da dimensão que lhe competia na certificação dos formadores das atividades turísticas. Nesse mesmo ano, ainda, é criada a Associação de Monitores de Hotelaria de Portugal, procurando contrariar a queda de influência política dada à formação do setor, procurando, também, resolver a difícil situação contratual e de carreira que se vivia em diversas sistemas da formação e, em particular, no INFT.

No ensino superior, especialmente no politécnico, cresce a oferta formativa de cursos de turismo e de gestão hoteleira, sobretudo de cariz teórico. Nos Açores, o Centro de Formação Profissional que fazia formação na área hoteleira, no arquipélago, passa para a tutela da Secretaria Regional de Educação. Paulatinamente, o débil sistema de educação e formação para o turismo desarticula-se; o INFT, em quebra de influência e de força política, vê a sua área de influência dispersa por três tutelas, pelo que a existência de uma qualquer estratégia concertada de educação para o setor é uma utopia.

Em consequência do estado da formação no setor, em março de 2000, com nova mudança política, o Diretor-geral do INFT é reforçado politicamente e é delineado um “Plano Nacional de Formação 2000/2006”, com uma dotação de 34 milhões de contos.

As escolas hoteleiras afastam-se mais de um modelo de empresa hoteleira e aproximam-se do modelo pedagógico das escolas profissionais (escolarifica-se). A expansão da rede mantém-se. A CTP discorda do Plano e quer a participação dos parceiros sociais nas decisões, através da criação de um órgão tripartido. Sempre que existiam fundos para a formação, surgia a tentação da gestão tripartida.

Em 2001, o INFT perde o “Nacional” e é transformado em INFTUR (Instituto de Formação Turística), ganhando uma gestão colegial tripartida. Ambiciona-se abandonar o “registo” de Direção-geral e transformar o organismo numa instituição com características

similares a uma outra qualquer de gestão privada, com um modelo de *governance* típico de uma entidade empresarial. Para além desta alteração, o “Plano Nacional de Formação” é abandonado, sendo criado um “Plano Estratégico para 2002-2006” e criados nas escolas hoteleiras três CRVCC.

Em 2003, muda novamente o ciclo político e o INFTUR estabelece um ambicioso “Plano Estratégico 2004/2008”, que redefine a rede escolar e potencia o seu crescimento de 11 para 17 escolas, pretendendo duplicar a formação inicial, reforçar a formação contínua, aproximar a formação das necessidades do tecido empresarial, disponibilizar a certificação escolar e profissional a todo o território, estabilizar os dirigentes.

É neste período que são estabelecidas as bases de financiamento do ensino superior e se iniciam os trabalhos de implementação do processo de Bolonha. O setor passa, pela primeira vez, a ter um Ministério, e o INFTUR integra-o.

O rejuvenescimento de quadros acontece e iniciam-se negociações com o Ministério da Educação para a estabilização do corpo docente das escolas nas disciplinas da componente sociocultural e científica. Ao nível das infraestruturas, o plano de crescimento inicia-se; no campo pedagógico, foram introduzidas alterações nos conteúdos das componentes técnicas da formação inicial e o curso de turismo foi fundido com o de alojamento hoteleiro. O INFTUR passa a ser a autoridade competente para certificar quinze profissões regulamentadas para o seu exercício e acesso.

Quando, em 2005, muda o ciclo político, o INFTUR celebrava, na altura, o seu 40º Aniversário, mas antecipava-se já o que seria o seu fim e a transformação das suas competências numa direção de serviços do Turismo de Portugal, I.P., o novo instituto público entretanto criado. A opção política de manter as competências da educação para o turismo integradas na estrutura do setor não foi pacífica, foi mesmo contra o que apontava o PRACE, que defendia a repartição e integração desta formação setorial no Ministério da Educação e no Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

Em agosto de 2007 a nova estrutura entra em funcionamento. As escolas do Turismo de Portugal, I.P. são contempladas, no âmbito do Plano Tecnológico para a Educação, com um significativo pacote tecnológico. Os planos curriculares são uma vez mais revistos e o plano de renovação das infraestruturas leva um grande impulso, com a abertura de novas escolas e o lançamento de obras para outras; o programa de reconhecimento, validação e certificação de competência ganha novo impulso, com a iniciativa Novas Oportunidades, e

a Secretaria de Estado do Turismo lança o Conselho Setorial do Turismo, com a intenção de perceber quais as necessidades de formação.

É ainda lançado um projeto de criação de uma escola de formação superior de turismo de cariz internacional, resultado de uma parceria entre diversas instituições, e é celebrado um protocolo de colaboração com uma instituição Suíça para a certificação da rede de escolas de hotelaria e turismo. O número de alunos cresce e são criados novos cursos de especialização tecnológica. Procurou-se fazer muito em pouco tempo, e fez-se, não se consolidando, contudo, estratégias nem se perspectivando o futuro.

A 7 de setembro de 2009 a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, 51 anos depois de ter sido criada, adquire instalações definitivas e condignas com o seu historial.

Com as novas instalações escolares em Lisboa, Porto e Setúbal, o Turismo de Portugal, I.P. opta por construir Hotéis de Aplicação, em linha com o que vinha a ser feito na Europa, como instrumento pedagógico ao serviço da educação ministrada nas escolas. A estratégia política muda ainda antes das obras terminadas e a opção passa por concessionar a sua exploração a privados. Tal vem a acontecer em Lisboa e Porto, tendo o caso de Setúbal ficado retido por nova indefinição política no modelo de exploração a adotar.

Fica uma aparente contradição no facto de o Estado ter investido na criação de infraestruturas hoteleiras com fins pedagógicos e as tenha concessionado a privados, perdendo a mais-valia que tal infraestrutura poderia permitir à formação escolar. Mesmo que os concessionários utilizem os alunos como mão-de-obra, o relacionamento será similar ao de um qualquer estágio curricular, e nunca um verdadeiro instrumento ao serviço da formação.

Em junho de 2011 inicia-se novo ciclo político, desta vez com um Governo de coligação do PSD com o CDS. No âmbito do PREMAC, o Turismo de Portugal, I.P. é reestruturado; contudo, os objetivos do organismo em matéria de formação mantêm-se quase inalterados.

Sofrendo alguma contenção orçamental, procuraram-se soluções para passar a gestão de algumas escolas a outras entidades. Não tendo esta estratégia sido um sucesso, alegando racionalização de recursos e potencialização de investimentos o Governo, pela primeira vez desde a criação da estrutura pública de formação para o setor, na década de 60, diminui a rede pública de escolas hoteleiras, alienando quatro escolas no interior do País.

O racional então elaborado para o encerramento das escolas da rede não é aplicado em toda a estrutura, mantendo-se em funcionamento escolas com o mesmo tipo de problemas das encerradas. Ou seja, verdadeiramente, não se racionalizou nem se potenciou os recursos.

São também encerrados os Centros Novas Oportunidades instalados nas escolas.

Em 2013, o Governo revê as várias modalidades de ensino profissionalizante, visando anular sobreposições e assegurar a relevância da oferta; as escolas hoteleiras constam do plano para articulação, mas na prática nada acontece.

A formação setorial não se constitui como uma prioridade. De janeiro de 2014 a 26 de novembro de 2015, a Direção de Formação reparte com a Direção de Apoio à Venda a atenção e a responsabilidade do mesmo Vogal da Administração do Turismo de Portugal, I.P..

Face às constantes e crescentes alterações porque tem passado a educação e formação no setor, e dado o crescente aumento do volume de turistas, da proliferação de novos mercados, de novos produtos, de novas exigências, e à rápida evolução tecnológica, só uma melhoria qualitativa da formação poderá acompanhar o progresso a que se assiste e continuar a acrescentar valor aos recursos humanos necessários a esta realidade.

## **PARTE III – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO**

### **Capítulo 5. Conceptualização e metodologia da investigação**

#### **5.1. Introdução**

O principal objetivo desta terceira parte é apresentar e refletir sobre as metodologias utilizadas na investigação, assim como os instrumentos a ela aplicados. Para a sua concretização, o presente capítulo começa por apresentar a estrutura metodológica e, posteriormente, faz uma apresentação dos vários passos envolvidos no processo de investigação.

Considerando-se a primeira tarefa de uma investigação a determinação do tema, para a sua concretização é preciso promover um confronto entre dados, evidências e informações recolhidas sobre a matéria, incluindo o conhecimento teórico acumulado, a fim de determinar a viabilidade e a oportunidade do projeto de investigação em apreço, o qual também há-de levar em conta a motivação, as características e as competências do investigador (Lüdke e André, 1986).

Investigar a temática da construção e execução das políticas educativas para o turismo, em Portugal, de uma forma holística, num momento de encruzilhada quanto aos destinos genéricos da própria educação setorial, pareceu-nos um tema viável e aliciante.

Move-nos igualmente uma crescente preocupação com a ação política nas questões educativas para o turismo, políticas essas que raramente corporizam para além da ação imediata e mais raramente, ainda, têm em conta o necessário enquadramento histórico.

Sem prejuízo da grande motivação para o desenvolvimento do tema, sempre estivemos conscientes dos obstáculos e da complexidade do trabalho que teríamos pela frente. Assim, logo após a sua escolha iniciámos uma reflexão teórica, a partir de revisão bibliográfica, sobre os paradigmas das políticas públicas, da educação, e da educação para o turismo. Esta reflexão não foi, de modo algum, isenta de muitas interrogações e hesitações, mas resultou numa sucessão de aprofundamentos e clarificações. A construção desta base

teórica foi fulcral, pois permitiu ir acumulando um conhecimento estruturado para posterior aplicação na componente prática da investigação.

Descrevemos, em seguida, as várias fases da estrutura metodológica praticada, tendo como objetivo contextualizar os métodos e as técnicas utilizadas.

## **5.2. Conceptualização e processos metodológicos**

Todas as atividades ou comportamentos humanos são objeto de estudo possível, e em muitos casos habitual, de um conjunto de domínios científicos que se reúnem hoje no que se entendeu designar por ciências sociais. Estes podem dedicar-se ao estudo da evolução das sociedades, à interação social ou ao sistema cognitivo. Como também podem ser aplicadas, ou agrupadas, no contexto genérico das humanidades, como é o caso, por exemplo, das ciências políticas.

No caso desta investigação, a sua incidência é apenas sobre uma pequena fatia da realidade social, algures no triângulo constituído pelos vértices do turismo, da ciência política e das ciências da educação, procurando compreender a construção do sistema educativo para o turismo e as questões relacionadas com as políticas que foram e vêm sendo implementadas.

A questão principal da investigação científica é saber como é que a teoria e a pesquisa se complementam, considerando teoria como “o conjunto de proposições logicamente estruturadas e articuladas que têm como fim a explicação e a predição das condutas numa área determinada de fenómeno” (Bravo e Eisman, 1998, p. 58).

Segundo Gilbert (1993, p.28), as teorias compreendem uma ou mais hipóteses, às quais correspondem conceitos associados por relações. Ao combinar conceitos e ao estabelecer o modo como eles se relacionam entre si, o investigador pode construir uma teoria.

A pesquisa permite ao investigador testar as teorias e desenvolver as ideias necessárias para a formulação de novas teorias. Permite, ainda, produzir afirmações sobre os fenómenos observados e, depois, proceder à sua medição, de forma a obter as necessárias conclusões, e generalizações. A pesquisa “é a atividade básica da ciência e tem como finalidade descobrir respostas para as indagações do homem” (Zanella, 2007, p.21). Mas,



para que os objetivos sejam alcançados, primeiro deve-se compreender a natureza do caminho a percorrer e qual o método adequado para o efeito.

Etimologicamente, metodologia deriva do grego, sendo *meta* uma proposição que contém a ideia de movimento, *odos*, uma ideia de caminho e *logia*, de *logos*, que significa «palavra de discurso» ou «tratado sobre». Metodologia será “o caminho a ser percorrido para se atingir os objetivos previamente estabelecidos” (Teixeira, 2005).

Numa outra visão, metodologia é a “parte da lógica que estuda os métodos das diferentes ciências” (Silva, 1980, p.493), para Pité (1995, p.73), é o “estudo dos métodos científicos, ou seja, dos vários processos que as ciências utilizam para descobrir e demonstrar a verdade”, enquanto que para Azul (1995, p. 43), o método é “o conjunto de processos, critérios e princípios que os cientistas aplicam ao seu objeto de investigação para o conhecer”.

A OMT (1995, p.244-245), por seu turno, define metodologia turística como “o conjunto dos métodos empírico-experimentais, seus procedimentos, técnicas e práticas, que visa obter o conhecimento científico, técnico e real, dos fenômenos turísticos”.

Para Sousa (1998, p.27), “a condução de determinado processo cognitivo e/ou de transmissão de conhecimentos, seja ele de que natureza for, exige a obediência a critérios de tratamento que permitam seguir uma linha inteligível e capaz de ser entendida por aqueles a quem os mesmos se destinam”. Cada tipo de trabalho exige um método diferente e por vezes trabalhos semelhantes aplicam diferentes métodos na sua realização.

De uma forma sintética, apresenta-se, no Quadro 10, o resumo da estrutura metodológica da presente investigação:

**Quadro 10:** Resumo da estrutura metodológica da presente investigação

Ponto de vista	Tipo de pesquisa
Quanto à natureza	Aplicada
Quanto ao tipo de estudo	Teórico-empírica
Quanto à abordagem do problema	Qualitativa
Quanto aos objetivos	Exploratória e Descritiva

Sendo a definição do método uma peça fundamental para o alcance de resultados, impõe-se, de seguida, uma análise das estratégias e processos metodológicos que sustentaram a componente empírica deste estudo.

Pela sua natureza, esta pretende ser uma investigação aplicada, pois busca alcançar resultados que possam ser utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade (Marconi e Lakatos, 2003, p.20).

Quanto ao tipo de estudo, este caracteriza-se por ser teórico-empírico, pois utiliza tanto dados secundários oriundos de pesquisa bibliográfica como dados primários oriundos de pesquisa de campo.

Quanto à forma de abordagem do problema, classifica-se como uma pesquisa qualitativa, na medida em que “a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. “O processo e o seu significado são os focos principais de abordagem.” (Silva e Menezes, 2001, p.20). Ou, citando Frederick Erickson (1986, p.19), também poderá ser classificada como uma “investigação interpretativa”, aceitando que uma “observação inocente e despida de viés é um mito” (Medwar, 1982, p.89), mas reconhecendo que “uma das formas de controlo é a revelação, pelo pesquisador, dos seus preconceitos, valores e pressupostos” (Ludke e André, 1986, p.51), que foi precisamente o que procurámos fazer.

O dilema entre a utilização de métodos qualitativos e quantitativos tem constituído tema central na investigação nas Ciências Sociais. Com o passar do tempo, os procedimentos qualitativos foram-se legitimando e consolidando. Neste método, caracterizado por a investigação não se estabelecer mediante a operacionalização de variáveis, mas por estudar os fenómenos em toda a sua complexidade, a investigação não é realizada com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses, mas por privilegiar, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação (Bogdan e Biklen, 1994). Sem prejuízo desta assunção, não deixámos de, por uma questão de clareza intelectual, evidenciar algumas hipóteses a que procuraremos dar resposta, conforme se evidenciou logo no ponto 2 da Introdução.

O investigador qualitativo escuta opiniões individuais (entrevistas, observação participante ou não participante), sem se preocupar estritamente em categorizar as respostas (Bogdan e Biklen, 1994, p. 63, 89-109). Ao efetuar a análise qualitativa tem-se em consideração a presença ou a ausência de uma determinada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado extrato de conteúdo (Bardin, 2014).

As técnicas qualitativas dependem da criatividade do investigador, quer na entrevista, quer na observação (Clark, Riley, Wilkie, e Wood, 1998, p.2), enquanto que as quantitativas dependem mais dos instrumentos de investigação utilizados na recolha.

Stokowsky (1994, p.30) apresenta, de forma clara, os princípios básicos das duas abordagens nas respetivas tradições de investigação, concluindo, porém, que estes métodos devem ser usados como complementares na investigação social.

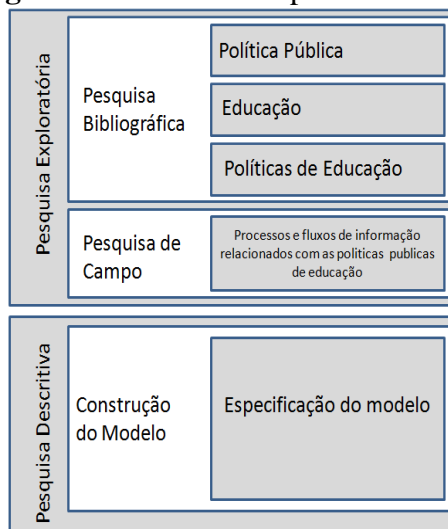
Neste tipo de investigação o interesse está mais centrado no conteúdo do que no procedimento, sendo, por isso, a metodologia determinada pela problemática em estudo.

Segundo a OMT (2001, p.12), a investigação qualitativa tem uma finalidade descritiva dos fenómenos turísticos e dos comportamentos humanos neles incluídos.

### 5.3. Procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente investigação foi desenvolvida em duas etapas: pesquisa exploratória e pesquisa descritiva, conforme se apresenta:

**Figura 37:** Estrutura de procedimentos.



A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema ou conseguir dele um maior conhecimento, com vista a torná-lo explícito e assim se construírem as hipóteses (Selltitz, Jahoda, Deutch, e Cook, 1975), dividindo-se em duas fases: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

Já a pesquisa descritiva, como se deduz, descreve o objeto de estudo ou o problema examinado, construindo o modelo.

A investigação realizada faz uma abordagem orientada para as fontes, na medida em que analisa legislação, despachos, pareceres, e estudos oriundos das mais variadas origens.

A pesquisa bibliográfica pode ser utilizada segundo duas perspetivas: servir para complementar a informação obtida por outros métodos, esperando encontrar-se nos documentos informações úteis para o objeto em estudo; e ser o método de pesquisa central, ou mesmo exclusivo de um projeto, e, neste caso, os documentos são o alvo de estudo em si próprios (Bell, 2004). A pesquisa bibliográfica pode ainda ser entendida como uma operação ou um conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estudo posterior, a sua consulta e referência (Bardin, 2014, p.47). O objetivo é que o investigador obtenha o máximo de informação com o máximo de pertinência.

Na pesquisa bibliográfica realizada recorremos a diversas técnicas de recolha e de análise, com destaque para as técnicas documentais, sendo que uma grande vantagem desta técnica de análise é o facto de esta ser uma abordagem não-reativa, isto é, os dados são obtidos por processos que não envolvem a recolha direta de informação. Nesta técnica de recolha de dados, é relevante utilizar documentos de qualidade e de natureza fidedigna (Lee, citado por, Afonso, 2005, p.88).

Recorreu-se, para tal, a fontes primárias e secundárias muito diversas, fundamentalmente existentes na Biblioteca Nacional, no Centro Cultural Casapiano, no Centro de Documentação do Turismo de Portugal, bem como, por uma questão de proximidade geográfica à residência do autor, e sempre que justificável, o Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, além de diversa documentação privada.

A investigação foi suportada na análise dos Diários do Governo, dos Diários da República, jornais, revistas e documentação dos organismos relacionados com o turismo e com a educação, bem como nas estatísticas disponíveis no INE. Por via eletrónica, foi também utilizada a Hemeroteca Municipal de Lisboa, bem como foram realizadas pesquisas no registo nacional de teses de doutoramento em curso, promovido pela Direção Geral de Estatísticas da Educação, e demais referências bibliográficas citadas.

Para definição da relevância dos documentos encontrados nas buscas, bem como da respetiva seleção, foram adotados os seguintes critérios: documentos contendo elementos relacionados com a ciência política e com políticas públicas, documentos contendo elementos de educação e formação para o turismo, documentos contendo referências à necessidade de dinamizar a qualificação dos recursos humanos na hotelaria e no turismo.

Com base nestes pressupostos, realizou-se a leitura detalhada de todos os documentos encontrados e, por fim, foram selecionados e identificados os seus principais elementos conceptuais.

A segunda etapa da componente exploratória refere-se à pesquisa de campo, a qual se detém na observação do ambiente onde é detetado um facto social (problema), que no início é examinado e depois encaminhado para explicações, através de métodos e das técnicas específicas (Fachin, 2006).

A pesquisa de campo da presente investigação foi realizada fazendo uso de três instrumentos: a entrevista, o questionário e a observação participante.

### **5.3.1. Entrevistas**

Para Lakatos e Marconi (1994, p.195) “(...) a entrevista é um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. A grande vantagem sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante (Lüdke e André, 1986, p.33-34). O seu valor científico dependerá, sobretudo, do contexto em que se desenvolve e da perícia do entrevistador, não esquecendo que na entrevista há um diálogo que se coonstrói entre duas pessoas, mas esse diálogo é coconstruído visando um terceiro virtualmente ausente no momento do diálogo (os leitores) (Peytard e Moirand, 1992, p.179).

Spradley (1980) sugere que, apesar de eventuais constrangimentos sociais entre o investigador e o informante, a relação ideal entre os dois desenvolve-se segundo etapas caracterizadas por uma apreensão inicial que vai sendo progressivamente substituída pela comunhão de informação.

O entrevistador deve posicionar-se e orientar-se por uma atitude modesta para com os entrevistados, tendo consciência de que eles são os detentores da informação e, como tal, mais conhecedores do tema.

Sendo este um trabalho assente essencialmente em métodos qualitativos, a representatividade foi uma preocupação constante, sendo certo que a preocupação central na escolha dos entrevistados foi mais a de encontrar “uma pequena dimensão de sujeitos socialmente representativos” do que “uma imensidade de sujeitos estatisticamente

representativos” (Guerra, 2006, p. 20). Não faz, assim, sentido falar-se em «amostra», já que o objetivo não foi obter uma representatividade estatística mas sim obter a informação de determinados elementos da sociedade que detiveram funções e cargos de influência política no setor do turismo, ou têm ou tiveram a oportunidade de influenciar a opinião dos demais. Utilizou-se, no entanto, a seguinte ordem de critérios:

- i) exercer ou ter exercido cargo político / dirigente;
- ii) exercer algum tipo de função política, ou possuir cargo em órgão público ligado à formação;
- iii) possuir conhecimento sobre processos e fluxos das políticas educativas;

Mais em concreto, as entrevistas foram dirigidas a ex-Secretários de Estado do Turismo e da Educação, nos diferentes períodos em análise, dirigentes do Ministério da Economia (ex-INFT, INFTUR e Turismo de Portugal, I.P.) do Ministério do Trabalho, dirigentes escolares, bem como alguns destacados protagonistas, ao nível da influência da decisão e formulação da política educativa para o turismo.

Não se definiu, previamente, qualquer limite para o número de entrevistas a realizar; num primeiro momento, não foram definidos grandes procedimentos para a sua realização, apenas se definiu que seriam pessoais, e individuais.

A preparação das entrevistas incluiu a elaboração de um guião semiestruturado (Anexo III), que as viesse a orientar, e procurou-se identificar o ambiente mais apropriado para as realizar. A utilização, como instrumento de apoio, do gravador foi sempre feita sob autorização expressa do entrevistado, bem como foi percecionada a interferência, em maior ou menor grau, de fatores externos. Desta opção resultou a possibilidade de agregar em categorias as informações que fomos colhendo, de forma a ajudar a atingir os objetivos da investigação (Mozzato e Grzybowski, 2011).

Na sua construção e enunciação, as questões não foram demasiado complexas, nem excessivamente curtas, e, em particular, procurou-se que não fossem ambíguas, bem como não gerassem no entrevistado uma perceção do que se esperava das suas respostas, pois este grave erro na formulação das questões pode levar a que o entrevistado forneça informações distorcidas, ou mesmo erradas. O investigador não deve colocar perguntas que já contêm a própria resposta, pois pode conduzir o entrevistado a confirmar determinado pressuposto que o investigador acredita ser o indicado e viciar os resultados da entrevista e a qualidade final da informação (Bernard, 1988).

Para serem eficazes e válidas, procurou-se que as perguntas propostas tivessem o mesmo significado para o entrevistador e para o entrevistado, ou seja, teriam de ser entendíveis dentro de um mesmo contexto, o que nem sempre se atingiu. Para além deste pressuposto fundamental, procurou-se que as questões não fossem ilegítimas, isto é, não estivessem imbuídas de preconceitos, mesmo involuntariamente enunciados, pois estas violam a confiança necessária ao estabelecimento de laços que possibilitem validar os resultados da entrevista (Kemp e Ellen, 1984).

Assim que se realizou a experiência da primeira entrevista, efetuada de forma pessoal e individual, dissipou-se qualquer dúvida e nasceu a certeza de que todas deveriam ser conduzidas segundo esse método.

As entrevistas foram acontecendo com uma cadência lenta mas natural, à medida que se avançava na investigação, procurando assegurar que os entrevistados eram as pessoas com o maior conhecimento do tema em determinado período temporal. O uso do guião viria, também, a facilitar o registo do perfil pessoal e sociocultural dos entrevistados e a ordenação das questões.

A informação foi recolhida em diferentes locais, nomeadamente, em casas particulares, em escritórios dedicados à atividade profissional e em locais públicos, entre os quais predominaram os hotéis e restaurantes; não tendo sido limitadas a um tempo fixo, foram orientadas por critérios de interesse científico, bom senso e empatia mútua estabelecidas entre o investigador e os entrevistados.

Foi igualmente necessário que os entrevistados sentissem que o investigador tinha tempo e interesse em ouvir as histórias que tinham para relatar. Frequentemente, durante parte das entrevistas, os informantes contavam histórias evocativas da sua ação política, não necessariamente ligadas à investigação em causa. Sem perda da objetividade com que desenvolvemos o nosso trabalho, as histórias pessoais foram sempre escutadas com interesse.

Para a realização das entrevistas foi necessário um período longo, uma vez que as mesmas eram agendadas com os entrevistados de acordo com suas disponibilidades, de modo a que a participação individual de cada um resultasse numa contribuição totalmente voluntária para a investigação. Recorrendo ao amparo no argumento de Quivy e Van Campenhoudt (1995, p.92), aceitámos que “as pessoas não estão forçosamente dispostas a responder, exceto se virem nisso alguma vantagem (falar um pouco, por exemplo) ou se acharem que a sua opinião pode ajudar a fazer avançar as coisas num domínio que consideram importante”.

Importa destacar que foi a sensação de poderem estar a contribuir com a sua opinião para o melhor conhecimento de uma matéria que consideram relevante e que, de alguma forma, marcou as suas vidas, que se revelou notória em praticamente todas as intervenções. Assim, após o autor apresentar uma síntese preliminar do objeto de estudo aos inquiridos, sentiu-se invariavelmente uma reação de satisfação por esta iniciativa de abordar o tema da educação para o turismo no contexto de uma investigação de doutoramento.

O registo da informação foi feito formalmente sob a forma escrita, utilizando-se em paralelo o gravador áudio como auxiliar, sempre em comum acordo com os entrevistados. Durante as entrevistas, procurou-se não interromper nunca a resposta do entrevistado, pois a interrupção de um discurso quase sempre mais não é do que um sinal de impaciência.

Como regra geral, os entrevistados não foram sujeitos ao contraditório, o que não significa que, por vezes, não fosse necessário o uso de questões adequadas e necessárias à clarificação de alguma informação.

A entrevista, sendo um método de pesquisa qualitativo, gera dados que devem ser tratados de modo muito específico e detalhado, uma vez que estes são recolhidos num contexto verbal. Definimos, assim, como método de tratamento das entrevistas a análise de conteúdo, porquanto este se caracteriza por um conjunto de técnicas de análise das comunicações em que se utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2014).

Este desígnio de realização de entrevistas pode ser integrado numa das práticas que Teodoro (1999, p.57), citando Kathleen Casey, designa de *narrative research*, obedecendo ao propósito de procurar recriar os contextos das tomadas de decisão, de imergir na cultura política do decisor, de procurar compreender as suas racionalidades, de estar por dentro ("get inside").

A importância da análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque trata de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de complexidade (Quivy e Campenhouldt, 1995). Maykut e Morehouse (2003) partem do princípio de que não existe um único tipo de análise de conteúdo, e que este tem uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do investigador face ao objeto de estudo.

Para analisar as respostas mencionadas por um maior número de entrevistados, pode-se recorrer a uma enumeração de frequências. Segundo Bardin (2014), a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparecimento no texto. Ou seja, o



aparecimento de uma expressão ou sentido será tanto mais significativa quanto mais frequentemente se repetir.

As informações obtidas nas entrevistas receberam um tratamento exaustivo, tendo-se realizado para cada uma delas a transcrição integral das respostas, a fim de gerar uma maior facilidade na análise de conteúdo.

A transcrição revelou-se um elemento essencial neste trabalho, valorizando o tempo consumido e a concentração exigida para garantir a fidedignidade das declarações que foram registadas, ao mesmo tempo que se ouvia o registo áudio.

Na passagem do áudio para a escrita procurou-se respeitar, sempre que possível, as características do registo oral; no entanto, procedeu-se a algumas correções pontuais de certos aspetos da oralidade, vícios de linguagem, nomeadamente repetições de palavras e eventuais incorreções ao nível da concordância em género e/ou número e repetições redundantes duma mesma palavra (Duarte, 2004, p.221).

Para os propósitos do presente trabalho, a análise baseou-se na criação de categorias de respostas e, posteriormente, na análise das diferentes categorias, no sentido de perceber os diferentes tipos de respostas e de verificar as categorias de respostas mencionadas por um maior número de inquiridos (Bardin, 2014, p.145).

Posteriormente, foram identificados os aspetos coincidentes e distintos dos vários entrevistados. A esmagadora maioria possui formação académica de nível superior, dispersando-se por áreas que vão do Direito, à Sociologia passando pela Geografia e a Gestão.

Dessa forma, a formação académica e a experiência profissional dos dirigentes consultados e que abaixo se identificam, de acordo com a sequência das próprias entrevistas, apresentam conhecimentos suficientes para garantir a qualidade da investigação.

**Quadro 11:** Especialistas e cargo desempenhado

<b>Especialista</b>	<b>Cargo (ou função)</b>	<b>Formação académica</b>
Augusto Severo dos Santos	Diretor-Geral do INFT	Direito
Licínio Cunha	Secretário de Estado do Turismo	Economia
Antonio Serras Pereira	Secretário-Geral do CNFTH	Direito
Alexandre de Almeida	Presidente de Grupo Hoteleiro	Gestão Hoteleira
Hélder Amaro Rodrigues	Diretor da Escola de Hotelaria de Lisboa	Gestão Hoteleira
Manuel Coelho da Silva	Diretor-Geral do INFT	Direito
Joaquim Moura	Diretor-Geral e Presidente do INFTUR	História
Carlos Lima	Diretor dos Serviços de Formação e do CETHE	Direito
Acácio Duarte	Diretor da Escola de Hotelaria do Estoril e Diretor de Serviços	Psicologia
Nuno Santos	Vogal do Turismo de Portugal, I.P.	Gestão
Leonel da Costa	Diretor-Geral do INFT	Sociologia
Frederico Costa	Presidente do Turismo de Portugal, I.P.	Gestão Hoteleira
Jorge Umbelino	Presidente do INFTUR	Geografia
João Casanova de Almeida	Secretário de Estado do Ensino e Administração Educativa	Administração e Gestão Escolar
Maria da Conceição Afonso	Subdiretora-Geral do emprego e formação	Humanísticas
Vitor Neto	Secretário de Estado do Turismo	Ciência Política e Económica
Luís Patrão	Presidente do Turismo de Portugal	Direito
Luís Correia da Silva	Secretário de Estado do Turismo	Engenharia Agronómica
Francisco Vieira	Presidente do INFTUR	História
Teresa Monteiro	Vice-Presidente do Turismo de Portugal, I.P.	Direito

Destaca-se que todos os participantes da investigação autorizaram a publicação dos seus nomes e das informações prestadas nas entrevistas. A íntegra das entrevistas encontra-se transcrita em Anexo IV.

Ao longo da investigação, a necessidade de validar a informação recolhida foi uma preocupação constante, pois existem fatores que podem exercer uma considerável influência na informação cedida pelos entrevistados, nomeadamente: a existência de erros voluntários ou involuntários, o desejo de agradar ao entrevistador, o estado emocional do informante, as suas atitudes e os seus valores, para além de fatores idiossincráticos resultantes da própria entrevista (Kemp e Ellen, 1984).

Segundo Bernard *et al* (1985), pode também ter de se considerar a hipótese de uma potencial discrepância entre o que o informador diz, pensa e efetivamente fez.

A validade da informação está diretamente relacionada com a exatidão e a fiabilidade da mesma, enquanto que a confiança se relaciona com parâmetros de consistência de discurso de um determinado entrevistado no que respeita a um assunto específico (Pelto e Pelto, 1983). A validade da informação registada pode ser confirmada através da triangulação de várias técnicas (White, 1982), o que procurámos fazer através dos métodos do inquérito e da observação participante, o primeiro dos quais passamos a debater já em seguida.

### 5.3.2. Questionários

Não perdendo de vista o objeto de estudo, optámos por incluir na nossa investigação empírica um método extensivo, o método de inquérito por questionário (recolha indireta). “O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 98). Consiste na recolha de dados de interesse científico, através da interpelação a uma amostra do universo a estudar, funcionando como elo de ligação entre os objetivos da pesquisa e a população a estudar por parte do investigador. Segundo Afonso, “enquanto as entrevistas se baseiam na interação verbal, os questionários consistem em conjuntos de questões escritas a que se responde também por escrito” (Afonso, 2005, p. 101).

Esta escolha foi determinada basicamente por dois aspetos: primeiro, porque “o referido método possibilita uma recolha eficaz de informação sobre um grande número de indivíduos, bem como a comparação das suas respostas” (Giddens, 2013, p. 50); segundo, porque é o método quantitativo de investigação mais utilizado (Giddens, 2013, p. 52).

O objetivo principal da utilização deste procedimento de recolha de informação é o de converter a informação obtida através das respostas em dados pré-formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e de contextos diferenciados. A informação recolhida através desta técnica “consiste não só no que as pessoas pensam, mas sim no que elas dizem que pensam, não só no que as pessoas preferem, mas sim no que elas dizem que preferem” (Afonso, 2005, p.101).

E, de acordo com Ryan (1995, p.127), a investigação quantitativa está, quase sempre, associada à realização de um inquérito por questionário.

A estruturação e construção do questionário foi possível com base em modelos de outros investigadores (Bogdan e Biklen, 1994), no âmbito do ensino-aprendizagem, bem como numa análise sobre a literatura da investigação. O instrumento de recolha foi composto por seis perguntas fechadas, com alternativas para aferição e análise segundo uma escala de *Likert* e um campo para observações livres.

O questionário utilizado (Anexo VI), foi constituído pelas seguintes partes:

Parte I: Identificação da entidade, visando verificar se é entidade pública, privada ou associativa;

Parte II: Identificação sumária do perfil dos respondentes, visando conhecer o cargo desempenhado, a sua idade e habilitações;

Parte III: Conjunto de seis questões, visando conhecer a percepção das entidades em relação às políticas públicas implementadas;

Atendendo à dimensão do universo, considerou-se adequado delimitar a pesquisa, fazendo o encaminhamento dos questionários por mensagem de correio eletrónico, para sessenta entidades, uma vez que seria impossível encaminhar o questionário a todas as empresas e entidades ligadas ao turismo e à educação. Assim, a amostra foi dividida em três grupos distintos, todos de vinte entidades, não porque sejam universos de igual dimensão mas porque temos a valia das suas respostas em igual consideração: a) para os principais organismos institucionais do turismo, como sejam as entidades regionais de turismo, associações empresariais, profissionais e sindicatos; b) empresas hoteleiras; c) entidades educativas e formativas, escolas profissionais e de ensino superior, universitário e politécnico, procurando, assim, aferir se as medidas políticas foram percecionadas da mesma forma por todos os grupos de intervenientes (listagem em Anexo V).

Dos 60 questionários enviados, 32 foram respondidos e considerados válidos, assim repartidos pelos três grupos. 9 no grupo a) 11 no grupo b) e 12 no grupo c), o que aceitámos como informação representativa. Após a receção, realizou-se a leitura das respostas constantes, tendo os dados sido alvo de análise quantitativa (tratamento estatístico simples) e análise descritiva.

A característica principal das técnicas de amostragem não probabilística, como é este caso, é a de que, não fazendo uso de formas aleatórias de seleção, torna-se impossível a aplicação de técnicas estatísticas tendo em vista a extrapolação de resultados: “uma vez aceites as limitações da técnica, a principal das quais é a impossibilidade de generalização dos resultados do inquérito à população, ela tem a sua validade dentro de um contexto específico” (Marconi e Lakatos, 2003, p.51-52). Releva acrescentar que, após as insistências socialmente toleráveis, e por estarmos perante um universo finito, a base de informação que obtivemos não poderia, de qualquer modo, ser aumentada.

### 5.3.3. Observação participante

A observação participante foi outra das técnicas de investigação utilizadas. Kasper Malinowski terá sido o primeiro a utilizá-la nos primeiros anos do século XX, a partir do trabalho de campo desenvolvido, entre 1914 e 1918, com os nativos do arquipélago Trobriand, na Melanésia, região ocidental do Oceano Pacífico. Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, partilha de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com os outros, primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar entre o investigador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento (Fernandes, 2011).

A observação participante permite-nos observar as atividades das pessoas e as características físicas da situação do ponto de vista social, o que nos faz sentir parte integrante daquela realidade (Spradley, 1979).

Correia (2009), citando Lapassade, considera três tipos de observação participante: o primeiro, que designou por observação participante periférica, em que o observador tem um certo grau de implicação no grupo, mas não tanta que possa bloquear a sua capacidade de análise; o segundo, observação com participação ativa, é referido como “tendo um pé dentro e outro fora”, o que permite participar mantendo um certo distanciamento; por último, o terceiro, observação participante total, ou completa, é, segundo o autor, indicado em estudos etnometodológicos ou em estudos em contexto de investigação-ação.

Em praticamente três décadas de vida profissional, acompanhámos de muito perto a intervenção política na educação e na formação profissional, em particular como foi sendo construído o modelo de educação/formação para o turismo, e isto quer como aluno do sistema, quer como docente, sindicalista, líder associativo e dirigente. Situação que, por um lado, nos permitiu um lugar privilegiado de observação e de acesso às fontes, mas que inclui evidentes riscos, pois, como refere Bourdieu (1984), os obstáculos ao conhecimento científico provêm tanto de um excesso de proximidade como de um excesso de distância.

Foi, seguramente, por termos consciência dos riscos pessoais na realização de uma investigação como esta que, na metodologia, utilizamos a “triangulação” tantas vezes usada em ciências sociais, quando diversos métodos são utilizados num estudo, a fim de verificar resultados (Denzin e Lincoln, 2006), dado que várias fontes fornecem várias avaliações do mesmo fenómeno. O tipo de triangulação que usamos nesta investigação denomina-se de

triangulação de dados, uma vez que confrontamos dados recolhidos através de entrevistas, inquéritos e observação participante, para além de pesquisa bibliográfica. Além deste tipo de triangulação, pode também utilizar-se a triangulação de pesquisadores, a triangulação da teoria e a triangulação metodológica (Patton, 1990).

Guba e Lincoln (1989) também se referem a esta problemática, afirmando que a triangulação deve ser sempre precedida de uma recolha de dados em perspetivas distintas, utilizando diversos métodos e fontes, para que as preferências dos investigadores sejam comprovadas.

Depois de definir o problema e de construir a teoria subjacente, descrevem-se os conceitos, as variáveis e as hipóteses (Pizam, 1994, p.95). Para Anderson (1998, p.57-59), a estrutura do trabalho científico é importante para conhecer as relações entre as variáveis. A divisão de um conceito em componentes operativas, definidas e medidas de modo eficaz, constitui uma necessidade da investigação.

#### **5.4. Questões, objetivos e hipóteses**

Conforme já abordado, as políticas educativas para o turismo têm tido uma execução prática através de um conjunto de organizações condicionadas, à partida, por normas, estatutos, financiamentos ou papéis que as hierarquizam, e onde a visão da própria Escola, como organização supostamente não direcionada para atingir objetivos economicistas, alterna com períodos de uma aparente visão de racionalismo económico, onde se questiona o papel da intervenção graciosa do Estado.

Foi aqui que nos propusemos centrar a nossa investigação, admitindo que Portugal possui um sistema educativo para o turismo com características únicas:

***“Que razões políticas contribuíram para a construção do atual sistema educativo dedicado ao turismo em Portugal?”***

Estabelecida esta questão de partida, fixámos como objetivo geral a identificação das políticas de educação para o turismo e a análise crítica de como estas se têm refletido no trabalho de articulação, ajustamento ou adequação das estruturas e dos meios às evoluções sociais, demográficas ou económicas do país.

Este objetivo geral foi orientado através de três objetivos específicos, que se discriminam:

- i. Elencar a matéria legislativa e avaliar se esta tem respondido a uma visão e estratégia global de educação do país ou a uma visão e estratégia setorial de resposta imediata às necessidades das empresas;
- ii. Avaliar se a existência de um sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo português;
- iii. Diagnosticar as políticas estruturais implementadas no sistema educativo para o turismo e saber se estas têm sido coerentes com a evolução do mercado de trabalho e os fornecedores de educação.

A descrição destes objetivos serviu para delinear a sequência dos propósitos deste estudo e para estabelecer o seu enquadramento, ou seja, explicar o porquê da escolha das questões a investigar e dos processos a desenvolver para alcançar respostas apropriadas.

Para melhor responder a estes objetivos, formularam-se algumas hipóteses, as quais Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p.70) indicam como devendo “também ser compatíveis com pelo menos uma parte do conhecimento científico”; em investigação, a hipótese “passa por dois processos importantes: a sua correta formulação e o seu teste”; portanto, “com o intuito de encontrar soluções para o estudo em questão, as hipóteses poderão ser comprovadas ou refutadas” (Fachin, 2006, p. 61).

De qualquer forma, quando uma ou mais hipóteses movem uma pesquisa, é muito importante que sejam formuladas de modo explícito, pois os resultados, como vimos, podem ser confirmá-las ou refutá-las, forçando a sua reformulação (Mattar, 2008, p.162).

Por entre outras possibilidades que poderíamos identificar, e recordando, uma vez mais, que a nossa metodologia não assenta no pressuposto da confirmação ou infirmação sistemática de hipóteses, selecionámos três matérias a serem escrutinadas na nossa pesquisa:

1. Em Portugal, existe uma, ou mais do que uma visão e estratégia a sustentar a educação para o turismo;
2. Em Portugal, as políticas de educação para o turismo são diretamente ou indiretamente influenciadas pelos ciclos políticos;
3. Em Portugal, a construção do sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo;

Na parte conclusiva deste trabalho daremos conta da nossa interpretação acerca da resposta à pergunta de partida e aos objetivos, bem como da validação das hipóteses de investigação.

## 5.5. Nota Final

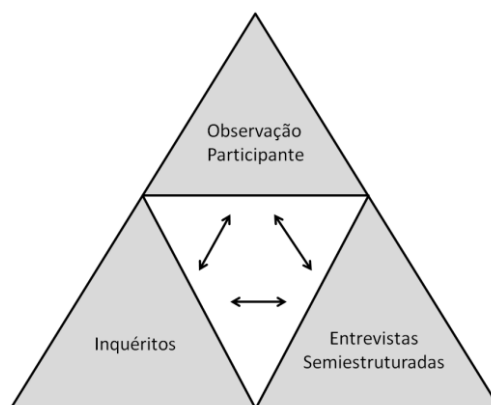
Como apontamento final acerca das nossas escolhas, cumpre reconhecer que retirámos conscientemente do âmbito desta investigação a análise a métodos de gestão da educação/formação para o turismo, assim como também não se pretendeu avaliar os impactos diretos de determinadas medidas políticas na comunidade educativa.

O modelo de investigação suportado por uma triangulação consiste na utilização de vários métodos de investigação que permitam analisar um determinado fenómeno (Clark, Riley, Wilkie e Wood, 1998, p.39), criando condições favoráveis à obtenção de conhecimento mais consistente. Como já abordado, optámos por esta solução (Figura 38), triangulando as entrevistas semiestruturadas, com os inquéritos por questionário e a observação participante.

Durante a fase de recolha nas fontes documentais baseámo-nos, ainda, numa análise qualitativa de conteúdos.

Em termos mais concretos, primeiro, procurou-se apresentar de forma descritiva e sintética as principais informações recolhidas. Em seguida, para cada uma das questões levantadas buscou-se uma análise do conjunto das respostas dos especialistas.

**Figura 38:** Esquema da triangulação de métodos e instrumentos de investigação desenvolvidos neste trabalho



Todos os dados de todos os métodos foram confrontados numa síntese global, emergindo a exploração do tema. Este método de movimento reflexivo entre o desenvolvimento do conceito, dados, análise e interpretação revelou-se essencial para a investigação.

Na fase seguinte deste trabalho, são apresentadas as análises e interpretações dos dados obtidos.



## **PARTE IV – RESULTADOS**

### **Capítulo 6. Análise de dados de investigação**

#### **6.1. Introdução**

Depois de apresentarmos, no capítulo anterior, as opções metodológicas e os instrumentos utilizados para a recolha de dados, este capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos no trabalho de investigação, tendo sido organizado da seguinte forma: (i) entrevistas realizadas aos antigos dirigentes, procurando analisar o seu conteúdo, sobretudo dando evidência a opiniões e experiência que pudessem ajudar os pressupostos que perseguimos; (ii) inquérito por questionário, analisando e interpretando os resultados dos questionários recolhidos junto das entidades, empresas e estabelecimentos de educação, suportados por métodos de análise quantitativa (tratamento estatístico simples) e análise descritiva; (iii) observação com participação ativa, na busca de uma participação do investigador que mantenha este sob um certo distanciamento. Importa mencionar que, sempre que foi possível, se procedeu ao cruzamento de dados, comparando as palavras com os escritos e recorrendo-se às notas de campo produzidas, no sentido de contribuir para uma análise mais sistemática.

#### **6.2. Entrevistas**

Com base nas entrevistas realizadas, analisamos agora as representações que os dirigentes fazem sobre a educação e formação para o turismo, procurando interpretar as causas dessas representações e descrevendo e avaliando os impactos visíveis dessas ações.

Apesar de nos focarmos na análise qualitativa, reconhecemos que existem elementos que convidam a um tratamento de forma quantitativa, ainda que simples. É o caso do

primeiro grupo de questões do guião das entrevistas, que procurava recolher informação que permitisse estabelecer o perfil dos entrevistados.

A análise ao perfil dos entrevistados foi suportada por oito variáveis, que passamos a apresentar de forma muito breve. Os entrevistados foram maioritariamente homens (90%), estando tal proporção de género um pouco acima dos 71,1% da média nacional nos cargos de direção da administração pública central<sup>126</sup>. Em termos das idades dos participantes, estas estão compreendidas entre os 39 e os 75 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, 90% possui uma licenciatura, sendo que 20% possui um mestrado e 10% um doutoramento. As áreas do conhecimento mais representadas são o Direito, a Gestão Hoteleira e a História, seguindo-se as restantes, que vão da Economia, à Sociologia, da Psicologia à Geografia, da Administração Escolar à Ciência Política. Os entrevistados, apesar de serem oriundos das mais diversas regiões do Continente, da Região Norte ao Algarve, residem atualmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, com exceção de um. Quanto à relação com a atividade laboral, 60% dos entrevistados possui vínculo à administração pública, sendo que 40% trabalha por conta própria ou em empresas privadas; 35% sempre trabalharam em turismo ou em educação, enquanto 65% só o fizeram durante determinados períodos.

Esta primeira análise destaca uma superioridade numérica de dirigentes do sexo masculino. Mesmo tendo a amostra sido, assumidamente, por conveniência, esta procurou reflectir a realidade factual nos dirigentes políticos do setor. No entanto, nos últimos anos a tendência tem sido a procura de algum equilíbrio. Outro aspeto que retiramos é a diversidade da formação académica de base, mostrando que a formação em turismo nos lugares dirigentes do setor ainda não é significativa.

Caracterizado o painel, o segundo grupo de questões do guião das entrevistas visava avaliar as representações dos dirigentes relativamente à educação para o turismo, tendo sido exploradas quatro grandes componentes: (i) a existência de uma visão e estratégia global de educação para o País ou apenas uma visão setorial de resposta às empresas; (ii) a existência de uma adequação das políticas ao mercado e aos operadores de formação; (iii) se as políticas de educação para o setor serão, ou não, influenciadas pelos ciclos políticos; (iiii) e, por último, se o modelo educativo de matriz setorial foi útil ao turismo e se ainda faz sentido.

---

<sup>126</sup> Rando, B., Gago da Silva, M. e Anjos, C. (2011). Estudo de igualdade de género nos cargos de direção da administração pública central – 14 anos de políticas para a igualdade. Lisboa: INA, p.4

De modo a facilitar a análise dos dados, os entrevistados foram identificados com o prefixo "ENT", seguido de um número correspondente à ordem de realização da entrevista.

Aos dados recolhidos procurámos identificar um conjunto de elementos comuns, delineadores do discurso, dentro das componentes que pretendíamos investigar.

A primeira componente foi colocada na entrevista da seguinte forma:

*“Acha que durante o período do seu exercício se respondeu a uma visão e estratégia global de educação do país ou a uma visão e estratégia setorial de resposta imediata às necessidades das empresas?”*

As representações dos entrevistados variaram, numa primeira análise, entre uma fuga total à questão, revelando mesmo algum embaraço em responder, e a resposta direta, quer na perspetiva de alinhamento único e exclusivo de resposta imediata às necessidades das empresas, quer de enquadramento das políticas formativas setoriais do turismo no âmbito mais vasto do sistema educativo nacional.

Numa análise mais fina ao conjunto de respostas, percebemos, com alguma facilidade, que estas estão muito marcadas pelos períodos políticos e sociais que o País atravessou nos momentos de intervenção de cada um dos respondentes. Se nos reportarmos ao período compreendido entre a criação da primeira escola hoteleira, em 1958, e o 26 de novembro de 2015, data da tomada de posse do XXI Governo Constitucional, período entre o qual os dirigentes entrevistados intervieram nos assuntos da educação, podemos facilmente identificar dois períodos distintos que correspondem às representações apresentadas.

Um primeiro período, tal como referimos, que se inicia com a criação da primeira escola hoteleira mas que se vai estender até à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, período esse em que a visão e a estratégia surgiram muito da pressão de alguns empresários hoteleiros e de alguns trabalhadores do setor mais informados, que pressionaram o Estado para que as empresas passassem a ter acesso a ativos com formação profissional, em vez de a realizarem dentro das suas estruturas. Foi um período em que a estratégia do Estado não foi muito mais além do que procurar dar resposta às necessidades de alguns empresários, porque ontem, como hoje, o tecido empresarial é bastante heterogéneo e o seu posicionamento perante a formação profissional é muito diverso.

Ilustramos a análise com algumas intervenções caracterizadoras do que referimos:

“Foi o setor privado que sentiu necessidade e forçou o setor público, digamos assim, a enveredar pela formação profissional na área da hotelaria” (ENT05).

Na altura, “todas as associações dignas de representarem um empresariado industrial tem uma escola. A escola de Lausanne era da Associação dos Hoteleiros Suíços. Naturalmente, para que a Associação (portuguesa) se pudesse afirmar entre pares europeus também teria que ter a sua” (ENT04).

No entanto, a afirmação da escola não foi pacífica, muitos empresários hoteleiros continuavam muito fechados, os avanços de mentalidade foram de alguns, não de todos. Os empresários ligados ao turismo, como são as agências de viagens, sempre foram mais abertos.

“(…) empresários hoteleiros que tinham posições-chave na hotelaria que diziam que os ia levar a aumentar salários [...] para quem o inglês e alemão só fazem aumentar os salários. (ENT03).

“Muitos gestores hoteleiros gostavam, na altura, de ter muitos criados de mesa e não empregados de mesa” (ENT03). “A hotelaria clássica vivia ainda na época da subserviência” (ENT03).

“(…) enquanto que na questão das agências de viagens a formação era para o domínio da cultura, da língua, das línguas estrangeiras, o contacto com os novos modelos de gestão que eram precisos, havia uma grande abertura. Na questão da hotelaria já havia algumas reservas, porque havia a ideia tradicional de que se vai formar essa gente... vai-se formar doutores, se vamos ter doutores vão querer ganhar mais. (...) Na restauração, aí a questão era mais complexa, porque a restauração é muito dispersa no País” (ENT06).

A criação da primeira escola, por pretender responder a uma necessidade imediata dos empresários hoteleiros, descurou uma outra vertente que começava a afirmar-se, as profissões do turismo. O Estado concede, então, a privados a vertente da formação nesta área, tendo mais tarde necessidade de a recuperar e chamar a si a coordenação de toda a atividade de formação turística, criando o CNFTH, em 1965.

“Apenas a pressão do desenvolvimento turístico do Algarve, a inauguração do aeroporto, e a pressão da procura internacional é que levou o Governo a responder” (ENT03)

As primeiras medidas estratégicas são implementadas.

“(…) depois da criação da primeira escola, sucederam-se outras [...] houve um pensamento político de levar essa formação ao interior, no sentido de formar pessoas ou de aperfeiçoar aqueles que já estavam na profissão e que não tinham acedido a ela, eram as

chamadas brigadas itinerantes de hotelaria, que foram importantíssimas para fazer chegar o «know how» ao interior do País” (ENT05).

No Algarve, “a formação foi um instrumento para criar mobilidade social, e o turismo levou pessoas a mudarem de região, mesmo tendo o mínimo de habilitações técnicas e profissionais” (ENT08).

Respondeu-se “a uma visão estratégica para o desenvolvimento do turismo. Uma visão estratégica perfeitamente alinhada com as políticas de turismo que existiam na altura e, por isso, com todo esse movimento de nascimento do setor do turismo” (ENT08).

Com o 25 de abril de 1974, e passada a convulsão política característica das mudanças de regime político, o CNFTH passa pela primeira grande crise, com a criação do IEFP.

“(…) a ideia era integrar toda a formação turística e hoteleira no Instituto do Emprego” (ENT01).

Os empresários movimentam-se e o então Diretor-Geral consegue vencer a disputa política, sendo CNFTH promovido a Instituto Nacional de Formação Turística.

“(…) eu disse sempre, se vamos para ali, sabedor e experiente destas coisas, nunca mais se faz nada. [...] sabia bem que o IEFP era só conversa, de modo que falhava em grande parte os seus objetivos” (ENT01).

“Creio que valerá a pena situarmo-nos na altura, e estamos a falar dos anos 1980, qual era a situação da formação na área do turismo e da hotelaria, particularmente a do turismo. Existiam as formações de guias que eram as chamadas formações certificadas, mas que não atribuíam graus académicos, eram formações que eram dadas sobretudo por escolas privadas e que eram acompanhadas e certificadas pelo INFT.

Na área da hotelaria, a situação era de muitos cursos profissionais, no sentido de não equiparação académica, e que eram ministrados normalmente nas escolas [...]. Era sempre o INFT que era uma espécie de chapéu das formações em Portugal na área do turismo e da hotelaria e que tinha essa missão, sobretudo, certificadora das profissões.” (ENT06).

Este período, repetimos, caracterizou-se por uma resposta quase exclusiva do Estado às necessidades das empresas. A qualificação dos profissionais resumiu-se à esfera das competências técnicas e linguísticas, e as profissões do turismo pouco ou nada foram dignificadas.

Um segundo período inicia-se com a publicação da LBSE, que coincide com o Plano Nacional de Turismo, de 1986-1990. É o período que se vai caracterizar por profundas alterações e por um assinalável crescimento da oferta formativa pública para o turismo.

“(...) nesse Plano, as escolas que foram identificadas já eram orientadas para as empresas. Eram escolas de formação vocacional, pura e simplesmente” (ENT02).

“(...) a primeira vez que houve a ideia de fazer uma escola superior em Portugal, ou criar um curso de turismo numa escola superior, surgiu pelos hoteleiros do Estoril, que tentaram convencer a Universidade Católica a criar uma licenciatura, um curso superior em turismo. Não teve sucesso essa ideia, porque a Universidade Católica, na altura, não achou interessante.” (ENT02).

Uma vez mais, os empresários lutaram pela melhoria da formação e da qualificação dos futuros profissionais.

“Muitos dos hotéis dos anos sessenta e setenta eram dirigidos por pessoas que tiveram formação prática no Estoril, e eu achei que seria uma ideia interessante levar uma escola de formação de nível universitário para o Estoril. Foi assim que nasceu a ideia da escola do Estoril” (ENT02).

“E não consegui a criação do curso superior de turismo porque, na altura, o Ministério da Educação se opunha à criação de um curso que não fosse dentro do seu Ministério” (ENT02).

“(...) mas a ideia de criação de uma formação global orientada para o turismo nasce com a escola superior de turismo, nasce no Estoril” (ENT02).

Em 1990, surge novamente o debate sobre a existência e manutenção da formação setorial do turismo.

“(...) no seio do Conselho Nacional de Turismo, no sentido de saber se ainda valeria a pena ter escolas, neste caso escolas públicas de formação. Portanto, o debate era, nessa altura, sim ou não às escolas públicas para a formação em turismo e hotelaria.” (ENT06).

“As escolas formavam escassos recursos para aquilo que eram as necessidades de uma expansão de um turismo qualificado, competente, eficiente e eficaz” (ENT06).

E “eram mais escolas no sentido de formar profissionais para determinados tipo de atividade do que no sentido de uma escola, de ter um projeto educativo próprio que englobasse. E que, ainda por cima, perdia permanentemente estudantes” (ENT06).

“A imagem pública que existia da escola do Porto é que formava muito bons profissionais, sobretudo na área da hotelaria, diretores de hotel. Quer também na área dos guias-intérpretes, que eram feitos pelos privados, também havia uma boa imagem profissional em relação aos guias” (ENT06).

Contudo, “estava quase tudo fatiado, não havia essa ideia da globalização” (ENT06).

É aí que surge o Plano Estratégico para a Formação no Turismo e na Hotelaria, o primeiro documento estruturado e global para a formação no setor. Pela primeira vez, o Estado possuía um documento orientador das políticas públicas para a formação neste importante setor de atividade económica.

Foram igualmente estabelecidas orientações políticas e ideológicas, numa altura em que as formações eram dadas com base em financiamento do FSE, em que os alunos recebiam uma bolsa para frequentar as ações, no turismo.

“(...) nós pusemos como ponto de honra nunca atribuir bolsas nas nossas escolas a quem efetivamente se interessasse por estas atividades de formação e, sobretudo, por este setor económico do País. Portanto a nossa base era esta, para aqui vem quem gosta de trabalhar nesta área, quem está e se sente vocacionado e que quer aprender a saber fazer, a saber estar, e naturalmente com competência, desempenhar funções que são relevantes e essenciais para o País” (ENT06).

O Governo de então aprova uma formação verticalizada, que vai atribuir aos alunos da então rede escolar do INFT um diploma profissional mas, paralelamente, uma certificação escolar, que lhes permitia o prosseguimento de estudos. Uma autêntica revolução, que levou a maior parte dos profissionais no ativo, formadores e empresários a colocarem-se contra a medida, alegando que os alunos deixarão de querer trabalhar no setor e que procurarão, sim, prosseguir estudos.

“(...) o que é que isso significava? Significava que nós iríamos pegar nos alunos a partir do 9º ano, iríamos dar-lhe as formações normais de três anos que seriam equiparadas ao 12º ano, normalmente como qualquer outra escola profissional, e depois fariam uma formação de nível superior até ao bacharelato, que pudesse transformar estas profissões em profissões mais nobres” (ENT06).

Pela primeira vez, a formação setorial, passa a ser reconhecida pelo Ministério da Educação.

“não foi fácil vencer isso, mesmo ao nível da educação” (ENT06).

O INFT não abdicou “desse princípio que estudar é uma ato individual e que o Estado tem obrigação de criar condições para que se faça, portanto, criar um modelo de ensino público [...] mas, ao mesmo tempo, também não íamos fazer nada que impedisse que os privados pudessem desenvolver os cursos de Guias-intérpretes, que continuaram a ser feitos nos privados e continuaram a ter as suas provas prestadas, todos eles públicos e privados nas mesmas condições no INFT” (ENT06).

Na altura, já o País contava com três sistemas de qualificação profissional no setor do turismo e da hotelaria.

“O dispositivo educativo de ensino, com alguma vertente profissional de nível secundário e, sobretudo, de nível superior. Havia o dispositivo de formação profissional, onde se inseriam as Escolas de Hotelaria e Turismo do INFT e alguns centros de formação profissional do IEFP, nomeadamente em relação à área da restauração, como era o CFPSA. E havia a utilização informal de um terceiro dispositivo muito relevante para o desenvolvimento das qualificações, que era o próprio sistema produtivo [...] que tinha ainda o desenvolvimento das competências dos profissionais no ativo” (ENT09).

Faltava-lhe articulação, “que isso fosse articulado numa lógica de política geral, não era” (ENT09).

“(...) nunca foi possível, porque foi sempre muito difícil articular o esforço tutelado pelo Ministério da Educação e Ensino Superior, quando existia. Ou, se preferir, seria difícil a formação escolar articular com o dispositivo de formação liderado pelo Ministério do Emprego, e muito menos ainda com o dispositivo produtivo, cujos interlocutores seriam as associações empresariais” (ENT09).

“Esta lógica de dispositivo não se conseguiu, digamos, articular. Quando se esperava esse trabalho por parte do INOFOR, primeiro, e depois por parte da Agência Nacional das Qualificações, o que se verificou foi uma reescolarização quase total da oferta de qualificação e o que temos, hoje, no País é uma escolarização quase total do dispositivo. O dispositivo de formação profissional foi perdendo espaço, perdendo especificidade, o próprio sistema produtivo não é entendido e utilizado como produtor de competências” (ENT09).

“Quando se criou o INOFOR e depois a ANQ, seriam entidades que, supostamente, tentariam articular, sobretudo, a lógica da intervenção do sistema de ensino e do sistema de



formação profissional. A lógica de um sistema liderado pelo Ministério da Educação com o sistema liderado pelo Ministério do Emprego. Era isso que se desejava que acontecesse, o problema é que não foi isso que aconteceu. Isto é, em vez de articular foi-se esvaziando um e colocando quase tudo no outro. Mesmo hoje, o sistema específico da formação turística é um resto daquilo que já foi no passado e que deveria ser no futuro” (ENT09).

Outro grande passo acontece em 2004, com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de outubro, que reorienta o percurso formativo nos cursos de nível secundário de educação.

“O grande passo significativo para dotar de igual dignidade todos os cursos de ensino secundário no nosso País acontece em 2004, com o Professor David Justino, quando ele implementa a reforma, através do Decreto-lei n.º 74/2004, em que estabelece algo em que, pela primeira vez, coloca todos os cursos em pé de igualdade e, portanto, com a mesma dignidade, a fim de que se possam promover mais apostas diferenciadas no sistema educativo e não apenas uma aposta preferencial no prosseguimento de estudos” (ENT14).

“Isso veio fazer com que se acelerassem os níveis de procura dos cursos profissionais, e ao mesmo tempo consegue-se, dessa forma, consolidar as ofertas do ensino profissional e começar o processo de articulação da rede entre o ensino privado, que até aí vinha ministrando o ensino profissional, e as escolas de natureza pública, que começam também a oferecer escolas profissionais e os cursos profissionais” (ENT14).

“Há uma primeira abordagem à racionalização de uma rede para rentabilizar os recursos e o reconhecimento da autonomia de outras redes já existentes, como é o caso do turismo, em que se consolida, também, o valor que se dá aos cursos profissionais nessa área (ENT14).

Mas qual é a responsabilidade do Estado?

“Os empresários são especialmente exigentes em matéria de formação profissional, deixando para o Estado, ou querendo fazer querer que o Estado é o único responsável por fazer isso. Não são tanto eles, que também têm responsabilidades em apoiar o desenvolvimento da formação integrando jovens nas suas empresas, qualificando ou requalificando os seus próprio ativos, não, isso às vezes fica muito entregue a uma coisa vaga que é o Estado, e que muitas vezes não tem meios para o fazer” (ENT19).

Em 2007, o INFTUR é extinto e as suas atribuições passam para o novo Instituto público para o setor do turismo então criado, o Turismo de Portugal, I.P. É realizada uma

nova reestruturação no modelo da formação da rede de escolas de hotelaria e turismo, mas, acima de tudo, pretende-se uma mudança de mentalidades e uma dignificação das profissões do setor.

“Eu acho que o que se procurou fazer (...) foi completar o sistema formativo que o País oferecia” (ENT17).

“Por isso mesmo, nós introduzimos nos referenciais curriculares matérias como a gestão, conhecimentos de economia, matemática, porque entendia que eram formas de fazer os futuros profissionais do turismo compreenderem toda a lógica subjacente ao exercício da atividade económica” (ENT17).

“O objetivo principal nessa matéria era não só formar bem os cerca de mil jovens que todos os anos saem para o mercado de trabalho, mas fazer com que esses mil jovens se constituíssem como referenciais formativos para o resto do país. Ou seja, que fossem modelos, não cada um deles, mas que o conjunto tivesse um efeito indutor no resto da mão-de-obra ocupada nesta área, que são as quase trezentas mil pessoas que trabalham no domínio do turismo, para que com toda essa inclusão de sangue novo na estrutura operacional o país fosse, nesta área do turismo, sempre refrescado com pessoas progressivamente mais qualificadas” (ENT17).

“As Escolas de Hotelaria e Turismo deviam ser um farol. Deveriam ser escolas de orientação para um nível geral de política formativa profissional para o setor” (ENT10).

“Hoje em dia, a luta é forte entre o conseguir fazer a formação para o setor, dentro do espartilho, ou dar resposta às regras macro que existem para onde o ensino deve caminhar” (ENT14).

Passamos, em seguida, a analisar a segunda componente colocada na entrevista, que foi apresentada da seguinte forma:

*“As políticas estruturais implementadas no sistema educativo para o turismo foram coerentes com a evolução do mercado de trabalho e dos fornecedores de educação?”*

Também aqui as representações são diversas, não só do ponto de vista temporal da política implementada como também da própria fase evolutiva do mercado, muito suscetível a intervenções externas. Vejamos como um entrevistado coloca a questão e a reposiciona.

“A questão é se deverá a educação seguir o mercado, ou não. Será que o mercado tem evoluções tão consistentes e tão de rutura que levem a que a educação tenha de estar permanentemente a adaptar-se?” (ENT08).

Do conjunto dos entrevistados colhemos alguns trechos que ajudam a clarificar a análise.

“É difícil responder, o turismo tem um desenvolvimento tão acelerado nos últimos tempos que não é fácil nós percebermos que o que andamos a fazer neste momento é adequado às necessidades das empresas e sobretudo às necessidades do turista” (ENT19).

“Desde o INFT que acho que sempre houve aquele discurso político de ter as estratégias alinhadas com as prioridades das empresas. Mas a minha opinião sincera é que não estão, (...) as empresas não viam esta área como uma prioridade, viam-na como uma consequência, primeiro estava o investimento, o lugar, o ordenamento, a construção, a exploração, e por aí fora, e só depois é que vinham as pessoas” (ENT12).

“ (...) o sistema de formação turística, graças ao modelo com que funcionava e à proximidade com as empresas, foi-se sempre adaptando e ajustando às necessidades do setor” (ENT09).

Entre os anos de 1980 e 1990, o mercado reage, os Municípios e as Regiões de Turismo conseguem antecipar a necessidade de ter quadros qualificados no sentido da melhoria e diferenciação da sua oferta turística, mas são os empresários a reagir de forma mais desconfiada. Vejamos as representações recolhidas:

“Com o aparecimento do ensino técnico-profissional, a formação deixou de ser tanto uma formação dirigida para o setor, mas uma formação mais standard, mais global, mais académica, no sentido de dar a habilitação e o resto vinha por arrasto” (ENT08).

“O setor reagiu às políticas implementadas de forma, quase diria, contraditória, o setor público municipal reagiu bem, assim com as regiões de turismo também reagiram bem, apoiando e facilitando sempre, muitas vezes aquilo que se lhes pedia do ponto de vista das infraestruturas ou de apoios para poder ter as escolas” (ENT06).

No turismo, o grande crescimento dá-se essencialmente a partir dos anos 90, com a sua generalização no âmbito do ensino politécnico.

“A formação no turismo nasceu de uma forma que poderia dizer anárquica, não nasceu de uma conceção, resultante das necessidades de formação profissional, ou na formação superior em turismo, mas nasceu por razões de oportunidade, sobretudo das Escolas Superiores de Educação. (...) Essas escolas queriam ser politécnicas, Institutos Politécnicos. Para ser Politécnico, tinham que ter vários cursos, como é óbvio. Um dos

cursos que lhes pareceu ser possível criar, aproveitando os próprios professores das escolas, foram os cursos de turismo” (ENT02).

“ (...) nestas escolas, não havia ninguém que soubesse de turismo ou tivesse formação em turismo” (ENT02).

“ (...) os cursos de turismo foram surgindo como uma necessidade, uma oportunidade para as instituições, mas não como uma base de resposta às necessidades sentidas” (ENT02).

“Acho que havia, e porventura ainda haverá, não é um assunto morto, alguma inconsistência no modo como alguns dos nossos empresários do ramo turístico, designadamente, do ramo hoteleiro, que é também quem mais emprega em Portugal, em termos de volume, e em particular os jovens que frequentam as escolas de hotelaria, acho que alguns deles ainda permanecem num registo de uma valorização escassa, para ser simpático no classificativo, das competências dos seus trabalhadores. E, portanto, pouca disponibilidade para valorizar do ponto de vista remuneratório as pessoas mais qualificadas. Mas há uma incoerência no discurso, porque quando esses empresários, quando esses quadros técnicos responsáveis são convocados para falar sobre inserção social do turismo na sociedade e na economia portuguesa, alinham todos por um discurso que é muito frequente na academia e nos organismos da administração pública, de um certo lamento pela desvalorização social ou, se quiser, pelo não reconhecimento social das profissões da hospitalidade e do turismo” (ENT13).

“ (...) uma das razões para o desempenho que o nosso turismo tem hoje foi o ter encontrado uma massa laboral, um conjunto de trabalhadores capazes de compreender e assumir os desafios que tal implicava. Se nós tivéssemos continuado a ter um desempenho abaixo da média, como eu acho que tínhamos em termos de massa laboral, em geral, no turismo, não teríamos tido capacidade para ter no serviço um ponto forte daquilo que é a nossa prestação turística (ENT17).

A terceira componente colocada na entrevista procurava saber que influências teriam os ciclos políticos na condução das políticas educativas para o turismo. Foi apresentada da seguinte forma:

*“Acha que as políticas de educação para o turismo são direta ou indiretamente influenciadas pelos ciclos políticos?”*

Da análise ao conjunto de respostas verificou-se a unanimidade na afirmação de que as políticas públicas são diretamente influenciadas pelos ciclos políticos. No entanto, encontrámos *nuances* que ajudam a diferenciar algumas posições.

“Tudo é influenciado pelo ciclo político, porque cada Governo imprime uma determinada estratégia no seu modelo de governação” (ENT20).

“Ainda que o turismo tenha realmente resistido aos ciclos políticos, porque a dinâmica do setor é muito forte. Não há dúvida nenhuma de que depois tem *nuances*, cada ciclo político tem a sua filosofia, cada ciclo político tenta responder ao setor empresarial de forma mais direta, ouvindo mais, ouvindo menos” (ENT08).

Uma das *nuances* atribui mesmo o sucesso das políticas públicas do turismo a essa mesma estabilidade.

“Tenho sobre isso uma ideia, que uma das razões do sucesso da nossa política pública de turismo, e dos resultados da nossa atividade económica no turismo, (...), foi precisamente o ter havido uma grande consistência nas políticas públicas, mesmo apesar dos ciclos políticos.

Ou seja, nos últimos dez anos mudámos de Governo várias vezes, mudámos umas cinco vezes de responsáveis governativos nesta área, até mesmo o Turismo de Portugal, I.P. já teve quatro Presidentes. No entanto, o essencial das políticas manteve-se, embora tenha havido ameaças e ideia peregrinas que, felizmente, não avançaram” (ENT17).

“Havia uma tendência quando da integração do INFTUR no Turismo de Portugal, que foi basicamente uma réplica do que aconteceu aos outros Institutos ou Direções Gerais integrados, foi verticalizado dentro de uma Direção e depois, em termos de vida, teve uma vida natural, não penso que tenha havido ruturas em termos de ciclos políticos. Houve influência, houve caminhos e opções diferentes, mas não houve propriamente revoluções, ou reestruturações ou ruturas na formação por causa dos ciclos políticos. Acho que tem havido uma certa continuidade” (ENT12).

“A estrutura essencial das políticas, a começar pela lógica de referenciar tudo a uma base estratégica bem conhecida e bem afirmada, continuando pela realidade administrativa e institucional, tal como foi constituída há dez anos atrás, pelas prioridades em formação de recursos humanos, em financiamento às empresas e em promoção; depois, em cada momento, foi possível adotar e atualizar políticas, ou seja, as políticas têm vindo a ser atualizadas, mas não modificadas na sua essência.

Eu acho que estas foram as razões porque isto deu resultado, porque soubemos continuar, apesar das mudanças de ciclo político” (ENT17).

“Felizmente, na área do turismo tanto quanto é a minha experiência e posso ser testemunha, não tenho encontrado divergências tão profundas que colidam umas com as outras. Não encontrei isso nem no passado, nem no presente. Nunca senti que houvesse uma divergência muito profunda na conceção da formação entre os diversos Governos. E tivemos experiências muito diferentes umas das outras, muito variadas, sobretudo a partir do 25 de abril, como sabe” (ENT02).

“É uma área em que tem havido um certo consenso, senão um consenso declarado, assinado, mas pelo menos é um consenso que surge naturalmente, pelo menos com certa naturalidade. (...) Por outro lado, um certo laxismo, digamos que não tem sido encarada a formação como uma necessidade a que tenha que se responder, e quando não há situações de necessidade a que se tenha que responder as coisas vão correndo, e na área do turismo e da formação também tem havido isso, deixa-se correr” (ENT02).

“ (...) houve mais influência por parte de pessoas individuais do que propriamente das políticas de formação. E essas pessoas tiveram um papel relevante e às vezes são esquecidas. Não é realçado o papel que tiveram na formação, ou no desenvolvimento da formação. Isso é uma questão a realçar. Até porque foi mais a iniciativa pessoal, o esforço de cada um, seja pela vontade e pelo gosto que tinham nesta área do que propriamente ações de política ou ações governamentais” (ENT02).

“ (...) decorre mais das pessoas, os responsáveis políticos, (...) têm alguma visibilidade e têm aquela tendência de pensar que devem deixar uma marca, qualquer que ela seja” (ENT18).

Apesar da perceção estabelecida entre os entrevistados de continuidade e estabilidade das conceções políticas, se aprofundarmos a matéria encontramos divergências, das quais apresentamos um conjunto de referências que são exemplificativas da dicotomia que tem conduzido as políticas formativas no setor do turismo. Dicotomia essa pautada, sobretudo, pelos critérios dos regimes políticos de «esquerda/direita».

“ (...) no setor educativo, a formação profissional foi sempre tratada um bocado à parte, pois a formação profissional era uma coisa para operários, não dava estatuto” (ENT01).

“ (...) em Portugal, concebem-se políticas, não tanto pela necessidade de desenvolvimento do País, nas suas várias componentes, mas por força das conceções

políticas de cada Governo. Se for ver encontra isso no século XIX, encontra isso durante o século XX, e encontra na atualidade” (ENT02).

“ (...) vivemos num país onde os novos responsáveis políticos que chegam querem sempre imprimir a sua impressão digital” (ENT07).

“ (...) o País seria muito mais desenvolvido se as questões fundamentais, e a educação é uma questão fundamental, não estivessem dependentes dos ciclos políticos” (ENT02).

“ (...) mas há questões que têm que transcender um ciclo político. Eu não posso admitir que se conceba uma estratégia de educação ou de formação no turismo ou noutra qualquer área que não seja a longo prazo, a médio-longo prazo. Sendo que os ciclos políticos são de curto prazo, logo, não são coincidentes, e, portanto, sofrem a consequência negativa desses ciclos” (ENT02).

“O (...) tipo de discurso, muito assertivo na defesa de uma tese neoliberal, de não intervenção do Estado na economia, pode ser considerado excessivo para outros atores que acham que o Estado tem um determinado papel, ou vários papéis que tem que desempenhar e exercer (...)” (ENT13).

“ (...) um Governo mais de direita foi mais no sentido da desregulamentação, mais liberal, mais que de direita foi de pendor mais liberal, e um Governo mais conservador socialista do sentido político da expressão mais preocupado com a regulamentação *by default*.

Um Governo mais liberal no sentido da redução de despesa nos limites da soberania versus um Governo mais dirigista, mais disponível para influenciar caminhos” (ENT10).

“Portanto, os Governos condicionam as políticas. Querem é cavalgar os grandes números. Seis meses depois de entrarem no Governo já mudaram e a estratégia já se alterou” (ENT16).

“Eu acho que todas as políticas de formação e educação são sempre influenciadas, (...). São influenciadas porque as políticas de educação para o turismo precisam elas próprias de financiamento” (ENT15)

“Quando é atribuído um orçamento à educação, esse sistema, ao tomar opções políticas pretende que estas sejam estruturantes, sustentáveis no tempo e que tragam melhorias ao sistema de ensino. Ao fazer opções de um lado condiciona do outro.

Podemos dar dois exemplos para cada lado para percebermos que as coisas são mesmo feitas assim:

O primeiro exemplo, tínhamos já dado com a aposta de um Governo do Professor Cavaco Silva no ensino profissional. Percebeu-se que havia que estruturar esta oferta porque ela decorria de uma necessidade social. Ao fazer-se uma oferta consolidada, inexistente até aí, tem que se canalizar verbas para que isso exista. Algo tem que sair prejudicado, porque sendo o orçamento da educação finito, se a aposta vai por um lado alguém vai ser prejudicado por outro.

Ou no Governo que foi liderado pelo engenheiro António Guterres, que deu a sua primazia ao pré-escolar. Porque acreditava que o pré-escolar permitiria a consolidação de percursos escolares mais longos. Atuando no pré-escolar, vai obviamente canalizar verbas para esse setor e deixar a descoberto outros setores. Portanto, todas as políticas pretendem ser estruturantes e provavelmente avançarão sempre de uns ciclos políticos para outros em compensação” (🔊 ENT14).

Para além desta divergência, que podemos classificar de estratégica com matriz ideológica, na prática, diversas ações foram tomadas pelos diversos Governos, mais alinhados a uma corrente de esquerda ou de direita.

Algumas das principais intervenções nas políticas educativas têm sido, ao longo dos anos, as que, de alguma forma, interferem com os seus recursos humanos; no entanto, o posicionamento tem sido gerido, ao longo dos ciclos políticos, de forma completamente distinta. Passamos a referir dois exemplos:

“Enquanto as lideranças do sistema de formação para o setor foram totalmente mobilizadas dos profissionais da área, a influência política ou partidária dos diversos Governos não tinha um impacto técnico relevante na alteração da qualidade da oferta de formação.

Quando ocorre o preenchimento dos lugares de liderança do sistema por critérios de filiação partidária, o nível de competência técnica das lideranças diminui e aumenta a influência negativa na escolha das soluções técnicas. Não por as pessoas quererem fazer mal, mas por falta de conhecimento, falta do domínio da área, que é uma área que é tão técnica como as outras todas. É uma área de intervenção socioeconómica tão técnica quanto as outras. Não pode ser, não deve ser liderada por generalistas, porque o generalista com poder de



decisão as mais das vezes só acerta por acaso, porque não tem conhecimento de base que lhe permita validar as soluções que lhe são propostas” (ENT09).

Ou quando, pela primeira vez, foram criados quadros nas escolas para formadores, docentes da componente tecnológica da formação. As escolas existiram desde a sua fundação com um quadro para dirigentes e um quadro para funcionários administrativos e auxiliares e nunca com um quadro para docentes. Apenas na década de 1990 tal veio a acontecer. A abordagem nada consensual nas diferentes correntes ideológicas ainda hoje não é pacífica nem está estabilizada, podendo-se considerar, mesmo, como um dos principais factores condicionantes da qualidade da formação.

“Como, por exemplo, transformando os monitores, os docentes, em funcionários públicos, o que veio fazer muita diferença no modelo de ensino, na forma como os desafios se enfrentam. Porque, entretanto, nós tivemos de formar a massa crítica, não é, começaram a sair os primeiros, e, portanto, como já havia os primeiros com as habilitações, já se enquadravam no modelo tradicional, houve aquela tentação, enfim, seis anos depois, já houve aquela tentação para fazer o enquadramento tradicional na função pública.

Por exemplo, o novo ciclo político que veio também abriu a porta (...) a uma certa estatização do ensino público, mas o que veio, sobretudo, foi criar um modelo que era mais, podemos dizer, engessante da própria ideia de formação. Isto porque o recrutamento passou a ser condicionado, porque eu passei a ter o mesmo modelo de carreiras que tinha na função pública, em geral, e isto faz muita diferença, pois nós estamos numa atividade, o turismo e a hotelaria, que são sobretudo criativas, inovadoras, de contacto com o público (...)” (ENT06).

Ao nível das próprias políticas educativas a intervenção política acontece, e na maior parte das vezes não é consensual.

“(...) foi num espaço de tempo não muito longo que a formação turística e hoteleira passou a ter equivalência escolar dada pelo Ministério de Educação e pelo Ministério do Trabalho, aqui num trabalho conjunto para que fosse dada a equivalência escolar à formação profissional, e esta passar a ter uma correspondência com o que se fazia nas escolas secundárias” (ENT05).

“Houve cursos que deixaram de ser desenvolvidos. Eu dou-lhe o exemplo, estavam projetados e o novo ciclo político acabou por nunca os desenvolver.

Dois exemplos bastam, um era o trabalho que se vinha desenvolvendo na formação para as áreas dos SPA's (...). Nós tínhamos desenvolvido um projeto na Escola Superior com a Faculdade de Motricidade Humana para desenvolver modelos de formação que profissionalizassem as pessoas que trabalham nos SPA's, que acompanham o desenvolvimento de atividades físicas que hoje é uma coisa muito comum, mas que na altura não havia profissionais, havia apenas aqueles que se dedicavam por sua iniciativa. (...)

Por outro lado, quando se criou o curso superior de cozinha, veio depois no ciclo a seguir a ideia que o curso superior de cozinha é muito redutor, vamos chamar-lhe engenharia alimentar, que dizer da ideia... como se fosse possível o cozinheiro não saber cozinhar, ter a maior teoria sobre os condimentos, ou sobre os modelos daquilo e não os soubesse fazer. Por isso é que eu digo que os ciclos muitas vezes políticos não bebem naquilo que é a filosofia e na importância que isso tem para o país, para a economia e para aquilo que é o papel da formação, que é a base" (ENT06).

"Portanto, há tudo aqui, um conjunto de formações que se perderam um pouco nos novos ciclos" (ENT06).

Ou a implementação nas Escolas de Hotelaria e Turismo dos Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências, mais tarde renomeados de Centros de Novas Oportunidades, bastante acarinhados durante alguns ciclos políticos e repentinamente encerrados por outro.

" (...) nós implementamos os CRVCC por considerarmos que seriam uma coisa fundamental, (...) e quando se abriu, salvo erro, em Coimbra, no Estoril e no Algarve os CRVCC, que mais tarde se vieram a chamar CNO, tiveram uma afluência bastante interessante e nalguns casos bastante elevada. Porque as pessoas tinham essa necessidade, ora aqui está uma medida que foi implementada, julgo eu, no Governo do engenheiro Guterres, que depois prosseguiu no tempo do doutor Barroso, continuou e teve até um incremento enorme para além do que era necessário no tempo do engenheiro Sócrates, e depois, de repente, travou. Aliás, uma vez li num jornal que o Turismo de Portugal, por decreto, fechou os centros, de um dia para o outro. Aqui está um exemplo de como os ciclos políticos influenciam uma coisa importante" (ENT07).

"Que está aí um tema muito relevante que o Governo anterior fechou e este Governo está a tentar reabrir, que é o problema da qualificação da mão-de-obra adulta ativa, que, inclusive, no nosso setor continua com um nível bastante insuficiente de qualificação básica

da população ativa afeta ao setor. Há muita gente com baixas qualificações e, tendo um corpo de mão-de-obra com baixas qualificações, é um travão à modernização tecnológica do setor, que não tem tendência a modernizar-se tanto quanto seria desejável, porque o seu estrato profissional está posicionado a um nível cultural e tecnológico muito escasso, porque se o nível fosse mais elevado o pensamento estratégico do setor em relação às qualificações seria diferente e a capacidade de modernização e inovação seria espontaneamente maior” (ENT09).

Por último, o próprio posicionamento governativo em relação ao papel da formação turística e hoteleira. Desde 1976 que, ciclicamente, se questiona a existência de uma modelo formativo de cariz setorial. Consensos ainda não houve, pois, desde então, o mesmo volta à ribalta e é colocado em causa, com toda a instabilidade que tal questionar provoca no sistema de formação. Este tipo de posição secundariza a formação e não a posiciona no mesmo nível de importância que têm, por exemplo, as políticas de promoção ou de financiamento para o setor.

“A formação sofre é de lhe darem sempre um aspeto secundário. Foi assim que eu a senti no INFT, eramos uma instituição secundária” (ENT11).

“Creio que foi o próprio evoluir que acabou por extinguir o INFT, muito fruto desta visão que é tudo fácil, a gente mete aquilo tudo numa repartição” (ENT06).

“A verdade é que, ao longo destes anos, nós já sentimos que havia quem tivesse por orientação acabar com o Departamento de Formação no Turismo de Portugal e, de facto, entregar a responsabilidade da formação a outras autoridades públicas, e há quem ache o contrário” (ENT13).

“A dada altura, no caso do PRACE, a ideia era «acabe-se com isto», e podia logo ali, há mais de dez anos, ter acabado o departamento setorial de educação e formação para o turismo. Mas também houve muito quem pensasse, em dada altura, num meio-termo, que não é o meio-termo que temos hoje, que podia haver apenas uma escola em cada região e cuja única função seria constituir-se como uma espécie de farol. Ou seja, as escolas constituírem-se como um exemplo e um regulador de qualidade que, depois, os privados estavam obrigados a prosseguir. E não tinha nenhum objetivo de quantidade, era um mínimo só para assegurar que havia ali uma excelência que estava apontada e que a sociedade compreendia, e os outros tinham que ir atrás” (ENT13).

No entanto, e atendendo a que estamos perante o tema da educação, a avaliação das políticas muito raramente é feita. E como os efeitos das políticas educativas só são mensuráveis a longo prazo, a introdução sistemática de alterações ou não produz resultados e os efeitos são contraproducentes, ou os resultados positivos acabam por ser aproveitados por outro ciclo político. Na última década, as alterações nas estruturas curriculares das escolas profissionais têm sido recorrentes, e sem uma avaliação exaustiva dessas alterações.

“(…) as políticas de educação, em geral, são políticas de ciclo longo. É muito difícil ter tempo para medir, e como os ciclos políticos são curtos, se eles forem exacerbados no que os distingue, a esquerda versus a direita, ou de nós versus eles, eles de direita mesmo que estivessem a fazer políticas à esquerda eu tenho que fazer diferente mesmo que seja de esquerda. E, portanto, se os agentes saírem dessa tentação e disserem o que está bem feito é para manter e o que está mal feito é para se corrigir, eu diria que veríamos outra estabilidade no exercício, e era desejável aqui” (ENT10).

Por último, procurou-se saber qual a representação que os antigos dirigentes fazem da existência de um sistema setorial de educação dedicado ao turismo. Foi para tal colocada a seguinte questão:

*“A existência de um sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo português e ainda faz sentido?”*

A defesa de um sistema setorial público de educação e formação para o turismo foi quase unanimemente defendido, embora o tenha sido mais por aqueles que estiveram ligados à vertente turística e menos aos que estiveram ligados ao Ministério da Educação ou ao Ministério do Emprego e Formação Profissional, podendo-se, assim, concluir que a defesa do sistema setorial tem sido feita pelo próprio sistema.

“A formação desenvolvida pelo Estado, sobretudo na área da hotelaria, foi essencial e tem sido essencial (...).O Estado não pode abdicar do seu papel de ser o referencial fundamental da formação turística, da formação hoteleira ou, se preferir, da formação turística e hoteleira” (ENT02).

O sistema setorial é importantíssimo, porque são eles que sentem na pele os problemas que a indústria tem e esse casamento com as instituições públicas é fundamental para o desenvolvimento, para ter os objetivos de acordo com uma política que deve ser feita com qualidade e que corresponda às necessidades de cada região (...) (ENT05).

“(…) digamos que é a forma de o Estado comunicar aos outros o que é essencial na formação, porque o Estado não pode ter uma política de turismo desligada de uma política de formação.

“Sem uma política financeira orientada para o turismo, sem uma política de formação orientada para o turismo, e, já agora, acrescento, sem a promoção, os três pilares fundamentais para o seu desenvolvimento, o Estado perde muito da sua capacidade de influenciar o desenvolvimento do turismo” (ENT02)

“Volto a dizer, hoje há necessidade da existência de uma formação setorial pública centralizada e nacional, de nível, particularmente no domínio da hotelaria, e que abrangesse todas as formações, todos os ciclos” (ENT06).

(…) o projeto por via de ciclo político no Estoril não chegou a ser feito (…) e hoje já não é mais possível fazer uma grande Universidade de referência europeia e mundial, que nós estivemos em condições de ter e fomos, até ao final dos anos 90, uma referência mundial na formação, reconhecidos, ainda hoje, pelos órgãos desse setor inovador. (ENT06)

“Isto é o tal fator da qualidade, aliás, não fosse isso e certamente que a qualificação de quadros para o turismo em Portugal seria muito pior. Ainda hoje, e tendo em consideração os cursos de especialização tecnológica, basta ver os níveis de empregabilidade que são muito elevados, para se ter a noção da importância desta oferta para os empresários do setor” (ENT07).

Um entrevistado resume mesmo a importância da formação setorial nos aspetos que considera relevantes na definição de uma estratégia política.

“(…) resumo as ideias: ter um sistema nacional de formação turística, ter um sistema de qualidade da formação turística, ter uma estratégia para a formação de ativos que eu acho que hoje não existe, aqueles que já estão a trabalhar e precisam de ser reconvertidos ou atualizados, ter uma estratégia para a reconversão de trabalhadores de outros setores que vai ser necessária, e ter um sistema de RVCC profissional, em que as pessoas querem certificar competências que foram adquirindo ao longo da vida. Eu acho isso fundamental para uma estratégia e para uma política de formação no setor do turismo” (ENT07).

“Defendo realmente que a formação profissional tem que ser vertical e setorial, porque, se não, não é mais do que juntar disciplinas a um curriculum (…).

E repare, quando nós falamos das componentes técnicas, hoje em dia tecnológicas, e se fala das *soft skills*, na atitude, na hospitalidade, etc. tudo isso só se pode formar num ambiente de escola para a formação turística.

E veja as iniciativas que tiveram maior sucesso fora da órbita do Instituto do Turismo de Portugal por terem seguido este conceito (Évora, Fátima, entre outras).

E no ensino superior, o mesmo se passa com a ESHTE, que mantém a matriz inspiradora dos seus fundadores (INFT), e que é seguida hoje em dia com experiências similares de organização e de cursos, nos Politécnicos de Leiria, Guarda e Porto.

A educação virada para o setor, perfeitamente integrada com o setor, com os estágios práticos obrigatórios, só assim ... Se as empresas não acreditarem nas escolas...” (ENT08)

“A formação profissional em Portugal ter estado sectorizada foi uma mais-valia indiscutível para termos atingido o nível que atingimos e temos que reconhecer isso” (ENT08)

“O termos tido um Instituto Nacional de Formação Turística, o termos apostado na formação setorial, o termos apostado numa promoção específica, não de setores ou regiões mas sim do turismo de forma autónoma e assim sucessivamente. Mostra que estarmos aqui não é por acaso. Por que é que a agricultura não teve grande sucesso, por que é que as pescas não tiveram tão grande sucesso. A verdade é que nós tivemos porque foi assumido durante décadas que este era um setor especial, específico e que precisava de uma atenção especial. E, portanto, a formação deu certamente o seu contributo nos milhares de pessoas que foram formando ao longo dos anos no INFT, no INFTUR e no Turismo de Portugal, e contribuíram certamente para que o sucesso do turismo hoje seja aquilo que é. E não outro. Acredito piamente nisto.

Muita coisa foi bem-feita e uma das coisas que foi bem-feita foi a aposta na formação profissional setorial específica para o turismo” (ENT12).

“Faz todo o sentido o turismo globalmente ter um espaço autónomo, próprio, que reflita a sua especificidade” (ENT16).

“Entendo que sim, porque é um setor que tem especificidades muito grandes. Tem que haver e têm que ser técnicos ligados ao turismo, ao setor, que têm o conhecimento para saber definir aquilo que são as necessidades dos turistas” (ENT20).

“(…) é a capacidade de se definirem padrões de qualidade, padrões de referência que alguém há-de prosseguir. Nem que fosse só por isso, [a formação setorial] já estava justificado. É verdade que, designadamente a rede de escolas de hotelaria e turismo, tem tido uma ambição maior do que essa, para além disso, tem tido a ambição de ter uma quantidade de formação, uma dispersão geográfica da formação e, em alguns momentos, uma ideia de inovação tecnológica e conceptual que outros protagonistas não têm tido capacidade e disponibilidade para acompanhar” (ENT13).

“A principal razão é (...), pelo simples facto de existir, a importância que se dá á vertente formativa. Se não existisse uma vertente formativa dentro do aparelho económico que é o turismo, então, ele estaria coxo de um dos seus pilares, e nós daríamos para fora, ao

deixá-la sair, um sinal, uma ideia, que podíamos passar bem sem ele. Que poderia ser desenvolvida desta maneira ou de outra qualquer, que as coisas funcionavam por si. Isso não é de todo verdade (ENT17).

As vozes mais discordantes são-no em relação à singularidade do modelo existente, ou em relação às preocupações de ordem estratégica do modelo formativo a adoptar.

“ (...) só para um setor de atividade será difícil que esse sistema tenha alguma possibilidade de se afirmar perante o universo da oferta e a força desse universo. Isto é, se não houver a opção por valorizar o contributo dos sistemas sectoriais de qualificação. Um sozinho pode existir, mas é sempre um parente pobre. Agora, era relevante trabalhar na lógica pelo menos dos dois dispositivos, um dispositivo ligado ao sistema escolar, ao sistema de educação, e um dispositivo ligado à formação extraescolar, muito articulada com o sistema produtivo. Não havendo essa opção política global, coitado do setor setorial.

Agora pode perguntar: mais vale pouco que nada... Se calhar, vale mais pouco do que nada. O facto de continuar a existir um sistema setorial para o setor do turismo, um sistema que vem desde os anos 40, pode ser que seja uma referência para algum ajustamento estratégico que possa ocorrer no futuro, não apenas em relação à qualificação profissional para o setor, mas para a qualificação da mão-de-obra nacional “(ENT09).

“Mas não pode ser só setorial. O setorial restringiria muito. Portanto, tem que haver uma visão global do País, embora o setor tenha que estar sempre envolvido. Não se pode fazer uma boa política de turismo de costas voltadas para os profissionais do setor, sejam eles empresários ou associações profissionais mais carismáticas, têm que estar envolvidas” (ENT15).

### 6.3. Questionários

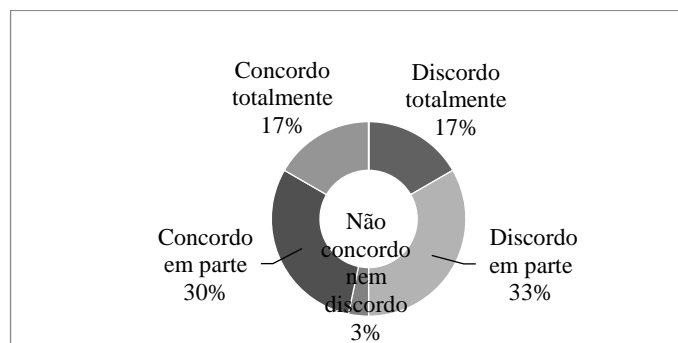
Tentando compreender o que os organismos públicos e as associações ligadas ao turismo pensam da educação e formação dos seus recursos humanos, bem como as principais empresas e entidades educativas com oferta para o turismo, apresentamos uma breve análise dos principais resultados dos questionários. Recorde-se que trabalhámos para um universo que corresponde a vinte entidades por cada um dos três grupos específicos (N=60). Foram consideradas válidas 32 respostas, o que corresponde a 53,3% do objetivo inicial.

Este questionário procurou ser complementar às entrevistas, para, em fase de conclusões, podermos cruzar as representações descritas nas entrevistas com os resultados saídos dos questionários.

O questionário, como exposto na secção 5.3.2., foi constituído por três partes. A primeira caracteriza a entidade, se pública, privada ou associativa, sendo 34,4% públicas, 50% privadas e 15,6% associativas. A segunda parte caracteriza o respondente em termos de cargo desempenhado, idade e habilitações; quanto aos cargos que desempenham, 81% são dirigentes e 18,8% são docentes, com idades a variarem entre os 38 e os 63 anos, sendo que 9,4% possui um bacharelato, 43,8% uma licenciatura, 21,9% um mestrado e 8% um doutoramento.

A terceira parte foi constituída por seis perguntas fechadas, com alternativas para aferição e análise segundo uma escala de *Likert* com cinco pontos e um campo de observações livre.

**Figura 39:** Questionário, pergunta 1: Portugal dispõe de uma visão e uma estratégia nacional a sustentar a educação para o turismo?

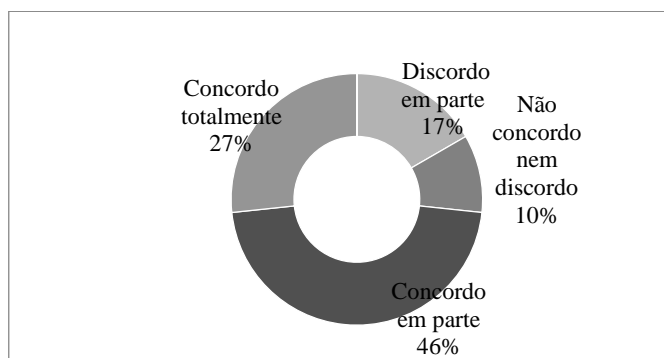


A dicotomia na sociedade portuguesa é bem expressiva nesta matéria, entre os 30% que concordam que existe, em parte, uma visão e estratégia nacional e os 33% que discordam,



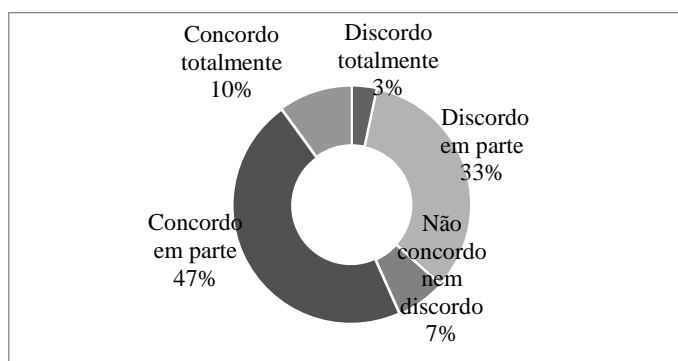
em parte, da sua existência, ou entre os 17% que concordam totalmente que ela existe e os igualmente 17% que discordam totalmente da sua existência. Esta repartição já a tínhamos, também, verificado nas entrevistas.

**Figura 40:** Questionário, pergunta 2: as políticas de educação para o turismo têm sido influenciadas pelos ciclos políticos?



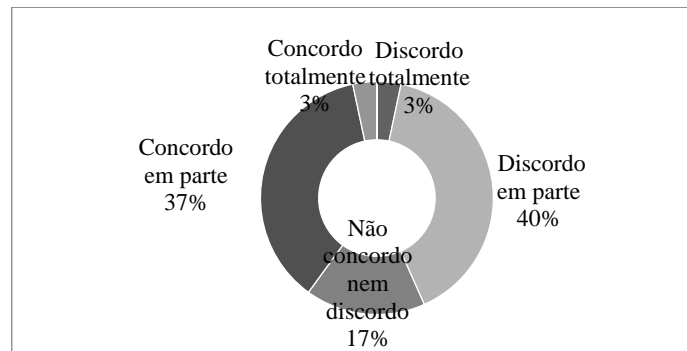
Os resultados neste ponto são mais claros, com 47% a concordar em parte e 27% a concordar totalmente, perfazendo 74% os que acham que há interferência dos ciclos políticos no rumo da educação para o turismo. Este ponto marca uma acentuada discrepância com a representação feita pelos dirigentes e atores políticos.

**Figura 41:** Questionário, pergunta 3: as políticas estruturais implementadas no sistema educativo têm sido coerentes com a evolução do mercado de trabalho?



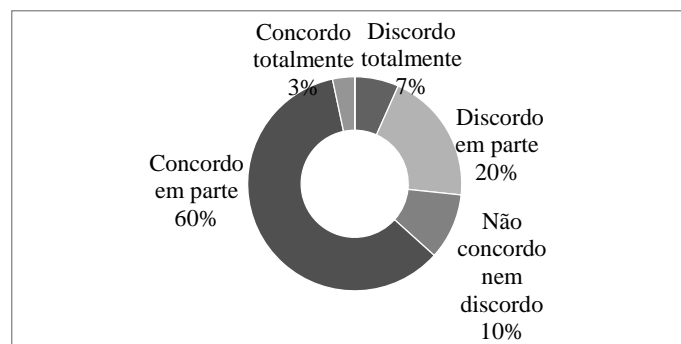
A maioria (57%) concorda, em parte, ou totalmente, que as políticas estruturais implementadas têm sido coerentes com o mercado, apesar de a margem não ser muito confortável. No entanto, se cruzarmos esta informação com a informação resultante das entrevistas poderemos concluir que o sistema tem dado resposta ao mercado.

**Figura 42:** Questionário, pergunta 4: as políticas estruturais públicas implementadas no sistema educativo para o turismo têm tido em consideração a diversidade de prestadores de educação no terreno?



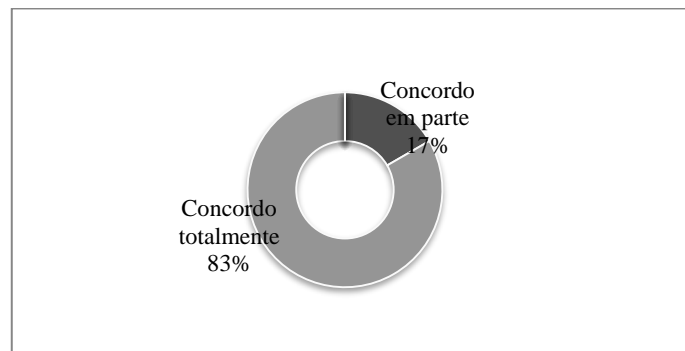
Neste caso, 43% dos inquiridos discordam em parte, ou totalmente, que as políticas implementadas tenham em conta os prestadores de educação no terreno, sendo que 40% concorda em parte, ou totalmente, que as políticas estruturais implementadas tiveram em conta as instituições. Uma vez a mais, a divisão é marcante, tendo que se recorrer uma vez mais ao cruzamento de informações com outras fontes.

**Figura 43:** Questionário, pergunta 5: as políticas de educação para o turismo têm procurado articular, ajustar ou adequar as estruturas e os meios da educação às evoluções sociais, demográficas ou económicas do País?



A concordância com as políticas de ajuste das estruturas e dos meios da educação foi grande, com 63% das respostas a situarem-se entre a concordância em parte e a concordância total, sendo que 27% discordam do ajuste, entre a discordância em parte e a discordância total. Os 10 % restantes foram para os que não têm opinião formada sobre o assunto e que, no campo das observações, afirmam desconhecer qualquer política de ajuste.

**Figura 44:** Questionário, pergunta 6: a existência de um sistema educativo de matriz setorial, como são as Escolas de Hotelaria e Turismo, tem sido útil ao turismo português?



Os resultados entre os que concordam totalmente e os que concordam em parte atingiu os 100%, podendo-se concluir que a existência de um sistema público de matriz setorial, como são as Escolas de Hotelaria e Turismo, tem sido inequivocamente útil ao turismo.

## 6.6. Nota final

Verificámos que, no geral, as representações dos dirigentes são muito coincidentes com os resultados dos questionários.

Um dos aspetos mais relevantes dos resultados obtidos foi o facto de não ter sido claro para ninguém a existência de uma, ou mais do que uma visão e estratégia a sustentar a educação para o turismo, podendo-se extrair daqui que o tema da educação e formação para o turismo tem sido sistematicamente relegado para segundo plano, e que apenas algumas pessoas tem procurado estabelecer um rumo. Citando Liliana Rodrigues (2010, p.28) “a maior parte das pessoas ligadas às escolas desconhece as implicações éticas, políticas e económicas dos seus actos. O uso do senso comum na sua posição natural implica agir no seio de pressupostos entendidos como dados, mas estes mesmos factos podem ser questionáveis por uma posição teórica que não só se distancia do senso comum, como possibilita o seu estudo”.

Outro aspecto ao qual procurámos obter resposta foi perceber se as políticas estruturais implementadas foram coerentes com a evolução do mercado. Aqui, apesar de a maioria concordar que existiu alguma adequação, dada a falta de uma estratégia global as políticas implementadas foram mais de resposta individual e avulsa ao mercado do que propriamente uma estratégia concertada; verificou-se o mesmo no apuramento das entrevistas.

A unanimidade obtida na concordância de que em Portugal as políticas de educação para o turismo são, direta ou indiretamente, influenciadas pelos ciclos políticos, leva-nos a concluir que efetivamente assim tem sido, apesar de a maioria dos entrevistados concordar com o diagnóstico dessa influência mas achar que, nas políticas educativas do setor, se tem mantido uma certa continuidade, não existindo “ruturas” ou “cortes abruptos”.

Na última hipótese que procurávamos aferir, isto é, se em Portugal a existência de um sistema educativo de matriz setorial tem vindo a ser útil ao turismo, foi igualmente aceite pela maioria, quer dos entrevistados, quer através dos questionários. Se seria compreensível a posição dos entrevistados, nos questionários, em função do espectro diferenciado de entidades questionadas, seria compreensível a não atribuição de relevância a um sistema de matriz setorial. Mas o facto é que foi reconhecida a sua importância e o seu interesse.

A importância de que se reveste a atividade turística impõe a necessidade de um olhar mais atento para as políticas educativas. É essa a reflexão conclusiva que se impõe e que faremos para fechar este trabalho.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 1. Análise crítica

O sucesso do turismo nacional, nos últimos anos, o crescente número de empresas nos seus diferentes subsectores de atividade e a consequente necessidade de recursos humanos qualificados, conjugada com a diversidade e dispersão da oferta formativa, justificaram a presente investigação acerca de qual tem sido o papel do Estado nesta dinâmica.

Embora, como vimos, a investigação sobre a educação e formação para o turismo não seja um tema novo, é hoje um tema mais atual do que nunca, dada a importância e a pertinência de que se reveste. Ao delimitarmos a investigação a essa temática, com particular destaque para a forma como o sistema educativo foi sendo construído, centrámo-nos na análise dos processos que influenciaram ou determinaram a construção das políticas públicas e os seus efeitos, bem como os valores, os pressupostos e as ideologias que estiveram na base da sua construção. O processo de investigação que procurámos seguir resultou numa apreciação crítica sobre as políticas existentes, com recurso essencialmente à análise qualitativa, e consideramos ter contribuído para um melhor entendimento de como se foi construindo o atual sistema educativo para o turismo e, consequentemente, servir de ponto de partida para o seu planeamento futuro.

A revisão da literatura sobre políticas públicas e sobre educação, realizada na Parte I, deu-nos o enquadramento teórico e as orientações necessárias para nos centrarmos na questão inicial, isto é, que razões políticas contribuíram para a construção do atual sistema educativo dedicado ao turismo em Portugal?

Na Parte II procurámos reconstruir, de um ponto de vista histórico, e até cronológico, o que tem sido a construção do sistema educativo para o País, entendendo que só com esta perspetiva se poderia ter uma ideia da quantidade e diversidade de opções políticas tomadas e que foram a essência do atual sistema educativo para o turismo. Resultou um texto assumidamente longo, mas que entendemos, também, como um contributo para um repositório histórico desta matéria.

Interessou-nos não só perceber como os diversos dirigentes viram ou veem as políticas de educação para o turismo, mas também ter uma perspetiva de como os restantes agentes sociais sentem essas mesmas políticas. E, nesta análise, percebemos a importância de não colocar a visão centrada num determinado período de tempo, mas sim procurar perceber, num período mais longo, como a sociedade vê a educação para o turismo e lhe atribui, ou não, importância.

O objetivo definido na fase inicial da investigação consistia, relembramos, em identificar as políticas de educação para o turismo e fazer a análise crítica de como estas se têm refletido no trabalho de articulação, ajustamento ou adequação das estruturas e dos meios às evoluções sociais, demográficas ou económicas do país. Este objetivo foi orientado para três objetivos mais específicos: (i) elencar a matéria legislativa e avaliar se esta tem respondido a uma visão e estratégia global de educação para o País ou a uma visão e estratégia setorial de resposta imediata às necessidades das empresas; (ii) avaliar se a existência de um sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo português; (iii) diagnosticar as políticas estruturais implementadas no sistema educativo para o turismo e saber se estas têm sido coerentes com a evolução do mercado de trabalho e os fornecedores de educação.

Para melhor responder a estes objetivos, formularam-se algumas hipóteses. A primeira hipótese (H1), se “*em Portugal, existe uma, ou mais do que uma visão e estratégia a sustentar a educação para o turismo*”, veio a confirmar-se. O estudo revela-nos que os entrevistados fazem sobre a visão e estratégia da educação para o turismo representações diferenciadas, ficando, apesar de tudo, claro que a maioria sustenta ter existido uma visão meramente setorial de resposta imediata às necessidades, ou seja, o Estado procurou, durante longos anos, formar os recursos humanos para a atividade turística de acordo com as necessidades imediatas dos empresários e segundo os seus critérios, mão-de-obra submissa, tecnicamente preparada e com pouca ambição. A formação académica era irrelevante e a formação técnica foi baseada na passagem do “gesto”. A simples passagem do setor primário da economia para o setor terciário já constituía uma promoção que a sociedade muito valorizava.

Apenas depois dos anos 80 o organismo público responsável pela formação setorial começou a ter uma estratégia não condicionada pelas empresas, mas sim virada para o indivíduo, para o aluno, procurando proporcionar-lhe um conjunto de competências que lhe permitisse entrar no mercado de trabalho muito mais bem preparado, tecnicamente e

culturalmente, mas também que lhe permitisse que, de acordo com as suas capacidades e ambição, pudesse prosseguir estudos e perspetivar uma carreira de progresso no setor, ou fora dele.

A estratégia então aplicada à educação para o turismo, apesar de politicamente imposta e de ter tido alguma oposição por parte dos empresários e de agentes do próprio sistema educativo, veio a revelar-se uma medida de rasgo. Terá sido nesta altura que existiu uma visão global de educação para o País, com o alinhamento dos diversos Ministérios com intervenção na matéria.

No entanto, a visão que os agentes sociais ainda hoje têm sobre esta matéria é muito repartida, entre os que acham que existe uma estratégia e os que não a conhecem, ou mesmo os que entendem que ela existe mas possui inúmeras deficiências. Efetivamente, do ponto de vista formal, desde os anos 80 que os governantes, melhor ou pior, têm elaborado planos (mais ou menos estratégicos) para o turismo onde englobam a educação, ou mesmo planos específicos de educação para o setor. No período temporal que o presente trabalho abarcou, o último plano foi o PENT, que apontava a educação e a formação como uma das áreas políticas mais importantes a afetar ao crescimento turístico. Lamentavelmente, durante o período da sua vigência muitas das ideias nele contidas foram ficando pelo caminho, o que nos leva a compreender a posição dos que dizem desconhecer uma estratégia definida para a educação turística.

A educação para o turismo tem vindo a sofrer os impactos do estado geral da economia. No caso português, o impacto maior tem vindo de modelos externos, no que podemos classificar como uma mentalidade empreendedorística na sua pior versão. A ideologia assenta na máxima liberalização da atividade e do acesso às profissões, com base na ideia de que a mercantilização, o “laissez faire”, o empreender, qualquer que seja a sua versão, aumenta a atividade económica e, em consequência, o número de oportunidades de trabalho.

Com menos tempo na escola, em média, a concorrência menos qualificada na procura de trabalho aumenta e as remunerações baixam, em conformidade. Assim como baixam as competências presentes no mercado, aumentam artificialmente as expectativas dos alunos que, confrontados com as baixas remunerações do trabalho, acabam por não se fixar, levando a que, sistematicamente, o Estado gaste recursos sem retorno, formando cada vez mais alunos para cada vez mais alunos abandonarem o sistema.

No turismo, setor de atividade económica de mão-de-obra intensiva, a qualificação é indispensável. Não basta colocar alunos com preparação secundária a fazer estágios ou formação “*on the job*”, os jovens precisam cada vez mais de formação escolar, cultural e humana em paralelo com a aquisição de competências técnicas. Não é num estágio de empresa, por muito bons e empenhados que sejam os seus profissionais, que vão aprender a ser cidadãos ativos, interventores, interiorizar que se devem apresentar limpos, com indumentária adequada, sem objetos de adorno ou unhas maltratadas, nem é na empresa que irão melhorar a sua expressão oral de português, ou de outra qualquer língua, nem tampouco irão aprender a explicar a composição e a confeção de um determinado prato de uma ementa, nem será na empresa que irão aprender o racional por detrás do sistema HACCP. A ideia que fica é a de um voltar ao sistema do “aprendiz”, acabando com toda a ideia de “aluno”.

O exemplo dos guias-intérpretes, profissão desregulamentada, a que qualquer indivíduo nacional ou estrangeiro pode ter acesso, mostra que com o desaparecimento da formação resultou uma maior concorrência, uma baixa remuneratória, e a perda de trabalho para os guias com habilitações em favor de concorrentes cuja competência se desconhece, perdendo-se na qualidade do serviço prestado. Estes exemplos dizem muito do que têm sido as políticas de educação e formação para o setor. Recorda-se que, neste caso, como noutros, tal se ficou a dever à imposição de transcrever para a legislação nacional Diretivas com origem na União Europeia.

Ao decrescente peso político do organismo responsável pela definição das políticas públicas de educação para o turismo, em queda desde os anos 80, soma-se o aumento exponencial de importância do Ensino Superior nesta área educativa, a que não é alheia a transição de diversos dirigentes da administração pública do turismo para a coordenação de cursos neste domínio nas universidades e politécnicos. Se adicionarmos a isto a entrada neste sistema setorial de formação do Ministério da Educação, através, primeiro, das escolas profissionais e depois das escolas secundárias, e do Ministério do Trabalho e Segurança Social, e se nos recordarmos de que a década de 80 e 90 foi marcada pela diminuição da intervenção do Estado na educação e pelo reconhecimento da intervenção de outros agentes sociais, onde se destacaram as empresas e as associações do setor, temos uma diversidade tal de interventores nesta matéria que, sem uma estratégia global bem definida, acabou por resultar no atual desnorte do sistema.

Recorrendo a Sacristán (1996, p.52), “muitas reformas, muitas políticas públicas não têm por função a transformação social, visam somente fazer crer que existe uma estratégia



política para melhorar a qualidade educacional, de dar a ideia de movimento para a frente”. (Além do mais, é) “curioso lembrar que as reformas se sucedem, e se sucedem é porque fracassam”.

Quanto à segunda hipótese (H2), se “*as políticas estruturais implementadas no sistema educativo para o turismo foram coerentes com a evolução do mercado*”, apesar de a maioria das nossas fontes achar que as políticas têm sido coerentes, tal resultará muito do discurso político de alinhamento com as prioridades das empresas; no entanto, estas continuam a ver a educação muito pouco na perspetiva de que o capital humano, bem formado e ao serviço da empresa, lhes pode potenciar os resultados operacionais ou, melhor dizendo, aumentar o lucro. Mas, como já referido, a questão maior é saber se a educação deverá seguir o mercado. Será que a educação tem de estar permanentemente a adaptar-se?

Nas profissões do turismo, como em muitas outras, além da incorporação da tecnologia e da própria evolução social, um rececionista, um cozinheiro, um empregado de mesa, um guia-intérprete, de um ponto de vista estrutural executa hoje a sua profissão como a executava há cinquenta anos atrás, pelo que as escolas não podem abandonar esta perspetiva.

O mercado que tem efetivamente evoluído é o próprio mercado da educação, com o ensino superior, público e privado, com o Processo de Bolonha, mas também com o ensino profissional, público e privado. Este sim, tem evoluído sem grande articulação, sendo do senso comum o excessivo número de entidades a intervirem, quer seja no plano operacional, quer seja na gestão. A inexistência de um Plano Nacional de Formação Turística, que defina objetivos e otimize recursos, e a inexistência de uma clara orientação para a qualidade tem vindo a fragilizar o sistema.

A terceira hipótese (H3) que colocámos foi saber se “*em Portugal, as políticas de educação para o turismo foram diretamente ou indiretamente influenciadas pelos ciclos políticos*”, e se ainda continuam a sê-lo. A esmagadora maioria dos nossos respondentes considerou que sim, que os ciclos políticos condicionam as políticas educativas para o setor, quer por intervenção direta, quer por falta dela, sendo muitas vezes a inação a maior das intervenções políticas. Como referimos já, assistimos, nos últimos anos, a grandes opções políticas, com forte influência na educação para o turismo, a principal das quais terá sido a extinção do Instituto de Formação Turística e a passagem das suas competências para uma Direção de Serviços dentro do então criado Turismo de Portugal, I.P. Se, a princípio, a lógica

e o fundamento foram compreensíveis, a uma distância de dez anos os seus efeitos foram perniciosos. Pode-se politicamente manter a coordenação das políticas educativas para o setor mas, paralelamente, retirar-lhe competências, não lhe dando visibilidade, cortando-lhe orçamento, não nomeando dirigentes, reduzindo-o-a aos serviços mínimos.

Outro aspeto de reflexão a considerar nos ciclos políticos é a descontinuidade das políticas, na maioria das vezes sem a necessária avaliação.

A quarta e última hipótese formulada (H4) procurava perceber se, “*em Portugal, a existência de um sistema educativo de matriz setorial tem sido útil ao turismo*”. Os nossos respondentes revelaram considerações unânimes sobre a sua importância, quer entre os entrevistados, quer entre as entidades questionadas, sendo certo que, neste campo, entre os entrevistados, pelo simples facto de a maioria ter tido cargos de condução política no sector, pressentimos uma capacidade crítica muito mais inibida. Pelo contrário, os que tiveram funções dirigentes dentro de um contexto que não o do turismo relativizaram mais essa importância, levando-nos a concluir que o sistema setorial de educação e formação exclusivo para o turismo é tido como mais importante dentro do setor do que fora dele.

Independentemente de o modelo de educação e formação para o turismo ser mais ou menos setorializado, temos por certo que a dispersão de responsabilidades nesta matéria entre diversas entidades nacionais é um fator de desarticulação das políticas educativas, o que provoca a desestabilização de todo o sistema, com perdas evidentes para o País.

## **2. Dificuldades e limitações**

No que respeita às dificuldades e limitações da investigação, destacamos, em primeiro lugar, a condição do próprio investigador, atenta a sua inexperiência neste tipo de tarefas e o facto de fazer parte do sistema educativo estudado. Como tal, o risco de existir alguma subjetividade na análise, em particular tratando-se de uma investigação qualitativa, foi uma condicionante que tivemos sempre presente.

Em segundo lugar, realçamos as dificuldades encontradas para a realização das entrevistas a atores que, em razão das suas atividades profissionais e sociais, se revelaram contactos com agendas difíceis; admitimos que pudesse ser relevante alargar a dimensão da amostra.

A terceira limitação que registámos relaciona-se com a realização dos inquéritos às entidades e empresas. Apesar de ser uma tarefa que decorreu em suporte tecnológico, em Portugal é tradicionalmente difícil obter respostas a este tipo de inquéritos, mesmo quando estes decorrem no meio académico, por natureza mais familiarizado com este tipo de procedimento, o que não foi o nosso caso.

A quarta dificuldade relevante que identificámos foi a da necessidade da execução do projeto, e em particular da sua componente empírica, num total de dezoito meses, tempo estabelecido pela Academia para a realização de um percurso desta natureza, o qual se revelou escasso, sobretudo no caso de projetos em que o investigador tem de responder a um exercício profissional absorvente, razão pela qual procurámos conter a ambição em função do cumprimento do prazo.

Por fim, o facto de não conhecermos nenhuma investigação com características semelhantes, de estudo das políticas públicas de formação para o turismo, contribuiu para a nossa limitação.

Em síntese, entendemos que, apesar das limitações acima descritas, os objetivos do projeto foram alcançados.

### **3. Linhas para futuras investigações**

Para concluirmos o nosso projeto, torna-se importante refletir sobre desenvolvimentos futuros, já que entendemos esta investigação não como um fim, em si mesma, mas como uma base para futuros trabalhos.

A necessária concertação entre os diversos intervenientes no sistema educativo para o turismo implicará que se avaliem os diferentes atores e os diferentes modelos formativos, de forma a dar resposta ao atual mercado de trabalho e perspetivando já o futuro.

Parece-nos da maior oportunidade refletir sobre a articulação entre o ensino politécnico e universitário, definindo com clareza o objeto de cada um deles, para que funções e profissões cada um direcione o seu modelo curricular, para que se evite o risco de todos fazerem o mesmo.

Se o ensino superior tem como objetivo formar os quadros dirigentes, que fazer dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, ministrados pelas mesmas instituições?

Se as Escolas Profissionais, as escolas secundárias com ensino técnico e as escolas de hotelaria e turismo formam para as bases do sistema, que dizer dos Cursos de Especialização Tecnológica? Onde é que estes se cruzam com os Cursos Técnicos Superiores Profissionais? Que mercados de trabalho disputam cada um destes modelos e a sua concorrência? Este é, sem dúvida, um novo desafio e uma sugestão de investigação não só atual, como garantidamente útil.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

- Abreu, J. (1865). *Roteiro do viajante, no Continente e nos caminhos-de-ferro de Portugal em 1865*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Academie de Nice (2014). *1914-2014, école d'excellence*. Acedido em 1 de março de 2016, em: <http://www2.ac-nice.fr/cid76596/le-centenaire-lycee-hotelier-paul-augier.html>.
- Adick, C. (1993). El enfoque de sistemas mundiales en educación comparada. In J. Schriewer e F. Pedró (Ed.). *Manual de educación comparada: teorías, investigaciones, perspectivas*, 387-21. Barcelona: PPU.
- Afonso, A. J. (1999). Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. *Educação & Sociedade*, 20 (69), 139-164.
- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação*. Porto: ASA Editores.
- Agência Europeia para a Segurança no Trabalho (2008). Proteger os trabalhadores da hotelaria e restauração. Bilbao: Facts. Acedido em 25 de maio de 2017, em: <http://www.osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/factsheet/79>
- Aguilar, M., e Ander-Egg, E. (1992). *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Athayde, J. (1917). Necessidade de uma escola para a sua educação. Tese apresentada ao 1º Congresso Hoteleiro. In *Relatório do I Congresso Hoteleiro*, 28 e 29 de Abril de 1917 (1-9). Lisboa: Repartição de Turismo / Imprensa Nacional.
- Airey, D. (1988). *Cross-Cultural approaches to teaching tourism, teaching tourism into the 1990s*, Proceedings from the International conference for tourism educators. University of Surrey.
- Airey, D., e Johnson, S. (1999). The content of tourism degree courses in the UK. *Tourism Management*, 20 (2), 220-235.
- Alfaro, S. (2009). Políticas educativas y el modelo de desarrollo dominante: un acercamiento crítico. *Revista Realidad*, 120, 281-292.
- Almeida, G. (1956). *Escolas hoteleiras – Relatório* (Arquivo Salazar). Lisboa: BNP.

- Almeida, J. (1861). *Relatório da administração da Real Casa Pia de Lisboa de 20 de Outubro de 1859 a 31 de Outubro de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Almeida, L. (2011). *O sistema de ensino superior português: expansão e desregulação*. Porto: Média XXI.
- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alves, J. (1973). *Relatório do 1º Congresso Nacional das Agências de Viagens e Turismo, Relações com Hoteleiros* (Secção C). Lourenço Marques: Agências de Viagens e Turismo.
- Alves, L. (2001). O arranque do ensino industrial na 2ª metade do séc. XIX. In L. Ramos; J. Ribeiro; A. Polónia (Orgs), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (vol.1), 95-111. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Alves-Mazzotti, A., e Gewandsznajder, F. (1999). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa* (2.º Ed.). São Paulo: Thomson.
- AMFORHT - World Association for Hospitality and Tourism Education and Training (2014). History. Acedido em 5 de março de 2016, em: <https://amforht.groupment.com/platform/history/>.
- Anderson, G. (1998). *Fundamentals of educational research* (2.º Ed.). London: Falmer Press.
- Anderson, J. (2003). *Public-policy making: an introduction*. Boston: Houghton Mifflin. Acedido em 5 de março de 2016, em: <http://cpps.dyndns.info/cpps-docs-web/secgen/2015/pol-oceanica-regional/Doc%2012.The%20study%20of%20the%20public%20policy.pdf>.
- ANESPO. (2003). *O ensino profissional em Portugal: uma estratégia para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Associação Nacional do Ensino Profissional.
- Antunes, F. (1996). Políticas educativas e discursos sobre educação nos anos 80 e 90: O debate acerca do ensino profissional na escola pública. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, 157-175. Acedido em 2 de março de 2016, em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24469/1/Fatima\\_M.\\_Antunes\\_-\\_Políticas\\_Educativas\\_e\\_Discursos\\_sobre\\_Educacao\\_nos\\_Anos\\_80\\_e\\_90.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24469/1/Fatima_M._Antunes_-_Políticas_Educativas_e_Discursos_sobre_Educacao_nos_Anos_80_e_90.pdf).
- Arretche, M. (1998). Tendências no estudo sobre avaliação. In Rico, E. M. (org). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez Editora.
- Arroteia, J. (1995). A escola superior de hotelaria e turismo do Estoril no sistema educativo português. *Estudos Turísticos*, (0) 1, 17.
- Association du Centenaire du Lycée Hôtelier de Toulouse (2016). *La première Ecole de 1916 à 1960*. Acedido em 1 de março de 2016, em: <http://100ansecolehotelieretoulouse.fr/2016/02/02/la-premiere-ecole-de-1916-a-1960/>.
- Azevedo, J. (1991). *Educação tecnológica, anos 90*. Lisboa: Edições Asa.

- Azevedo, J. (2007). *Sistema educativo mundial. Ensaio sobre a regulação transnacional da educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Azevedo, S. (2003). *Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In Santos J., Orlando A. [et al]. *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE. Acedido em 12 de abril de 2016, em: <https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/azevedo-sergio-discutindo-modelos-e-alguns-problemas-de-implantac3a7c3a3o.pdf>.
- Azul, A. (1995). *Sociologia*. Porto: Porto Editora.
- Ball, S. (1990). *Politics and policy making in education. Explorations in policy sociology: education reform act*. London e New York: Routledge.
- Baptista, T. e Rezende, M. (2011). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In Mattos, R.A., Baptista, T.W.F. *Caminhos para análise das políticas de saúde* (Cap.5). Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas Filho do Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 138-172. Acedido em 20 de abril de 2016, em: <http://www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps/wp-content/uploads/2011/09/Capitulo-5.pdf>.
- Barata, A. (2014) Introdução: O Estado social não é gordura, é músculo. In Carmo, R; Barata A. (org.). *Estado Social de Todos para Todos*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barkenbus, J. (1998). *Expertise and the policy cycle. Energy, Environment, and Resources Center*. The University of Tennessee. Acedido em 6 de maio de 2016, em: <http://www.gdrc.org/decision/policy-cycle.pdf>.
- Barreto, A. e Preto, C. (1996). *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Lisboa: Cadernos do Público.
- Barreto, A., e Mónica, M. F. (2000). *Dicionário de história de Portugal* (Vol. 9). Lisboa: Livraria Figueirinhas.
- Bauman, Z. (1998). On glocalization: or globalization for some, localization for some others. *Thesis Eleven* 54 (1), 37-49.
- Beaud, M. (1992). *História do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Behring, E. e Boschetti, I. (2006). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bernard, H. (1988). *Research methods in cultural anthropology*. Newbury Park, Califórnia: Sage
- Bernard, H., Killworth, P., Kronenfeld, D., e Sailer, L.(1985). The Problem of informant accuracy: the validity of retrospective Data. *Annual Review of Anthropology* 13, 495-517.

- Bobbio, N. (2007). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política* (14a ed.). São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Bogdan, R., e Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Éditions du Minuit.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (6a ed.). Campinas: Papirus.
- Braga, P. (2009). Os ministros da instrução pública em tempos de ditadura militar (1926-1933). *Cadernos de Investigação Aplicada*, 3, 97-118.
- Braudel, F. (1992). *Os jogos da troca: civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Bravo, M., e Eisman, L. (1998). *Investigación Educativa* (3ª Ed.) Sevilla: Ediciones Alfar.
- Brito, S. (2003). *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo* (Vol.1). Lisboa: Medialivros.
- Brito, S. (2003). *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo* (Vol. 2). Lisboa: Medialivros.
- Brito, S. (2011). *Direção-geral do turismo, contributos para a sua história*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- Bueno, M. S. e Dencker, A. F. (org) (2003). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson Learning.
- Burgess, J. (1982). Perspectives in gift exchange and hospitable behavior. *International Journal of Hospitality Management*. 1(1) 49-57.
- Buttle, F. (1986). *Hotel and food service marketing*. London: Holt.
- Cadavez, M. (2012). A bem da Nação, as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Camacho, B. (1937). *Questões Nacionais*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores.
- Câmara Municipal de Faro (2016). *Património histórico, pontos de interesse, núcleo histórico, Palacete Doglioni*. Acedido em 10 de outubro de 2016, em: <http://www.cm-faro.pt/pt/6816/palacete-doglioni/palacio-cumano.aspx#prettyPhoto>
- Camargo, L. (2002). Turismo, hotelaria, hospitalidade. *Turismo em Análise*. 13(1) 7-22.
- Camargo, L. (2008). A pesquisa em hospitalidade. *Revista Hospitalidade* (São Paulo), 5 (2) 15-51.
- Canário, R. (1998). Pensar o futuro da educação. In Debates Presidência da República (ed.). *A educação e o futuro* (13-20). Lisboa: INCM.
- Canário, R. (2000). Pensar o futuro da educação. In Antonio Dornelas e Jose Madureira Pinto (coord.) *Educação, formação e trabalho*. Lisboa: INCM



- Cardim, J. (1999). *O sistema de formação profissional em Portugal: breve descrição*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação/Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.
- Cardim, J. (2005). *Do ensino industrial à formação profissional* (Vol. 2). Lisboa: ISCSP-UTL.
- Carita, H. (1999). *Ritz, quatro décadas de Lisboa*. Lisboa: Edição Hotel Ritz, SA.
- Carreira, M. (1996). *O Estado e a educação* (Cadernos do Público). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Público.
- Carreira, T. (1999). Marcas de identidade e qualidade em educação. SPCE (ed.). *Investigar e Formar em Educação*, IV Congresso SPCE, Porto, 2, 37-40.
- Carvalho, R. (2011). *História do ensino em Portugal* (5a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casaca, F. (1979). *Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Programa Base*. Lisboa: CNFTH.
- Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (2007). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Thessaloniki: CEDEFOP.
- CGTP-IN (1989). *Plataforma para a acção sindical 1989-1992*. Lisboa: DIF/CGTP-IN.
- Clark, M., Riley, M., Wilkie, E., e Wood, R. (1998). *Researching and Writing Dissertations in Hospitality and Tourism*. London: International Thomson Business Press.
- Codd, J. (1988). The construction and deconstruction of educational policy documents. *Journal of Education Policy*. 3 (3) 235-247.
- Cohen, E. e Franco, R. (1993). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Editora Vozes. Acedido em 25 de outubro de 2016, em: <https://estadoeadministracaofcap.files.wordpress.com/2012/10/cohenfranco-1993.pdf>.
- Cooper, C., Shepherd, R. e Westlake, J. (1996). *Educating the educators in tourism: a manual of tourism and hospitality education*. Madrid: World Tourism Organization e University of Surrey.
- Corbain, A. (2001). *Historia dos tempos livres. O advento do lazer*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Correia, M. (2009, 2º semestre). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*. 13 (2). apud Lapassade, G. (2001). L'Observation participant. *Revista Europeia de Etnografia de Educação*. 1, 9-26.
- Costa, A. (1870). *Instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, A. (2008). A disputa pela formação profissional acelerada. In *Os Anos de Salazar*. (Vol.20) (128-139). Lisboa: Centro Editor PDA.

- Costa, C., Umbelino, J. e Amorim, E. (2012). A relação entre a formação superior em turismo e o planeamento turístico – o caso português. *Cultur*, 2 (6).
- Cruz, J. (1998). *Formação profissional em Portugal: do levantamento de necessidades à avaliação*. Lisboa: Edições Silabo.
- Cunha, L. (2006). *Economia e política do turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, L. (2008). *O processo de desenvolvimento do turismo português: coerências e incoerências*. Atas do 1º Seminário Turismo e Planeamento do Território. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Cunha, L. (2010a). Desenvolvimento do turismo em Portugal: os primórdios. *Fluxos & Riscos*, 1, 127-149.
- Cunha, L. (2010b). A República e a afirmação do turismo. In Lousada, M.A., e Pires, A.P. (coord.), *Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da 1ª República* (129-138). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, I.P..
- Cunha, L. (2012). *Turismo em Portugal: sucessos e insucessos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Dale, R. e Robertson, S. L. (2002). The varying effects of regional organizations as subjects of globalization of education. *Comparative Education Review*, 46 (1), 10-36.
- De Cicco, C., e Gonzaga, Á. (2007). *Teoria geral do Estado e ciência política*. São Paulo: RT.
- DGAI – Direção Geral da Administração Interna
- DGES- Direção Geral do Ensino Superior (1 de outubro de 2010). Universidade Internacional, Universidade Internacional da Figueira da Foz, Instituto Superior Politécnico Internacional. Lisboa: Direção de serviços de suporte à rede de Ensino Superior.
- Denzin, N., e Lincoln, Y. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N., Lincoln, Y. (orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2 ed.). Porto Alegre: ARTMED.
- Dewey, J. (1998). *Experience and education*. West Lafayette, Indiana: Kappa Delta PI.
- Draibe, S.M. (1993). As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, 17, 86-101.
- Draibe, S. (2001). Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In Barreira, M. e Carvalho, M. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais* (14-42). São Paulo: IEE/PUC/SP.
- Duarte, J. (1978). *Estudo de reorganização e definição de funções sectoriais do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira*. Lisboa: CNFTH.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, 24, p.213-225.

- Dye, T. (1984). *Understanding public policy*. New Jersey: Person Prentice Hall.
- Easton, D. (1953). *The political system*. New York: Willey.
- Easton, D. (1965). *A Framework for political analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- École Hôtelière de Lausanne (2016). *Histoire*. Acedido em 1 de março de 2016, em: <http://www.ehl.edu/fr/a-propos/organisation/histoire-ehl>.
- École Hôtelière Internationale Savoie-Leman (s/d). *Notre école*. Acedido 1 de março de 2016, em: <http://www.ecole-hoteliere-thonon.com/notre-ecole/?lang=fr>.
- Ellis, J. (2000). Informal education, a Christian perspective. In T. Jeffs e M. Smith (ed.) *Using Informal Education*. Buckingham: Open University Press. Acedido em 8 de fevereiro de 2016, em: <http://www.infed.org/archives/usinginformaleducation/ellis.htm>.
- Emissora Nacional (1966a, 23 de outubro) Onde a terra acaba e o mar começa. Acedido em 24 de setembro de 2016, em: <http://museu.rtp/app/uploads/dbEmissoraNacional/Lote%2045/00017485.pdf>
- Emissora Nacional (1966b, 29 de outubro) Onde a terra acaba e o mar começa. Acedido em 24 de setembro de 2016, em: <http://museu.rtp/app/uploads/dbEmissoraNacional/Lote%2045/00017484.pdf>
- Erickson, F. (1986). Qualitative methods in research on teaching. In M. Wittrock (Ed.), *Handbook of research on teaching* (3a ed.) (pp. 119-161). Nova Iorque: Macmillan Publishing Company.
- Escola Hoteleira. (1958). *Regulamento Interno*. Lisboa: Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa.
- Escola Hoteleira Alexandre de Almeida (1967). Relatório de Actividades Pedagógicas do Ano Lectivo 1967-1968. Lisboa: Escola Hoteleira Alexandre de Almeida.
- Escola Hoteleira Alexandre de Almeida (1971). Relatório de Actividades Pedagógicas do Ano Lectivo 1970-1971. Lisboa: Escola de Hotelaria e Turismo Alexandre de Almeida.
- Escola Hoteleira Alexandre de Almeida (1973). Relatório da Actividade Pedagógica do Ano Lectivo de 1972/1973. Lisboa: Escola de Hotelaria e Turismo Alexandre de Almeida.
- Escuela Superior Hosteleria y Turismo de Madrid (s/d). *Historia del centro*. Acedido em 3 de março de 2016, em: <http://www.escuelasuperior-hosteleriaturismo-madrid.com/historia.html>.
- Esping-Andersen, G. (1993). *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- Eulau, H. e Eyestone, R. (1968). Policy maps of city councils and policy outcomes: a developmental analysis. *American Political Science Review*, 62 (1) 124-143.

- Eyestone, R. (1971). *The threads of public policy: a study in political leadership*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de metodologia* (5a ed.). São Paulo: Saraiva
- Fernandes, F. (2011). Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In Mattos, R.; Baptista, T. Caminhos para análise das políticas de saúde. p.262-274. Acedido em 20 de dezembro de 2016, em: [www.ims.uerj.br/ccaps](http://www.ims.uerj.br/ccaps).
- Ferreira, A. (2014). Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22, 355-364.
- Ferreira, J. (1935). A indústria de turismo. In Iº Congresso da União Nacional, 26 a 28 de Maio de 1934. *Discursos, teses e comunicações* (Vol. 5) (343-378). Lisboa: Edição da União Nacional.
- Ferreira, J. (1936). *Projecto da organização do turismo em Portugal*. Tese apresentada pelo Eng. José Duarte Ferreira, (1ª secção) (2-14). Lisboa: Edição do Iº Congresso Nacional de Turismo.
- Ferreira, M. (Coord.). (1992). *Reformas do ensino em Portugal, 1890-1899* (Tomo 1, Vol. 3). Lisboa: Ministério da Educação-Secretaria Geral.
- Ferreira, R. (2012). Itinerário da política pública: o caso do programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. *Revista Ideas*, 6 (2), 193-215.
- Fisher, M. e Franzoi, N. (2009). Formação humana e educação profissional, diálogos possíveis. *Educação, Sociedade & Culturas*. 29, 35-51.
- Foyne Flying Boat e Maritime Museum (2016). Dr. Brendan O'Regan. Acedido em 24 de outubro de 2016 em <http://www.flyingboatmuseum.com/irish-coffee/dr-brendan-oregan/>.
- Freitag, B. (1986). *Escola, Estado e sociedade* (6ª ed., Coleção Universitária). São Paulo: Moraes.
- Frey, K. (2000, junho). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 211-254.

- GAPI-UNICAMP, Grupo de Análise de Políticas de Inovação, Universidade Estadual de Campinas (2002). Metodologia de análise de políticas públicas. In Dagnino, R. et al. *Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Editora Cabral Universitária.
- Garraud P. (1990). Politiques nationales: l'élaboration de l'agenda. *L'Année sociologique*, 17-41.
- Garraud, P. (2014). Agenda, Émergence. In Boussaguet, L., Jacquot S., e Ravinet, P. *Dictionnaire des politiques publiques* (4nd ed.). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Gentili, P. (1998). Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, G. Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século (7 Ed.) (76-99). Rio de Janeiro: Vozes.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilbert, N. (1993). *Researching Social Life*. London: Sage.
- Godinho, V. (1980). *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (4ª ed.). Lisboa: Editora Arcádia.
- Grácio, S. (1998). *Ensinos técnicos e política em Portugal, 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gomes, J. F., et al (1955). História da Educação em Portugal. In Gomes, J.F. *Para a Historia da educação em Portugal (col. Ciências da Educação)*. Porto: Porto Editora
- Gramsci, A. (1968). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grilo, E. (1993). O Sistema Educativo. In *Portugal: 20 Anos de Democracia* (406-435). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Grinover, L. (2003). Hospitalidade e qualidade de vida: instrumentos para a ação. In: Bueno, M. S. e Dencker, A. F. (org). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson Learning.
- Grubb, N. e Ryan, P. (1999). *The roles of evaluation for vocational education and training: Plain talk on the field of dreams*. Genebra: International Labour Organization & Kogan Page Limited.
- Guba, E. e Lincoln, Y. (1989). *Fourth Generation Evaluation*. London. Sage Publications.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.
- Guinote, P. (2014). *Educação e Liberdade de Escolha*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Hespanha, P., Ferreira, S. e Pacheco, V. (2013). O Estado social, crise e reformas. In *Anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas*, 161-243. 1º Relatório preliminar sobre crises e alternativas. Observatório sobre crises e alternativas. Coimbra: Centro Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Hjern, B. e Hull, C. (1982) Implementation research as empirical constitutionalism. *European Journal of Political Research*, 10, 105-115.
- Hoffer, E. (1973). *Reflections on the human condition*. New York: Harper e Row.
- Howlett, M., Ramesh, M. e Perl, A. (2009). *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems* (3rd ed.). Toronto: Oxford University Press.
- Hüfner, K., Meyer, J. e Naumann, J. (1992). Investigación sobre politica educativa comparada: perspectiva de la sociedad mundial. *Revista de Educacion*, 207, 347-402.
- Hummel, C. (1993). Aristotle. Prospects. *The Quarterly Review of Comparative Education*. 23(1/2) 39-51.
- INFTUR. (2002). *Plano Estratégico 2002-2006*. Lisboa: Instituto de Formação Turística.
- INFTUR. (2004). *Plano Estratégico 2004-2008*. Lisboa: Instituto de Formação Turística.
- INFTUR. (2005). *Plano de Actividades e Orçamento 2005*. Lisboa: Instituto de Formação Turística.
- INFTUR. (2007). *Plano de Actividades 2007*. Lisboa: Instituto de Formação Turística.
- Inkeles, A. e Sirowy, L. (1983). Convergent and divergent trends in national educational systems. *Oxford Journals - Social Forces*, 62 (2), 303-333.
- ISLA, Instituto Superior de Línguas e Administração. (2016). História. Acedido em 4 de dezembro de 2016, em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor/dir/see/?cD05NnxvPWF8cz0yNzE2fHY9cGFnZQ>
- Jenkins, W. (1978). *Policy analysis: a political and organizational perspective*. London: Martin Robertson.
- Jessop, B. (2013). Putting neoliberalism in its time and place: a response to the debate. *Social Anthropology*. 21 (1), 65-74.
- Jerphagnon, L. (1973). *Dicionário das Grandes Filosofias*. Lisboa: Edições 70.
- Jourdain, V. (2012). *L'hôtellerie bruxelloise 1880-1940*. Thèse de Docteur, Université Libre de Bruxelles/Université de Neuchâtel, Neuchâtel, Suisse.
- Júnior, M. (1936). Escolas profissionais da indústria hoteleira. Comunicação ao I Congresso Nacional de Turismo feita pelo Secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa, (4ª secção) (2-6). Lisboa: Edição do I Congresso Nacional de Turismo.

- Junior, M. (1969). *Serviços de mesa, balcão e cafeteria*. (Coleção Hoteleira, Vol.4). Lisboa: Editorial Minerva.
- Karabel, J. e Halsey, H. (1986). *Power and ideology in education*. New York: Oxford Univerty Press.
- Kelly, L., e American Society for Training and Development. (1995). *The ASTD technical and skills training handbook*. New York: McGraw-Hill.
- Kemp, J., e Ellen, R. (1984). Producing data: informal interviewing. In R. F. Ellen (ed.). *Ethnographic research: a guide to general conduct*, 229-236. New York: Academic Press.
- Kjaer, A. M. (2004). *Governance*. London: Verso.
- Lakatos, E. e Marconi, M. (1994). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas
- Lameiro, C. (2000). *Histórias que tenho para contar*. Rhode Island: Peregrinação Publications.
- Lashley, C. (2008). Marketing hospitality and tourism experiences. In Haemoon Oh; Abraham Pizan (ed.). *Handbook of hospitality marketing management*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Laswell, H. (1958). *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books. Acedido em 15 de setembro de 2016, em: <http://www.policysciences.org/classics/politics.pdf>.
- Laval, C. (2004). *A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta.
- Lemieux V. (1989). *La struturation du pouvoir dans les systèmes politiques*. Saint-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- Lopes, R. (2005). Concepções científicas e pessoais sobre educação/formação profissional: contributos para a elaboração de um modelo teórico (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia, Braga.
- Lowi, T. (1964). American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, 16 (4), 677-716.
- Lowi, T. (1972). Four systems of policy, politics and choice. *Public Administration Review*, 22.
- LTHAH - Lycée Technique Hôtelier Alexis Heck. (s/d). Alexis Heck, le père du tourisme Luxembourgeois. Acedido em 2 de março de 2016 em: [http://www.lthah.lu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=72&Itemid=179](http://www.lthah.lu/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=179)
- Lüdke, M. e André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Lycée des Metiers de l'Hotellerie et du Tourisme de Grenoble (2006). *De l'Ecole pratique d'industrie hôtelière au lycée des métiers de l'hôtellerie et du tourisme, l'Histoire du*

Lycée. Acedido em 1 de março de 2016 em: <http://www.ac-grenoble.fr/Ecole.Hoteliere/articles.php?lng=fr&pg=19&ppt=1>.

- Machado, R. (2006). *Foucault a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Marconi, M. e Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica (5ª Ed.)*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marques, M (1993). *O modelo educativo das escolas profissionais: um campo potencial de inovação*. Lisboa: Educa.
- Marques, O. (1995). *Breve história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Martinho, A. (2006). A criação do ensino industrial em Portugal. *Máthesis*, 15, 53-81.
- Martins, A. (1999). *Formação e emprego numa sociedade em mutação*. Universidade de Aveiro/Unidade de Investigação, Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação.
- Martins, R. (2004). *Direito à educação: aspectos legais e constitucionais*. Rio de Janeiro: Letra Legal.
- Mateus, A. (2005). O processo de “globalização”. In Francesc Navarro (Coord.) *História Universal* (vol. 20, 165-216). Lisboa: Público e Salvat
- Mathieson, A. e Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Essex: Longman Publishing Group.
- Matland, R. (1995). Synthesizing the implementation literature: the ambiguity, conflict model of policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 5 (2), J-Part.
- Matos, A. e Santos, M. (2004). Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais de século XIX às primeiras décadas do século XX) *Script Nova, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 8, 167. Acedido em 17 de junho de 2016, em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>
- Mattar, J. (2008). *Metodologia científica na era da Informática (3ª ed.)*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Mattos, D. (1936). *Organização do Turismo em Portugal*. Tese apresentada por Diogo J. de Mattos, (1ª secção) (2-7). Lisboa: Edição do I Congresso Nacional de Turismo.
- Maykut, P. e Morehouse, R. (2003). *Beginning qualitative research: a philosophic and practical guide*. London: Routledge Falmer.
- Mead, L. (1995). Public policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, 5, 1-4.
- Medwar, P. (1982). *Pluto's Republic*. Oxford: Oxford University Press.



- Megie, A. (2004). Mise en œuvre. In. Boussaguet, L., Jacquot S., e Ravinet, P. *Dictionnaire des politiques publiques* (4nd ed.) (283-289). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Menu, R., Mcdonald, R., Marchal, P., Müller, M., Perrot, S. e Sebban, A. (2001). *Livre blanc, euroformation*. Bruxelles: Eurhodip.
- Meny, I. e Thoning, J. C. (1992). *Las políticas públicas*. Barcelona: Ariel.
- Milano, M. e Ullius, D. (1998). *Designing powerful training: the sequential iterative model*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Ministério da Educação de Portugal e Organización de Estados Iberoamericanos (2003) Sistema Educativo Nacional de Portugal. Acedido em 7 de setembro de 2015, em: <http://www.oei.es/quipu/portugal/#sis>
- Mónica, M. (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*. Lisboa: Editorial Presença
- Mourre, M. (1998). *Dicionário de História Universal* (Vol.1). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mozzato, R. e Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios, 15 (4), 731-747. *Curitiba: RAC*. Acedido em 17 de julho de 2016, em: <http://www.anpad.org.br/rac>.
- Muller, P. e Surel, Y. (2002). *A análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat.
- Nailon, P. (1981). *Theory and art in hospitality management* (inaugural lecture). Surrey: University of Surrey.
- Nérici, I. (1985). *Educação e Ensino*. São Paulo: Ibrasa.
- Nérici, I. G. (1971). *Introdução à didática geral: dinâmica na escola* (10a ed.). Guanabara: Edição Fundo de Cultura.
- Neto, V. (2013). *Portugal. Turismo: Relatório Urgente. Onde estamos, para onde queremos ir*. Lisboa: Horácio Piriquito/Bnomics.
- Novelli, P. (2001). O conceito de educação em Hegel. *Interface, Comunic, Saúde, Educ*, 5, (9), 65-88.
- Nunes, A. (2011). *História do sindicato*. Lisboa: Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restauração e Similares do Sul. Acedido em 4 de dezembro de 2016, em: [http://www.sindhotelariasul.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=46&Itemid=70](http://www.sindhotelariasul.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=70).
- OECD (2014). *Perspectivas das políticas de educação em Portugal*. OCDE. Acedido em 20 de janeiro de 2017, em: [www.oecd.org/edu/policyoutlook.htm](http://www.oecd.org/edu/policyoutlook.htm).
- Offe, C. (1989). *Capitalismo desorganizado* (2a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, J. e Cybron, J. (1994). *Ser guia-intérprete em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Novas Profissões.

- OMT (1995). *Educando Educadores en Turismo*, Madrid: Instituto de Turismo, Empresa y Sociedad e Universidad Politécnica de Valencia.
- OMT (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- Oszlak, Ó. (1982). Reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, 16 (1), 17-60. Acedido em 10 dezembro de 2016, em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/11455/10404>.
- Oszlak, Ó. (1997). Estado y sociedad: nuevas reglas de juego? *Revista Reforma y Democracia*, 9, 7-61. Acedido em 12 de dezembro de 2016, em: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/009-octubre-1997/0029802.pdf>
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods (2nd ed.)*. Newbury Park, CA: Sage Publications. Inc.
- Pego, M. (1917). A Indústria hoteleira. Tese apresentada ao I Congresso Hoteleiro. In *Relatório do I Congresso Hoteleiro*, 28 e 29 de abril de 1917, (1-7). Lisboa: Repartição de Turismo/Imprensa Nacional.
- Pelto, P., e Pelto, G. (1983). *Anthropological research. The structure of inquiry*. Cambridge: C. University Press.
- Penna, S. e O'Brien, M. (2006). What price social and health care? Commodities, competition and consumers. *Social Work & Society*. University of Duisburg-Essen, Center for Social Work and Social Policy. 4(2). Acedido em 17 de dezembro de 2016, em: <http://www.socwork.net/sws/article/view/155/546>.
- PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007). Para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação.
- Pernoud, R. (1969). *As origens da burguesia*. Lisboa: Publicações Europa América
- Peters, B. (1986). *American public policy: promise and performance (2nd ed.)*. New Jersey: Chatham House Publishers.
- Petit, P. (1976). *O Mundo Antigo*. Lisboa: Ática Editora.
- Peytard, J. e Moirand, S. (1992). *Discours et enseignement du français: les lieux d'une rencontre*. Paris: Hachette.
- Piana, M. (2009). As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In Piana, M.C., *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP.
- Pina, P. (1982). *Cronologia do Turismo Português 1900-1929: Colectânea de Factos e Opiniões (Vol. 1)*. Porto: Secretaria de Estado do Turismo/Direcção-Geral do Turismo-Delegação do Porto.
- Pina, P. (1988). *Portugal, o turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.

- Pité, J. (1995). *Sociologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pizam, A. (1994). Planning a Tourism Research Investigation. In Ritchie, J., Goeldner, C. (Eds). *Travel Tourism and Hospitality Research: a Handbook for Managers and Researchers* (2ª Ed.), 91-104. New York: John Wiley & Sons.
- Platão (1975). *A República*. Lisboa: Edições Europa América.
- PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado. (março de 2006). *Relatório Final da Comissão Técnica*. Lisboa: PRACE
- Programa de abertura e funcionamento da EHTC (1989). Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1995). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Raeder, S. (2014). Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 7 (13), 121-146.
- Ramos, R. (1994). O mito da política nacional (1918-1926). In Mattoso, J. (coord.), *História de Portugal*, (Vol. 6), 597-633. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ramos, R., Monteiro, G. e Sousa, B. (2009a). *História de Portugal* (Vol. 7). Lisboa: Esfera dos Livros/ Expresso-Impresa Publishing.
- Ramos, R., Monteiro, G. e Sousa, B. (2009b). *História de Portugal* (Vol.8). Lisboa: Esfera dos Livros/Expresso-Impresa Publishing.
- Rand, A. e Swartz, P. (ed.). (1999). *The Return of the Primitive: The Anti-Industrial Revolution*. New York: Meridian Book.
- Região de Turismo do Algarve (2005). *Algarve, Edição Comemorativa do 35.º Aniversário da Região de Turismo do Algarve*. Faro: Edição Lex.
- Rejowsky, M. (1996). *Turismo e pesquisa científica, pensamento internacional x situação brasileira*. Campinas: Papirus Editora.
- Repartição de Turismo. (1957). *Relatório da repartição de turismo*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo.
- Reuchlin, M. (1974). *O ensino no ano 2000*. Lisboa: Moraes.
- Ribeiro, M. (1993). A regeneração e o seu significado. In Mattoso, J. (coord.), *História de Portugal*, (Vol. 5) (121-130). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, H. (1994). *O ensino da gastronomia portuguesa nas escolas hoteleiras (Discurso)*. Santarém: I Congresso Nacional de Gastronomia.
- Roquette, A (org.) (1962). *1 Colóquio Nacional de Turismo 1961*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação/Direcção dos Serviços de Turismo.

- Rosas, F. e Brito, J. (1996a). Ditadura Militar. In *Dicionário de História do Estado Novo*, (Vol. 1), 273-277. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996b). Educação Nacional. In *Dicionário de História do Estado Novo*, (Vol. I), 286-288. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996c). União Nacional. In *Dicionário de História do Estado Novo*, (Vol. I), 989-991. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996d). Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sotto Mayor Correia de. In *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II), 685. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996e). Caetano, Marcelo José das Neves Alves. In *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I), 110-112. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996f). Planos de Fomento. In *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II), 739-740. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rua, M. G. (2012). *Políticas públicas*. (2a ed.). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.
- Ryan, C. (1995). *Researching tourist satisfaction: issues, concepts, problems*. London: Routledge.
- Sabatier, P. (1986). Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*. 6, 21-48.
- Sacristán, J. (1996) Reformas Educacionais: Utopias, retórica e prática. In Silva, Tomaz Tadeu & Saviana Demerval
- Salgado, M. (2007). Educação e organização curricular em turismo no ensino, superior português (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro.
- Salgado, M. e Costa, C. (2009, dezembro). Ensino superior na área do turismo em Portugal. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Turismo*. 1 (2), 2-16.
- Sampaio, C., Santos, M., e Mesquida, P. (2002). Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. *Revista Diálogo Educacional*, 3 (7), 165-178.
- Santos, A. (1977). *Formação e motivação do pessoal de turismo*. (Discurso) Congresso da APAVT.
- Santos, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 21 (87/88/89), 869-901.
- Saraiva, J. (1979). *História concisa de Portugal* (5a ed.). Lisboa: Publicações Europa América.
- Saravia, E. e Ferrarezi, E. (org.) (2007). *Políticas públicas* (Vol. 1, Coletânea). Brasília: Escola Nacional de Administração Pública.

- Savard, J. (2012). *Policy cycles*. In L. Côte e J.F. Savard (eds.), *Encyclopedic Dictionary of Public Administration*. Acedido em 20 de novembro de 2016, em: <http://dictionnaire.enap.ca>.
- Schmitt, C. (2015). *O Conceito do político*. Lisboa: Edições 70.
- Schriewer, J. (1995). Sistema mundial e inter-relacionamento de redes: a internacionalização da educação e o papel da pesquisa comparativa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 76 (182/183), 241-304.
- Schultz, T. (1973). *Investment in human capital. The role of education and research*. New York: Free Press.
- Selltiz, C., Jahoda, M., Deutch, M. e Cook, S. (1975). *Métodos de pesquisa nas relações sociais* (Coleção Ciências do Comportamento). São Paulo: E.P.U./USP.
- Serrão, J. (2007). O turismo como riqueza nacional. In *História de Portugal [1951-1960]* (Vol.7). Lisboa: Editorial Verbo.
- Silva, A. (1980). *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte/Editorial Confluência.
- Silva, C. (2011). As reformas do ensino na Casa Pia de Lisboa ou a primeira imagem da escola primária moderna (anos 1860-1870). Universidad de Salamanca. Acedido em 12 de dezembro de 2016, em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5817/1/las%20reformas%20de%20la%20ense%20c3%b1anza%20en%20la%20Casa%20Pia%20de%20Lisboa.pdf>.
- Silva, E. e Menezes, E. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (2.<sup>a</sup> Ed.). Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
- Silva, M. (1991). *Plano estratégico para a formação no turismo 1991-1996*. Lisboa: Divisão de Planeamento do INFT.
- Silva, M. (1994). *Contributos para a história da formação turística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
- Silva, M. (2007). A educação num contexto de hegemonia ideológica neoliberal. *Currículo sem Fronteiras*, 7 (1), 206-242.
- Silva, P. e Costa, N. (2002). *A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira*. Brasília: Ipea.
- Smith, K. e Larimer, C. (2009). *The public policy theory primer*. Boulder: Westview Press.
- Sousa, E. (coord.) (2006). *ESHTE, 15 anos, 1991-2006*. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Sousa, G. (1998). *Metodologia da investigação, redação e apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Civilização Editora

- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 8 (16), 20-45.
- Souza, C. (2003). Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, 39, 11-24.
- Spradley, J. (1979). *The Ethnographic Interview*. Belmonte, California: Wadsworth Group / Thomson Learning.
- Spradley, J. (1980). *Participant Observation*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Stengel, K. (2012). *Histoire de l'enseignement culinaire, focus sur l'EHP*. Acedido em 2 de março de 2016, em: [http://www.editions-harmattan.fr/auteurs/article\\_pop.asp?no=24988&no\\_artiste=20816](http://www.editions-harmattan.fr/auteurs/article_pop.asp?no=24988&no_artiste=20816).
- Stokowski, P. A. (1994). *Leisure in Society: A Network Structural Perspective*. London: Mansell.
- Sweezy, P., Dobb, M., Takahashi, H., Hilton, R. e Hill C. (1978). *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Tarrío, J. (s/d). *La educación y su problemática*. Acedido em 16 de junho de 2016 em: <http://jtarrio.webs.uvigo.es/Investigacion.es.htm>
- Tavares, M. (2003). O fenómeno educativo entre a ideologia e a utopia. O pensamento de Paul Ricoeur: fundamentos para uma educação emancipatória. *Revista Lusófona de Educação*. 1, 13-37.
- Teixeira, F. (1996). Neoliberalismo em debate. In Teixeira, F. J. e Oliveira, M. A. (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva, as novas determinações do mundo do trabalho*, 195-252. São Paulo: Cortez Editora. Acedido em 4 de dezembro de 2016, em: [http://firgoa.usc.es/drupal/files/O\\_0.doc](http://firgoa.usc.es/drupal/files/O_0.doc)
- Teixeira, G. (2005). *A questão do método na investigação científica?* Acedido em 14 de fevereiro de 2017, em: [http://www.miniwebcursos.com.br/curso\\_aprender/modulos/aula\\_4/artigos/tipo\\_metodo.html](http://www.miniwebcursos.com.br/curso_aprender/modulos/aula_4/artigos/tipo_metodo.html).
- Teodoro, A. (1999). A construção social das políticas educativas. Estado, educação e mudança social no Portugal contemporâneo (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa.
- Teodoro, A. (2003). Educação e políticas educativas no Portugal contemporâneo: Da construção do modelo escolar ao tesouro a descobrir. *Revista Lusófona de Educação*, 1, 127-144.
- Tessaring, M. e Wannan, J. (2004). *Vocational education and training – key to the future*. Luxembourg: CEDEFOP Publications Series.
- Thomas, G. (2013). *Education: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.

- Titmuss, R. M. (1974). What is social policy? In Abel-Smith, B. e Titmuss, K. (ed.). *Social policy: an introduction* (Chap. 2, 23-32.). New York: Pantheon Books.
- Tomazi, N. (2010). *Sociologia para o ensino médio* (2a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Torgal, L. (1993). A instrução pública. In Mattoso, J. (coord.), *História de Portugal*, (Vol. 5), 609-651. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Torgal, L., Mendes, J. e Catroga, F. (1998). *História da história em Portugal séculos XIX-XX: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates.
- Torgal, L.R. (2013). *Marcelo Caetano, marcelismo e “Estado Novo”, uma intervenção*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Trigo, L. (1995). *Turismo básico* (série apontamentos). São Paulo: Editora Senac.
- Umbelino, J, Rodrigues, M. e Duarte, A. (coord.) (2006). *Inftur 1965-2006*. Lisboa: Instituto de Formação Turística.
- Vaquero, B. (2007). La Implementation de Politicas Publicas. *Revista Dikaion*. 21 (16), 135-156.
- Vieira, J. (1998a). *Portugal - século XX, crónica em imagens 1920-1930*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, J. (1998b). *Portugal - século XX, crónica em imagens 1930-1940*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vukonic, B. (1995). Tourism as a Field of Research and Education at the Faculty of Economics in Zagreb. *Acta Turistica*, 7 (1), pp.3-22.
- Wanhill, S. (1992). Methodologies for tourism and hospitality. *Tourism Management*, 13, (2), 78-89.
- Weber, M. (2012). *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Barcelona: Ediciones Brontes.
- Weber, M. (2007). *Ciência e política: duas vocações* (14a ed.). São Paulo: Cultrix.
- Whyte, W. (1982). Interviewing in Field Research. In R. G. Burgess (ed.). *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*, 111-122. London: George Allen & Unwin.
- Wildavsky, A. (1997). *Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis*. New Brunswick (USA) & London (UK): Transaction Publishers.
- Wilson, J. (2005). *Human resource development: Learning and Training for Individuals and Organizations*. London: Kogan Page Publishers.
- Wilson, J. Q. (1974). The politics of regulation. In J.W. McKie, (ed.) *Social responsibility and the business predicament*. Washington, DC: The Brookings Institute.
- Worthen, B., Sanders, J. e Fitzpatrick, J. (2004). *Educational evaluation: Alternative approaches and practical guidelines* (3rd ed.). Boston: Allyn & Bacon.

Wu, S. (2006). *A arte da guerra de mestre Sun*. Lisboa: Frenesi.

Zanella, L. (2007). *Técnicas de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC.



### Fontes Hemerográficas<sup>127</sup>:

- Abreu, M., *Banquete, Revista Portuguesa de Culinária*, 16, junho de 1961, pp. 8-9: “A escola hoteleira de Lisboa”.
- Abreu, M., *Banquete, Revista Portuguesa de Culinária*, 124, junho de 1970, p.25: “Visita do vinho do Porto à escola de hotelaria e turismo do Porto”.
- Abreu, M., *Banquete, Revista Portuguesa de Culinária*, 134, abril de 1971, p. 12: “Cursos de Aproveitamento Nacional de Formação Turística”.
- Abrunheiro, D., *Região de Leiria*, 2 de novembro de 2007, p. 19: “Óbidos estreia escola de turismo”.
- Abrunheiro, D., *Região de Leiria*, 1 de novembro de 2007, p. 22: “Inaugurada escola de hotelaria e turismo”.
- Andrade, R., *Publituris*, 997, 2 de novembro de 2007, p. 44: “Escola de hotelaria e turismo é a mais recente aquisição de Viana do Castelo”.
- ANESPO, *Expresso / Dossier Escolas Profissionais*, 13 de julho de 1991, p. 4: “As escolas profissionais”.
- A Tarde*, 3 de julho de 1981, p.18: “Antiga escola “Alexandre D’Almeida” é hoje escola de turismo”.
- Baptista, R., *Terras da Feira*, 9 de novembro de 2009, p. 24: “Alunos de escola de hotelaria protestam contra novo sistema”.
- Botelho, F., *Publituris*, 785, 1 de novembro de 2000, p. 3: “Formação: muitos... mas bons?”.
- Contente, L., *Jornal de Turismo (destacável)*, 144, 1979, pp. 7-10: “Bienvenu, Welcome, Willkommen”.
- Cordeiro, R., *Diário de Notícias*, 28 de abril de 1980, p. 7: “Escola Superior de Turismo na Costa do Estoril”.
- Cunha, L., *Publituris*, 879, 1 de outubro de 2004, p. 40: “Infotur estabelece acordos em São Tomé e Moçambique”.
- Cunha, L., *Publituris*, 879, 1 de outubro de 2004, p. 10: “Novo ano lectivo inaugurado no Algarve”.
- Cunha, L., *Publituris*, 886, 15 de janeiro de 2005, p. 133: “Infotur promove seminários e concentra 2000 alunos”.

---

<sup>127</sup> Nos casos em que as notícias não tinham autor identificado, a referência remete diretamente para o órgão de comunicação social em apreço.

- Cunha, L., *Publituris*, 901, 1 de setembro de 2005, p. 53: “Infotur assina acordos para fomentar formação prática”.
- Cunha, L., *Publituris*, 902, 15 de setembro de 2005, p. 52: “Infotur investe 2,5 M em núcleo de Viana do Castelo”.
- Cupido, R., *Publituris*, 901, 1 de setembro de 2005, p. 53: “Universidade Lusíada lança licenciatura em Turismo”.
- Cupido, R., *Publituris*, 930, 7 de julho de 2006, p. 44: “Inaugurado polo da Escola de Hotelaria do Algarve”.
- Cupido, R., *Publituris*, 1027, 31 de março de 2006, p. 36: “Escolas hoteleiras europeias em parceria com Infotur”.
- Jornal Litterário e Instrutivo O Panorama*, 31, agosto de 1839, p. 278: “Da educação em todas as idades”.
- Diário*, Dossier, 28 de janeiro de 1988, pp. 12-13: “Ferreira do Amaral exige eficiência e agressividade”.
- Diário de Lisboa*, 5382, 12 de novembro de 1937, p.15: “O Aviz Hotel, Escola Hoteleira”.
- Diário de Lisboa*, 12934, 10 de dezembro de 1958, pp.7-11: “A primeira escola hoteleira que se inaugura em Portugal dispõe de vinte professores e tem uma centena de alunos”.
- Diário Popular*, 16 de setembro de 1980, p.18: “Reunião de Diretores de Escolas Hoteleiras”.
- EHTA em Notícia*, junho de 2001, p.1: “Primeiro Ministro em visita à EHTA”.
- Elias, J., *Turisver*, 3 de janeiro de 2014: “Cargos de vogal do TP já têm *short list* de candidatos”. Acedido em 10 de janeiro de 2017, em: <http://www.turisver.com/cargos-de-vogal-do-tp-ja-tem-short-list-de-candidatos/~>
- Expresso*, 3 de fevereiro de 1989, p.9: “Ministro decide demissão em 15 minutos”.
- Expresso Emprego*, 4 de maio de 1991, p.1: “Sector do turismo carece de formação”.
- F.R., *Turisver*, 5 de maio de 2009, p. 5: “Nova EHT de Setúbal vai ter hotel de aplicação”.
- Ferreira, H., *O Tempo*, 27 de março de 1980, p.15: “Turismo e Transportes”.
- Ferreira, H., *Turismo, Semanário dos tempos livres*, 10 de novembro de 1981, p. 6: “Formação profissional IV, Quais as regras do jogo?”.
- Ferreira, H., *Turismo, Semanário dos tempos livres*, 1 de dezembro de 1981, p. 14: “20 mil novos postos de trabalho na hotelaria”.
- Ferreira, H., *Publituris*, 823, 1 de julho de 2002, pp. 27-29: “Sete opções para valorização de gestores e consultores especializados”.
- Gaspar, C., *Noticias Comercio*, 622, 10 de outubro de 1965, p. 1: “Escolas Hoteleiras”.

- Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, 77 (1845), 1 de novembro de 1964, p. 319: “Congresso Nacional de Turismo - I Congresso de Estudos Turísticos”.
- Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, 80 (1910), 16 de julho de 1967, p. 150: “O turismo e a escola”.
- Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, 81 (1926), 16 de junho de 1968, p.58-64: “Jornal do mês”.
- I. de P., *Correio da Manhã*, 6 de novembro de 2000, p. 14: “Formação recebe 45 milhões”.
- I.G.S., *Público*, 30 de outubro de 2000, p. 9: “Turismo requalifica trabalhadores”.
- Informação INFT*, 1 (1), 1 de janeiro de 1985, pp. 6, 8-9, 12 e 13-15: “Escola Superior de Hotelaria e Turismo (Estoril)”; “Cooperação com a República Popular de Angola”; “Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra”.
- INFT Estudos Turísticos*, 1.º semestre de 1995, p. 1: “Notícias breves”.
- INFT Informação*, 1, set/out de 1990, p. 1: “III Encontros das Escolas de Hotelaria e Turismo”; “Ministro Faria de Oliveira Visita Escola do Estoril III”.
- INFT em Notícia*, abril de 1999 (5), p. 10: “O Secretário de Estado do Turismo presidiu à assinatura do protocolo para a construção da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal”.
- INFT em Notícia*, março de 2000 (11), p. 12: “Novo Diretor-Geral do INFT”.
- Lopes, C., *Fonte Nova*, 12 de maio de 2007, pp. 2-3: “Obra vai finalmente arrancar, escola de hotelaria pronta em 2008”.
- Marques, M., *Jornal de Turismo*, 158, outubro de 1980, p. 4: “Encerramento do Curso de Aperfeiçoamento de Direção Hoteleira”.
- Martinheira, P., *Diário de Notícias*, 25 de outubro de 2000, p. 14: “Cenário negro na escola de hotelaria de Portimão”.
- Martinho, A., *Revista Educação e Tecnologia*, 20, 1997, p. 180: “Professores estrangeiros ao serviço da escola industrial Francisco de Holanda (1889-1894)”.
- Matias, L., *Diário de Notícias*, 30 de outubro de 2000, pp. 1-3: “Imigração não resolve problemas do turismo”.
- Monteiro, C., *Publituris*, 1252, 4 de outubro de 2013, p. 34: “Fechou-se um ciclo”.
- N.G., *Publituris*, 784, 15 de outubro de 2000, p.14: “CTP discorda do modelo de gestão do Plano Nacional de Formação”.
- Palma, A., *Correio da Manhã*, 30 de outubro de 2000, p. 20: “Escola de hotelaria gera polémica em Portimão”.
- Patrão, L., *O Interior*, 30 de abril de 2015: “Como se mata uma oportunidade”. Acedido em 6 janeiro de 2017 em:

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=808&id=47247&idSeccao=11361&Action=noticia>

Pinto, I., *Diário de Notícias*, 16 de dezembro de 2000, p. 19: “Escolas de hotelaria em polvorosa”.

*Portugal à Mesa*, julho de 2000, p.41: “Núcleo de Portimão. Aposta na formação do Algarve”.

*Público*, 10 de novembro de 2000, p.16: “Quartel vai ser escola de hotelaria”.

*Publituris*, 7 de março de 2001: “Algarve vai ter novo polo de formação turística”.

*Publituris*, 794, 19 de março de 2001: “ESHTE organiza Congresso AMFORHT”.

*Publituris*, 907, 1 de dezembro de 2005, p. 56: “Votação online”.

*Revista de Turismo*, 1 (21), 5 de maio de 1917, p.163: “Congresso Hoteleiro”.

*Revista de Turismo*, 2 (32), 20 de outubro de 1917, pp. 61-62: “O turismo e as escolas hoteleiras”.

*Revista de Turismo*, 3 (60), 20 de dezembro de 1918, p. 91: “Escola de creados de meza”.

Rijo, S., *Publituris*, 907, 1 de dezembro de 2005, p. 52: “A formação valoriza as competências profissionais”.

Santos, B., *Publituris*, 8 de fevereiro de 1979: “Encerramento do Curso da Escola Hoteleira de Lisboa”.

Santos, B., *Visão*, 29 de maio de 2002: “A ideia do serviço público”.

Santos, B., *Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 2012, p. 87: “O Estado social, estado providência e de bem-estar”.

Santos, B., *Visão*, 30 de maio de 2013, p. 30: “Ensaio. Democracia ou capitalismo?”.

Santos, M., *O Observador*, 19 de fevereiro de 2015: “Lembram-se deste Sócrates? Foi há dez anos”. Acedido em 6 de janeiro de 2017, em: <http://observador.pt/especiais/lembra-se-deste-socrates-foi-ha-dez-anos/>

SPP, *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, 3 (8), 1909, pp. 64-65: “Curso profissional de empregados de hotéis”.

SPP, *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, 4 (1), 1910a, p. 11: “Curso de empregados de hotéis”.

SPP, *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, 4 (7), 1910b, p. 56: “Escola de hoteleiros”.

SPP, *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, 2, 1911, p. 10: “Conrad Wissman”.

- Tuarea (1997, agosto). O Estado que pague (Ensino Profissional). *Publico*, Suplemento n.º 2705,5.
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 2 de junho de 1981, p. 25: "Ministro do turismo visitou escola hoteleira do Porto".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 30 de junho de 1981, p. 23: "Profissionais de Macau - curso no Estoril".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 4 de agosto de 1981, p. 25: "A instalação de uma escola hoteleira na Figueira da Foz".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 11 de agosto de 1981, p. 12: "Escola superior de hotelaria arranca ainda este ano".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 1 de dezembro de 1981, p. 15: "Escola de hotelaria em Coimbra".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 18 de janeiro de 1983, p. 18: Vilamoura, nova escola hoteleira".
- Turismo, Semanário dos Tempos Livres*, 3 (131), 6 de setembro de 1983, p.15: "Curso superior de hotelaria na Universidade do Algarve".
- Valente, F., *Publituris*, 953, 24 de novembro de 2006, p. 36; "INFTUR reforça rede escolar".
- Valente, F., *Publituris*, 991, 21 de setembro de 2007, p. 36: "ESHTe entra nos mestrados através de Bolonha".
- Valente, F., *Publituris*, 997, 2 de novembro de 2007, p. 44: "Inaugurado polo de Óbidos".
- Viajar*, 1 de junho de 2000, p.12: "Formação e Pousada em Lamego".

## **Legislação**

### **Leis:**

Lei n.º 2.025/47, de 19 de junho. Diário do Governo n.º 139/1947 - I Série. Presidência da República. Lisboa. 571-576.

Lei n.º 2.073/54, de 23 de dezembro. Diário do Governo n.º 286/1954 - I Série. Presidência da República. Lisboa. 1619-1621.

Lei n.º 5/73, de 25 de julho. Diário do Governo n.º 173/1973 - I Série. Presidência da República. Lisboa. 1315-1321.

Lei n.º 11/79, de 28 de março. Diário da República n.º 73/1979 - I Série. Assembleia da República. Lisboa. 491-492.

Lei n.º 44/79, de 11 de setembro. Diário da República n.º 210/1979 - I Série. Assembleia da República. Lisboa. 2260-2261.

Lei n.º 49/79, de 14 de setembro. Diário da República n.º 213/1979 - I Série. Assembleia da República. Lisboa

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986 - I Série. Assembleia da República. Lisboa. 3067-3081.

Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro. Diário da República n.º 294/2002 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa. 7942-7948.

Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto. Diário da República n.º 193/2003 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa. 5359-5365.

Lei n.º 31/2007, de 10 de agosto. Diário da República n.º 54/2007 - I Série. Assembleia da República. Lisboa. 5127-5181.

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto. Diário da República n.º 166/2005 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa. 5122-5138.

Lei n.º 8/2006, de 15 de março. Diário da República n.º 53/2006 - I Série - A. Assembleia da República. Lisboa. 1856-1858.

Lei n.º 115/97 de 19 de setembro. Diário da República n.º 217/1997 - I Série - A. Assembleia da República. Lisboa. 5082-5114.

## **Decretos-Lei:**

Decreto-Real de 1852, 16 de dezembro. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1852, 30 de dezembro. Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1890, 5 de abril. Ministério das Obras Publicas, Commércio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1891, 8 de outubro. Ministério das Obras Publicas, Commércio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1887, 14 de fevereiro. Ministério das Obras Publicas, Commércio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1898, 24 de novembro. Ministério das Obras Publicas, Commércio e Industria. Lisboa.

Decreto-Real de 1904, 6 maio. Ministério dos Negócios do Reino. Lisboa.

Decreto-Lei de 1911, 8 de março. Diário do Governo nº 54/1911. Ministério do Interior. Lisboa. 982.

Decreto-Lei de 1911, 18 de maio. Diário do Governo nº 115/1911. Ministério do Fomento. Lisboa. 2015.

Decreto n.º 18.420/30, 4 de junho. Diário do Governo n.º 128/1930 - I Série. Ministério da Instrução Publica. Lisboa.1004-1040.

Decreto n.º 19.317/31, 30 de janeiro. Diário do Governo n.º 32/1931 - I Série. Ministério do Interior. Lisboa. 253-254.

Decreto n.º 20.164/31, 6 de agosto. Diário do Governo n.º 181/1931 - I Série. Ministério do Interior.Lisboa.1822.

Decreto n.º 23.054/33, 25 de setembro. Diário do Governo n.º 218/1933 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1675-1676.

Decreto n.º 30.289/40, 3 de fevereiro. Diário do Governo n.º 28/1940 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa.115-116.

Decreto n.º 34.134/44, 24 de novembro. Diário do Governo n.º 260/1944 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1127-1132.

Decreto-Lei n.º 41.288/57, 23 de setembro. Diário do Governo n.º 215/1957 - I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Lisboa. 905-919.

Decreto n.º 43.150/60, 6 de setembro. Diário do Governo n.º 207/1960 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1935-1936.

Decreto n.º 44.538/62, 23 de agosto. Diário do Governo n.º 193/1962 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1157-1158.

Decreto-lei n.º 46.199/65, 25 de fevereiro. Diário do Governo n.º 47/1965 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 223-224.

Decreto n.º 46.354/65, 26 de maio. Diário da República n.º 117/1965 - I Série. Presidência do Conselho e Ministérios da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social. Lisboa. 733-734.

Decreto n.º 46.355/65, 26 de maio. Diário da República n.º 117/1965 - I Série. Presidência do Conselho e Ministérios da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social. Lisboa. 734-736.

Decreto n.º 48.275/68, 14 de março. Diário do Governo n.º 63/1968 - I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Lisboa. 361-362.

Decreto n.º 48:619/68, 10 de outubro. Diário do Governo n.º 239/1968 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1546.

Decreto-lei n.º 545/74, 19 de outubro. Diário da República n.º 244/1974 - I Série. Ministério da Economia. Lisboa. 1253-1254.

Decreto-lei n.º 281/78, 8 de setembro. Diário da República n.º 207/1978 - I Série. Ministério do Comércio e Turismo e Região Autónoma da Madeira. Lisboa. 1874-1876.

Decreto-Lei n.º 333/79, 24 de agosto. Diário da República n.º 195/1979 - I Série. Ministério do Comércio e Turismo - Secretaria de Estado do Turismo. Lisboa. 2070-2076.

Decreto-Lei n.º 482/79, 14 de dezembro. Diário da República n.º 287/1979 - I Série. Ministério do Trabalho. Lisboa. 3229.

Decreto-lei n.º 513-T/79, 26 de dezembro. Diário da República n.º 296/1979 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 3350-(60)-3350-(64).

Decreto-Lei n.º 519-A2/79, 29 de dezembro. Diário da República n.º 299/1979 - I Série. Ministério do Trabalho. Lisboa. 3446-(148).

Decreto-Lei n.º 553/80, 21 de novembro. Diário da República n.º 270/1980 - I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa. 3945-3956.

Decreto-Lei n.º 102/84, 29 de março. Diário da República n.º 75/1984 - I Série. Ministérios da Educação e do Trabalho e Segurança Social. Lisboa. 1069-1075.

Decreto-Lei n.º 46/85, 22 de novembro. Diário da República n.º 269/1985 - I Série. Ministério da Educação. 3890-3891.

Decreto-Lei n.º 130/88, 20 de abril. Diário da República n.º 92/1988 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 1511-1514.

Decreto-Lei n.º 436/88, 23 de novembro. Diário da República n.º 271/1988 - I Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa. 4682-4685.



Decreto-Lei n.º 26/89, 21 de janeiro. Diário da República n.º 18/1989 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa.246-249.

Decreto-Lei n.º 179/89, 27 de maio. Diário da República n.º 121/1989 - I Série. Ministério do Comércio e Turismo. Lisboa.2071-2074.

Decreto-Lei n.º 256/89, 12 de agosto. Diário da República n.º 185/1989 - I Série. Ministério do Comércio e Turismo. Lisboa.3266.

Decreto-Lei n.º 374/91, 8 de outubro. Diário da República n.º 231/1991 - Serie I A. Ministério do Comércio e Turismo. Lisboa.5215-5216.

Decreto-Lei n.º 96/96, 17 de junho. Diário da República n.º 164/1996 - I Série A. Ministério da Educação. Lisboa.1990-1991.

Decreto-Lei n.º 205/96, 25 de outubro. Diário da República n.º 248/1996 - I Série A. Ministério para a Qualificação e o Emprego. 3757-3766.

Decreto-Lei n.º 4/98, 8 de janeiro. Diário da República n.º 6/1998 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 113-119.

Decreto-Lei n.º 258/99, 7 de julho. Diário da República n.º 156/1999 - I Série. Ministério da Economia. Lisboa. 4217-4218.

Decreto-Lei n.º 264/99, 14 de julho. Diário da República n.º 162/1999 - I Série A. Ministério da Educação. Lisboa. 4395-4397.

Decreto-Lei n.º 277/2001, 19 de outubro Diário da República n.º 243/2001 - I Série A. Ministério da Economia. Lisboa. 6634-6641.

Decreto-Lei n.º 74/2004, 26 de março Diário da República n.º 73/2004 - I Série A. Ministério da Educação. Lisboa. 1931-1942.

Decreto-Lei n.º 228/2004, 7 de dezembro Diário da República n.º 286/2004 - I Série A. Ministério do Turismo. Lisboa.7000-7004.

Decreto-Lei 18/2005, 12 de março. Diário da República n.º 50-A/2005 – I Série A. Presidente da República. Lisboa.2168

Decreto-Lei n.º 24/2006, 6 de fevereiro. Diário da República n.º 26/2006 - I Serie A. Ministério da Educação. Lisboa. 860-877.

Decreto-Lei n.º 141/2007, 27 de abril. Diário da República n.º 82/2007 - I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.2693-2698.

Decreto-Lei n.º 396/2007, 31 de dezembro. Diário da República n.º 251/2007 - I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.9165-9173.

Decreto-Lei n.º 226-A/2008, 20 de novembro. Diário da República n.º 226/2008 - I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 8222- (2)- 8222(6).

Decreto-Lei n.º 191/2009, 17 de agosto Diário da República n.º 158/2009 - I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.5636-5641.

Decreto-Lei n.º 49/2011, 8 de abril. Diário da República n.º 70/2011 - I Série. Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. Lisboa.2083.

Decreto-Lei n.º 92/2011, 27 de julho Diário da República n.º 143/2011 - I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.4064-4071.

Decreto-Lei n.º 129/2012, 22 de junho. Diário da República n.º 120/2012 - I Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.3104-3109.

Decreto-Lei n.º 152/2013, 4 de novembro. Diário da República n.º 213/2013 - I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa. 6340-6354.

**Decreto Regional:**

Decreto Legislativo Regional n.º 9/89/M, 13 de abril. Diário da República n.º 86/1989 - I Série - A. Região Autónoma da Madeira - Assembleia Regional. Funchal. 1600-1601.

Decreto Legislativo Regional nº8/97/M, 9 de julho. Diário da República n.º 156/1997- I Série - A. Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa Regional. Funchal. 3350-3361.

**Decreto Regulamentar:**

Decreto Regulamentar n.º 26/97, 18 de junho. Diário da República n.º 138/1997 - I Série.  
Ministério para a Qualificação e o Emprego. Lisboa. 2948-2951.

**Decreto Regulamentar Regional:**

Decreto Regulamentar Regional n.º 25/98/A, 9 de setembro. Diário da República n.º 208/1998 - I Série - B. Região Autónoma dos Açores - Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais. Ponta Delgada. 4714-4720.

**Resolução do Conselho de Ministros:**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/86, 14 de fevereiro. Diário da República n.º 37/1986 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.1986-1089.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/96, 9 de julho. Diário da República n.º 157/1996 - I Série-B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. 1770-1771.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, 24 de janeiro. Diário da República n.º 20 - I Série-B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. 507-508.

Resolução do Conselho de Ministros n.º53/2007, 4 de abril. Diário da República n.º 67/2007 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. 2166-2174.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, 18 de setembro. Diário da República n.º 180/2007 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.6563-6567.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, 7 de novembro. Diário da República n.º 214/2007 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. 8135-8151.

Resolução do Conselho de Ministros n.º12/2011, 8 de fevereiro. Diário da República n.º 27/2011 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.700-702.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, 16 de abril. Diário da República n.º 74/2013 - I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.2170-2202.

## **Portarias:**

Portaria s/n, 1955, 3 de dezembro. Diário do Governo n.º 280/1955 - II Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 8730-8731.

Portaria n.º 505/70, 10 de outubro. Diário do Governo n.º 235/1970 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 1463-1466.

Portaria n.º 159/75, 5 de março. Diário da República n.º 54/1975 - I Série. Ministério da Economia. Lisboa. 341-342.

Portaria n.º 341/75, 6 de junho. Diário da República n.º 130/1975 - I Série. Ministério do Comércio Externo. Lisboa. 786-787.

Portaria n.º 459/75, 25 de julho. Diário da República n.º 170/1975 - I Série. Ministério do Comércio Externo. Lisboa. 1037-1040.

Portaria n.º 715/78, 6 de dezembro. Diário da República n.º 280/1978 - I Série. Ministério do Comércio e Turismo. Lisboa. 2577-2579.

Portaria n.º 26-O/80, 9 janeiro. Diário da República n.º 7/1980 - I Série. Ministérios do Comércio e Turismo e da Educação. Lisboa. 26-33.

Portaria n.º 446/87, 25 de maio. Diário da República n.º 121/1987 - I Série. Ministérios do Comércio e Turismo e da Educação. Lisboa. 2112-2116.

Portaria n.º 698/90, 20 de agosto. Diário da República n.º 191/1990 - I Série. Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social. Lisboa. 3386-3388.

Portaria n.º 970/91, 20 de setembro. Diário da República n.º 217/1991 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 4993-4994.

Portaria n.º 88/92, 10 de fevereiro. Diário da República n.º 34/1992, 1º Suplemento, Série I-B. Ministérios da Educação e do Comércio e Turismo. Lisboa. 782.

Portaria n.º 756/92, 4 de agosto. Diário da República n.º 178/1992 - I Série B. Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social. Lisboa. 3638-3659.

Portaria n.º 810/93, 7 de setembro. Diário da República n.º 210/1993, Série I - B. Ministérios da Educação e do Comércio e Turismo. Lisboa. 4731-4734.

Portaria n.º 941/93, 23 de setembro. Diário da República n.º 224/1993 - I Série. Ministérios da Educação e do Comércio e Turismo. Lisboa. 5285.

Portaria n.º 943/94, 24 de outubro. Diário da República n.º 246/1994 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 6418-6419.

Portaria n.º 1.337/95, de 10 de novembro. Diário da República n.º 260/1995 - I Série B. Ministério da Educação. Lisboa. 6892-6893.

Portaria n.º 457-A/98, 29 de julho. Diário da República n.º 173/1998 - I Série B. Ministério da Educação. Lisboa. 3628-(2)- 3628-(7).

Portaria n.º 257/2002, 13 de março. Diário da República n.º 61/2002 - I Série-B. Ministério da Economia e da Educação. Lisboa. 2296-2300.

Portaria n.º 384/2002, 10 de abril. Diário da República n.º 84/2002 - I Série-B. Ministério da Economia. Lisboa. 3493-3496.

Portaria n.º 1.176/2003, 6 de outubro. Diário da República n.º 231/2003 - I Série B. Ministério da Economia. Lisboa. 6583-6587.

Portaria n.º 1.509/2004, 31 de dezembro. Diário da República n.º 305/2004 - I Série-B. Ministérios das Atividades Económicas e do Trabalho e da Educação. Lisboa. 7423-7424.

Portaria n.º 539/2007, 30 de abril. Diário da República n.º 83/2007 - I Série. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação. Lisboa. 2879-2882.

Portaria n.º 846/2007, 19 de setembro. Diário da República n.º 181/2007 - II Série. Ministérios da Economia e da Inovação e da Educação. Lisboa. 8058-8059.

Portaria n.º 230/2008, 7 de março. Diário da República n.º 48/2008 - I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa. 1456-1470.

Portaria n.º 1.441/2008, 11 de dezembro. Diário da República n.º 239/2008 - I Série. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação. Lisboa. 8696-8699.

Portaria, n.º 57/2009, 21 de janeiro. Diário da República n.º 14/2008 - I Série. Ministérios da Economia e da Inovação, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa. 457-468.

Portaria n.º 781/2009, 23 de julho. Diário da República n.º 141/2009 - I Série. Ministérios do Trabalho e da Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Lisboa. 4774-4776.

Portaria n.º 782/2009, 23 de julho. Diário da República n.º 141/2009 - I Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa. 4776-4778.

Portaria n.º 851/2010, 6 de setembro. Diário da República n.º 173/2010 - I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa. 3936-3944.

Portaria n.º 74/A/2013, 15 de fevereiro. Diário da República n.º 33/2013 - I Série. Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. Lisboa. 976(2)-976(6).



## **Despachos:**

Despacho s/n, 31 de dezembro 1957. Diário do Governo n.º 304/1957 - II Série. Presidência do Conselho. Lisboa.10245-10247.

Despacho s/n, 29 de novembro 1965. Diário do Governo n.º 271/1965 - II Série. Presidência do Conselho, Gabinete do Subsecretário de Estado. Lisboa.

Despacho Normativo n.º 194-A/83, 21 de outubro. Diário da República n.º243/1983 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa. 3668 (1)-3668(10).

Despacho Normativo n.º 33/99, 30 de junho. Diário da República n.º 150/1999 - I Série B. Ministérios da Economia e da Educação. Lisboa. 4035-4047

Despacho conjunto n.º 599/2003, 16 de maio. Diário da República n.º 113/2003 - II Série. Ministérios da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa. 7373-7376.

Despacho conjunto n.º 603/2003, 19 de maio. Diário da República n.º 115/2003 - II Série. Ministérios da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa. 7562-7564.

Despacho n.º 24.619/2007, 26 de outubro. Diário da República n.º 207/2007 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 30994-30995

Despacho n.º 24.620/2007, 26 de outubro. Diário da República n.º 207/2007 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 30996-30997.

Despacho n.º 9.755/2008, 3 de abril. Diário da República n.º 66/2008 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 14646-14648.

Despacho n.º 27.308/2008, 27 de outubro. Diário da República n.º 208/2008 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 43605-43607.

Despacho Normativo n.º 64/2008, 11 de dezembro. Diário da República n.º 239/2008 - II Série. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação. Lisboa. 49699-49703.

Despacho n.º 17.633/2009, 30 de julho. Diário da República n.º 146/2009 - II Série. COFAC, Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L. Lisboa. 30597-30599.

Despacho n.º 22.016/2009, 2 de outubro. Diário da República n.º 192/2009 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 40083-40085.

Despacho n.º 25.215/2009, 17 de novembro. Diário da República n.º 223/2009 - II Série. Ministério da Educação. Lisboa. 46684-46689.

Despacho n.º 8537/2012, 26 de junho. Diário da República n.º 122/2012 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa. 22430-22431.

Despacho n.º 11.056/2012, 14 de agosto. Diário da República n.º 157/2012 - II Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa. 28641-28642.

Despacho n.º 14312/2012, 5 de novembro. Diário da República n.º 213/2012 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa. 36276-36279.

Despacho n.º 11279/2013, 30 de agosto. Diário da República n.º 167/2013 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa. 27087-27090.

Despacho n.º 15.693/2013, 2 de dezembro. Diário da República n.º 233/2013 - II Série. Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade. Lisboa. 34987-34989.

### **Posturas:**

Associação dos Monitores de Hotelaria de Portugal, 10 de agosto de 1998. Diário da República n.º 183 - III Série. 16944-(4)-16944-(5).

Aviso n.º 19.587/2009, 2 de novembro. Diário da República n.º 212/2009 - II Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 44466-44471.

Circular n.º 1/75, 19 de julho. Ministério da Educação. Lisboa.

Deliberação n.º 17.858/2004, 26 de agosto. Diário da República n.º 201 - II Série, Ministério do Turismo. Lisboa. 12985

Deliberação de 7 de janeiro de 2009. Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I.P.. Lisboa.

Estatutos das Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira, 12 de dezembro de 1957. Diário do Governo n.º 241/1957 - II Série. Presidência do Conselho. Lisboa. 7985-7986.

Lista de Hoteis Classificados, 16 de junho de 1932. Diário do Governo n.º 138/1932 - II Série. Ministério do Interior. Lisboa. 2460

### **Diários das Sessões da Assembleia Nacional:**

Diário das Sessões. (1950, 27 de janeiro). Assembleia Nacional, V Legislatura, Sessão nº 22. Lisboa. 297-322.

Diário das Sessões. (1950, 8 de março). Assembleia Nacional, V Legislatura, Sessão nº 27. Lisboa. 405-429.

Diário das Sessões. (1951, 18 de junho). Assembleia Nacional, V Legislatura, Sessão nº 107. Lisboa. 1017.

Diário das Sessões. (1952, 12 de dezembro). Assembleia Nacional, V Legislatura, Sessão nº 180. Lisboa. 326-327.

Diário das Sessões. (1954, 4 de fevereiro). Assembleia Nacional, VI Legislatura, Sessão nº 25. Lisboa. 361-385.

Diário das Sessões. (1964, 28 de fevereiro). Assembleia Nacional, VIII Legislatura, Sessão nº 136. Lisboa. 3426.

Câmara Corporativa. (1954, 15 de março). Acta nº 11, VI Legislatura. Lisboa. 153-168.

## Outra Documentação:

CNFTH (1967). Escola Hoteleira Rafael Basto Machado - Funchal. Informação de Serviço s/n, 6 de junho.

Comissariado do Turismo (1966). Repartição de Actividades Turísticas - Informação de Serviço n.º 7 – R.A.T./G. 1966.

Estratégia de Lisboa. Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa (2000, março). Para uma Europa da inovação e do conhecimento. Acedido em 7 dezembro de 2016 em: [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia\\_lisboa.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf).

Governo da República Portuguesa (2006, maio 11). Comunicados do Conselho de Ministros do XVII Governo. Comunicado do Conselho de Ministros, 11 de maio de 2006. Acedido em 6 de janeiro de 2017, em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/comunicados-cm/cm-2006/20060511.aspx>

Ministère de l'Education Nationale, de l'Enseignements Supérieur et de la Recherche (2016). *Loi relative à l'organisation de l'enseignement technique industriel et commercial (dite loi Astier) du 25 juillet 1919*. Acedido em 3 de março de 2016, em: <http://www.education.gouv.fr/cid101193/loi-relative-a-l-organisation-de-l-enseignement-technique-industriel-et-commercial.html>.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros (s/d). Programa do XIII Governo. Acedido em 5 de fevereiro de 2016, em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx>

United Nations (1994). Recommendations on Tourism Statistics. (Series M, n.º.83). New York: Department for Economic and Social Information, Policy Analysis Statistical Division & World Tourism Organization.

United Nations Economic and Social Council (1991). *Resolutions of the International Conference on Travel and Tourism Statistics*. 24-28 june, 1991, 30 December 1991. Ottawa: United Nations Economic and Social Council.

Vista da Serra blogspot. (2009). *Hotel Nova Avenida*. Acedido em 24 de setembro de 2016, em: <http://vistadaserra.blogspot.pt/2009/11/hotel-nova-avenida-antigamente-funchal.html?m=0>